

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**AGRICULTURA FAMILIAR E RURALIDADE  
EM OURO FINO – MG**

**REGINA APARECIDA LEITE DE CAMARGO**

CAMPINAS  
FEVEREIRO DE 2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**AGRICULTURA FAMILIAR E RURALIDADE  
EM OURO FINO – MG**

Tese de Doutorado submetida à banca  
examinadora para obtenção do título de Doutor  
em Engenharia Agrícola, na área de  
concentração Planejamento e Desenvolvimento  
Rural Sustentável

**REGINA APARECIDA LEITE DE CAMARGO**

**Orientadora: Profa. Dra. Julieta Teresa Aier de Oliveira**

CAMPINAS  
FEVEREIRO DE 2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - BAE -  
UNICAMP

C14a Camargo, Regina Aparecida Leite de  
Agricultura familiar e ruralidade em Ouro Fino-MG /  
Regina Aparecida Leite de Camargo. --Campinas, SP:  
[s.n.], 2010.

Orientador: Julieta Teresa Aier de Oliveira.  
Tese de Doutorado - Universidade Estadual de  
Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Agricultura familiar. 2. Camponeses. 3.  
Comunidades agrícolas. 4. Cultura popular. 5.  
Desenvolvimento rural. I. Oliveira, Julieta Teresa Aier  
de. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade  
de Engenharia Agrícola. III. Título.

Título em Inglês: Family farming and rurality in Ouro Fino-MG

Palavras-chave em Inglês: Family farming, Peasants, Agricultural communities,  
Folk culture, Rural development

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável

Titulação: Doutor em Engenharia Agrícola

Banca examinadora: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, Fernando Antonio  
Lourenço, Luiz Antonio Cabello Norder, Valéria Comitre

Data da defesa: 26/02/2010

Programa de Pós Graduação: Engenharia Agrícola

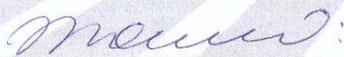
Este exemplar corresponde à redação final da **Tese de Doutorado** defendida por **Regina Aparecida Leite de Camargo**, aprovada pela Comissão Julgadora em 26 de fevereiro de 2010, na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.



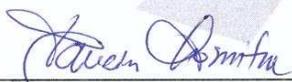
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliete Teresa Aier de Oliveira – Presidente e Orientadora**  
Feagri/Unicamp



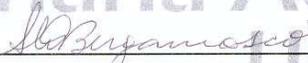
**Prof. Dr. Luiz Antonio Cabello Norder - Membro Titular**  
UFSCAR



**Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço - Membro Titular**  
IFCH/Unicamp



**Dr.<sup>a</sup> Valéria Comitre - Membro Titular**  
APTA/IAC



**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco - Membro Titular**  
Feagri/Unicamp

*À minha mãe pelo apoio e confiança  
infinitos*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, aos agricultores familiares do município de Ouro Fino que pacientemente suportaram minhas muitas perguntas. Em especial à família Silva e à família Muroli do bairro Peitudo, pelo carinho, amizade e informações valiosas. E a todas as pessoas do município que entrevistei ou com quem conversei, em especial o Sr. Flávio Francisco da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sr. Mario Weikert, agrônomo da Emater e o técnico agrícola Evaldo Muniz Franco.

Agradeço profundamente minha orientadora Julieta Teresa Aier de Oliveira pela amizade, sábia orientação e paciência.

Agradeço também Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco pelo incentivo e apoio na realização desse trabalho.

Agradeço ainda a Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas por todo apoio logístico necessário.

Não posso deixar de expressar meu agradecimento ao Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain da École de Hautes Études em Sciences Sociales (CRBC/EHESS) e ao professor Afrânio Raul Garcia Jr. pela proveitosa oportunidade de realizar um estágio na França.

Um particular agradecimento para Dona Leyde Guimarães que muito me ajudou a recolher informações históricas sobre o município de Ouro Fino. E aos amigos Ana Elisa Carvalho e José Barbosa da Silva pelo apoio logístico e moral em momentos de crise.

Sou também profundamente grata ao amigo de toda vida, Henrique Rosa, quem primeiro martelou em mim a vontade de enfrentar esse desafio e ao meu pai, Gastão Leônidas de Camargo, pelo incentivo e confiança.

E por fim agradeço a Fundação Capes pelo apoio financeiro sem o qual a pesquisa não teria sido possível

## SUMÁRIO

LISTADE FIGURAS	vi
LISTA DE TABELAS	vii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
1. APRESENTAÇÃO	1
2. INTRODUÇÃO	7
3. CAPÍTULO I Viagem pela estrada de Ouro Fino	19
3.1 Características Gerais do Município de Ouro Fino	19
3.2 Serras de parco e fino ouro	24
3.3 Chegada e expansão do “ouro verde”	34
3.4 Os festivos e trabalhadores imigrantes italianos	40
3.5 Evolução da agricultura em Ouro Fino	48
4. CAPÍTULO II A complexa e diversificada agricultura familiar no rural resignificado: considerações teóricas e metodologia da pesquisa.	57
4.1 Uma categoria síntese genérica e diversificada	57
4.2 A herança camponesa	60
4.3 Sobre a família rural	72
4.4 A permanência da agricultura familiar nas sociedades modernas	77
4.5 O rural como movimento e permanência	84
4.6 Trilhas Metodológicas	96
4.6.1 Partes e todo	96
4.6.2 Agricultores familiares e não familiares	113
5. CAPÍTULO III O bairro e seus agricultores	119
5.1 O Bairro Peitudo	119
5.2 Agricultores familiares não familiares no Bairro Peitudo	128
5.3 Os sistemas produtivos	131
5.3.1 Produtores e sistemas produtivos não-familiares	132
5.3.2 Os sistemas produtivos familiares	134
5.3.3 A realização da produção	144
5.4 “Patrão e empregado de si mesmo”	157
5.5 Continuidades e rupturas	163

5.5.1	Centralidade da família e relações de trabalho	165
5.5.2	Esferas de produção e de consumo	179
6.	CAPÍTULO IV Bairro rural e município: as múltiplas trocas	188
6.1	As muitas dimensões da agricultura e ruralidades	188
6.2	Paisagem rural - beleza municipal	191
6.3	A sociabilidade nas festas de santo	196
6.4	Um vai e vem de pessoas e mercadorias	207
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	221

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01:	Matas nativas no município de Ouro Fino	23
Tabela 02:	Produção de café em Ouro Fino	37
Tabela 03:	Estabelecimentos da agricultura familiar em Ouro Fino, Minas Gerais e Brasil	46
Tabela 04:	Estabelecimentos agropecuários de Ouro Fino por grupo de área total	49
Tabela 05:	População total, urbana e rural em Ouro Fino e Distritos	88
Tabela 06:	Número de produtores e área ocupada nos diferentes tipos de estabelecimentos. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG	128
Tabela 07:	Distribuição dos diferentes tipos de produtores por estrato de área total. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG	130
Tabela 08:	Representatividade dos diferentes tipos de produtores por estrato de área total. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG	130
Tabela 09:	Distribuição das diferentes categorias de produtores segundo o sistema de produção. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG	132
Tabela 10:	Área média nos diferentes sistemas produtivos familiares. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG	134
Tabela 11:	Renda familiar média mensal em salários mínimos nos diferentes sistemas produtivos. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG	140
Tabela 12:	Participação das diferentes fontes de recursos na composição da renda média familiar nos diferentes sistemas produtivos. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG	140
Tabela 13:	Número de tratores por produtor nos diferentes sistemas produtivos. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG	144
Tabela 14:	Porcentagem de produtores que realizaram análise de solo, adubação química, aplicação de defensivos e uso de sementes geneticamente melhoradas e modificadas. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG	146
Tabela 15:	Ocupação de trabalho familiar e de trabalho contratado nos diferentes tipos de estabelecimento. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG	159

Tabela 16:	Ocupação de trabalho familiar e de trabalho contratado nos sistemas de produção da agricultura familiar. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG	159
Tabela 17:	Condição do produtor segundo o sistema de produção. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG	166
Tabela 18:	Tipo de investimento realizado pelos produtores familiares no período de 1998 a 2008. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG	167
Tabela 19:	Produção de arroz no município de Ouro Fino	183

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Localização do município de Ouro Fino	19
Figura 02	Perfil de solo na região de Ouro Fino	20
Figura 03	Pastagem degradada na região de Ouro Fino	20
Figura 04	Localização da bacia do Rio Grande	23
Figura 05	Vista da Serra da Mantiqueira	25
Figura 06	Ouro Fino segundo o Almanaque Sul Mineiro de 1874	33
Figura 07	Viagem do café pelo Brasil	34
Figura 08	Casa em Ouro Fino onde foi assinado o Tratado Café com Leite	36
Figura 09	Cartum sobre as eleições presidenciais de 1910	36
Figura 10	Dona Amélia Muroi	43
Figura 11	Farmácia Rossi	45
Figura 12	Presença italiana na indústria ourofinense de 1947	46
Figura 13	Distribuição espacial das principais culturas encontradas atualmente no município de Ouro Fino	52
Figura 14	Imagem de satélite do município de Ouro Fino	54
Figura 15	Ocorrência de matas nativas, gado bovino, associações de moradores e tamanho das propriedades	54
Figura 16	População Ocupada por Setores Econômicos em 2000 segundo o IBGE	55
Figura 17	Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), e o Centro de Estatística e Informações (CEI)	56
Figura 18	População residente 1970, 1980, 1991, 2000, 2005	88
Figura 19	Porcentagem da população resultante de migração nos diferentes espaços	91
Figura 20	Paisagem de Ouro Fino	97
Figura 21	Modelo simplificado do funcionamento de um sistema agrário	103
Figura 22	A Igreja do bairro Peitudo	119
Figura 23	Foto aérea do bairro Peitudo	121
Figura 24	Fontes de trabalho não agrícola no bairro Peitudo	126
Figura 25	Distribuição dos cultivos no bairro Peitudo	127

Figura 26	Comparação entre agricultores familiares de Ouro Fino e o bairro Peitudo quanto à porcentagem do número de estabelecimentos e da área ocupada	129
Figura 27	Consórcio de bucha com milho	139
Figura 28	Consórcio de bucha com café	139
Figura 29	Área plantada com alho no município de Ouro Fino	143
Figura 30	Barracão de alho	143
Figura 31	Assistência técnica entre os produtores familiares do bairro Peitudo	146
Figura 32	Principais vias de comercialização dos produtos do bairro Peitudo	151
Figura 33	Processo de “squeeze” na agricultura moderna	154
Figura 34	Relação entre porcentagem da área e porcentagem do pessoal ocupado nos diferentes tipos de estabelecimento	160
Figura 35	Distribuição ao longo do ano da demanda de trabalho dos principais cultivos encontrados no bairro Peitudo	162
Figura 36	Formas de acesso a terra entre os produtores familiares do bairro Peitudo. Ouro Fino-MG	165
Figura 37	O que fariam os produtores caso ganhassem na loteria	168
Figura 38	Condição em que o produtor venderia a terra	168
Figura 39	Idade dos produtores e trabalho dos filhos na propriedade	173
Figura 40	Trabalho agrícola e não agrícola das esposas	174
Figura 41	Senhor Jose Antônio da Silva	178
Figura 42	Porcentagem dos estabelecimentos em que o produto participa do autoconsumo	182
Figura 43	Distribuição dos produtores familiares segundo o local de moradia	186
Figura 44	Por que os produtores familiares gostam de morar na roça	192
Figura 45	Práticas de conservação do solo entre os produtores familiares do bairro Peitudo	194
Figura 46	Distribuição de festas nos bairros rurais de Ouro Fino	196
Figura 47	Barracas na festa e distribuição física do espaço da festa	198
Figura 48	Cartaz da festa de Crisólia	199
Figura 49	Doação de prendas para a festa do bairro Peitudo	203
Figura 50	Entrega de compras de supermercado em bairros rurais	211

## RESUMO

As discussões sobre “novas” ruralidades chamam a atenção para as outras funções, significados e atribuições do espaço rural, não mais visto apenas como local de produção agrícola, mas também como portador de tradições e, sobretudo, de uma natureza a ser conservada. Nesse sentido, a agricultura familiar é evocada como potencialmente mais diversificada, menos daninha ao equilíbrio natural e mais propensa à conservação de uma paisagem compatível com a imagem de mundo rural buscada pelos cidadãos.

No contexto brasileiro, acreditamos que essa discussão deva ser permeada pela análise de como processos diferenciados de distribuição fundiária e desenvolvimento econômico e o tipo de agricultura resultante geram ruralidades específicas com características como, no caso da agricultura familiar, a manutenção de práticas sociais e de trabalho marcadas pelas relações de parentesco e vizinhança presentes numa sociedade de interconhecimento.

É nesse caminho que segue esse trabalho ao analisar a agricultura familiar do município de Ouro Fino – MG através do estudo de um de seus muitos bairros rurais usando como metodologia básica a análise de sistemas agrários. Saber quem são os agricultores familiares, que atividades exercem, que área ocupam, que projetos e esperanças guardam para o futuro e para os filhos pode ajudar a esclarecer que tipo de ruralidade aquela realidade específica gera e qual seu potencial para atrair outras categorias sociais e outras atividades econômicas distintas ou complementares à agricultura.

Corroborando com os autores que defendem a existência de pontos de continuidade e ruptura entre a agricultura familiar e o campesinato a pesquisa aqui apresentada examina de que forma a herança camponesa persiste no contexto de uma agricultura familiar modernizada e totalmente integrada ao mercado de insumos e produtos. É essa continuidade com o passado camponês que permite a manutenção de uma paisagem diversificada e atraente e assegura a persistência de laços de solidariedade encontrados nas relações entre os habitantes do bairro e entre comunidades vizinhas tanto na realização do trabalho como por ocasião das festas em louvor ao santo padroeiro.

Palavras-chave: sistemas de produção, campesinato, bairros rurais, paisagem rural

## ABSTRACT

The debate about “new” ruralities calls attention to the other functions, meanings and destinations of rural spaces now seen not only as the place for agricultural production, but carrying traditions and a natural richness that must be preserved. In that sense family farming is evoked as potentially more diversified, less dangerous to the natural balance and more prone to keep a rural atmosphere compatible with the image of the countryside sought by urban people.

In the Brazilian context we believe that such debate must be permeated by the analyses of how differentiated processes of land distribution and economic development and the resulting kind of agriculture generate specific ruralities with characteristics such as, in the case of family farming, the maintenance of social and work practices marked by the relations among relatives and neighbours present in a interrelation society.

This work follows that path, analyzing family agriculture in Ouro Fino – MG through the study of one of its many rural neighbourhoods and using the agrarian systems analyses as basic methodology. To know who the family farmers are, what are their activities, what area they occupy, what projects and hopes they keep for the future and for their children can help clarify the kind of rurality a specific reality creates and what potential it has to attract other economic activities distinct and complementary to agriculture.

Corroborating with authors that defend the existence of points of continuity and rupture between family agriculture and peasantry the research here presented examines the way in which the peasant heritage persists in the context of a modern family agriculture totally integrated in the market economy. It is this continuity with the peasant heritage that allows the permanence and the preservation of a diversified and attractive environment and assures the persistence of solidarity bonds found in work and social relations among local inhabitants and neighbour communities.

Key words: production systems, peasantry, rural neighbourhoods, rural landscape

## 1 - APRESENTAÇÃO

Da porta da cozinha Seu Antônio observa os horizontes. No lado oeste a Estrela Dalva ainda brilha soberana em companhia de um fiapo de lua crescente. No leste a sombra de um clarão anuncia o nascer próximo de mais um dia perfeitamente azul. Em lugar algum o menor sinal de chuva. De cabeça baixa ele dirige-se para o curral. Nunca em seus quase cinquenta anos de existência vira ou ouvira falar de outubro tão seco. No alto da serra as folhas do cafezinho novo parecem cartuchos de papel, e o café velho já começa abortar a florada de setembro numa tentativa desesperada de economia hídrica.

O barulho dos passos do dono e do trinco do portãozinho do curral desperta de imediato o mugido faminto da bezerrada que passou a noite apartada das mães. Desperta também o sono eterno de um gorducho gato tigrado que, saltando de dentro de um ninho de galinha abandonado, põe-se a trançar entre as pernas do agricultor miando insistentemente. Lembrando dos sacos de milho furados pela rataria Seu Antônio impacienta-se como o animal inútil, que só permaneceu na propriedade por pedido choroso da filha caçula quando ele por lá apareceu anos atrás, então não mais que algumas gramas de ossos revestidos por uma pelagem rala e arrepiada. A irritação com o felino é abrandada pela chegada de uma cadelinha amarelada, perfeito resultado de gerações de cruzamentos indefinidos, que abanando vigorosamente o rabo despacha o gato com seus latidos estridentes para cima de uma mureta. Essa sim, pensa com carinho o dono, é caçadora esperta e persistente de bicho do mato comedor de galinha, além de companheira fiel que o acompanha pelos quatro cantos da propriedade.

Aos poucos e lentamente as vacas se levantam e espreguiçam ao mesmo tempo em que eliminam os abundantes resíduos líquidos e sólidos da ruminação noturna. Manualmente, vaca por vaca, Seu Antônio começa a ordenha. Deixa primeiro o bezerro mamar um pouco em cada teto, para acalmar a mãe e “descer” o leite. Depois, com a ajuda do funcional banquinho de uma perna só, inicia o movimento rítmico de vai e vem das duas mãos calejadas e acostumadas desde a adolescência com esse trabalho diário que não conhece domingo nem dia de santo. Aos poucos a espuma sobe no surrado balde preto. Mas em todos os tetos deixa sobrar um pouco de leite para alimentar o bezerro. Não tanto quanto o animal gostaria, já que bezerro não tem noção de saciedade, mas o suficiente para que cresçam saudáveis. Ao contrário de muitos bezerras da vizinhança, que vagam pela estrada consumidos pela fome e a verminose, os animais de Seu Antônio crescem rápido e roliços e a venda dos machos por volta dos seis meses de idade serve para engrossar um pouco a minguada renda do leite. Por que só do leite ninguém consegue viver. Já houve época em que o agricultor se animou com o preço do produto, inesperadamente aumentado, mas foi só investir na compra de vacas mais leiteiras para o preço despencar de novo. Melhor mesmo, pensa ele, é ficar como está, com o rebanhozinho amestiçado, alguns animais puxando para o holandês e o gir, outros para o nelore. O leite é pouco, o lucro é pouco, mas o gasto quase nenhum. E tem sempre bezerro grande para vender e para doar para a festa do santo padroeiro do bairro. O leite é um dinheirinho que chega pingado, mas chega todo mês para pagar a conta de luz, a compra do supermercado.

De repente os pensamentos de Seu Antônio são interrompidos pelo toque molhado e frio do focinho da Rosinha, uma bezerrinha confiada filha do boi gir leiteiro do vizinho e da melhor vaca que a propriedade já teve. Do pai ela puxou a pelagem castanha semeada de pintinhas claras e a orelhona cumprida com a ponta voltada para dentro, característica da raça. Da mãe espera-se que tenha herdado o talento de fazer transbordar o balde de leite. Rosinha ficou órfã aos 15 dias de vida, ao perder a mãe para uma cascavel venenosa.

Sobreviveu graças à mamadeira improvisada em uma garrafa de cerveja que Dona Tereza, esposa de Seu Antônio, lhe dava três vezes por dia. Mas oficialmente a bezerra já não pertence ao agricultor, embora é provável que passe boa parte da vida, senão toda ela, na propriedade onde nasceu. Ela foi dada de presente à Ana Clara, a filha mais nova de Seu Antônio, que em outras ocasiões deu também de presente bezerras igualmente promissoras à seus outros dois filhos, assim como fez seu pai consigo, e o avô com o pai, perpetuando a tradição de incentivar desde cedo a poupança na forma de cabeça de gado, um plantelzinho para ajudar no começo da vida de casado.

E foi só pensar na filha de onze anos para esta entrar carregando um pratinho coberto por um pano alvo onde se encontram um pedaço generoso de bolo de fubá e um copo grande cheio só pela metade de café. Com um rápido e automático “abença pai” a menina deixa o prato no chão e vai brincar com a bezerra. Seu Antônio completa o copo com esguichos de leite e por alguns instantes o cheiro do gosto inconfundível de café com leite tirado na hora paira sobre todos os outros cheiros do curral. Enquanto bebe e come, limpando vez por outra o bigode lácteo na manga da camisa, o agricultor observa o terreiro onde, de baixo do pé de manga, uma multidão alvoroçada de galinhas, angolas e marrecos disputa ruidosamente o milho que cai das mãos de Dona Tereza. Com olhar experiente ela estuda os frangos mais velhos, escolhe um avermelhado, já criando esporas, aproxima-se devagar segura firmemente o animal com as duas mãos para logo em seguida sacudi-lo uma ultima vez no ar para ter certeza que não se enganou na estimativa de seu peso. Um preciso torção de pescoço na ave agora apoiada na perna e esta completo o cardápio do almoço. Depois é depená-lo rapidamente e por para cozinhar na panela de pressão enquanto termina as toalhinhas de crochê que faz sob encomenda para uma loja da cidade e quer entregar ainda naquele dia, aproveitando a ida do marido até o banco. O dinheiro que recebe é pouco, na verdade pouquíssimo, mas é só seu.

Seu Antônio observa a cena familiar e sorri. Ele mesmo nunca conseguiu aprender a matar frango de maneira tão rápida e eficiente. Mas logo volta à ordenha, que já começa ficar atrasada. Ainda pela manhã quer ver se ara o terreno de um vizinho novo, um senhor que depois de passar anos ganhando dinheiro com malharia resolveu comprar o sítio de um casal de compadres seus, agora aposentados e morando na cidade. A terra está muito dura e seca e ele sabe que o serviço vai ficar mal feito, além de judiar do trator. Mas o vizinho quer por que quer arar agora, e até que é bom. Está precisando mesmo ganhar um dinheirinho e depois, quando finalmente começar a chover, vai ser uma serviçada danada, com todo mundo querendo preparar terra para plantar ao mesmo tempo. E ele também vai ter seu milho para plantar, talvez um pouco de feijão que ultimamente anda ficando muito caro de comprar. Anos atrás sempre plantava feijão, e também arroz na várzea perto do rio. Mas agora a florestal não permite mais que se cultive perto da água e, seguindo as últimas orientações técnicas, foi diminuindo o espaçamento entre as ruas de café, até não caber mais o feijão. Mas o milho não abre mão de plantar. Afinal, com tantos animais para comer fica muito caro comprar todo milho que necessita durante o ano.

A tarde Seu Antônio vai até a cidade, que agora, depois que asphaltaram a estrada, é viagem que não passa de vinte minutos. Tem que vender algumas das sacas de café que estão armazenadas na torrefadora e pagar parte do Pronaf investimento que fez há quatro anos para construir um terreiro de café. Até hoje não sabe se o investimento valeu a pena. Quando o preço ajuda, o café até que é um bom negócio. Mas em ano de muita carga, quando todas as tulhas da região ficam abarrotadas o preço anda só para baixo e o apurado mal dá para pagar as despesas da colheita. Colheita de café é coisa muito dispendiosa. Mesmo com toda família trabalhando é preciso contratar mais gente e o preço pago pelo alqueire do café colhido sobe todo ano junto com o salário mínimo. Como sobe também, e muito, o preço do adubo. Já o preço do café..... Se ao menos tivesse certeza que algum dos

filhos vai se interessar em continuar na propriedade, esse esforço todo teria mais sentido. Mas o filho mais velho, com vinte anos, gosta de mexer com moto e já montou uma pequena oficina nos fundos da casa. Quase todo dia aparece alguém da redondeza precisando de algum serviço. E filho do meio, que acabou de completar catorze, apesar de ajudar em uma coisa ou outra, até agora não demonstrou ter muita vocação para lidar com lavoura ou criação. Gosta mesmo é de ouvir as duplas sertanejas no derradeiro volume e passar as tardes no campinho de futebol em frente a venda. Só a pequena Ana Clara, assim que desce do ônibus da escola corre ajudar o pai apartar os bezeros e tratar das vacas. Mas filho é assim mesmo, cada um com seu destino. O importante é garantir que possam ter um futuro melhor, seja qual for a ocupação que escolherem.

Perdido nesses pensamentos Seu Antônio termina a ordenha. Quando sai do curral com os dois galões de 30 l que vai deixar na porteira para o leiteiro pegar, o sol já vai alto no céu. Examinando novamente os horizontes descobre, por trás da montanha a sua frente, a ponta tímida de uma nuvem escura. Não é mais que um prelúdio, mas o suficiente para encher o coração do agricultor de esperança. Deixando de lado a introspecção dos pensamentos anteriores ele declara em alto bom tom para plantas e animais: “ Pra semana se Deus quiser chove. Se Deus quiser!” .



Quando minha mãe resolveu comprar um sítio no sul de Minas Gerais eu morava em João Pessoa – PB e preparava uma dissertação de mestrado sobre a luta pela conquista da terra e as áreas de assentamento no estado. Nada mais natural, portanto, que após algum tempo viesse eu mesma “ocupar” a terra familiar na tentativa de por em prática os conhecimentos e experiências adquiridos no curso de agronomia e no trabalho com pequenos produtores familiares paraibanos. Foi assim que me tornei produtora orgânica e criadora de cabras num pequeno sítio de 18 ha localizado entre os municípios de Monte Sião e Ouro Fino.

Anos de variados graus de sucessos e insucessos mais tarde ingressei no curso de pós-graduação da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas. Dadas às circunstâncias, escolhi como objeto de estudo meus vizinhos agricultores familiares e a cidade de Ouro Fino, que tão prontamente acolheu a paulista/paraibana que, apesar dos anos de escola e trabalho, ainda tinha tudo por aprender sobre a arte de ser agricultor.

Mesmo a infância passada no sítio de meus avós na cidade de Sorocaba – SP, entre vacas, pés de milho e histórias de antigas fazendas de café e os anos junto aos agricultores familiares paraibanos me prepararam para as angústias da chuva que não chega ou cai de uma vez só destruindo em poucos minutos o trabalho de tantos dias, as geadas que acabam com a horta, os altos e baixos do preço do leite e da ração, as despesas imprevisíveis que

arrastam o orçamento para o vermelho e assim por diante. Previsível, a alegria de ver o feijão crescendo, os cabritos saudáveis, o prazer de presentear familiares e amigos com verduras e ovos isentos de qualquer substância nociva, o cantar dos sapos e grilos na escuridão da noite da roça.

Esse trabalho é fruto de uma escolha acadêmica como também de uma opção de vida - tanto ideológica quanto prática. Mas é também o resultado da busca de uma explicação teórica para uma realidade que se mostrou capaz de apresentar um grau de heterogeneidade ainda superior do inicialmente imaginado. Embora seja difícil avaliar o sucesso da empreitada, podemos afirmar que a consciência das armadilhas da subjetividade ao escolher objeto de estudo assim tão próximo, nos levou a redobrar o cuidado na pesquisa de campo. Assumir o papel de pesquisadora nas visitas aos agricultores demandou o esforço mental de acreditar e por em prática o *slogan* helênico do saber que nada se sabe. E com certeza descobrimos muito que não sabíamos e tivemos que reavaliar ou mesmo rejeitar muito do que achávamos que sabíamos.

Nossa pesquisa buscou olhar a realidade estudada como um conjunto de sistemas que interagem entre si para a criação de um todo complexo. Evidentemente não se pretende aqui apresentar um quadro completo da agricultura familiar de Ouro Fino. Mesmo para uma equipe multidisciplinar essa seria uma tarefa quase impossível. Ao adotar a teoria de sistemas agrários como base para a pesquisa, deparamo-nos com as dificuldades metodológicas e operacionais esperadas para um trabalho de tão ampla pretensão conduzido por tão minguada equipe. Como estudar e interpretar essa realidade habitada por subsistemas que se completam na formação de um todo complexo onde cada elemento é parte do conjunto, mas cuja somatória não explica o todo? Que relações econômicas e sociais agricultores familiares e não-familiares estabelecem entre si e ambos com a vida do município? Em que medida a configuração fundiária e produtiva da região molda a economia, a cultura e a sociabilidade da cidade? Essas foram algumas das questões com que trabalhamos.

Durante o último ano do curso de doutorado tivemos a oportunidade de passar seis meses no Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain da École de Hautes Études em Sciences Sociales (CRBC/EHESS), sob a direção do professor Afrânio Raul Garcia Junior. O estágio, patrocinado pela Fundação Capes, incluiu algumas semanas de pesquisa de campo junto a agricultores do departamento de Ardèche e conversas com vários pesquisadores daquele país sobre a agricultura francesa atual.

Essa experiência foi fundamental para repensar a ruralidade ourofinense. Os muitos bairros rurais encontrados no município - 57 bairros e dois distritos espalhados por 534 quilômetros quadrados - guardam algumas características em comum com as *villages* francesas, principalmente no que se refere ao sentimento de pertencimento de seus moradores, a manutenção de algumas tradições culturais e a atração que vem exercendo para cidadãos que ali instalam residências secundárias ou para lá se mudam, principalmente após a aposentadoria. Mas diferem das *villages* quanto a sua forma administrativa. Enquanto as últimas, por menor que sejam, possuem sua própria prefeitura e um conselho municipal eleito entre os moradores, permanentes ou não, nossos bairros rurais, por maior que sejam, dependem da administração municipal, e, mesmo sendo comum a eleição de vereadores entre os agricultores, ficamos longe da democracia francesa na condução dos assuntos de interesse local. Durante nossa estadia na *petite village* de Saint Jean Roure pudemos presenciar, por exemplo, o prefeito conduzindo, num final de semana, um mutirão com os moradores locais para a limpeza dos caminhos comunais. Movimento semelhante, entre nós, de gestão comum de patrimônio público, só quando conduzido por uma associação de moradores muito bem estruturada. Ou talvez as vésperas de uma eleição municipal...

No entanto, o bairro rural não deixa de apresentar certa coesão, que o delimita e identifica, e alguma autonomia na condução dos assuntos de interesse comum através da ação da associação dos moradores ou do conselho comunitário da igreja católica. Um bom exemplo disso são as festas do bairro, ou festas do santo padroeiro – momento de mobilização e de orgulho para boa parte dos bairros rurais de Ouro Fino.

Logo na chegada à Paris, nos surpreendeu o sucesso do filme “La vie moderne”, do diretor Raymond Depardon. O filme faz parte de uma trilogia denominada “Profils Paysans” e trata do desaparecimento de uma camada do campesinato francês, cujas propriedades não encontram sucessores após a morte ou aposentadoria do dono. No filme essa realidade é apresentada como uma consequência inevitável da penetração do mundo moderno na milenar sociedade camponesa e o espectador sai do cinema com peso no coração pelo sentimento de perda. Posteriormente os pesquisadores com quem conversamos esclareceram que ainda que esse processo de “desertificação humana” seja real nas áreas montanhosas mais afastadas, em boa parte do país o que se tem é um repovoamento do rural por populações de origem urbana. Esse movimento inverso de êxodo está no centro da discussão sobre as novas ruralidades e a multifuncionalidade da agricultura, bem presentes, também entre nós, no debate atual sobre o rural.

Nossa pesquisa não tem por objetivo um estudo comparativo entre a agricultura familiar francesa e a brasileira. Mas a passagem pela França, onde o próprio termo “agricultura familiar” perde um pouco o sentido, uma vez ser essa a principal forma de agricultura, ajudou a objetivar nosso olhar sobre a realidade aqui estudada. Como bem sabem os antropólogos, o estudar a sociedade do outro faz enxergar melhor a própria. Por isso fazemos, aqui e acolá, algumas observações sobre as propriedades visitadas em Ardèche, embora tenham sido poucas e por pouco tempo.

## 2 - INTRODUÇÃO

Nos últimos sessenta anos a humanidade passou por uma revolução tecnológica de tal amplitude que hoje as noções de longe e perto, local e global, rural e urbano se confundem, perdem contornos nítidos e geram novas relações de produção e trabalho. A crescente inserção de serviços, atividades e categorias sociais urbanas nos espaços tradicionalmente considerados como rurais renova o desafio da busca de modelos explicatórios para “novas” ruralidades que já nascem em processo de transformação. E para uma agricultura que assume múltiplas funções, não podendo mais ser vista apenas como atividade produtora de matérias-primas, mas também como geradora de bens materiais e imateriais, mercantis e não mercantis.

Na busca de parâmetros para o aferimento do desenvolvimento rural em diferentes regiões do país, Kageyama (2008) faz uma revisão teórica da discussão internacional em torno do rural e do seu desenvolvimento e recupera a definição das “novas” ruralidades encontrada nos trabalhos de diferentes autores e instituições. Embora com ênfases ligeiramente diferenciadas, essas abordagens repousam em alguns elementos consensuais, a saber: o rural há muito deixou de se o *locus* exclusivo de agricultores e de atividades agropastoris. Hoje os locais fora dos perímetros urbanos que apresentam boa infraestrutura de transporte e serviços atraem outras categorias sociais que neles buscam as amenidades da natureza e uma qualidade de vida não mais encontrada nos centros urbanos. A antiga polaridade entre rural e urbano dilui-se nessa “nova” ruralidade na medida em que se estreitam os laços de complementaridade entre esses espaços através da difusão de serviços anteriormente considerados exclusivamente urbanos e através do surgimento de novas formas de inserção no mercado de trabalho para as populações rurais e urbanas

Na França, e em outros países da Europa, as áreas rurais e, sobretudo as consideradas periurbanas, vêm apresentando um crescimento populacional superior a dos centros urbanos, quer seja pela diminuição da migração para as cidades, quer seja pela atração para essas regiões de outras categorias sociais. No município de Ouro Fino-MG, objeto de nossa pesquisa, apesar dos dados censitários apontarem para uma estagnação no crescimento demográfico e uma diminuição da porcentagem da população habitando os espaços definidos como rurais, constatamos um aumento nos últimos anos de propriedades rurais pertencentes a aposentados ou outras categorias sociais que aí se instalam de forma permanente ou mantêm residência secundária. Nesse sentido, é importante ressaltar a discrepância, já bem observada por José Eli da Veiga (2002), sobre o que é considerado

rural ou urbano no Brasil. Pela classificação utilizada pelo IBGE, a crescente população dos dois distritos rurais encontrados em Ouro Fino é contado como urbana, embora não ultrapasse os 1.300 habitantes, envolvidos, em sua grande maioria, em atividades agrícolas. Como veremos ao longo do trabalho, o grande número de bairros rurais presentes no município de Ouro fino, apresentando diferentes graus de facilidade de acesso e de serviços prestados pela prefeitura leva à formação de um tecido social e paisagístico onde ora predominam as aglomerações humanas ora sobressai a beleza natural da Serra da Mantiqueira. Podemos mesmo dizer que nesse pequeno espaço encontramos exemplos do rural que cresce populacionalmente devido ao que oferece em termos de serviços e qualidade de vida e do rural que, pela dificuldade de acesso e oportunidades sofre um contínuo esvaziamento.

A dificuldade em definir o rural começa com a própria delimitação física desses espaços que varia substancialmente de um país para outro. Enquanto aqui, por exemplo, uma pequena cidade de 30.000 habitantes como Ouro Fino, pode ter dois distritos rurais cuja população é contabilizada como urbana, na França o limiar da ruralidade repousa nas comunas com menos de 2.000 habitantes não ligadas a aglomerações maiores. Em ambos os países os aglomerados urbanos que mais crescem são as cidades de pequeno e médio porte que apresentam uma boa infraestrutura de serviços, belezas naturais, possibilidades de emprego ou facilidade de acesso à estes. Mas enquanto na França é difícil alguém se encontrar a mais de 30 km de um supermercado, no nosso caso, o isolamento e a precariedade das vias de acesso dificultam o povoamento de muitas áreas rurais. O fenômeno das “novas” ruralidades encontra-se aqui mais concentrado ao redor de cidades que apresentam as características acima mencionadas e é impulsionado pela insalubridade de nossas metrópoles. Nos locais onde ele ocorre, é possível falar também de multi-pertencimento e de cidades residenciais, dissociadas do local de trabalho. Mas se na França existe um esforço de integração da população recém chegada com a população local, entre nós o crescimento de muitas cidades do interior é impulsionado pela instalação de condomínios fechados que representam a antítese dessa integração.

A interessante pesquisa de Pires (2004) sobre o crescimento da oferta de trabalho na atividade genericamente denominada pelo autor de caseiro, na cidade de Vinhedo – SP, exemplifica o rápido crescimento de cidades pequenas próximas a grandes centros urbanos, impulsionado pela chegada de uma população urbana geralmente de classe média a alta

atraídas por um rural que oferece tranqüilidade, segurança e beleza paisagística<sup>1</sup>. Nesse caso específico, é difícil dizer até que ponto as tradições culturais locais estão presentes na lista dos atributos procurados nesses espaços, uma vez que se trata principalmente da implantação de condomínios residenciais que estabelecem com a localidade uma dúbia relação de pertencimento e distanciamento privativo. Já no caso de cidades como Ouro Fino, muitos dos que chegam são nativos voltando após anos de trabalho em centros econômicos mais dinâmicos e buscam não apenas a tranqüilidade do interior, mas um retorno às origens e a convivência com parentes e antigos amigos. Embora tanto a iniciativa privada como a administração municipal vez por outra avenge a possibilidade da construção de conjuntos habitacionais e condomínios fechados em bairros rurais, o que hoje se encontra são sítios, chácaras ou residências de cidadãos espalhados por quase toda zona rural do município.

Outra característica particular de nossa realidade agrária, diametralmente oposta à francesa, refere-se à estabilidade de nossa população rural. No Brasil tanto a grande propriedade mercantil caracteriza-se pela dissociação entre local de morada e local de produção como a agricultura familiar desenvolveu-se, e continua vivendo, sob a égide da mobilidade espacial. Vender a propriedade para adquirir uma maior, ou melhor, em outra localidade é prática comum entre nossos agricultores, assim como é também comum mesmo entre produtores familiares o morar na cidade e trabalhar no campo, ressaltando novamente aqui que muitas dessas cidades não passam de pequenos núcleos urbanos de economia quase exclusivamente agrícola.

Na França, embora a atividade agrícola seja hoje minoritária em muitas dessas áreas, o que a população urbana valoriza e procura é o espaço de tradições camponesas profundamente imbricadas no imaginário coletivo e resultado de uma longa política de valorização da produção agrícola de base familiar. Ao passo que na Inglaterra a revolução industrial levou à adoção, já a partir do século XVI de medidas de esvaziamento do campo e concentração das atividades manufatureiras nas cidades. Como decorrência desses processos históricos distintos de desenvolvimento regional hoje os ingleses buscam no campo paisagens naturais intocadas, enquanto os franceses favorecem um rural povoado por agricultores e campos cultivados. E, entre nós, qual a imagem de rural privilegiada? A natureza selvagem? Os infundáveis campos de monoculturas? A julgar pelo que emerge da

---

<sup>1</sup> Localizado a 75 km de São Paulo e 25 km de Campinas, a população de Vinhedo passou, segundo o autor, de cerca de 12.000 habitantes em 1970 para mais de 47.000 em 2000, apresentando uma taxa de crescimento de 3,88% ao ano, enquanto Campinas apresentou, para o mesmo período, taxa de crescimento de 1,52%.

literatura, filmes e programas televisivos que têm o campo como pano de fundo, a representação do rural no Brasil combina algo de natureza selvagem, indomada e mesmo mitológica com campos de criação e cultivo associados à uma cultura que mistura a ingenuidade e a marotice “caipiras” com uma noção de tempo que permite intermináveis conversas ao redor do inevitável fogão de lenha. É, portanto, um rural ao mesmo tempo selvagem e habitado/cultivado. Mas é, sobretudo, um rural extremamente diversificado que não permite uma generalização sobre a presença de “novas” ruralidades. Esse, nos parece, é um fenômeno aplicável a algumas situações em algumas regiões. Se na França o novo rural pode ser encontrado mais ou menos *partout*, no Brasil é difícil pensar essas novas dinâmicas em regiões dominadas pela monocultura, pela pobreza ou pelo isolamento.

Seja qual for a definição de rural adotada, é certo que não podemos mais pensar na agricultura familiar como restrita apenas à produção agrícola. Uma estrutura agrária onde predominam as propriedades familiares fomenta relações sociais e com a natureza, manifestações culturais, enfim, um modo de vida, que pode tornar a região bastante atrativa para outros segmentos da sociedade, consolidando assim seu papel multifuncional. Esse papel não é algo novo. Por um lado podemos mesmo dizer que, apesar de seu reconhecimento tardio, ele é inerente à agricultura camponesa e familiar. Por outro lado ele é fruto das discussões sobre o lugar da agricultura e dos espaços rurais nas sociedades modernas e ganhou importância como elemento definidor de políticas públicas.

Em nosso trabalho, partimos da hipótese de que em municípios como Ouro Fino, a agricultura familiar tece uma permanente ponte entre o rural e o urbano, criando o que denominamos de uma “cultura da roça”. Abordando a questão sobre um outro prisma, nos parece que o próprio processo de urbanização acontece sem que haja, em momento algum, uma ruptura definitiva com o passado rural. Estaríamos falando, portanto, de um município eminentemente rural, não apenas por sua economia depender da produção agropecuária, mas por conservar características culturais e sociais profundamente imbricadas em relações de parentesco e vizinhança, de reciprocidade e apego à terra, características da tradição rural. Não se trata aqui de comungar com a idéia defendida por alguns autores da existência de um “continuum” entre o rural e o urbano, mas sim de um processo concomitante e complementar de desenvolvimento desses espaços. Voltaremos a essa temática em diversos momentos do trabalho, buscando no último capítulo analisar como ela se manifesta no município de Ouro Fino.

Como bem demonstrou Kageyama (2008, p.24) o conceito de rural não é estático nem a-histórico (Wanderley, 2000, p.88), mas evolui concomitantemente com as mudanças

de ordem tecnológica, econômica e social operadas no interior de suas comunidades, como é ainda fruto de processos específicos de desenvolvimento econômico regional. Está também intimamente ligado com as representações sobre o mundo rural. Como coloca Halfecree (1993, p.33) “[...] *a estrutura precisa de nossa representação social da ruralidade não é fácil de indicar. Ela será uma amálgama de experiências pessoais com concepções “tradicionais” que nos são passadas pela literatura, pela mídia, pelo Estado, família, amigos e instituições*”. Vários de nossos entrevistados nos bairros de Ouro Fino responderam negativamente à questão: Existe preconceito de quem mora na cidade em relação a quem mora na roça? Em que pese o fato de que “morar na roça” ainda carrega conotações negativas, os entrevistados alegaram que a imagem do campo mudou muito e hoje ele é reconhecido por sua importância enquanto espaço produtor de alimentos e local de lazer.

Mas quem são os produtores que permanecem nesse rural pluri-habitado praticando uma agricultura que se espera que seja multifuncional? Com certeza não se trata mais “[...] *daqueles grandes segmentos da espécie humana que permaneceram a meio caminho entre a tribo primitiva e a sociedade industrial*” que aparece na obra de Eric Wolf (1970, p.9). Essa nova ruralidade demanda um agricultor pluriativo e ele próprio multifuncional. São os “agricultores territoriais” (Coulomb, *apud* Wanderley 2000, p.119) dos quais se espera não apenas a produção de alimentos em quantidade e de qualidade compatíveis com as demandas urbanas, mas que sejam também jardineiros da natureza, mantendo paisagem e recursos naturais temperados com boas doses de tradições culturais de forma a tornar os espaços rurais cada vez mais atraentes para um diversificado conjunto de categorias sociais. Na Europa, parte do subsídio financeiro que os agricultores recebem da PAC (Política Agrícola Comum) visa exatamente o cumprimento dessas funções. E essa parcela deve aumentar na reforma da Política prevista para 2013. No Brasil são pouquíssimas as iniciativas, algumas conduzidas por Organizações Não Governamentais, que promovem uma compensação financeira aos agricultores pelos serviços ambientais que devem prestar para o benefício da sociedade em geral. Concordamos com Doré et al. (2008, p.143) quando este afirma que “[...] *além de produzir, a agricultura modela as paisagens e pode contribuir para a redução de poluentes ou preservação da biodiversidade. No entanto, é necessário que essa contribuição da agricultura à qualidade de vida seja reconhecida e encorajada pela sociedade*”.

Embora nosso trabalho não teve por objetivo estudar os impactos de leis ambientais como, por exemplo, o novo Código Florestal, na agricultura familiar, parte de nossa

pesquisa realizou-se no período em que todos moradores de áreas rurais tiveram que declarar os recursos hídricos presentes na propriedade e estimar seu consumo de água. Pudemos notar como o grau de insegurança decorrente de uma demanda legislativa vista como instrumento para o que é percebido pelos produtores como uma nova forma de expropriação - o pagamento da água utilizada - gerou grande precaução nas respostas à perguntas relacionadas com os recursos naturais da propriedade.

O questionamento que identificamos como espinha dorsal desse trabalho pode ser elaborado de maneira bastante direta: quem são os agricultores familiares de Ouro Fino e de que forma essa agricultura contribui para a geração de uma ruralidade específica? Por mais que se multipliquem os trabalhos sobre a agricultura familiar brasileira e que essa população, enquanto categoria político-instrumental, encontre uma clara definição operacional em políticas públicas como o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (Pronaf), acreditamos existir ainda muita névoa e incertezas que, como já afirmado por vários estudiosos do tema, só serão esclarecidas – se esclarecidas tiverem que ser – com os estudos de caso.

Embora pareça ser mais ou menos consenso que o desenvolvimento no campo de forças produtivas nos moldes industrial capitalista opera por toda parte a inevitável passagem do camponês para o agricultor familiar, mesmo quando essa passagem não é completa e os últimos guardam em relação aos primeiros pontos de rompimento e de continuidade (WANDERLEY, 2003), quando tentamos compreender o *modus vivendi* desse segmento social temos que lançar mão do referencial teórico desenvolvido pelos autores que estudaram o campesinato. De certo modo, não cessamos de buscar o camponês no agricultor familiar. Essa “saudade” aparece de forma bastante explícita nos trabalhos de Henri Mendras, Bertrand Hervieu, Marcel Jollivet e praticamente todos autores franceses quando escrevem sobre o rural. Afinal, a sociedade francesa, majoritariamente camponesa até praticamente a metade do século passado não cessa de, nas palavras de Hervieu (2008, p.7) “...alimentar um discurso de lamentação sobre o êxodo rural e suas nefastas conseqüências” e o tom de familiaridade com o objeto é tratado nesses autores difere, por exemplo, do que aparece na obra de antropólogos e sociólogos americanos como Eric Wolf e Robert Redclief (JEAN, 2002).

Já a discussão nacional, nutrida por essas e outras fontes teóricas, atribui àquela população rural, historicamente marginalizada, vivendo majoritariamente nos interstícios da grande produção mercantil muitas das características presentes num modelo universal de campesinato, cujo principal fundamento teórico advém do minucioso estudo do

campesinato russo conduzido por Alexander Chayanov. Mas é lógico pensar que, assim como existe uma grande diversidade dentro da agricultura familiar, também o campesinato se manifesta, ou se manifestou de variadas maneiras, mesmo dentro da realidade brasileira. Daí a importância da obra de Antônio Candido, Afrânio Garcia Junior, Maria Isaura de Queiroz, Carlos Rodrigues Brandão e outros tantos renomados autores cujo trabalho etnográfico junto a grupos específicos de camponeses em diferentes pontos do país serve de base para a atual discussão sobre a agricultura familiar.

Nesse trabalho utilizamos o termo agricultor familiar por ser aquele, juntamente com o de produtor rural, com o qual nossos entrevistados mais alegaram se identificar, e por se tratar realmente de agricultores que, apesar de manter uma base familiar de produção, estão plenamente integrados ao mercado. Mas referenciamos nossas considerações na bibliografia nacional e internacional sobre o campesinato. Nos interessa aqui recuperar a discussão acerca de ambas essas categorias e contrapô-la à realidade estudada. Até que ponto os agricultores de Ouro Fino se encaixam nesses estudos clássicos e onde operam pontos de ruptura? Muitos dos argumentos sobre a importância da agricultura familiar, e a necessidade de apoiá-la e expandi-la através da reforma agrária e de políticas públicas direcionadas especificamente para essa categoria, fundamentam-se nos dados censitários que comprovam a importância econômica desse setor. Mas quem é o produtor familiar responsável por cerca de 40% da produção agropecuária brasileira e 80 % dos empregos gerados no campo? Quem é o produtor familiar da sustentabilidade ambiental? E quem é o produtor familiar que guarda tradições e um *ethos* de vida que remete a uma herança camponesa ou outros referenciais tidos como tradicionais? A expressiva participação na produção agropecuária nacional implica necessariamente na existência de uma agricultura familiar integrada ao mercado e produtora de excedentes. No entanto, uma maior subordinação à circulação geral do capital parece implicar também no arrefecimento do que poderia ainda ser chamado de tradição camponesa na configuração da unidade produtiva familiar.

Em seu esclarecedor artigo sobre os pontos de ruptura e de continuidade entre agricultores familiares e camponeses, Wanderley (2003, p.47) reafirma a teoria do duplo pertencimento dos agricultores familiares ao mundo moderno e às tradições camponesas herdadas: “... o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura”. Dentre os pontos que permanecem entre essas duas categorias a autora enfatiza

a centralidade, ainda que em outros moldes, da família, a diversificação da produção e o destino de parte dela para o consumo familiar. Mesmo a pluriatividade, considerada pela autora como contemplando apenas o exercício de trabalho externo pelo chefe do estabelecimento, não representa a perda da autonomia tradicionalmente consagrada aos camponeses, mas representa apenas mais uma estratégia de reprodução da agricultura familiar.

Neves (1992), ao levantar algumas questões metodológicas no estudo das unidades de produção familiares chama atenção para o fato de que nem sempre a manutenção do patrimônio é um objetivo compartilhado por toda família, podendo mesmo se tornar um fardo quando inibe a realização de outros projetos.

A questão da centralidade da família nos parece ser um dos pontos que merece um olhar mais atento uma vez que esta família sujeita às mesmas mudanças a que estão sujeitas todas as famílias no interligado mundo contemporâneo. A suposição de que os filhos vão se tornar força de trabalho com que a unidade produtiva pode contar na sua maturidade – permitindo investimentos ou mesmo a expansão do sistema - carece ser olhada com cuidado. O que pode ser observado na região de Ouro Fino é que o interesse dos jovens pela atividade agrícola depende da vocação de cada um para esse tipo de trabalho, bem como da possibilidade ou não de acesso às atividades não agrícolas, além, é claro, da remuneração que se pode esperar da agricultura. Por outro lado, aumentam as despesas paternas com itens de consumo como roupas, sapatos, celulares, aparelhos de som e por aí fora. O meio rural faz parte do mundo moderno, adotando seus valores e respondendo ao seu apelo consumista. Os anseios e desejos dos jovens rurais pouco diferem dos anseios e desejos dos jovens urbanos.

No terceiro capítulo do trabalho chamamos a atenção para a necessidade do cuidado em não permear a análise do plantio para o autoconsumo entre produtores familiares com resquícios de nossas representações sobre a natureza e a produção e consumo de alimentos no meio rural. Nossa pesquisa demonstrou que se por um lado diminuiu a importância do plantio para consumo direto da família, por outro ele ainda está bem presente e inserido nas redes sociais encontradas no campo.

Outra questão “espinhosa” na discussão sobre a agricultura familiar refere-se à relação entre mão-de-obra familiar e mão-de-obra contratada. Concordamos com as observações de Neves (1992, p.25) quando esta chama a atenção para a necessidade de considerar dois pontos fundamentais na aferição do peso de uma ou outra forma de trabalho. A primeira diz respeito à dissociação, na produção agrícola, entre tempo de

trabalho e tempo necessário para a realização da produção. Como coloca a autora: “...O tempo de produção consiste num período em que o trabalho é realmente aplicado na produção e noutra, quando a mercadoria não-acabada é abandonada ao processo natural, não correspondendo a tempo de processo de trabalho”. Dependendo da sazonalidade do trabalho requerido por um cultivo específico a contratação de mão-de-obra externa torna-se um imperativo para a realização da produção, podendo mesmo ser mais importante que o trabalho aportado pela família. Mas é bom lembrar que agricultores familiares trabalhando junto, mesmo quando um está pagando e o outro recebendo, estão ligados por relações outras que aquelas tradicionais entre patrão e empregado. Em nossa pesquisa buscamos identificar como as relações de trabalho se inserem nas relações de reciprocidade numa comunidade rural.

A diversidade da agricultura familiar tem sido discutida por vários autores, alguns deles reunidos na obra desse nome de Schneider (2006). Acreditamos ser possível pensar a heterogeneidade do universo das explorações familiares em dois níveis: por um lado temos o que poderíamos chamar de macrodiversidade, definida por características regionais específicas e responsáveis pelas diferenças encontradas, por exemplo, entre agricultores nordestinos, paulistas e gaúchos, como bem analisadas por Wanderley (1995)<sup>2</sup>. Por outro lado, temos a diversidade que aparece entre produtores de um mesmo local, e que poderíamos denominar de microdiversidade.

Num nível macro podemos argumentar que as diferenças são, grosso modo, fruto de condições edafoclimáticas distintas, de um processo histórico específico de ocupação agrícola da área, de heranças étnico-culturais, do desenvolvimento diferenciado das forças produtivas e de mercado e de políticas públicas desenvolvidas e implementadas regionalmente. Diferenças estas relativamente fáceis de serem mapeadas e analisadas. Já no nível micro, as causas da heterogeneidade relacionam-se diretamente com o acesso aos meios de produção, incluindo a mão-de-obra familiar, mas podem também esbarrar em condicionantes que beiram o subjetivo, uma vez que cada agricultor estabelece uma relação única com o meio em que está inserido. Essa relação abrange aspectos que vão das qualidades pessoais e intuitivas na “lida” com a terra, que poderiam ser caracterizadas em termos de vocação para o exercício da profissão agricultor, à maior ou menor capacidade de apreensão e apropriação do meio físico, no sentido de ser capaz de “ler” os múltiplos

---

<sup>2</sup> Resultado da pesquisa internacional sobre a agricultura familiar, coordenada por Hugues Lamarche, realizada entre 1988 e 1989, e que no Brasil envolveu as regiões do Cariri na Paraíba, o município de Leme em São Paulo e o de Ijuí no Rio Grande do Sul.

aspectos que compõe sua complexidade. Ou como poeticamente coloca Brandão (1999) a prática da agricultura “... acontece na convivência cotidiana com o meio ambiente imediato que precisa ser apropriado, socializado e transformado em produto econômico do trabalho que garanta a reprodução tanto da família como do próprio sistema produtivo”.

Para Van der Ploeg (1994), a prática da agricultura é uma construção social cuja organização depende dos atores envolvidos. As estratégias que adotam, a forma como se relacionam com os mercados, com o desenvolvimento tecnológico e com as políticas públicas fazem dessa prática um todo altamente diversificado. Poderíamos por essa via concluir que a agricultura é a arte de cultivar os campos mediada por uma rede de relações sociais multifacetada, ou seja, incluindo tanto o que se refere à sociabilidade entre os atores envolvidos, como as relações econômicas e políticas que estabelecem e ainda a forma específica como percebem e interagem com a natureza. Diversidade e complexidade andam de mãos dadas na agricultura familiar e podemos mesmo dizer que uma é causa e consequência da outra. O que certamente coloca para os pesquisadores um grande desafio metodológico.

O trabalho de pesquisa parte das seguintes hipóteses norteadoras:

Nossa hipótese central refere-se à idéia de que em municípios como o de Ouro Fino a agricultura familiar possibilita a continuidade do que poderia ser chamado de uma “cultura da roça”, desafiando as teorias da existência de uma dicotomia entre campo e cidade na medida em que tanto econômica como culturalmente tece uma permanente ponte entre o modo de vida rural e urbano, atenuando possíveis fronteiras divisórias entre os dois.

A primeira hipótese secundária sustenta que apesar da predominância da cultura do café, a agricultura familiar de Ouro Fino apresenta considerável diversificação, existindo mesmo uma relação de complementaridade entre os diferentes sistemas produtivos, e nisso reside sua força.

Na segunda hipótese secundária trabalhamos com a idéia de ser essa agricultura familiar responsável por uma diversidade de paisagens e tradições que se traduzem numa ruralidade específica que muito contribui para a atratividade do município.

O tivemos como objetivo principal desse estudo a descrição detalhada de sistemas produtivos, mas sim tentar compreender como a presença predominante da forma familiar de produção agrícola, com seus diversos sistemas produtivos, interfere tanto na economia local como no conjunto da vida social do município de Ouro Fino. Que relações de complementaridade são estabelecidas entre os diferentes tipos de produtores e que tipos de sociabilidades ela promove. Ou em outras palavras, como olhar para aquela paisagem e

compreender a multiplicidade de relações que se desenvolvem entre seus habitantes e entre estes e aquele meio físico específico. Relações essas que são fruto de um processo histórico de ocupação e modificação do ambiente natural, ou seja, das relações que os homens estabelecem entre si e das relações que o homem estabelece com a natureza.

Partindo desse princípio, adotamos como metodologia básica a análise de sistemas agrários, por nos parecer ser a que melhor trabalha a complexidade de relações que acabamos de mencionar. A metodologia da abordagem sistêmica permite a análise tanto em nível da unidade de produção (micro) como do meio social, econômico e ambiental, no qual essas unidades estão inseridas (macro). Para Oliveira (2000) “... *as variáveis essenciais para esse tipo de abordagem são: o ambiente e os recursos naturais explorados, as formas ou modos de exploração, a divisão social do trabalho, as relações de posse e uso da terra, as condições político-culturais dos agentes sociais, o destino da produção e os determinantes históricos das transformações ambientais, econômicas e sociais.*”

Tendo em mente que a agricultura familiar atual é resultado de um processo evolutivo, iniciamos nosso estudo pela recuperação da história agrícola do município de Ouro Fino. Para tanto pesquisamos obras que descrevem a história do município desde os primórdios de sua fundação, dados de censos agropecuários e documentos históricos. Também ouvimos relatos de seus moradores mais antigos, alguns descendentes dos muitos imigrantes italianos que vieram para a região. O que emerge desse esforço é o retrato de uma agricultura diversificada, mas que nasce e se desenvolve com uma forte inserção no mercado.

No segundo capítulo revemos alguns dos principais aportes teóricos para o estudo do campesinato e da agricultura familiar. Para tanto nos valem de clássicos como Chayanov, Henri Mendras e Robert Redfield e dos autores brasileiros que muito se debruçaram sobre o tema, em particular Maria Nazareth Wanderley, Maria José Carneiro, Ricardo Abramovay, Sérgio Schneider, Delma Pessanha Neves, além dos nossos clássicos já mencionados. Nesse capítulo também discutimos os novos contornos do rural nos apoiando no trabalho de Angela Kageyama, Bernard Kayser, José Graziano da Silva, Bertrand Hervieu, além dos já citados acima.

O terceiro capítulo apresenta o bairro rural Peitudo, seus produtores e seus sistemas produtivos. Além de caracterizar os diferentes sistemas produtivos exploramos os canais de comercialização dos principais produtos e buscamos identificar uma herança camponesa nesses agricultores modernos.

No último capítulo retornamos ao município de Ouro Fino e apresentamos os resultados das entrevistas realizadas no comércio local e que indicam a importância da população rural na economia do município. Também visitamos as muitas festas de santo que ocorrem nos bairros rurais acreditando serem elas uma das manifestações das múltiplas funções da agricultura familiar. No mesmo capítulo abordamos a questão da agricultura familiar como uma forma de produção mais sustentável ambientalmente e mantenedora de uma paisagem que torna o espaço rural atraente para outras categorias sociais.

É possível defender a importância e pertinência da agricultura familiar reunindo argumentos de diferentes naturezas. Geralmente enfatizando sua eficiência produtiva. Não menos importante, nos parece, é explorar as possibilidades que oferece uma determinada estrutura fundiária para a criação de sociabilidades que, em última instância, podem refletir positivamente naquilo que é genericamente conceituado como qualidade de vida para um amplo leque de pessoas tanto do campo como da cidade. Possibilidades estas facilmente encontradas nas diversificadas paisagens rurais onde predominam os pequenos e médios estabelecimentos familiares, mas que desaparece quando o campo se transforma num monótono e infundável canavial ou cafezal.

A “roça” em Ouro Fino começa mal termina a rua e é entrecortada por bairros com núcleos “urbanos” mais ou menos estruturados em termos de serviços como posto médico e escola. Se esses núcleos forem considerados urbanos poderíamos quase falar de uma agricultura periurbana e de uma “roça profunda” para diferenciar o que está mais perto ou mais distante dessa “urbanidade”. Por outro lado, se levamos em conta o argumento das cidades imaginárias do professor José Eli da Veiga, podemos aumentar a proporção dos habitantes de Ouro Fino que moram na zona rural ou mesmo arriscar dizer que em muitos municípios como o estudado, o processo de urbanização se dá de forma incompleta, onde a terra e os que nela trabalham continuam mantendo sua função estruturante no imaginário coletivo, não apenas por seu aporte econômico, mas por campo e cidade nunca terem se distanciado, cultural e socialmente, o suficiente para que o primeiro deixasse de ser referência para o segundo. Em Ouro Fino, é difícil encontrar alguém da cidade que não tenha um “pé na roça”, como é difícil encontrar alguém do campo que não tenha um “pé na cidade”.



### 3-CAPÍTULO I

#### Viagem pela estrada de Ouro Fino



### 3.1 – Características Gerais do Município de Ouro Fino

Localizado na microrregião de Poços de Caldas da Região Sul do estado de Minas Gerais, Ouro Fino ocupa uma área de 534 quilômetros quadrados e é um dos maiores municípios da região. Faz divisa com os municípios de Bueno Brandão, Monte Sião, Jacutinga, Andradas, Santa Rita de Caldas, Ipuiuna, Borda da Mata e Inconfidentes e conta com dois distritos localizados na zona rural: Crisólia e São José do Mato Dentro. Ouro Fino encontra-se a 439 km de Belo Horizonte e 290 km de São Paulo.

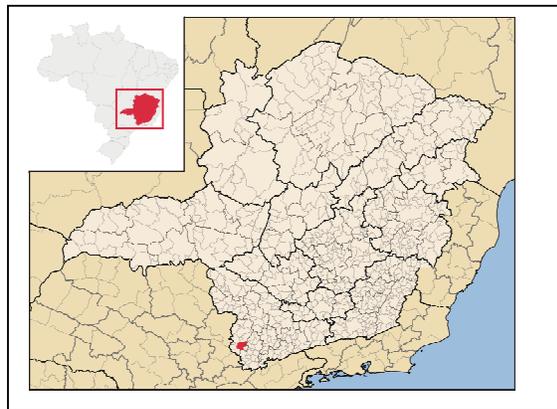


Fig. 1 – Localização do município de Ouro Fino  
Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ouro\\_Fino](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ouro_Fino)  
Acesso em 10/09/2009

O município fica nas franjas da Serra da Mantiqueira e apresenta altitude média de 914m, com predominância de colinas convexas e convexo-côncavas, interligadas por topos aplainados ou abaulados. Em torno de 70 % do relevo é classificado como ondulado<sup>3</sup>, com variação de declividade entre 12 a 50%. Segundo o agrimensor Evandro Muniz Franco, a maioria das culturas anuais encontra-se em declividades de 20 a 25 % e as lavouras de café entre 30 a 40%, com tendência atual de plantio em áreas mais baixas e planas devido a maior possibilidade de mecanização e a diminuição da ocorrência de geadas severas nos

<sup>3</sup> Em <http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=estado&diretorio=munmg&arquivo=municipios&municipio=46008>. Acesso 23/09/2009

últimos anos. Mas em algumas áreas mais acidentadas ainda é possível encontrar verdadeiras paredes de cafezais antigos.

O clima tipo CWb (clima mesotérmico, com verões suaves e úmidos) na classificação climática de Koeppen apresenta temperatura média anual de 20,8°C (RIVELLI, 1999, p.5), com possibilidade de geadas nos meses de inverno, o que já causou grande dano para a predominante lavoura de café. A pluviometria média anual é de 1.744,2 mm e o período seco dura geralmente três meses, concentrando-se entre junho e agosto, mas podendo prolongar-se excepcionalmente até outubro. Esse período seco coincide com a época de colheita de café e a facilidade na secagem dos grãos garante a boa qualidade da bebida. O verão quente e úmido é marcado pelas chuvas pesadas. O historiador ourofinense Aureliano Leite (2007, p.108), descreve o clima da cidade como dado a “*tempestades wagnerianas*”, com chuvas torrenciais e “*raios mortíferos que fuzilam para todas as direções*”. Mas se compararmos o clima local com os distúrbios climáticos que se multiplicam por toda parte atualmente, essas tempestades wagnerianas não passam de uma sonata de Debussy.

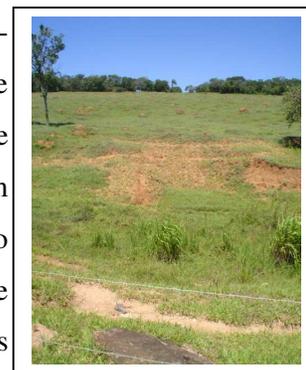
A região de Ouro Fino é formada por rochas datadas do Pré-Cambriano Inferior como granitos e gnaisses, o que possibilita a exploração de minerais como o quartzo, feldspato, caulim e apatita, além de argila e areia quartzosa.<sup>4</sup> A maior parte dos tijolos usados nas construções vem das inúmeras olarias artesanais da região. Até aproximadamente dez anos atrás era possível encontrar também várias pequenas olarias fabricando telha tipo francesa.

Predominam na região os solos



**Fig. 2: Perfil de solo na região de Ouro Fino**  
Fonte: Pesquisa de campo,(2008)

classificados como lotossolo vermelho-amarelo, bastante desenvolvidos e profundos, mas de baixa fertilidade natural, muito pobres em fósforo e com tendência à acidez. O horizonte B espesso e apresentando maior teor de argila que os demais horizontes, característicos desse tipo de solo, são propensos à



**Fig. 3: Pastagem degradada na região de Ouro Fino**  
Fonte: Pesquisa de campo

<sup>4</sup> Levantamento Geoambiental das Regiões do Médio e Alto Rio Sapucaí e do Alto Rio Pardo (2007, p.125-142)

compactação quando mal trabalhados ou expostos ao pisoteio excessivo<sup>5</sup>. O relevo acidentado, a alta pluviometria e o tipo de solo da região favorecem os danos causados pela erosão. As características de profundidade, friabilidade e permeabilidade dos latossolos lhes conferem importante papel de recarga de aquíferos freáticos, principalmente quando localizados em relevos mais suaves. O uso intensivo de agroquímicos de alta solubilidade nesses terrenos pode causar sérios danos de contaminação da água subterrânea. Culturas como tomate e alho, presentes no bairro que pesquisamos podem estar prejudicando a qualidade da água do lençol freático.

Embora predominem os latossolos, nas regiões serranas de maior declividade aparecem os solos agora classificados de argissolos, os antigos podzólicos, que se encontram numa etapa anterior de intemperização em relação aos latossolos, tendendo a apresentar maior fertilidade e menor acidez. Nessas mesmas áreas acidentadas podem ocorrer também manchas de cambissolos, cuja fertilidade depende do material de origem e não raro apresentam superfície cascalhenta. A textura siltosa do horizonte C predispõe esses solos à elevada instabilidade mecânica, favorecendo o aparecimento de voçorocas, principalmente quando esse horizonte é exposto por caminhos e ruas no sentido do declive, o que é comum nos carreadores de café. Pela ocorrência em áreas mais elevadas e por sua fertilidade esses solos se prestam bem ao cultivo do café, sobretudo por pequenos produtores. De fato, encontramos em algumas das serras limítrofes do município agricultores familiares que conseguem um bom rendimento com o cultivo de pequenas áreas de café, dependendo menos do aporte de adubos químicos do que os localizados nas áreas de latossolo. Todos os agricultores cafeicultores com que conversamos concordam que nessas terras de solo mais duro o café cresce mais sadio e rende melhor bebida que nas terras fofas de campo.

Já nas baixadas, vargens e áreas periodicamente inundadas aparecem os antigos solos aluviais, atualmente classificados genericamente de neossolos flúvicos. Essas áreas foram utilizadas para o cultivo do arroz durante muitas décadas, mas ainda abrigam remanescentes das antigas Matas de Brejo e Matas Aluviais.

O intenso desmatamento que a região sofreu a partir da chegada do café na segunda metade do século XIX e o aumento das pastagens plantadas após a introdução no Brasil da *Brachiaria decumens* deixou uma paisagem de morros pelados, pastos degradados e erodidos e cursos de água assoreados. Atualmente, no entanto, a prática adotada pela

---

<sup>5</sup> Idem

maioria dos produtores de plantar em curva de nível, ou ao menos no sentido contrário das águas tem diminuído o problema de erosão. Da mesma maneira, a exigência pelo Código Florestal Brasileiro<sup>6</sup> de deixar como Área de Preservação Permanente (APP) a mata ciliar ao redor de cursos d'água e os terrenos com declividade acima de 45 % está aos poucos recuperando algo da antiga paisagem. Nossa pesquisa de campo demonstrou que a fiscalização do Instituto Estadual de Florestas (IEF) para o cumprimento, ainda que parcial, das exigências do Código Florestal e a atuação da Polícia Ambiental quanto à caça de animais silvestres vem causando um impacto ambiental visivelmente positivo. Todos os entrevistados reportaram um aumento de matas nativas e o retorno ou aparecimento de aves e mamíferos selvagens.

Segundo o professor Laércio Loures<sup>7</sup>, profundo conhecedor da região e coletor de sementes de espécies nativas, nosso entrevistado durante a pesquisa de campo, a flora local encontra-se no Domínio da Mata Atlântica da Serra da Mantiqueira, sendo classificada como Floresta Semi-Decídua Estacional Montana, com predominância das famílias botânicas das fabáceas - olho de cabra (*Ormosia arborea*); caesalpioniáceas - copaíba (*Copaifera langsdorffii*); rubiáceas - pereira (*Platygyamus regnelii*); papilionoidáceas - imbirá de sapo (*Lonchocarpus* spp.), pata-de-vaca (*Bauhinia forficata*); lauráceas - maçaranduba (*Persea* spp.) e várias espécies de canela (*Cryptocarya* spp), asteráceas - candeião (*Eremanthus incanus*), euforbiáceas – capixinquí (*Croton floribundus*), sangra d'água (*Croton urucurana*), leiteiro (*Sebastiania* spp); bignoniáceas – jacarandás (*Machaerium* spp.) e meliáceas – cedro (*Cedrela fissilis*), cajarana (*Cabralea canjerana*), entre outras. Duas espécies introduzidas, a leucena (*Leucaena leucocephala*) originária da América Central e o angico (*Anadenanthera colubrina*) viraram praga na região, dificultando o repovoamento de espécies nativas. Da mesma forma, a rica flora de banhado decorrente da abundância hídrica da região encontra-se ameaçada pela introdução da braquiária-de-cipó (*B. subquadripara*).

Com respeito à fauna local, a entrevista com o professor corroborou também com os resultados da pesquisa de campo. Conforme reportaram os agricultores, a região assiste ao reaparecimento do lobo guará (*Chrysocyon brachyurus*), das onças parda (*Puma concolor*),

---

<sup>6</sup> Lei nº 4.771 de 15.09.1965. Atualizada em 06.01.2001 disponível em: <http://www.ibamapr.hpg.ig.com.br/4771leiF.htm>

<sup>7</sup> Biólogo, professor da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes.

pintada (*Panthera onca*) e jaguatirica (*Leopardus pardalis*) e da raramente vista irara (*Eyra bárbara*); do aumento da população da paca (*Cuniculus paca*), quati (*Nasua narica*), macacos saú (*Callicebus personatus*), prego (*Cebus apella*) e bugio (*Alouatta fusca*); estabilidade da população de veados (*Ozotoceros bezoarticus*) e indesejada explosão do número de capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*). Com relação às aves, vêm aumentando bastante a população de tucanos (*Ramphastos toco*), canários (*Sicalis flaveola brasiliense* e *Serinus canaria*), pica-paus (*Campephilus robustus*), juritis (*Leptotila sp.*), entre outras e reapareceu o jacu (*Penelope spp*). No entanto, a introdução da africana garça vaqueira (*Bubulcus ibis*) ameaça espécies nativas como a siriema (*Cariama cristata*) e o anu (*Crotophaga ani* e *Guira guira*) pela rápida multiplicação e a concorrência pelos mesmos alimentos – aranhas, grilos e gafanhotos nas pastagens. O professor alerta ainda para a sensível diminuição da população de várias espécies de gaviões, conseqüência talvez do fato dessas aves encontrarem-se no topo da cadeia alimentar e, portanto, expostas ao efeito acumulativo de pesticidas ao longo da cadeia.

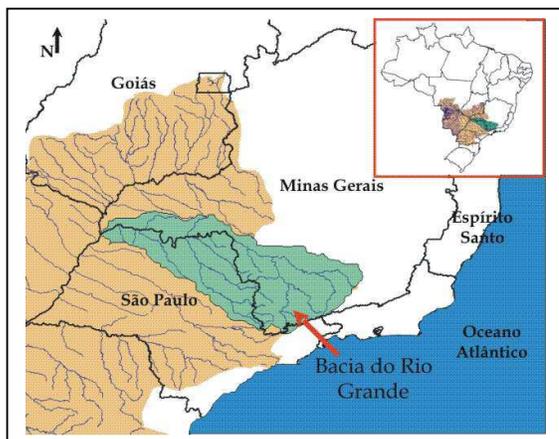
Os resultados dos censos agropecuários de 1975, 1985, 1996 e 2006 comprovam o aumento de matas nativas no município, conforme podemos ver na tabela a seguir.

**Tabela 01 – Matas nativas no município de Ouro Fino**

Censo Agropecuário	Matas Nativas	
	Informantes	Área/ha
1975	428	1.940
1985	368	2.236
1995	532	2.544
2006	455	2.593

Fonte: Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1975, 1985, 1995 e 2006.

Ainda sobre as matas nativas, é importante salientar que a grande maioria dessa vegetação trata-se de mata de reposição natural e não da mata original. Segundo o professor Laércio, as matas primárias não ultrapassam 5% da área do município, e a soma de matas primárias e de reposição não ultrapassa 15%, distribuídos em segmentos descontínuos, o que favorece o desaparecimento de espécies raras por endogamia ou falta de companheiras para a reprodução. Nesse sentido, é preciso atentar para o fato de que a reserva legal perde sentido sem um planejamento para a alocação dessas áreas de forma a formar reservas que possam realmente proteger a fauna e flora local.



**Figura 4 - Localização da bacia do Rio Grande.**  
**Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas (IGA/MG), 2007.**

Parte da região sul de Minas Gerais pertence a bacia do Rio Grande que integra a bacia do Rio Paraná e ocupa uma área de 143 mil km<sup>2</sup>, dos quais 17,8% em território mineiro. O município de Ouro Fino é entrecortado pelo seu afluente, o rio Mogi Guaçu e o Ribeirão Ouro Fino, São Pedro, da Vargem Grande, da Glória e Rio do Cervo. Integra também a bacia do Rio Grande, o Rio Sapucaí, determinante, como veremos a seguir, para a história da ocupação territorial do sul de Minas.

Inúmeros outros cursos superficiais de água são encontrados na região e essa riqueza hídrica, responsável no passado pela exploração de ouro de aluvião, possibilitou durante várias décadas o cultivo de arroz em áreas de várzea. Praticamente todas as propriedades visitadas na pesquisa de campo têm alguma fonte de água própria como mina, córrego ou açude e já teve cultivo de arroz.

### 3.2 - Serras de parco e fino ouro

“*Um beco sem saída*”, assim os primeiros bandeirantes paulistas denominaram a região que parecia um verdadeiro ponto terminal dos caminhos que vinham de São Paulo e estancavam nas encostas da Serra da Mantiqueira, tendo como limites laterais os rios Sapucaí e Mogi Guaçu (LEITE, 2007, p.35). Várias excursões de bandeirantes paulistas começaram, a partir da última década do século XVI, o desbravamento da porção sul do que viria posteriormente constituir a capitania de Minas Gerais. Partiam atrás do ouro que supunham existir, já que encontrado tão facilmente pelos espanhóis colonizadores do outro lado do continente. Mas foi somente em 1674 que Fernão Dias Paes iniciou o povoamento definitivo das Minas Gerais por brancos, mamelucos, e demais mesclas étnicas já existentes. A partir de 1693 começam as primeiras descobertas de ouro de lavagem no rio Mogi Guaçu e seus afluentes. (ROSSI, 1981, p. 14-18)



**Figura 5: Vista da Serra da Mantiqueira.**  
**Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009.**

Embora entradas oriundas da Bahia e do Rio de Janeiro já houvessem anteriormente percorrido a região, coube aos bandeirantes paulistas o feito do desbravamento da parte sul da imensidão das Gerais<sup>8</sup>. No entanto, uma vez descoberto o cobiçado ouro teve início uma acirrada disputa entre paulistas, portugueses, emboabas e nordestinos pela posse do território aurífero, desembocando, em 1708, na sangrenta

Guerra dos Emboabas, da qual os paulistas saíram vencidos (ROSSI, 1981, p. 22).

Tentando apaziguar os conflitos e exercer maior controle sobre o ouro descoberto, o rei D. João V, emite em dezembro de 1720 um alvará dividindo em duas a então Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Estava criada a capitania de Minas Gerais (LEITE, 2009, p.27). Mas as disputas e desacordos sobre os limites entre os dois territórios prosseguem até após a extinção do regime de capitanias hereditárias, sendo somente resolvida definitivamente a questão em 1938, durante o governo de Getúlio Vargas.

Em 1746, Francisco Martins Lustosa, português que no Brasil residiu primeiro em Mogi das Cruzes (SP) e posteriormente em Aiuruoca (MG), descobre minas de ouro na margem esquerda do rio Sapucaí, região até então despovoada, e é nomeado pelo governo de São Paulo Guarda-Mor das mesmas (ROSSI, 1981, p.47). A humilde capela por ele erguida a São Francisco de Paula de Ouro-Fino é elevada à Paróquia já em 1749, e conseqüentemente a Freguesia Administrativa, constituindo-se o marco histórico da fundação de Ouro Fino (ROSSI, 1981, p.109).

O governo da jovem capitania mineira, porém, não tarda em reclamar para si a posse das novas descobertas auríferas e após alguns embates armados Lustosa é obrigado a abandonar suas posses, partindo então com a família para o Paraná. Mas seu nome fica para sempre guardado como fundador de Ouro Fino.

---

<sup>8</sup> As entradas eram geralmente expedições financiadas com recursos da Coroa, enquanto que as bandeiras eram financiadas pelos recursos privados que seus chefes lograssem arrecadar e, na falta de encontrar metais e pedras preciosas, retornavam com grandes quantidades de índios aprisionados para o cativeiro. O caráter de empreitada privada que propiciava uma maior autonomia às bandeiras juntamente com a ambição de seus organizadores, estimulou a exploração de territórios cada vez mais distantes (Rache, 1957, p.11).

Em 1846 a Freguesia de São Francisco de Paula é incorporada ao município de Pouso Alegre e Ouro Fino só ganha independência administrativa em 1881, passando a Comarca em 1890.

Dois importantes cronistas da história de Ouro Fino, Aureliano Leite e Pompeu Rossi, expressam versões distintas acerca da quantidade de ouro de aluvião extraído das águas da região. Para o primeiro:

*“Era um pelear sem tréguas por um resultado mínimo. Cavava-se em forma de poços as baixadas aluviônicas, tirava-se do ventre do solo o material aurífero, em pó, de mistura com o pedregulho, ou sobre a piçarra, mais ao fundo. Noutras regiões, extraía-se o metal-rei do álveo dos rios. E ele aparecia abundantemente em pepitas ou folhetas, oferecendo fruto compensador do trabalho bruto. Aqui não, o “ouro”, “fino”, surgia em pó e, sovinaamente, aos bocadinhos”*(LEITE, 2007, p.26).

Já Pompeu Rossi (1981, p.43), contestando a opinião de Leite, argumenta que *“[...] em Ouro Fino o minério foi extraído com reais vantagens, pelo menos durante os primeiros decênios da mineração, embora se tratasse de ouro de aluvião”*.

Escasso ou abundante, o fato é que o período frutífero da mineração pouco durou, tendo a economia local que se apoiar na agropecuária para garantir a prosperidade da jovem Freguesia. Novamente recorremos a Rossi para uma ilustrar o período:

*“[...] como sói acontecer com o ouro de aluvião, o minério ia escasseando e muitos mineradores arraigados no lugar, iam abrindo as suas fazendas nas áreas próprias para lavoura e pastagem, que circundavam a Freguesia.*

*E, apesar da escassez do ouro, cada vez mais acentuada, a Freguesia ia aumentando e a lavoura se desenvolvendo.*

*Em 1771, relatam os Livro de Assentos de batizados, casamentos e óbitos desta Paróquia, a zona rural que mais tarde formaria o Município de Ouro Fino, já se subdividia nos Bairros de Santa Isabel, Mandu, Cervo, Fejoal, Engenho Velho, São Pedro, São Paulo, Moji, Boa Vereda, Correntes, Cachoeira e Morro Redondo”*(ROSSI,1981 p. 115).

Ainda hoje, uma das características marcantes do município reside no grande número de bairros na zona rural, dois dos quais já promovidos a distrito, e nas muitas festas

de santo que são realizadas nessas localidades e atraem tanto a população rural como citadinos de Ouro Fino e cidades tão distantes como Santo André (SP) e Jundiá (SP). Essas festas, que serão objeto de estudo em capítulo posterior são, a nosso ver, responsáveis por um dos múltiplos significados do espaço rural – o de criador de sociabilidades que, mesmo quando marcadas por crescente processo de mercantilização, não deixam de repousar nos laços de solidariedade e parentesco característicos dos bairros rurais.

Para Cândido (1987, p.64):

*“...além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o sentimento de localidade existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da formação geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico. - O que é o bairro? – perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: - Bairro é uma naçãozinha. – Entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras.”*

Muito mais falaremos nesse trabalho sobre essas naçãozinhas que povoam a área rural do município de Ouro Fino. Por ora, o interessante é que pelo que escreve Rossi acerca do povoamento da área rural de Ouro Fino, tem-se a impressão de que as abundantes terras eram simplesmente ocupadas por aqueles que se dispunham a cultivá-las, mesmo que no período referido, final dos anos mil e setecentos, ainda vingasse o regime de sesmarias, só extinto em 1822. Dessa data, até a promulgação da Lei de Terras em 1850 a ocupação generalizou-se como forma de acesso à terra. Mas ao que tudo indica, bem antes disso, essa já era a via principal de consolidação de uma posse de terra na região.

A origem geológica do ouro de aluvião brasileiro, “[...] resultado de um processo geológico milenar em que a água, tendo atacado as rochas matrizes onde antes se concentrava o metal, o espalhou por uma área superficial extensa” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 60) facilitava a atividade dos *faiscadores* – pequenos mineradores móveis que *catavam* o ouro de baixo rendimento econômico onde conseguissem encontrá-lo. É interessante notar que ainda hoje existe em Ouro Fino um bairro denominado “Cata”. Essa atividade, aberta mais ou menos a todos, que dispensava a posse de escravos, deve ter propiciado a uma parte da população que permaneceu na região uma vez finda a mineração os poucos meios necessários para o início de uma modesta atividade agropecuária. É possível que a atividade dos *faiscadores* espalhada pela abundante malha hídrica da região e

a facilidade de ocupação de terras tenham levado a um povoamento mais ou menos uniforme de toda área do município já nos primórdios de sua história, formando os vários bairros rurais que hoje existem.

No começo do século XIX o município apresentava uma economia totalmente assentada numa consolidada agropecuária, marcada pela presença de criatórios de gado bovino e o cultivo do trigo, cana-de-açúcar, fumo e chá. Segundo Rossi (1981, p.132), “*Em 1860 a zona rural da Freguesia de São Francisco de Paula de Ouro Fino já se apresentava, mais ou menos povoada, com fazendas de lavoura mista e criação bem montadas*”.

Autores clássicos da formação econômica brasileira como Caio Prado Junior e Celso Furtado referem-se ao desenvolvimento agropecuário das regiões de mineração como consequência, num primeiro momento, da necessidade de abastecer os recém surgidos povoados para onde advinha gente de todas as partes do país.

*“É de notar que o território das minas propriamente (sobretudo das mais importantes localizadas no centro de Minas Gerais) é impróprio para as atividades rurais. O solo é pobre e o relevo excessivamente acidentado. Nessas condições, os mineradores terão de se abastecer de gêneros de consumo vindos de fora. Servir-lhes-á sobretudo o sul de Minas Gerais, onde se desenvolve uma economia agrária que embora não contando com gêneros exportáveis de alto valor comercial – como se dera com as regiões açucareiras do litoral – alcançará um nível de relativa prosperidade”.* (PRADO JÚNIOR, 1994, p.65)

O mesmo Prado Júnior, em sua “História Econômica do Brasil” define a economia de subsistência como atividade acessória destinada a fornecer os meios de subsistência à população empregada na predominante economia de exportação. Para ele a economia do Brasil colonial se organiza e funciona para cumprir o objetivo de “*uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais de grande expressão econômica...Tudo mais que nela existe, e que, aliás, será sempre de pequena monta, é subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele objetivo essencial*” (PRADO JÚNIOR, 1994, p.41).

Já Graziano da Silva (1978, p.25) destaca o caráter de abastecimento interno da agricultura que se desenvolve concomitante à mineração, e não necessariamente em pequena escala:

*“Dessa forma, a mineração viveu sustentada por uma agricultura voltada para o mercado interno. Primeiramente, era a agricultura de subsistência composta das pequenas explorações agrárias que sustentavam os primeiros descobridores e mineradores: posteriormente, grandes fazendas vieram a abraçar a atividade agrícola de manutenção. É importante frisar que as pequenas roças continuaram a existir, colaborando com a produção de alimentos”.*

Segundo Pascoal (2007, p. 262) as análises clássicas tendem a colocar a produção de subsistência como subordinada à grande lavoura de exportação, da qual é tributária, deixando de compreender a relação mais complexa que se estabelece entre ambas e o caráter mercantil da produção de subsistência do sul da Minas Gerais do século XIX, num período posterior a mineração, mas anterior ao desenvolvimento da economia cafeeira. Segundo esse autor, muito da produção agropecuária sul mineira destinava-se ao abastecimento do Rio de Janeiro, cidade com a qual Minas desenvolveu intrincadas relações econômicas e políticas. Considerando-se o problema crônico da falta de alimentos nos conglomerados urbanos decorrente da política de destino das melhores terras ao plantio para a exportação (Prado Junior, 1994, Furtado 1995, Guimarães, 1989) não é de se estranhar que houvesse grande demanda interna para a agropecuária desenvolvida nas encostas e vales da Serra da Mantiqueira.

Em trabalho pioneiro, Alcir Lenharo (1993, p.23) destaca a importância comercial da produção agrícola sul mineira e seu papel estratégico no abastecimento da capital da província, especialmente após a mudança da família real em 1808. Referindo-se à primeira metade do século XIX, o autor argumenta que; “[...] até os anos 30, quando somente então o café deslanchou e passou a conduzir a expansão econômica do Centro-Sul, a economia mercantil de subsistência ocupou um espaço vital no crescimento das forças produtivas da região, apoiada na exportação de seu excedente para o consumo da Corte”

O autor sustenta ainda que o sucesso econômico do comércio de gêneros como toucinho, carne salgada, queijo, tabaco, açúcar além de animais de carga ou para consumo como o gado vacum, porcos, galinhas e carneiros permitiram uma acumulação de capital que foi fundamental para o futuro desenvolvimento da região: “[...] a própria colonização do Vale do Paraíba e a expansão da economia cafeeira foram, basicamente lastreada sobre recursos egressos do setor de subsistência mercantil. As rotas de abastecimento facilitaram a penetração e colonização da região, cujas estradas foram povoadas

*principalmente para dar cobertura aos tropeiros e viajantes que por aí transitavam*” (LENHARO, 1993, p.23).

Para Wirth (1982, p. 44), a situação geográfica facilitava o comércio do sul de Minas Gerais com o Rio de Janeiro: “[...] *Cercando Minas de oeste a leste, as serras da Canastra e da Mantiqueira delimitam o sul e a Zona da Mata. Terras montanhosas separam essas duas zonas, mas ambas tem acesso ao Vale do Paraíba, um corredor natural no extremo sul de Minas que desde os tempos coloniais ligou Rio a São Paulo*”.

Estudos como o de Alcir Lenharo sobre a economia sul mineira contestam a existência de um período de estagnação que se estende entre o final da mineração e o aparecimento da salvadora cafeicultura. A grande presença de escravos nesse período aponta para uma desenvolvida atividade mercantil de produção de bens de consumo para abastecimento do mercado interno. O próprio caráter da economia de subsistência precisa ser questionado nesse contexto específico, já que não estava “[...] *fechada sobre si mesma, operando com baixo teor de produtividade, uma vez que era de natureza mercantil e voltada para mercados*”. (LENHARO, 1993, p.61). Essa economia proliferou concomitantemente à mineração, beneficiando-se da transferência dos recursos e mão-de-obra desse setor após seu arrefecimento e por sua vez acumulando o capital necessário para o desenvolvimento futuro da cafeicultura.

O mesmo Lenharo (1993, p.32) enfatiza o caráter particular das propriedades sul mineiras:

*“A divisão do trabalho nas fazendas mineiras, as fazendas mistas, como as denominava Miguel da Costa Filho em A casa-de-açúcar em Minas Gerais, 1959, favorecia o deslocamento de recursos de um setor produtivo para outro. As fazendas mistas eram organizadas de modo a conjugar mais de um setor de produção, geralmente mineração e subsistência, as vezes incrementadas pela produção de açúcar, algodão, tabaco ou mesmo de gêneros artesanais”* (LENHARO, 1993, p.32).

O caráter misto dessas propriedades não repousava apenas na integração de mais de uma atividade econômica, mas também na conjugação de diferentes fontes força de trabalho. Na obra de Castilho (2009, p.8) encontramos que o censo demográfico de 1872 apontava para a existência de 5.625 trabalhadores livres e 2.440 escravos trabalhando na agricultura na região Sul de Minas Gerais. Em Lenharo (1993, p.79) a mão-de-obra cativa e assalariada aparece combinada com a aportada pela própria família do proprietário. Reportando-se aos relatos do botânico francês Sain-Hilaire o autor descreve as tropas com

mercadorias que percorriam as estradas entre o sul de Minas e o Rio de Janeiro como empresas familiares:

*“Essa empresas constituíam, portanto, uma extensão de suas bases familiares, fundamentadas no trabalho dos filhos. “Numa fazenda – relata o autor – um dos filhos torna-se condutor da tropa, outro se encarrega de cuidar desta, outro das plantações, e todos, indiferentemente, ordenham as vacas e fazem queijos”. Complementam a força de trabalho os agregados, geralmente ligados ao proprietário por vínculos de compadrio ou parentesco mais afastado”.*

Como a propriedade de escravos na Minas do início do século XIX era possível para apenas um terço de sua população, sendo raras as grandes posses dessa força de trabalho, ao que tudo indica, juntamente com a escravidão, coexistiu no período um contingente significativo de mão-de-obra livre que havia se beneficiado da facilidade de acesso à terra e conjugava um assalariamento parcial em atividades agrícolas ou manufatureiras com a manutenção de pequenas propriedades destinadas a produção para o autoconsumo e o comércio.

Guilherme, Barão de Eschewege, escrevendo da cidade de Itajubá, no ano de 1821, relatou que:

*“[...] Os principais ramos da lavoura são café, fumo, canna, algodão, milho, arroz e todos os mais cereaes .... A exportação é toda feita para o Rio de Janeiro, pela Estrada de Ferro Sapucahy, que tem estação na cidade de Itajubá, pelas estradas de Minas e Rio e Central, sendo por essas ultimas duas também a exportação para São Paulo ... Há muita engorda de porcos no distrito, exportando-se muito toucinho para o Rio de Janeiro e algum para São Paulo ... Tem-se augmentado muito o cultivo de gêneros alimentícios elevando-se muito os seus preços, devido a grande exportação para S. Paulo. ... O movimento commercial na cidade é activissimo. Todos os annos abrem-se novas casas de negócios e todos os negociantes vendem muito. ... Há officinas de ferreiros, latoeiros, serralheiros, alfaiates, sapateiros, canastreiros, colchoeiros e carpinteiros” (Revista do Arquivo Público Mineiro, 1899, p.577)*

A existência de atividades manufatureiras e comerciais, ainda que de pouco vulto, combinadas com as atividades agrícolas, permite entrever a presença, já na época, de uma agricultura familiar pluriativa e bem inserida ao mercado.

Como anteriormente mencionado, a predominância do ouro de aluvião permitia tanto a exploração de grandes *lavras*<sup>9</sup> com o emprego de mão-de-obra escrava como o trabalho solitário do *fiscador*, possibilitando dessa forma que a atividade fosse desenvolvida por um amplo leque de pessoas de todas as classes sociais. Em sua “Formação Econômica do Brasil”, Celso Furtado (1995) atribui o rápido desenvolvimento da mineração ao estado de pobreza em que se encontrava tanto a Colônia como a Metrópole, após a perda do monopólio da produção do açúcar. Do Nordeste deslocaram-se para a região das minas grandes recursos na forma principalmente de mão-de-obra escrava. De São Paulo chegavam massas de migrantes e “ [...] *em Portugal se formou pela primeira vez uma corrente migratória espontânea para o Brasil*”(p.73).

Esse repentino aumento populacional numa região até então pouco explorada, gerou um grande problema de déficit de alimentos e de animais de transporte, incentivando o crescimento da atividade agrícola e pecuária em outras regiões do país. “[...] *a fome acompanhava sempre a riqueza nas regiões do ouro. A elevação dos preços dos alimentos e dos animais de transporte nas regiões vizinhas constituiu o mecanismo de irradiação dos benefícios econômicos da mineração*” (FURTADO,1995, p.76). Esses benefícios alcançaram até mesmo regiões distantes. O gado bovino e animais de carga começaram a chegar do Rio Grande do Sul, e em menor escala do Nordeste. Regiões de São Paulo, como a cidade de Sorocaba, ficaram conhecidas pelas feiras de muares. Indiretamente a mineração permitiu que se articulassem as diferentes regiões do país.

Duas características distinguem a economia mineradora do anterior ciclo econômico canavieiro – a menor concentração da renda e a dificuldade geográfica para o transporte de mercadorias importadas, estimulando o desenvolvimento de atividades voltadas para o mercado interno. O apogeu dessa economia ocorre entre 1750 e 1760, declinando rapidamente após esse período. Com a queda do rendimento aurífero, muitos dos que haviam migrado para as regiões mineradoras saíram para buscar a sorte alhures, mas à que se dedicaram os que ficaram? Para Furtado (1995, p. 85) “...*uns poucos decênios foram suficientes para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência,*

---

<sup>9</sup> Terreno de mineração.

*espalhados por uma vasta região em que era difícil a comunicação e isolando-se os pequenos grupos uns dos outros”.*

Esse, como sustenta Lenharo (1993, p.61), não parece ter sido o destino do Sul de Minas Gerais onde segundo o autor:

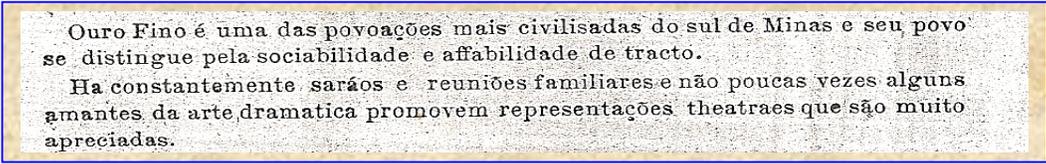
*“O movimento centrífugo de populações após a mineração também favoreceu a ocupação das áreas virgens que medeavam Minas ao litoral, especialmente as terras férteis do Vale do Paraíba. Pode-se destacar dois tipos de pioneiros que por ai surgiram: os posseiros com suas pequenas roças de produtos de primeira necessidade, voltados para o comércio miúdo a beira das estradas, que povoaram rapidamente a região. Um outro tipo fixava-se em condições de melhor segurança: pleiteavam terras em função de serviços públicos já realizados ou a realizar; abriam trechos de estrada, ou se prestavam a fornecer alimentos para tropas e tropeiros, pastagem para os animais ou abriam pousos e vendas necessários à organização do tráfico mercantil”.*

Esse segundo grupo vai se beneficiar do prestígio econômico e político conseguido com a venda direta de suas mercadorias na capital da colônia para expandir suas propriedades e converter-se posteriormente na elite cafeeira.

No caso do município de Ouro Fino, as referências que encontramos sobre o período que antecede a entrada da cultura do café em meados do século XIX indicam a presença de uma agricultura mercantil e uma cidade próspera. Segundo Romero (2000, p.8): “[...] *A primeira menção de Ouro Fino, no Brasil, aparece no livro “Corografia Brasílica” de Ayres do Casal em 1817 onde se lê: “Ouro Fino, onde há caldas (águas termais), gado e trigo são as riquezas dos seus habitantes”...*”.

Para Aureliano Leite (2007, p. 69): “[...] *extinta a mofina mineração de Ouro-Fino, passara o arraial a viver de suas principais culturas de cereais, a cana-de-açúcar, o fumo, da criação de gado, e até de famoso chá”.*

Um artigo encontrado no Almanaque Sul Mineiro de 1874, além de mencionar a criação bovina e o cultivo do trigo, descreve o município como uma atraente localidade:



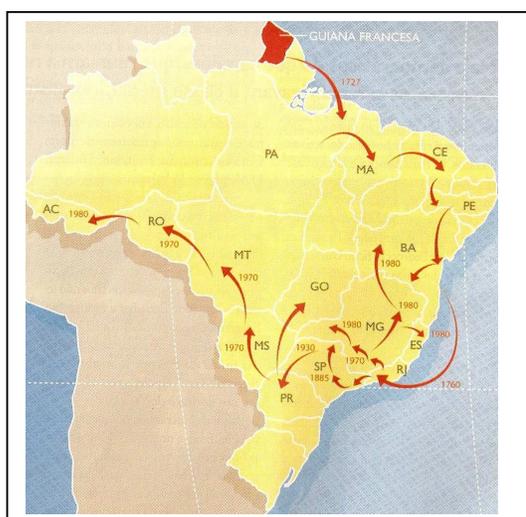
Ouro Fino é uma das povoações mais civilizadas do sul de Minas e seu povo se distingue pela sociabilidade e affabilidade de tracto. Ha constantemente sarãos e reuniões familiares e não poucas vezes alguns amantes da arte dramatica promovem representações theatraes que são muito apreciadas.

**Figura 6 : Ouro Fino segundo o Almanaque Sul Mineiro de 1874**  
**Fonte: Dona Leyde Guimarães. Pesquisa de campo, 2008**

Segundo o mesmo Aureliano Leite (2007 p.82), um recenseamento realizado em 1862 calculou a população urbana e rural da Freguesia de São Francisco de Paula em “7.992 *almas*”. Considerando-se que em 1874, havia no local apenas 123 casas, pode-se concluir que a maior parte dessa população habitava a zona rural.

O que queremos salientar é que, ao contrário do ocorrido em outras localidades do país, a agricultura familiar na região de Ouro Fino não cresceu a sombra ou nos interstícios de uma grande cultura de exportação, mas aparentemente propriedades de diferentes tamanhos e formas de administração dedicavam-se a cultivos e criações variados para o abastecimento do mercado local e as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, durante e após o período da mineração.

### 3.3 – Chegada e expansão do “ouro verde”



**Figura 7 : Viagem do café pelo Brasil**  
**Fonte: Revista História Viva.**

Originário da Etiópia e classificado por Linneu de *Coffea arábica*, pertencente à família das rubiáceas, o café iniciou sua viagem do norte da África para as mesas do mundo todo no século XVI. Chegou às Américas na segunda década do século XVIII trazido pelos holandeses que introduziram a planta na Guiana Holandesa (atual Suriname) e de onde logo passou para a vizinha Guiana Francesa. Em 1727 algumas sementes “migraram” para Belém do Pará na bagagem do sargento-mor Francisco de Mello Palheta e de lá o cultivo,

gradativamente, conquistou boa parte do país, conforme ilustra o mapa acima.

O café chegou ao sul de Minas vindo do vale do Paraíba paulista em meados do século XVIII e começou a ganhar expressão comercial no quarto final do mesmo século. Na mesma época já prosperavam na região as culturas de feijão, cana-de-açúcar e fumo e a criação de gado. Romero (1977, p.29) conta que:

*“O certo é que John Mawe, nas suas viagens ao interior do Brasil, particularmente aos distritos de ouro e diamantes, em 1809-1810 encontra na fazenda da Mantiqueira “cafezais antigamente plantados”,*

*observa nas cercanias da Barra do Campo que “a geada tinha destruído todas as bananeira e atacado os cafeeiros”; almoçava adiante num dos pousos, “café e ovos”, e, ao chegar a Vila Rica (Ouro Preto), recebe de presente “café, doces, queijo e bom pão”.*

Em obra dedicada ao café em Ouro Fino, o mesmo Romero (2000, p.9), nos informa que não existem dados sobre a presença de café no município até 1826. Mas há registro de que a geada de 1870 desanimou os poucos cafeicultores da região. No entanto, consta que em 1874 foram levadas 1500 sacas de café beneficiado até a estação de Jundiá de onde partiram de trem para a exportação pelo Porto de Santos, que desde 1797 escoava a produção paulista. Segundo Rossi (1981, p.138) no Almanaque Mineiro de 1875 aparece uma lista de 14 fazendeiros de cana-de-açúcar e café em Ouro Fino.

O município aparece como um dos maiores produtores de café em Minas Gerais a partir de 1885 (ROMERO, 2000 p.14), e a abolição da escravatura em 1888 não parece ter afetado a produção local do grão, fazendo supor uma complementação do trabalho cativo com aquele aportado pela família extensa e agregados. De fato, na obra de Castilho (2009, p.7) Ouro Fino aparece como possuidor de 1.694 escravos no ano de 1885, ficando entre os três municípios com menor número de escravos entre os dezoito que compunham a região Sul de Minas Gerais. No entanto, a cidade recebeu de braços abertos os imigrantes europeus que começaram a chegar na última década do século XIX, o que leva a crer que havia falta de mão-de-obra para a expansão dos cafezais, ou porque não existiam trabalhadores suficientes, ou porque uma parcela dos trabalhadores livres dedicava parte do tempo à suas próprias lavouras, de café ou dos outros produtos cultivados para comércio ou consumo da família.

Na obra “Cafeicultura Prática” de Romero (1997, p.31) encontramos interessante relato dos registros de Saint Hilaire no começo do século XIX sobre os modos e costumes que encontrou em regiões cafeeiras, como o transcrito a seguir sobre a cidade paulista de Areias, onde a cultura recém introduzida “... já enriqueceu muita gente”.

*“Hoje comecei a notar, tanto à beira da estrada como a alguma distância, casas um pouco melhor tratadas que as vendas, e habitadas por cultivadores abastados. Desde ontem começara a ver plantações de café, hoje mais numerosas. Devem se-lô ainda mais à medida que me for aproximando do Rio de Janeiro. Essa alternativa de cafezais e matas virgens, de roças de milho, capoeiras, vales e montanhas, esses ranchos,*

*essas vendas, essas pequenas habitações rodeadas das chochas dos negros e as caravanas que vão e vem, dão aos aspectos da região grande variedade. Tornam-na agradável de se percorrer” .*

Esse relato nos pareceu particularmente curioso pela semelhança entre a paisagem descrita e aquela encontrada ainda hoje em partes do município de Ouro Fino e pela diferença com os pequenos reinos que se tornariam posteriormente as grandes fazendas de café paulistas.

Desde sua introdução no município, a cultura cafeeira passou por vários períodos de expansão e recuo resultado principalmente das variações do preço do produto e das grandes geadas que ciclicamente assolam a região. O primeiro período áureo dessa produção vai de 1901 a 1930, como atestam as casas construídas na época. Em 1927, o município de Ouro Fino constava entre os dez maiores produtores de café de Minas Gerais (ROMERO, 2000, p.15)

A importância econômica somada ao prestígio político conferido pela família Bueno Brandão, originária da região, fez da cidade a sede da assinatura, em 1913, do famoso acordo do “Café Com Leite” entre o paulista Cincinato Braga<sup>10</sup>



**Fig. 9: Cartum sobre as eleições presidenciais de 1910**  
**Fonte: Revista História Viva.**



**Fig. 8: Casa em Ouro Fino onde foi assinado o Tratado Café com Leite**  
**Fonte: Pesquisa de campo, 2008.**

e o governador mineiro Júlio Bueno Brandão pelo qual se comprometiam a alternar na presidência da república conterrâneos dos dois estados, fazendo assim prevalecer políticas que atendessem

aos interesses dos cafeicultores, que gozaram de subsídios e da proteção estatal até 1930.

Na tentativa de recuperar a história da cultura cafeeira no município de Ouro Fino, concentramos nosso interesse na importância do grão para a formação da atual agricultura

<sup>10</sup> Cincinato César da Silva Braga (1864-1953), político brasileiro várias vezes deputado federal pelo Partido Republicano Paulista. Em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Cincinato\\_Braga](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cincinato_Braga). Acesso 29/09/2009

familiar. O café continua sendo o carro chefe da economia local e fundamental para a manutenção de pequenos produtores na atividade, mas teria sido sempre assim ou a partir de que momento a cultura se torna verdadeiramente democrática?

É impossível saber exatamente quando as primeiras lavouras foram plantadas, mas é bem provável que elas tenham chegado aos poucos, consorciadas com outros cultivos e destinadas, em parte, para o autoconsumo, apenas adquirindo *status* de cultura econômica solteira a partir de meados da segunda metade do século XIX. Também não encontramos registros sobre as relações de trabalho na formação dos cafezais, mas, como anteriormente mencionado, o contingente de escravos em Ouro Fino não era muito expressivo em comparação com o encontrado em outros municípios do sul de Minas, e, portanto, é bem possível que fossem feitos contratos entre proprietários maiores e sítiantes menores ou lavradores sem posse de terra como ocorreu em regiões de São Paulo<sup>11</sup>.

O certo é que a cultura cafeeira trouxe nova vida ao município. Como coloca Leite (2007, p.100): “[...] *a vida de Ouro Fino começa a animar-se francamente em todos os sentidos, a partir da proclamação da República. O bafejo de São Paulo, em vivo e alastrante progresso, chega até esse território, o qual já vai desenvolvendo sua lavoura de café que, acima de qualquer outra, impulsiona o seu comércio.*”

Mas não podemos por isso supor ter sido o café o único alicerce desse comércio. Segundo Rossi, (1981, p.127-137), Ouro Fino nas décadas de 60 e 70 do século XIX era local de passagem de grandes boiadas vindas do mercado paulista e apresentava um comércio bem desenvolvido, que incluía o luxo de uma ourivesaria. A passagem de boiadas pela região durou até o século XX e fez a fama da cidade nos versos da música Menino de Porteira, famosa na voz de Sergio Reis.

Ainda nas palavras de Rossi (1981, p.170), na década de 1907-1917, Ouro Fino foi a cidade que mais progrediu no Sul de Minas, tornando-se o centro comercial e cultural mais importante da região. Dentre os acontecimentos relevantes da época destacam-se a inauguração, em 1909, de agência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, a primeira agência bancária do sul do estado e a instalação, em 1911, da primeira máquina de beneficiar café, na propriedade de José Barbosa Serra. Também em 1909 é instalado o Núcleo Colonial Inconfidentes com o intuito de atrair mão-de-obra imigrante para a expansão fazendas de café.

---

<sup>11</sup> Em sua obra sobre o café na cidade paulista de Franca, Rogério Naques Faleiros relata como o primeiro contrato para a formação de cafezal foi lavrado em 1866 por se tratar de plantação solteira de 8.000 pés de café em terra até então coberta por mata virgem, destoando das lavouras existentes nas propriedades do município em consórcio com outras culturas. (FAVEIROS, 2008,p.25)

Mas a incerta economia cafeeira deve ter sentido os reflexos da crise de superprodução do início do século XX que já afligia os cafeicultores paulistas, e com certeza sofreu forte retração em 1918, quando a maior geadada do século dizimou a maioria dos cafezais da região. Algumas propriedades só reiniciariam o plantio na década de 1940.

O principal divisor de águas dessa produção, no entanto, é sem dúvida a crise da economia cafeeira desencadeada pela grande depressão americana de 1929. A partir daí a repartição e venda de grandes fazendas de café vai modificar não apenas o processo de trabalho no interior das propriedades como também a estrutura fundiária da região, onde então passam a predominar as pequenas e médias propriedades de caráter familiar.

Somando-se à crise econômica, a cafeicultura ourofinense do início do século XIX sofreu com o declínio de produtividade decorrente do empobrecimento do solo. Na obra de Romero (2000, p.21), encontramos a seguinte referência ao estudo realizado por José Setzer, responsável pelo levantamento dos solos do estado de São Paulo, em junho de 1938:

*“Nota-se a topografia acidentada e blocos de pedra no primeiro plano. A mata ainda cobre 10% do terreno. Metade da parte restante suporta cafezal muito irregular e por vezes falho, dependendo da caprichosa variação de profundidade do solo. Desnudado constantemente pela capina dos cafezais, o solo é levado pelas chuvas, que carregam a sua riqueza química e o húmus. Solo que poderia ser utilizado durante séculos, se recebesse os devidos cuidados, na realidade só produz umas 30 ou 40 colheitas de café, metade das quais bem fracas. As colheitas pioram ao ponto de ser completamente abandonado ou cortado o cafezal. O solo então já não é mais capaz de fornecer uma colheita de milho que pague os cuidados que necessita. Se o fazendeiro resolver criar gado, temos pastos cheios de ervas inúteis, samambaia, sapé, caraguatá, e até cactos nos pontos pedregosos. Se abandona a fazenda, temos capoeiras fechadas de paus finos, restabelecendo-se o solo, na sua escuridão, dos maus tratos sofridos. A convalescença é muito lenta. Depois de 20 anos de repouso o solo se apresenta melhorado química e fisicamente, mas da sua antiga fertilidade só existe uma pálida idéia.”*

Mais de sessenta anos depois ainda é possível encontrar na região cafezais que sofrem com os mesmos problemas de esgotamento do solo registrados acima. A falta ou má utilização da calagem e adubação química e a substituição das capinas por herbicidas

impedem a reposição dos nutrientes retirados pela planta e acúmulo da matéria orgânica necessária para a vida macro e microbiana do solo. Como veremos na pesquisa de campo, uma cultura de café bem conduzida pode ser o diferencial entre permanecer ou não na atividade.

A tabela 2 apresenta os dados que conseguimos recolher sobre a evolução da área e produção do café em Ouro Fino entre 1926 e 2006.

**Tabela 02: Produção de café em Ouro Fino**

<b>Café</b>	<b>1929*</b>	<b>1947</b>	<b>1955***</b>	<b>1975</b>	<b>1985</b>	<b>1995</b>	<b>2006</b>
Área (ha)	3.890	3.165	3.156	3.862	5.691	7.310	6.370
Produção (ton)	2.353	438**	2.164	4.258	11.479	10.124	9.690

**Fontes: Dados de 1929 – em Leite (2007, p.125)**

**Dados de 1947 – Departamento Estadual de Estatística**

**Dados de 1955 – em Romero (2000, p.23) e Cadastro do Município de Ouro Fino do Banco do Brasil**

**Dados de 1975, 1985, 995 e 2006 - Fundação Instituto de Geografia e Estatística – IBGE – Censos Agropecuários**

\* A literatura consultada informa a existência de 12.518.000 covas de café nos 1890 Km<sup>2</sup> que compunham o município na época. Adaptamos as informações para a atual área municipal de 534 Km<sup>2</sup> e calculamos uma média de 11m<sup>2</sup> por cova de café

\*\* Nesse caso, o censo agrícola de 1947 informa uma produção de 40.000 arrobas (15 kg) de café beneficiado, o que nos parece estranho já que as demais informações sempre trazem a produção em sacas (60kg) e o montante está bem abaixo do de 1929 e 1955. Pode ter havido erro na computação dos dados ou aquele ano foi particularmente ruim. Caso se trate de 40.000 sacas, a produção naquele ano seria de 1.753 toneladas.

\*\*\* Para os anos de 1947 e 1955 adaptamos a área do município então com 713 km<sup>2</sup> para os atuais 534 km<sup>2</sup>.

A tabela mostra que a cultura ganha fôlego a partir da segunda metade da década de 1970 e que há um crescimento de produtividade entre 1975 e 1985, conseqüência provavelmente do aumento do uso de fertilizantes<sup>12</sup> e do adensamento das lavouras. Mas sendo o café cultura de produção bianual é comum a alternatividade entre anos bons e ruins, o que dificulta a comparação entre um censo e outro, sobretudo se levarmos em conta que grandes geadas afetam a totalidade dos cafezais, fazendo com que todos recomecem do zero.

Os relatos orais colhidos durante a pesquisa de campo levam a crer que mais importante que a retração sofrida pela cafeicultura ourofinense a partir de 1930 foram as modificações na posse da terra no município. Os primeiros dados de que dispomos sobre a estrutura fundiária de Ouro Fino referem-se ao Censo Agrícola realizado em 1940 pelo Departamento Estadual de Estatística, órgão regional do então Instituto de Geografia e

<sup>12</sup> O uso de fertilizantes químicos no município passou de 1.028 toneladas em 1975 para 1.485 em 1985 segundo os respectivos censos agropecuários.

Estatística, apresentados na Tabela 4<sup>13</sup>. Segundo esses dados 72% dos 1292 estabelecimentos recenseados encontravam-se na faixa entre 2 a 50 hectares ocupando uma área de 16.028 hectares, correspondente a 26% da área total dos estabelecimentos. Por outro lado, os 4,24% de estabelecimentos com mais de 200 ha ocupavam 34,10% da área total. Esses valores indicam uma concentração fundiária, mas não é possível saber se em relação ao início do século, ou mesmo a um período anterior à entrada da cafeicultura na região essa concentração aumentou ou diminuiu. Por outro lado, a relativamente baixa incidência de escravos no município leva a pensar que a maioria dessas propriedades era explorada em sistemas de parceria. Com o declínio da economia cafeeira é provável que algumas das propriedades maiores tenham sido vendidas, como aconteceu em outras regiões cafeeiras, e que muitos dos compradores fossem os antigos colonos, principalmente imigrantes italianos.

Os relatos de Dona Amélia Muroli, atualmente com 95 anos e de Dona Aurora que veio para a região em 1954, falecida em 2008, exemplificam a repartição por que passaram muitas fazendas com diminuição da rentabilidade do café:

*“Aqui era tudo cafezal. Esse mato que você está vendo, antigamente era tudo café” (D. Aurora, pesquisa de campo, 2008).*

*“Era uma fazendona, sabe. Depois acharam difícil vender, repartiram em sítios” (D. Amélia, pesquisa de campo, 2008).*

Veremos a seguir como a vinda dos imigrantes, majoritariamente italianos, ajudou a impulsionar a economia cafeeira e a economia de Ouro Fino em geral e contribuiu para a afirmação da agricultura familiar como a principal forma de agricultura do município.

### **3.4 – Os festivos e trabalhadores imigrantes italianos**

Acreditamos não caber aqui recontar a bem conhecida história de como a partir de meados do século XIX o braço escravo começou a ser substituído pela mão-de-obra dos imigrantes europeus e posteriormente dos japoneses. Vamos nos limitar a salientar alguns dados particularmente interessantes ou pertinentes ao município em estudo. Vieram para Ouro Fino não apenas trabalhadores braçais, mas também aqueles que, dispendo de alguma

---

<sup>13</sup> Página 49

posse, abriram negócio próprio. Embora a cidade tenha recebido várias famílias espanholas e algumas alemãs e eslavas, os imigrantes italianos eram de tal forma majoritários que concentraremos nossa atenção apenas nesse grupo.

Romeiro (2000) atesta que em 1919 existiam na Comarca de Ouro Fino, da qual faziam parte na época os hoje municípios de Bueno Brandão (até 1938), Monte Sião (até 1936) e Inconfidentes (até 1963), 46.155 brasileiros e 2.283 estrangeiros, sendo que destes, 1.588 eram italianos, 249 espanhóis, 157 alemães, 144 portugueses e 145 de outras nacionalidades. No mesmo ano havia na região 238 propriedades rurais pertencentes a estrangeiros. Não foi possível saber a quem pertenciam essas propriedades, mas é de se supor que boa parte delas estivesse em mãos dos imigrantes que vieram em maior número, ou seja, os italianos.

Ainda que haja registro da presença italiana no município a partir de 1855, uma imigração mais consistente só começa na região juntamente com o início da cafeicultura, por volta de 1874. Embora a imigração tenha sido oficialmente liberada no estado de Minas Gerais em 1895, bem antes disso as famílias já cruzavam a fronteira, atraídas pelas oportunidades de trabalho e as boas terras do sul do estado. Segundo Biasutti et al. (2003, p.424), “[...] *as primeiras levas (de imigrantes) a entrar em território mineiro o fizeram espontaneamente, atraídas de São Paulo por fazendeiros radicados no limite daquela província.*”. O mesmo autor registra a chegada de 464 famílias italianas na cidade de Ouro Fino. Mas embora os principais contingentes imigratórios datem do período que vai de 1895 a 1913, o primeiro registro de presença italiana na cidade aparece no trabalho de Rossi (1981, p.129) como sendo do funileiro José Golott, casado com uma ourofinense e residente na cidade a partir de 1855. O segundo registro aparece também em Rossi (1981, p.136) sobre os irmãos Lomanaco que aportaram na cidade um pouco antes de 1874. Um deles exerceu a arte fotográfica, ainda novidade no interior do país, e o outro abriu um salão de bilhar que logo passou a funcionar como ponto de encontro da sociedade local, além de, sendo homem de cultura, ter escrito o romance “*O Voluntário da Pátria*”.

Em 1909, no intuito de atrair mais braços para a lavoura que florescia, o Governo Federal resolveu estabelecer um núcleo colonial localizado a nove quilômetros da sede do município de Ouro Fino. Uma área de aproximadamente 1500 ha, adquirida de particulares, foi dividida em 250 lotes de 6 ha cada e vendidos por um pequeno preço a colonos italianos, espanhóis, alemães e, em menor número, eslavos. Essa colônia foi batizada de Núcleo Colonial Inconfidentes, e de Ouro Fino até o limite do Núcleo foi construída uma estrada de rodagem de 18 km, considerada uma das melhores da época (ROSSI, 1981

p.172). A família Muroi, uma das mais importantes do bairro onde realizamos a pesquisa de campo passou primeiro por essa colônia.

O assentamento de italianos em Núcleos Coloniais teve início em Minas Gerais no final do Império – *Imperial Colônia Rodrigo Silva*, Barbacena, 1888, *Colônia do Marçal*, São João Del Rei, 1888. Esses núcleos eram constituídos por pequenos lotes de terra, onde a família assentada morava e cultivava para si sem, contudo, deixar de constituir mão-de-obra para as fazendas cafeeiras circunvizinhas. Ao todo foram instalados 29 desses núcleos no estado, que, a partir de 1910, passou a oferecer melhores condições aos imigrantes que a vizinha São Paulo, atraindo várias famílias da região do Trentino e do Vêneto. O núcleo de Inconfidentes se desenvolveu de tal maneira que em 1958 o antes distrito de Ouro Fino passou a município independente.

Na obra de Biasutti et al (2003, p. 82), encontramos a reprodução de um interessante documento datado de 1888, que foi distribuído pelo então responsável pela imigração italiana na cidade de São João Del Rei, que recém havia inaugurado uma hospedaria para acolher imigrantes que depois seriam direcionados para fazendas da região. O documento tinha por objetivo estimular a adoção da mão-de-obra italiana nas lavouras de café e nele as famílias de imigrantes são descritas como “... *famílias do Norte da Itália, tiradas do meio da lavoura ali, e cuja índole, actividade e costumes já tem a experiência demonstrado serem irreprehensíveis*”. Qualidades essas confirmadas no mesmo documento pelo depoimento de um fazendeiro local:

*Trouxe de Juiz de Fora para minha fazenda vinte e quatro immigrants do norte da Itália, os quaes trabalham de modo admiravel e satisfatório. Estou contentíssimo com elles. São homens que trabalham por três dos nossos. Julguei que teria dificuldade de satisfaze-los na alimentação. Felizmente não são exigentes, e a esse respeito também não se pode dizer delles senão que se contentam com pouco. É tal o meu inthusiasmo pelo serviço a esses homens, que ainda desejo obter mais cem d’elles!!!” .*

Apesar do tom elogioso dessa narrativa, não é possível deixar de notar o ranço de nossa tradição escravagista.

Para os que foram morar e trabalhar nas fazendas de café era permitido o plantio de culturas brancas<sup>14</sup> e o que mais quisessem nas entrelinhas dos cafezais. Assim foi que o

---

<sup>14</sup> São consideradas “culturas brancas” no sul de Minas o arroz, milho e feijão.

cultivo de fumo, já tradicional na região, ampliou com o aporte dos colonos e tornou-se a principal cultura de mercado para os que para cá vieram com o intuito de melhorar de vida. Retornamos ao relato de Dona Amélia, que bem demonstra a importância do cultivo do fumo para as famílias italianas:

*“Formamos café para ela, sabe. Meu pai não cobrou nada de formar o café e tirava de tudo da terra – fumo, milho, feijão. O que tirava era só dele. Depois que nós viemos e comprou pra cá. Papai derrubou muita mata fechada para plantar café (D. Amélia Muroi).*

Italiano filho de imigrantes, o pai de D. Amélia é um bom exemplo do camponês empreendedor que utiliza ao máximo a força da mão-de-obra familiar para passar da condição de trabalhador rural para a de produtor independente.



*“Nós plantava fumo. Aqui tinha muito fumo. Fazia aqueles rolos de quatro arrobas cada rolo. Fazia 30, 40 rolos. Foi com que nós compramos aqui. Ah, era difícil. Papai judiava da gente. A gente era pequenininha tinha que pular da cama cedinho para segurar corda de fumo. Tinha que balangar criança para dormir. Não, papai não era muito bravo, mas tinha que estar tudo trabalhando. Eu ainda sonho que estou trabalhando. Sonho com rolo de fumo e trança de alho” (D. Amélia Muroi)*

**Figura 10: Dona Amélia Muroi**  
**Fonte: Pesquisa de campo, 2008**

As falas de Dona Amélia exemplificam e confirmam o caráter de arrendamento dos acordos e contratos entre proprietários e colonos durante a fase pós-escravidão do ciclo do café. Como a cultura só começa dar lucro após quatro anos de sua implantação, despender recursos na fase de formação dos cafezais era contra produtivo para os proprietários, que viam nesses acordos uma forma segura de receber o café formado sem qualquer gasto em espécie. Por outro lado, para o colono a liberdade para plantar representava a única esperança de capitalização para a futura aquisição de terra própria. Na verdade pagava por um arrendamento disfarçado com o seu trabalho empregado na formação de cafezais. Mas

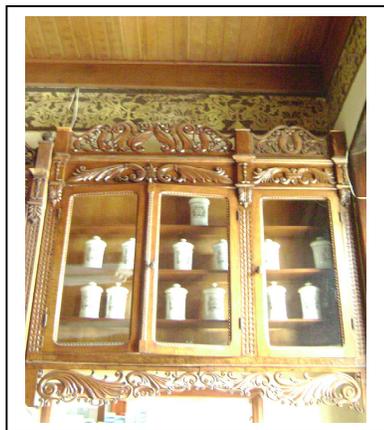
como bem lembra Faleiros (2008, p.25), tal arranjo permitia ao imigrante colono reproduzir no Brasil os condicionantes básicos de sua identidade camponesa: acesso a terra, relativa autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, poder de decisão quanto ao que e como plantar e economia assentada no trabalho familiar e na reprodução da família.

Não tivemos notícia de repetição na região de Ouro Fino dos mesmos mecanismos de atrelamento do colono ao proprietário pelo endividamento cotidiano. A história das principais famílias que imigraram para o município revela uma grande mobilidade da família toda ou de parte dela na busca de melhores condições de trabalho tanto no sul de Minas como no norte de São Paulo. A possibilidade de plantio de um produto de mercado com alta procura como o fumo e os contratos de meação de café permitiram um relativamente rápido acúmulo de capital prontamente revertido em compra de terra, principalmente após 1930. Segundo um dos informantes de nossa pesquisa de campo, na década de 1940 o único comércio de secos e molhados do bairro pertencia a um senhor de origem italiana, que havia antes trabalhado em lavoura de café. Aparentemente a venda fornecia os suprimentos de que a família necessitava mediante o compromisso de pagamento quando da colheita. Na mesma época havia na localidade vários proprietários italianos que compraram terra após um período de capitalização trabalhando em cafezais e tocavam suas novas lavouras com a ajuda de meeiros que geralmente moravam nas propriedades. Temos, portanto, a continuidade do antigo sistema dessa vez pelos que deles antes participaram como colonos.

Alguns fatos na história de Ouro Fino ilustram o entrosamento dos italianos na cultura e economia local. A prosperidade de alguns imigrantes pode ser comprovada pela presença, no início do século XIX, de várias casas de comércio e de pequenos ofícios pertencentes a nomes italianos, como por exemplo, a máquina de benefício, torrefação e embalagem de café instalada em 1920 por Antônio Ferrari. Em 1906 a família Rossi inaugura a farmácia cujos belos móveis e utensílios podem ser admirados até hoje e em 1913 o senhor Nicolino Rossi reforma o hotel da estação, talvez ainda o mais belo prédio da cidade. O mesmo senhor assumiu a direção do município entre 1906 e 1908 operando, pelo que consta, grandes avanços na urbanização da cidade, que em 1907 ganhou até mesmo serviço telefônico. Além disso, fomos informados que após a segunda década do século XIX os italianos monopolizaram a produção e comercialização de fumo no município até que a cultura deixou de ser economicamente atrativa, por volta da década de 1960.

Encontramos na obra de Wirth (1982, p.125) referencia interessante sobre o comportamento da elite mineira. Segundo o autor, apesar do “ [...] *forte senso de famílias tradicionais, mesmo entre as famílias sem muita tradição...*” a mobilidade espacial e econômica dessas famílias levou a criação de uma elite aberta onde: “...o casamento constituía um canal de mobilidade aceito para os homens talentosos sem conexões familiares. João Pinheiro da Silva, filho de um imigrante italiano que foi duas vezes governador, impulsionou sua carreira casando-se com uma moça da família Arantes, que o ligou a nobreza do café da Zona da Mata”.

O atual presidente do Círculo Italiano de Ouro Fino, o agrônomo Oberdan Everton Zerbinatti, nos contou que vieram para a cidade muitos artesões habilidosos, ferreiros, relojoeiros, alfaiates, sapateiros, pedreiros e assim por diante, que encontravam na lealdade dos compatriotas uma freguesia fixa engrossada pelos nativos da terra que apreciavam o capricho de seus trabalhos. A riqueza de detalhes das construções do início do século XIX deve-se a destreza dos construtores italianos. A rua treze de maio, hoje o centro do comércio da cidade,



**Figura 11: Farmácia Rossi**  
**Fonte: Pesquisa de campo, 2008.**

mas na época periférica em relação à igreja matriz, era praticamente toda ocupada pelas casas de comércio dos italianos, chegando-se a cogitar chamá-la “rua dos italianos”. Segundo ele, a festividade dos italianos traduzida nas animadas rodadas de “truco” regadas a cerveja ou vinho (ambos já fabricados por eles no município), causava certo ciúmes entre os nativos.

A figura abaixo, retirada da Sinopse Estatística do Município de Ouro Fino de 1949 ilustra a presença dos sobrenomes italianos na tímida indústria local da época.

2. Relação nominal dos principais estabelecimentos — 1947	
DESIGNAÇÃO	Espécie da indústria
Bonini & Amaro.....	Banha
Indústria de Laticínios Lático, S/A.....	Laticínios
Couros e Calçados, Ltda.....	Calçados e artefatos de couro
Irmãos Tommazini, Ltda.....	Bebidas
Indústrias Reunidas E. Baratele & Cia. Ltda.....	Calçados e artefatos de couro
Seçismundo Clepf.....	Panificação
Teobaldo Vicentini & Irmãos.....	Madeiras desdobradas
Geraldo Batistelli.....	Calçados e artefatos de couro
Marinelo, Almeida & Serra Ltda.....	Cerâmica
Paulini, Bailoni, Muniz & Cia. Ltda.....	Ladrilhos
Trieste Burza.....	Panificação
Mecânica Ltda.....	Artefatos de ferro
José Glória.....	Panificação
João Alberto Guinezi.....	Panificação
Gianeto Rolando Martineh.....	Panificação
Irmãos Clepf.....	Massas alimentícias
Sebastião de Oliveira.....	Tipografia
Benedito Góis da Silva.....	Artefatos de ferro
Vicente Ivo.....	Artefatos de ferro
Sebastião Pio de Almeida.....	Sorveteria

**Figura 12: Presença italiana na indústria ourofinense de 1947**

**Fonte:** Sinopse Estatística do Município de Ouro Fino. Departamento Estadual de Estatística, 1949

A preferência pelo imigrante italiano como aquele mais fácil para adaptar-se ao clima, cultura e condições de trabalho no Brasil aparece no Inquérito promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura, em 1926 e no relatório “Imigração e Colonização” apresentado à “Commissão especial organizadora do serviço de imigração e colonização” em 1891. Em ambos os documentos o argumento da vocação para o trabalho desse povo majoritariamente campestre é acrescido com a “vantagem” do branqueamento da raça que a miscigenação traria.

Aureliano Leite (2007, p. 101), descrevendo a presença de italianos em Ouro Fino, confirma o aporte dos imigrantes tanto no que se refere ao trabalho como para a “purificação racial”:

*“Nas ruas da cidade, no seu mercado novo e no aro da igreja, ao findar da missa, um idioma estranho, enriquecido de gestos exuberantes, faz-se ouvir, em especial aos domingos. São os colonos italianos que, atraídos pelas boas terras da mesma natureza que as de Socorro, Penha do Peixe, Pinhal e outros centros agrícolas da faixa lindeira, invadem, via Santos, o velho município franciscano, para cujo incremento, além de seu braço forte, oferece o sangue rico, que lhe melhora o sangue racial bem falto de brancos puros. O aumento da riqueza econômica extraída de melhor amanhã e cultura da terra produz imediatamente efeitos benéficos”.*

É difícil estimar ao certo a extensão do aporte do imigrante italiano para a agricultura familiar de Ouro Fino, mas sem dúvida o afinco com que vieram para trabalhar e melhorar de vida, sua milenar tradição camponesa, o hábito de um maior consumo de hortaliças, prontamente traduzido nas hortas que cultivavam ao redor da casa e até mesmo alguns instrumentos de trabalho que trouxeram consigo ajudaram a consolidar uma tradição que acreditamos ter origem na ocupação da região e persistir até hoje, qual seja, a exploração agrícola de base familiar ancorada por um ou mais produtos de forte apelo mercantil.

Atualmente muitas das famílias de origem italiana dedicam-se a outros ramos de atividades, embora algumas das maiores fazendas do município pertençam a sobrenomes italianos. Mas uma grande parte ainda continua ligada ao campo, como o senhor Olívio Soldano de 88 anos, cuja história inicia no começo do século passado:

*Meu avô viajou 29 dias. Era um navio de carga, que ia parando pelos lugares. Ele contava que quando desembarcou botou a mão no bolso e tinha um real, no dinheiro da época que era mil reis. Daí eles foram para Pinhalzinho dos Góes (bairro de Ouro Fino) trabalhar de ameia no café. Plantava fumo também. Plantava de tudo um pouco. Daí foi segurando, economizando e foi com o que eles compraram aqui no Laranjal. Eu nasci aqui.*

A propriedade de 72 ha adquirida foi depois repartida entre os irmãos do pai do Sr. Olívio e posteriormente as partes dos outros herdeiros comparados por seu pai e dois tios. Anos depois o pai comprou a parte dos irmãos, permanecendo a propriedade com a mesma área original. Seguindo a mesma tradição Seu Olívio também comprou aos poucos a herança dos irmãos e irmãs. Ele e Dona Amália Soldano tiveram 5 filhos, três homens e duas mulheres que depois de casadas mudaram para bairros rurais vizinhos. Os três rapazes continuaram na propriedade depois do casamento, o mesmo ocorrendo com três dos netos resultantes dessas uniões, que também já se casaram e presentearam o antigo casal com, até o momento, sete bisnetos. Embora a família tenha cultivado fumo até o começo da década de 50, foi principalmente o café que permitiu a expansão e manutenção da propriedade:

*“Formei muito café. Naquele tempo era mato. Derrubava um capão de mato, plantava dois ou três anos depois mudava, por que não punha adubo, era só a força da terra”.*

Atualmente a propriedade possui 40.000 pés de café, 100 cabeças de gado, umas 350 aves, alguns porcos e cultiva 4 ha de milho e feijão. Os cereais e parte do leite abastecem as casas das sete famílias, todas contando também com uma horta no fundo do quintal. Trabalho e rendimentos são repartidos entre todos, com o emprego de alguma mão-de-obra não familiar durante a colheita do café.

Se a imigração italiana não revolucionou a agricultura ourofinense, com certeza consolidou e deu novo impulso à sua vocação familiar.

### 3.5 – Evolução da agricultura em Ouro Fino

Segundo o IBGE (2009), o último Censo Agropecuário de 2006 registrou no município de Ouro Fino 1.050 estabelecimentos agrícolas familiares, ocupando uma área de 13.457 ha e 194 estabelecimentos não-familiares, ocupando área de 18.095 ha. Temos, portanto, que a agricultura não-familiar representava 16% do número de estabelecimentos, mas ocupava 57% da área agrícola total. Uma comparação com os dados referentes ao estado de Minas Gerais e o Brasil resulta na tabela abaixo.

**Tabela 3 – Estabelecimentos da agricultura familiar em Ouro Fino, Minas Gerais e Brasil**

	Agricultura Familiar				Agricultura Não-Familiar			
	Nº.Estab.	%	Área (ha)	%	Nº.Estab.	%	Área (ha)	%
Ouro Fino	1.050	84	13.457	47	194	16	18.095	57
Minas Gerais	437.415	79	8.845.883	27	114.202	21	23.801.664	73
Brasil	4.367.902	84	80.250.453	24	807.587	16	249.690.940	76

Fonte: Fundação Instituto de Geografia e Estatística – IBGE

Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Agropecuario\\_2006/agri\\_familiar\\_2006/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/)

Acesso em 20/09/2009

Em comparação com o estado de Minas Gerais a agricultura familiar de Ouro Fino é mais representativa em número de estabelecimentos e área ocupada, mas com grande presença de minifúndios como veremos a seguir. Na tabela 4 recolhemos dados sobre a evolução no número e área dos estabelecimentos agrícolas do município. Como podemos observar, o número que mais cresce são os estabelecimento com área entre 1 e 10 ha e em relação a situação na metade do século passado, diminuiu o número de estabelecimentos com mais de 500 ha, embora com pequena elevação dessa categoria no censo de 2006.

Como não temos dados que antecedam 1940, não é possível saber se antes da crise do café havia um maior número de grandes propriedades no município e que áreas ocupavam.

No trabalho de Castilho (2009, p.21) encontramos que o baixo custo de terras virgens e a chegada das linhas ferroviárias estimularam a implantação de grandes propriedades cafeicultoras na região a partir de 1890, sem, contudo, eliminar completamente a diversidade de atividades que lhes era característica:

*“Inicialmente os fazendeiros do Sul de Minas possuíam atividades econômicas diversificadas: investiam na lavoura do café, mas continuavam criando gado – um negócio rendoso e com mercado menos instável, no final do século XIX. Além disso, em todas as fazendas, os trabalhadores, empregados a partir do sistema de colonato, cultivavam suas roças de alimentos e criavam porcos destinados ao consumo doméstico”.*

**Tabela 4: Estabelecimentos agropecuários de Ouro Fino por grupo de área total**

Censo	Total Estab.	Menos 1 ha				1 a <10 ha				10 a <50 ha				50 a <100 ha			
		Est.	%	Área	%	Est.	%	Área	%	Est.	%	Área	%	Est.	%	Área	%
1940	1.292	1	0,08	*	*	430	33,3	2.296	3,8	560	43,3	13.816	22,6	156	12,1	11.289	18,5
1975	1.440	38	2,6	23	0,04	566	39,3	2.914	5,3	552	38,3	13.787	25,0	151	10,5	11.004	20,0
1985	1.116	102	9,1	58	0,20	597	53,5	2.274	7,4	273	25,0	6.319	20,5	44	3,9	3.005	9,8
1996	1.796	95	5,3	36	0,08	839	46,7	3.903	8,4	623	34,7	14.164	30,1	143	7,9	9.819	21,2
2006	1.244	54	4,3	22	0,07	629	51,0	2.789	8,8	384	31,0	8.671	27,5	82	6,6	5.682	18,0

Continua....

**Tabela 4: Estabelecimentos agropecuários de Ouro Fino por grupo de área total**

Continuação

Censo	Total Estab.	100 a <200 ha				200 a <500 ha				500 a <1000 ha				>1000 ha			
		Est.	%	Área	%	Est.	%	Área	%	Est.	%	Área	%	Est.	%	Área	%
1940	1.292	89	6,9	12.872	21,0	48	3,7	15.018	24,6	7	0,54	*	*	1	0,08	*	*
1975	1.440	85	5,9	11.403	21,0	43	3,0	12.695	23,0	5	0,3	3.248	5,9	-	-	-	-
1985	1.116	59	5,3	8.158	26,4	33	3,0	9.469	30,7	2	0,2	1.537	5,0	-	-	-	-
1995	1.796	64	3,6	8.494	18,3	29	1,6	7.761	16,8	3	0,2	2.112	4,6	-	-	-	-
2006	1.244	40	3,2	5.325	16,9	23	1,8	6.394	20,3	4	0,3	2.671	8,5	-	-	-	-

Fonte: 1940: – Departamento Estadual de Estatística, 1949

Demais: Fundação Instituto de Geografia e Estatística – IBGE. Censos Agropecuários de 1975, 1985, 1996

\* Não informado para evitar identificação

Em linhas gerais podemos caracterizar a agricultura de Ouro Fino como portadora de três características básicas: uma grande diversidade de produtos, um forte caráter mercantil e uma base familiar. A diversidade de produtos é histórica e não diminuiu significativamente com a entrada do café. Segundo Leite (2007,p.125) em 1929, em adição aos 12.518.000 pés de café, existiam no município 1.509 propriedades produtoras de arroz, 1.796 produzindo milho, 1.703 produzindo feijão, 109 com batata inglesa, 123 com mandioca, 11 com algodão, 99 com cana-de-açúcar, 562 com fumo e 34 produzindo vinho. Além de grande quantidade de frutíferas para o consumo doméstico e de um rebanho animal com, entre outras criações, 20.859 cabeças de bovinos e de 75.645 cabeças de suínos.

Pelos dados da pesquisa de campo, a agricultura de Ouro Fino produz atualmente para o comércio, café, milho, feijão, vários produtos olerícolas incluindo tomate, batata e alho, madeira principalmente de eucalipto, frutas como lichia, banana e vários citrus, suínos, frangos, ovos, leite e carne de bovinos e caprinos e carne de ovinos.

O caráter mercantil dessa agricultura tem sua origem histórica na já mencionada vocação do sul de Minas Gerais de produzir para abastecer o comércio da região e exportar para São Paulo e Rio de Janeiro. É nossa opinião que a agricultura familiar do município esteve sempre ancorada numa produção mercantil complementada por cultivos destinados ao autoconsumo ou aqueles que obedecem ao que Garcia Junior (1983, p.12) denomina princípio de alternância entre o consumo pela família e o mercado. Na pesquisa de campo que fundamenta esse trabalho, bem como em enquête realizada no vizinho município de Monte Sião, o emprego em atividades não agrícolas aparece como atividade praticada principalmente pelos jovens, cabendo à produção agropecuária a geração da maior parte dos recursos utilizados na manutenção da casa e investidos na melhoria da propriedade.<sup>15</sup>

Ao menos a partir no final do século XIX podemos apontar três culturas comerciais como principais fontes de capitalização da agricultura familiar ourofinense: o café, o fumo e o alho. Chamamos a atenção para esses três cultivos por serem de destinação prioritariamente para o mercado. Não menos importante, aparece, durante toda a história agrícola do município, a criação de bovinos para o corte e produção de leite. Como veremos em capítulo posterior, embora a atividade leiteira venha diminuindo ao longo do tempo, desestimulada pelos baixos preços do leite, ainda é vista pelos agricultores como uma espécie de poupança e fonte de retornos que, apesar de minguados, são fundamentais para o orçamento doméstico.

---

<sup>15</sup> Ver a esse respeito o trabalho: O Café, o Leite e o Tricô na Reprodução da Agricultura Familiar em Monte Sião – MG, apresentado no 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Extensão Rural (Sober), 2009.

O fumo aparece já nos primeiros registros sobre a agricultura de Ouro Fino. Segundo Prado Junior (1994, p.39):

*“Além do açúcar, embora em escala relativamente pequena, começará a cultivar-se também, desde princípios do séc. XVII, o tabaco. Trata-se, como se sabe, de uma planta indígena da América, e cujo produto teve logo crescente aceitação na Europa. Mas não só com esse objetivo que se cultivou no Brasil, e si também para ser utilizado no tráfico de escravos: o tabaco servirá para adquirir-los pelo escambo na costa da África, e será em grande parte em função deste negócio que se desenvolverá a cultura brasileira”.*

O recenseamento de 1940 registrou uma produção de fumo no município de 2.700 arrobas<sup>16</sup> (40,5 toneladas). Um levantamento agrícola do município realizado pelo Banco do Brasil em 1954 acusou uma produção de 2.800 arrobas (42 toneladas) de fumo em corda, e a presença na cidade de oito estabelecimentos de preparação e comércio de fumo pertencentes, pelo que fomos informadas pelo senhor Oberdan Everton Zerbinatti, à famílias italianas. Já no censo de 1975 aparecem apenas dois informantes, com uma produção total de 1 tonelada e não há menção da cultura nos censos seguintes. Na pesquisa de campo identificamos apenas um agricultor que produziu fumo em 2008, mas não pretende continuar, por não ter obtido rendimento compatível com o trabalho investido.

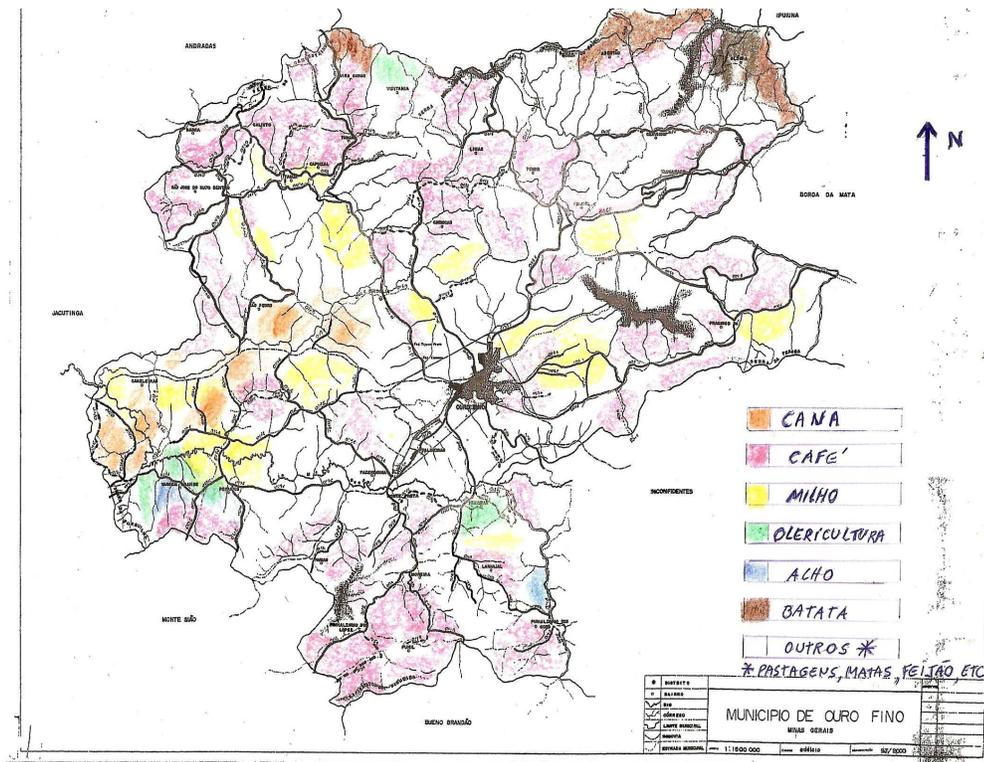
O mapa abaixo, elaborado em conjunto com o técnico local da Emater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), ilustra a localização das principais culturas presentes no município hoje. A cultura do feijão não aparece com cor própria por estar espalhada por todo o município e por destinar-se muitas vezes ao autoconsumo, diferentemente do cultivo do milho, que embora também seja parcialmente destinado à alimentação dos animais presentes na propriedade é plantado em algumas áreas para fins comerciais e utilizando elevado padrão tecnológico.

O mapa assinala também a presença no município da cultura da cana, que chegou há uns cinco anos via contratos de arrendamento efetuados por uma usina de Itapira (SP) e se instalou em terras menos acidentadas que fazem divisa com o município de Jacutinga, por sua vez limítrofe com Itapira. Como no bairro que pesquisamos não há cultivo comercial de cana-de-açúcar, não entrevistamos produtores com contrato com a referida usina, mas pelo

---

<sup>16</sup> Uma arroba são 15 kg.

que nos contaram os agricultores com quem conversamos, os arrendamentos estipulavam o pagamento por tonelada colhida pelo preço do dia e, com a justificativa da usina de queda dos preços, os que arrendaram estão recebendo agora menos do que esperavam. Chamamos a atenção para o fato desse mapa não obedecer a uma escala, mas apenas assinalar a presença da cultura naquele local.



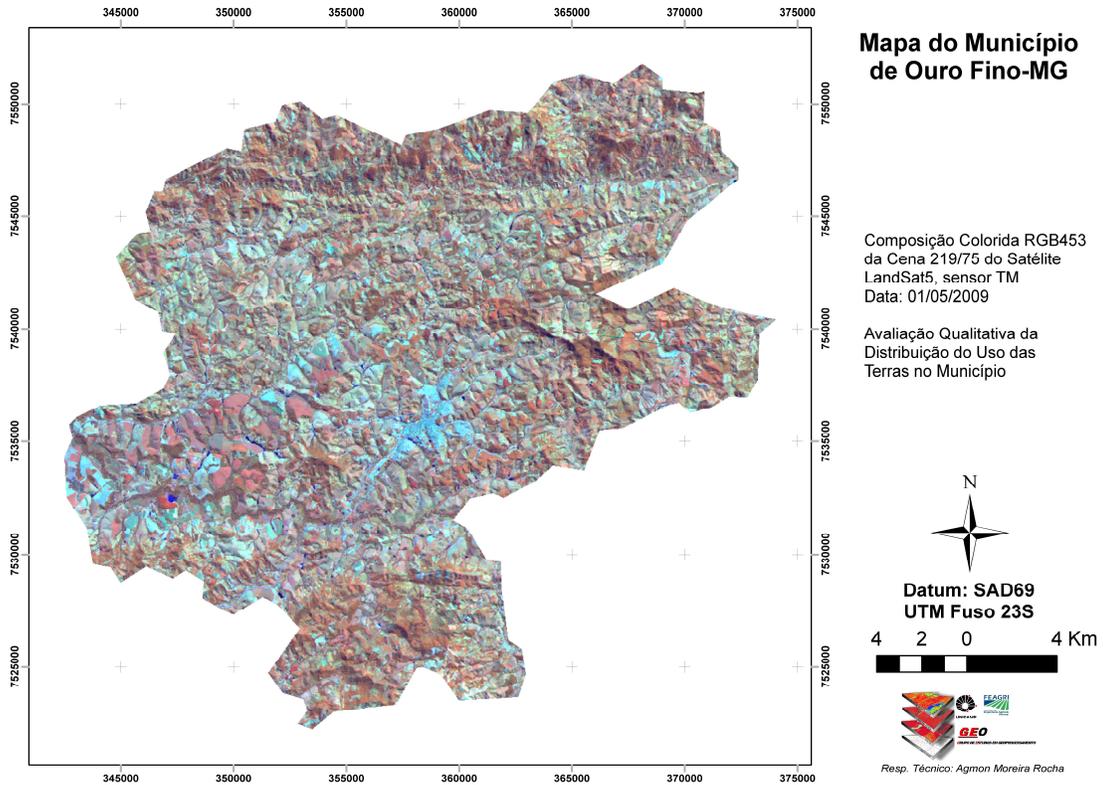
**Figuras 13: Distribuição espacial das principais culturas encontradas atualmente no município de Ouro Fino**  
**Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009.**

Falaremos sobre o alho, cultura bastante importante para o município nas décadas de 1970 a 1990 e presente na trajetória de todos os agricultores entrevistados na descrição da atividade agrícola no bairro estudado.

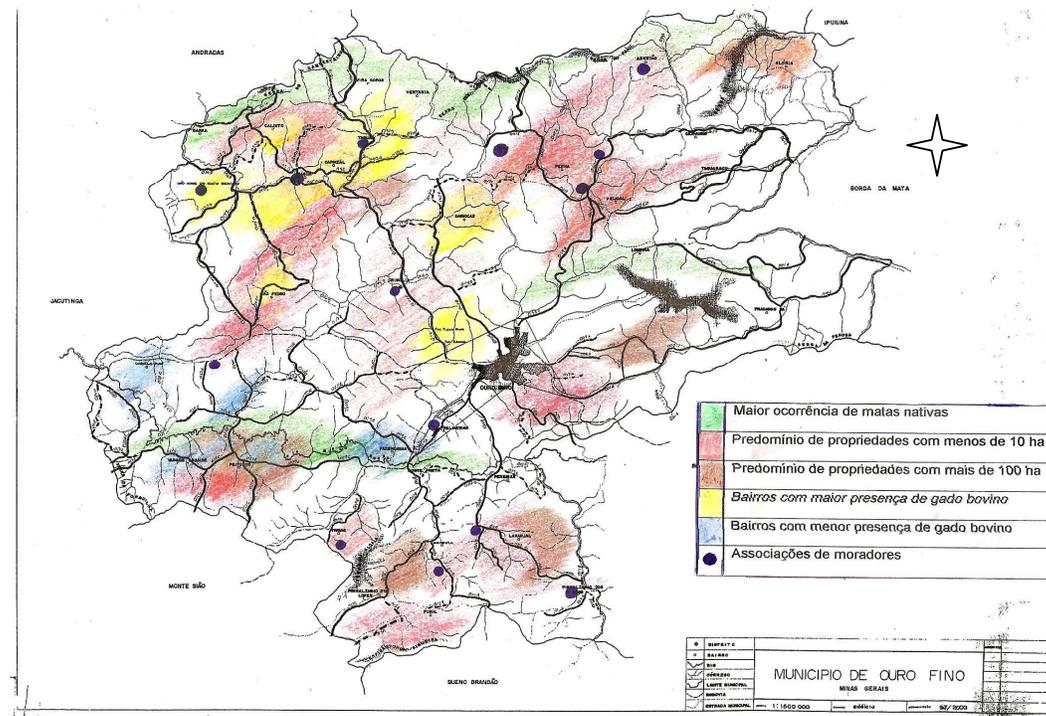
O que nos parece interessante na história agrícola do município de Ouro Fino é que as características que consideramos constitutivas dessa agricultura: diversidade, vocação mercantil e base familiar, lhe conferem uma marcante capacidade de mobilidade. Ou seja, embora tendo o café como carro chefe, outros cultivos e criações são adotados e abandonados conforme conjunturas favoráveis ou não de mercado. Ou como comentou um comerciante do mercado municipal: *“Quando o feijão sobe muito de preço todo mundo planta, nem que seja só para comer. Quando o preço abaixa, todo mundo compra”*. Os equipamentos de irrigação e os barracões de secagem de alho continuam nas propriedades e

muitos agricultores reportaram intenção de retomar esse plantio se o preço mais elevado de 2008 persistir no inverno que vem. Da mesma forma o aquecido mercado de lenha vem impulsionando nos últimos anos o plantio de pequenas áreas de eucalipto. Essas conjunturas favoráveis de mercado não apenas influenciam as decisões de como melhor alocar os meios de produção de que dispõe os produtores como também constituem momentos importantes de capitalização da família e da própria atividade agrícola. Assim foi que o fumo permitiu a compra de terras pelos colonos do café e o alho possibilitou maior mecanização de algumas propriedades.

A seguir apresentamos mais dois mapas do município de Ouro Fino. O primeiro trata-se de imagem de satélite que ilustra a variedade vegetativa do município. Segundo Agmon Moreira Rocha, técnico responsável pela imagem, a presença de tantas pequenas manchas coloridas indica que não há predominância de uma única cultura, mas a combinação de vários cultivos com áreas de mata nativa e plantada, o que confirma nossas observações de campo. No limite norte do mapa aparece uma faixa causada pela sombra da cadeia de montanhas presente no local. Como podemos observar no mapa da figura 15 essa é também a área com maior presença de matas nativas, e o local onde a altitude favorece, além de café, também a cultura de batata. Na metade sul do mapa vemos o rio Mogi Guaçu, alguns pontos azul anil representando os açudes que encontramos no bairro estudado e manchas de um vermelho mais vivo que indicam a presença da cana-de-açúcar próxima da fronteira com o município de Jagutinga.



**Figura 14 : Imagem de satélite do município de Ouro Fino**  
**Fonte: Agmon Moreira Rocha, 2009.**



**Figura 15: Ocorrência de matas nativas, gado bovino, associações de moradores e tamanho das propriedades.** Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009.

O segundo mapa assinala a localização das principais Associações de Moradores, que coincide grosso modo com as áreas onde predominam as propriedades com menos de 10 ha. Embora elas não sejam objeto de nosso estudo, vale mencionar que o município tem hoje 26 dessas associações, a maioria criada a partir da década de 1990 por incentivo do poder público. Sem entrar no mérito e nos problemas dessa forma de associativismo, várias dessas associações têm conseguido acesso aos recursos do programa Minas Sem Fome<sup>17</sup>, do governo estadual, valendo-se para isso da influência de políticos locais. As mais ativas buscam projetos que trazem para o bairro benefícios como secador de café, trator, resfriador de leite, sementes, cursos como corte e costura - preparatório para quem quer trabalhar nas confecções da cidade - e assim por diante, chegando mesmo a estabelecer convênios com o comércio local para a obtenção de descontos em tratamentos de saúde e em lojas diversas.

Apesar de a agricultura ser apontada pelos lojistas ourofinenses como a principal fonte geradora de recursos e ser ela também a atividade que mais empregava em 2000, conforme os dados do IBGE sobre população ocupada por setor econômico reproduzidos na figura 16, no que se refere à composição do Produto Interno Bruto do município ela ficava abaixo da indústria e do setor de serviços em todos os anos apresentados, conforme pode ser constatado na figura 17.

SETORES	No. DE PESSOAS
Agropecuário, extração vegetal e pesca	4.529
Industrial	4.359
Comércio de Mercadorias	2.016
Serviços	3.938
<b>TOTAL</b>	<b>14.842</b>

Figura 16: População Ocupada por Setores Econômicos em 2000 segundo o IBGE

Fonte: Em:

<http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=estado&diretorio=munmg&arquivo=municipios&municipio=46008>. Acesso em 23/09/2009.

<sup>17</sup> O programa Minas Sem Fome é um sub-programa do FOME ZERO lançado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, através da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater MG. Em: <http://www.cnpms.embrapa.br/minassemfome/minassemfome.html>. Acesso em 21/09/2009.

Unidade R\$(mil)

ANO	AGROPECUÁRIO	INDUSTRIA	SERVIÇO	TOTAL
1998	20.682	47.908	52.270	120.860
1999	20.456	44.227	93.231	157.914
2000	18.909	36.448	86.268	141.625
2001	17.433	48.778	89.381	155.592
2002	20.624	43.169	99.175	162.968

**Figura 17: Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), e o Centro de Estatística e Informações (CEI)**

Fonte: Em

<http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=estado&diretorio=munmg&arquivo=municipios&municipio=46008> . Acesso em 23/09/2009.

A aparente contradição nos foi explicada por funcionário da Secretaria de Administração Fundiária como decorrente da Lei Kandir<sup>18</sup> que em 1996 retirou o imposto de exportação do café. Anteriormente o município recebia 25% dos 13% de imposto cobrado sobre o valor da saca de café. Embora a quantidade de sacas exportadas tenha subido de 10-12.000/mês para 25-30.000/mês nos últimos doze anos, a arrecadação do setor agrícola mantém-se estacionada. Considerando-se uma exportação em torno de 8.000 sacas por semana a um preço de US\$ 147,00/saca, o município deixa de arrecadar perto de 40 mil dólares por semana.

Nossa pesquisa buscou estimar a importância da população rural no comércio local e, como veremos mais adiante, ela é identificada por donos de supermercado, agropecuárias e lojas de material de construção como responsável por pelo menos 40 % das vendas.

<sup>18</sup> Lei complementar nº 87, que entrou em vigor em 13 de setembro de 1996 no Brasil. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal, nas operações relativas à circulação de mercadorias e serviços – ICMS. A lei Kandir isenta do tributo ICMS os produtos e serviços destinados à exportação. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei\\_Kandir](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Kandir). Acesso: em 05/10/2009.

## 4-CAPÍTULO II

### A complexa e diversificada agricultura familiar no rural resignificado: considerações teóricas e metodologia da pesquisa.

#### 4.1 – Uma categoria síntese genérica e diversificada

Sendo este um estudo sobre a agricultura familiar se faz necessário conceituar esse tipo de produção em relação às demais formas de agricultura encontradas no campo brasileiro. Três questões nos parecem fundamentais para essa análise: o que caracteriza a agricultura familiar, sua importância e formas de resistência nas sociedades capitalistas e os pontos de ruptura ou continuidade<sup>19</sup> que guarda em relação ao campesinato.

Começemos com o termo agricultura familiar, tão corriqueiro nos dias atuais, mas somente incorporado ao vocabulário acadêmico, ao discurso político e à esfera das políticas públicas a partir do final da década de 1980. Em sua obra: “A pluriatividade na agricultura familiar”, Sergio Schneider (2009, p.19) apresenta um esclarecedor apanhado do surgimento do vocábulo, explicando como: “[...] *a chegada tardia das discussões e pesquisas sobre a agricultura familiar no Brasil pode ser entendida com base na identificação dos referenciais teóricos que inspiraram boa parte dos estudiosos, fortemente influenciados por aportes analíticos que mantiveram um excessivo apego às formulações clássicas em torno do problema agrário nacional e dos processos de formação e luta de classes sociais no campo*”. Para o autor a categoria agricultura familiar deve sua gênese e afirmação a uma conjunção de fatores, dentre os quais a assinatura do Tratado de Assunción em 1991, que ampliava a integração econômica e comercial entre os países do Cone Sul. “[...] *em razão das feições aparentemente excludentes desse processo, pois a real participação dos pequenos agricultores estava virtualmente vedada, a expressão agricultura familiar surge como uma noção de convergência e unificadora dos interesses dos pequenos proprietários rurais que se julgavam não apenas preteridos politicamente da integração, mas afetados economicamente, uma vez que a abertura comercial ameaçava determinados setores da agricultura brasileira em razão das diferenças de competitividades de seus produtos*”. (SCHNEIDER, 2009. p.34). A consolidação de um bloco econômico no sul da América Latina teria também levado as

---

<sup>19</sup> Para empregar a terminologia utilizada por Wanderley (2003. p.42)

organizações de pequenos produtores a se inspirar nas formas de articulação e políticas públicas direcionadas à agricultura familiar na União Européia.

O autor esclarece ainda que os movimentos sociais no campo, sobretudo o sindicalismo rural da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), adotaram a expressão “agricultura familiar” como uma categoria política síntese que abarcava uma ampla base de atores como pequenos proprietários rurais, assentados, arrendatários, agricultores integrados às agroindústrias entre outros, que não podiam mais ser identificados genericamente como trabalhadores rurais ou como pequenos produtores.

A pressão dos movimentos sociais e da própria academia para a institucionalização de políticas específicas para a agricultura que tem o trabalho da família como base do sistema produtivo, levou à criação em 1996 do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), legitimando, perante o Estado e a sociedade a especificidade desse segmento.

Schneider (2009, p.36) identifica o pensamento acadêmico como a segunda esfera de consolidação do termo, mas acrescenta que a academia tardou a incorporar a existência no campo brasileiro de uma agricultura familiar nos moldes da encontrada nos países avançados influenciada, como já dito, pelas interpretações marxistas clássicas da questão agrária. Só no início da década de 1990 a expressão começa a ser amplamente utilizada, contribuindo para isso a obra de referência de Ricardo Abramovay: “Paradigmas do capitalismo agrário em questão” (1992), onde são expostas algumas das limitações da teoria marxista como referencial analítico para o estudo do campesinato (SCHNEIDER, 2009, p.41)

Em artigo publicado em 1999 (p.23), Nazareth Wanderley afirma que:

*“A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e a abrangência que lhe tem sido atribuídos nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. Fala-se de uma agricultura familiar como novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõem-se políticas para estimulá-los fundadas em tipologias que se baseiam em uma viabilidade econômica e social diferenciada [...]”.*

A autora prossegue esclarecendo que a agricultura familiar é um “*conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares*”, dentre elas o campesinato, com o qual mantém laços de “*rupturas e continuidade*”. Como coloca Schneider (2009, p.35), a categoria síntese representada pela agricultura familiar abarca além dos pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados às agroindústrias, entre outros. Parece-nos, no entanto, que a agricultura familiar não é uma categoria síntese apenas por poder manifestar-se nas varias formas mencionadas, mas por que, dentre o conjunto de estratégias que o agricultor familiar manipula para garantir sua reprodução podem ser encontradas a renda da terra, o assalariamento, a prestação de serviços, e assim por diante, conforme apuramos na pesquisa de campo. O termo abriga, portanto, atores sociais cuja identidade pode guardar aparentes contradições como ser ao mesmo tempo proprietário e arrendatário, dono dos meios de produção e vendedor de sua força de trabalho.

Mas aqui vale questionar também como os próprios agricultores assimilam e se identificam com os termos a eles atribuídos. Para Mendras (1959, p.7): “*Os camponeses de sua parte, não tem nem o tempo nem o gosto de se estudar e se definir; eles não se preocupam muito em apresentar uma imagem de si mesmos. No melhor dos casos lhes acontece às vezes de aceitar os retratos mais infidedignos e tentar se convencer que se parecem com eles*”. Mesmo sendo assim, parece evidente que algumas denominações apresentam maior poder de assimilação e incorporação. Em nossa pesquisa de campo encontramos que os agricultores mais velhos geralmente se auto identificam como lavradores, enquanto os com menos de 50 anos preferem termos como produtor ou agricultor. O termo camponês nunca é utilizado por eles para se auto definir, em parte pela conotação político-ideológica que assumiu no Brasil e com a qual nem todos se identificam. Por outro lado, a identificação como agricultor familiar apresenta como vantagem não apenas o acesso à políticas públicas específicas, mas ao contrário de termos que possuem um componente desmerecedor como pequeno produtor, produtor de baixa renda ou ainda o genérico trabalhador rural, remete ao reconhecimento profissional pelo exercício de uma atividade valorizada pela sociedade por demandar conhecimentos e talentos específicos. Ou como coloca Neves (2005, p.71):

*“Muito geralmente, as alternativas que os significados que vem sendo atribuídos ao termo agricultura familiar podem oferecer ao debate, destacam as vantagens do abandono do recorrente e incômodo desacordo em torno dos significados, na sociedade brasileira, associado*

*aos camponeses e aos pequenos produtores mercantis (atrasados, resistentes à mudanças e semialfabetizados e tantos outros mais desabonos sociais). [...] a depuração de atributos até então, sob certos pontos de vista, construídos pela negatividade, em grande parte explica a atracção a um suposto seguro porto semântico”.*

Como categoria genérica a agricultura familiar é conceitualizada, também genericamente, como sendo uma forma de produção agropecuária que associa família, propriedade dos meios de produção e gestão direta do trabalho, sendo que podem ser considerados produtores familiares os arrendatários e parceiros que embora sem a posse da terra sejam donos dos demais meios necessários para a realização da produção. A multiplicidade de formas em que esse trinômio pode se expressar em situações concretas, moldadas pelas características do agroecossistema em que estão inseridas, processos históricos particulares e condições sócio-econômicas e políticas específicas é responsável pela grande diversidade encontrada na agricultura familiar.

Essa diversidade de formas de manifestação de uma categoria síntese genérica dificulta a formulação de um corpo teórico analítico e explicativo específico para a agricultura familiar. Sua compreensão ainda está, em grande medida, dependente dos pontos que guarda em comum ou não com o campesinato e suas diferenças para com a agricultura capitalista e o agronegócio; parecendo ser um dos elementos definidores de sua diversidade o pender-se mais para um ou outro lado.

Como veremos no próximo capítulo desse trabalho, estabelecer linhas limítrofes claras entre agricultores familiares e não-familiares não é tarefa fácil nem isenta de reducionismos desmerecedores.

#### **4.2 – A herança camponesa**

Seguindo o raciocínio da existência de pontos de continuidade entre o camponês tradicional e o agricultor familiar moderno, vale relembrar alguns dos principais aportes teóricos no estudo do campesinato. Logo na introdução de sua obra sobre o fim do campesinato, Henri Mendras (1984, p.10) chama a atenção para o desinteresse (e incompreensão) das ciências sociais do século XIX em sistemas sociais que funcionassem fora da divisão de classes e dos mecanismos de mercado característicos do capitalismo industrial urbano, ainda que essas formas constituíssem a maior parte da população do ocidente. Talvez um dos principais fundamentos desse desinteresse se encontre na crença

marxista de que o campesinato estaria fadado ao desaparecimento, com o avanço do capitalismo no campo. Como explica Abramovay (1992, p.35-36):

*“Se, do ponto de vista marxista, é possível falar conceitualmente em classe operária e burguesia, campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo, [...] A impossibilidade de definir claramente a natureza e a origem de seus rendimentos demonstra que o conceito de camponês n’O Capital é logicamente impossível. A atividade produtiva que dá origem a sua reprodução não tem o estatuto de trabalho social e é nesse sentido que o campesinato só pode se constituir naquele grupo de bárbaros de que fala Marx”.*

Para os pensadores e estudiosos da época que acreditavam na existência e sobrevivência de uma economia camponesa com características próprias dentro do capitalismo, e também do socialismo, era necessário buscar uma teoria alternativa a ortodoxia marxista. Como colocou o grande precursor dos estudos sobre o campesinato Alexander Chayanov:

*“Não podemos avançar no pensamento econômico apenas com as categorias capitalistas, porque uma região muito vasta da vida econômica (a maior parte da área da produção agrária) baseia-se não em uma forma capitalista, mas em uma forma completamente diferente de uma unidade econômica familiar não assalariada. Esta unidade tem motivos muito especiais para a atividade econômica, assim como uma concepção muito específica do que é remunerativo”.*

Chayanov nasceu na Rússia em 1888 e morreu em 1939, como prisioneiro de Stalin. De inteligência brilhante e fecunda e espírito aberto dedicou-se a vários ramos do conhecimento humano como a arte, a literatura, a história, a sociologia e a economia, deixando uma vasta obra, da qual muito pouco foi traduzido. Sua formação agrônoma e estudos sobre economia agrícola fizeram com que aos 25 anos fosse nomeado professor assistente de um Instituto de Agricultura próximo a Moscou. Segundo Kerblay (1981, p.85), a partir de 1919 seus trabalhos são discutidos em vários congressos sobre agricultura e cooperativas. Um dos aspectos mais importantes da obra de Chayanov sobre a organização econômica da unidade produtiva camponesa assenta-se no fato de suas teorias

derivarem de minucioso trabalho de campo e da análise da montanha de dados registrado por grande quantidade de jovens agrônomos russos empregados na virada do século XX nos zemstvos<sup>20</sup>.

É essa base empírica que permite que Chayanov elabore uma teoria sobre o caráter endógeno do funcionamento da economia camponesa, e é justamente entre os envolvidos com a administração dos zemstvos que surge a Escola Organizacional e Produtiva, a qual ele se junta. “*Esse grupo preconizava um conjunto de medidas agronômicas e econômicas, com a finalidade de intensificar a produção das explorações camponesas. Sua meta era transformar antes de tudo a organização da economia camponesa sem esperar mudanças políticas: daí o nome de escola “organizacional” vinculado a esta tendência*”. (KERBLAY, 1981, p.87)

Chayanov (1985, p.37) dedicou parte importante de sua obra ao estudo dos “[...] *elementos morfológicos estáticos da ciência das unidades econômicas camponesas*” buscando encontrar nos mecanismos de seu funcionamento a base para a introdução dos avanços tecnológicos que a agricultura ocidental conquistava. Como coloca Shanin (*apud* Abramovay, 1992, p. 65): “(...) *não há mensagem tipo ‘small is beautiful’ em Chayanov*” nem a procura de motivações outras para o comportamento do camponês senão aquela decorrente do equilíbrio entre produção e consumo, embora admita que: “[...] *em cada regime econômico, a unidade econômica camponesa ocupa um lugar específico diferente em cada instância particular, se encontra ligada de distintas maneiras com outras classes sociais e adota diferentes condutas nas alternativas da luta de classes característica de cada regime*”. (CHAYANOV, 1985, p. 41)

Para Wanderley (1988, p.29) a grande contribuição da obra de Chayanov para o estudo do campesinato repousa no fato de ter ele elaborado uma proposta teórica original de compreensão dos processos internos de funcionamento das unidades familiares de produção, inclusive no contexto global da agricultura moderna. Por acreditar nas potencialidades do campesinato russo pensava não no seu desaparecimento, mas na sua incorporação na sociedade socialista em gestação através do cooperativismo. Chayanov era contra a coletivização forçada imposta por Stalin, que de fato mostrou-se catastrófica, e defendia uma concentração vertical da dispersa agricultura russa em corpos cooperativos

---

<sup>20</sup> Os zemstvos foram instituídos em 1864, pelo imperador russo Alexander II e duraram até a revolução de 1917. Eram unidades administrativas distritais constituídas de um conselho de representantes, dominado, via de regra, pelos nobres da região e um corpo administrativo nomeado pelo conselho. Em seu nível mais local o sistema descentralizado do governo imperial russo era representado pelo mir, as comunidades camponesas russas que passaram a ser auto governadas a partir das reformas para a emancipação dos servos em 1861. In: <http://en.wikipedia.org/wiki/Zemstvo>. Acesso em 26 de novembro de 2009.

formados através de um processo de autocoletivização onde as características constitutivas da produção camponesa seriam mantidas. Uma proposta que nos dias de hoje poderia fazer parte das discussões sobre desenvolvimento territorial local.

Podemos muito resumidamente definir a teoria chayanoviana da seguinte maneira: a família camponesa agrega ao mesmo tempo a posse dos meios de produção e a força de trabalho, sendo a ausência da extração da mais valia que a diferencia de uma empresa capitalista; a economia camponesa é voltada para o atendimento das necessidades de consumo da família e uma vez atingido o equilíbrio entre produção e consumo nas diferentes etapas do ciclo reprodutivo da família, diminui a disposição do camponês para enfrentar a penosidade do trabalho agrícola; o rendimento desse trabalho forma um todo indivisível, ou seja, não se presta a uma análise econômica que separe lucro, salário e renda da terra e tem a dupla finalidade de garantir o consumo imediato da família e permitir a manutenção ou mesmo ampliação do patrimônio familiar; apesar da centralidade da família, não se trata de uma economia fechada – o campesinato sempre gerou excedentes para o mercado.

A publicação da obra de Chayanov em inglês no ano de 1966 vai coincidir com os impasses enfrentados pelas iniciativas de modernização da agricultura iniciadas na Europa após o final da segunda guerra mundial e direcionadas para os países em desenvolvimento a partir dos anos 1960. Como convencer agricultores de base camponesa a abandonar hábitos consolidados em séculos de tradição pelas novidades trazidas pelos extensionistas? Tal desafio levou alguns economistas à retomada dos estudos sobre a organização econômica de sociedades tradicionais, buscando compreender os mecanismos de tomada de decisões entre camponeses. Como coloca Abramovay (1992, p.80):

*“ Não é a toa então que, quarenta anos após a publicação da obra de Chayanov, autores de formação estritamente neoclássica, e com base nos métodos fornecidos por essa escola de pensamento, retomam e desenvolvem as preocupações do economista russo: existe um comportamento específico do campesinato? É possível uma teoria que coloque em relevo os motivos fundamentais que presidem suas escolhas econômicas? Mais que isso, será que, entre camponeses condutas aparentemente paradoxais com relação à poupança, ao investimento e ao consumo não encontrem explicações num uso estritamente racional dos recursos de que dispõem? E será que a compreensão desta racionalidade*

*não é capaz de fornecer subsídios importantes a políticas de desenvolvimento econômico?”*

O autor prossegue fornecendo um resumo das três mais significativas contribuições teóricas para a compreensão dessa racionalidade específica ou não do campesinato e a elaboração de modelos microeconômicos sobre o seu comportamento. A primeira teoria apresentada, de Theodore Schultz, questiona a especificidade da racionalidade camponesa, argumentando que estes buscam a maximização do lucro como qualquer empresa capitalista e utilizam os fatores de produção de que dispõem de forma coerente e eficiente buscando sempre a maior produtividade e redução de custos. Para que a agricultura tradicional saia de um estado generalizado de pobreza é preciso a intervenção do Estado assegurando-lhe o acesso à mecanização e insumos modernos. As teorias de Schultz têm o mérito de apontar para um comportamento racional entre camponeses, e atribuir seu fraco desempenho produtivo aos poucos meios de produção ao seu alcance e não a fatores subjetivos como preguiça ou ignorância. Seus argumentos inspiraram a criação de centros de pesquisa e extensão que formaram a base da Revolução Verde em muitos países em desenvolvimento. Mas como sabemos a modernização só conseguiu atingir uma parte dos produtores, sacrificando e marginalizando os que ficaram fora desse processo.

A segunda contribuição teórica apontada por Abramovay diz respeito a teoria de minimização de riscos de Michael Lipton, na qual o comportamento do agricultor tradicional é explicado pela maximização da oportunidade de sobrevivência através da sua aversão em correr riscos. A constante luta pela sobrevivência em um ambiente ecológica e socialmente hostil faz com que o camponês rejeite mudanças em seu sistema produtivo que poderiam resultar em um aumento de produtividade se estas implicarem situações de riscos que ameacem a reprodução da família. É justamente a fragilidade a que estão constantemente submetidos que impede que operem nas mesmas bases de uma empresa capitalista, e programas de desenvolvimento deveriam considerar uma realocação dos meios de produção ao alcance dos camponeses e eliminação dos fatores que promovem o comportamento de aversão ao risco.

O terceiro aporte teórico opera um retorno à teoria chayanoviana de que: “ *A relação entre as necessidades de consumo da família e o trabalho necessário a que sejam atingidas é a base para o estabelecimento de um equilíbrio microeconômico em torno do qual o campesinato se define*” (ABRAMOVAY, 1992, p.91). O autor cita como expoentes dessa linha de pensamento J.W. Mellor, A.K. Sen e C.N. Nakagina. Assim como em

Chayanov, esse equilíbrio opera-se internamente em bases subjetivas. Cabe ao camponês operacionalizar a equação entre a penosidade do trabalho agrícola e as necessidades da família, diminuindo a disposição para um maior esforço de trabalho uma vez supridas essas necessidades. É importante observar que o esforço demandado pelo trabalho agrícola, especialmente as tarefas realizadas manualmente, acarretam um desgaste físico que pode levar a uma situação de enfermidade que coloca em risco a sobrevivência da família.

Essa microeconomia equilibrada apóia-se em fatores endógenos e pode ser alterada ao longo do ciclo de vida da família e por fatores exógenos como a existência de um mercado de trabalho que crie a oportunidade de suprimento de parte das necessidades da família pela venda da força de trabalho de alguns de seus membros. Por outro lado, conforme observamos em nossa pesquisa de campo, a utilização de máquinas e insumos da agricultura industrial aumenta o rendimento do trabalho criando um excedente entre a mão-de-obra familiar existente e aquela necessária para o suprimento de suas necessidades. Esse excedente pode tanto ser empregado em atividades assalariadas ou utilizado na própria unidade produtiva para aumentar a produção para o mercado permitindo uma maior capitalização da família.

Para Abramovay (1992, p.94 e 96) os modelos expostos guardam em comum entre si e com a análise chayanoviana uma explicação econômica para a racionalidade encontrada no comportamento camponês. Todas essas contribuições buscam respostas para a seguinte questão prática: *“como promover a maior integração das unidades de produção familiares ao mercado de produtos e insumos, de maneira a elevar sua renda e, presumivelmente, seu bem-estar, assim como a disponibilidade de produtos agrícolas na sociedade como um todo?”* Ou seja, o objetivo último que fundamenta esse esforço cognitivo é a modernização e aumento de eficiência produtiva do campesinato. Até hoje, compreender os mecanismos que pautam os processos de tomada de decisões entre os agricultores é um desafio para o trabalho de extensão, seja qual for sua opção tecnológica.

Defensor do cooperativismo como forma de impulsionar a agricultura russa, Chayanov (1985,p.44) argumentava que analisar as unidades de produção camponesa da época, tal como se encontravam, era estudar o material: *“ [...] a partir do qual, em nossa opinião, deverá evoluir historicamente o novo agro na próxima década, tendo convertido, por meio de cooperativas, uma parte considerável de sua economia em formas de produção socialmente organizadas. Deverá ser um campo industrializado em todas as esferas do processo técnico, mecanizado e eletrificado: um campo que aproveitou todos os ganhos da ciência e da tecnologia agrícola”*.

Apesar da grande contribuição dos autores mencionados para uma melhor compreensão do funcionamento interno do campesinato, Abramovay (1992, p.100) chama atenção para o fato tanto que na obra dos economistas citados como do próprio Chayanov muito pouco é dito e analisado sobre os diferentes ambientes sociais em que o campesinato opera. É como se tratasse de uma categoria com tal magnitude de autonomia e autarcia que se torna sem história, permanecendo igual no tempo e espaço. Para o autor a racionalidade econômica do camponês é necessariamente incompleta por estar limitada pelos fatores e critérios de ordem não econômica que compõe seu ambiente social. A vida em comunidade, as relações de parentesco e vizinhança, suas crenças religiosas, os vínculos personalizados com os semelhantes e com os “notáveis”<sup>21</sup> para emprestar uma expressão dos estudiosos do campesinato francês, faz com que: “[...] *mais que um tipo econômico, o camponês representa antes de tudo, um modo de vida*” (ABRAMOVAY, 1992, p.101)

Mas quais as características desse modo de vida, além do já referido equilíbrio entre trabalho e consumo? Abramovay vai buscar essa resposta na antropologia clássica e na obra do economista Frank Ellis, retomando a idéia de ser o campesinato uma *sociedade parcial* operando em *mercados imperfeitos*. Sociedade parcial por que, ao contrario do que acontece com as sociedades tribais, o campesinato combina um conjunto próprio de códigos sociais com uma inserção na sociedade englobante através da venda de mercadorias em mercados considerados imperfeitos por estarem condicionados a vínculos personalizados, operando localmente num escopo restrito de alternativas de compra e venda. Para Wolf (1970, p.24) “[...] *o termo “camponês” detona nada mais nada menos que uma relação estrutural assimétrica entre produtores de excedentes e o grupo dominante*”

Nas palavras de Robert Redfield (1960, p.24): “ *Pode ser que uma comunidade camponesa, ligada como é a pessoas e instituições externas, forme um sistema tão incompleto que não pode ser facilmente descrita como uma estrutura social. Talvez nós antropologistas teremos que descrever não a comunidade camponesa, mas sistemas maiores e mais completos: a sociedade feudal, uma região complexa, o estado nacional [...]*” . Naturalmente a autonomia dos camponeses sempre foi relativa, e bastante frágil no caso brasileiro, por terem historicamente ocupado posição de exclusão frente a grande lavoura exportadora, enfrentando variados graus de submissão e sujeição impostos pela

---

<sup>21</sup> Os notáveis são pessoas influentes e de prestígio (nobres, padres, professores, funcionários administrativos, etc.) que fazem a intermediação entre a comunidade local e a sociedade englobante. Para Mendras (1995, p.151) os notáveis apresentam três características básicas: indistinção entre os poderes social, econômico e político; indistinção entre as fontes internas e externas do poder e relações personalizadas.

elite agrária e pelo Estado. Tampouco se pode pensar em um trabalho regido exclusivamente pela vontade de satisfazer as necessidades de consumo da família, ou não haveria entre eles uma diferenciação econômica interna, com o relativo enriquecimento de alguns poucos e empobrecimento de outros.

Redfield, em sua tentativa de estabelecer um conceito universal, argumenta que o campesinato não está necessariamente associado a um determinado sistema político e sócio-econômico, como no caso do feudalismo europeu, mas sempre mantém relações com uma elite presente no meio rural ou sediada na cidade. O autor corrobora com os estudos de Eric Wolf (1970) e Alfred Louis Kroeber na definição dos camponeses como aqueles que fazem da agricultura um meio e um modo de vida, não um negócio visando o lucro. Alguém que efetivamente controla um pedaço de terra, mesmo que esta não lhe pertença, com a qual mantém uma ligação de longa data por laços de tradição e afeição. A terra e o camponês são partes de uma coisa única, um corpo de relações há muito estabelecido. São também a dimensão rural de civilizações antigas. Ou como colocado por Kroeber: *“Camponeses são definitivamente rurais – no entanto vivem em relação com o mercado das cidades; eles formam um segmento de classe de uma população maior que normalmente contem centros urbanos, às vezes capitais metropolitanas”*. (apud REDFIELD, 1960, p.20)

A própria característica de habitar áreas rurais, nem sempre de fácil acesso, contribui para a uma integração apenas parcial ao mercado. A principal característica dessa integração parcial deriva, no entanto, da preponderância da produção que garante a sobrevivência da família frente aquela de destino exclusivamente mercantil. A maior parte da produção camponesa obedece ao princípio da alternatividade definido por Garcia Jr. (1983, p.127-129) como a propriedade de poder ser vendido ou consumido diretamente. Essa flexibilidade permite ao camponês maior espaço de manobra frente as flutuações do mercado e garante a manutenção da família caso as condições de comercialização sejam desfavoráveis. Mas para Abramovay (1992, p.116) a possibilidade de venda ou consumo da produção camponesa não é indicativa de soberania econômica, mas sua forma de reagir e sobreviver aos esquemas de patronagem que garantem a sua dependência pessoal dos agentes que intermedeiam sua inserção na divisão social do trabalho.

Henry Mendras, representante na França segundo Schneider (2009, p.47), do enfoque estrutural funcionalista no estudo das comunidades rurais considera o campesinato portador das seguintes características definidoras e diferenciadoras em relação às sociedades tribais e aos agricultores modernos: uma autonomia relativa frente a uma

sociedade englobante que os domina, mas tolera suas particularidades; a importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade; um sistema econômico de autarcia relativa que não distingue consumo e produção, mas que mantém relações com a economia englobante; uma coletividade local caracterizada pelas relações internas de interconhecimento e poucas relações com as comunidades circundantes e a função decisiva da mediação exercida pelos notáveis entre a coletividade camponesa e a sociedade englobante. (MENDRAS, 1995, p.14)

Mas para van der Ploeg (2008, p.39), existe nos estudos sobre o campesinato uma lacuna fruto, dentre outros fatores, de uma dissociação entre a abordagem socioeconômica e a abordagem agrônômica que precisa ser superada. O autor sugere a conceitualização de uma “condição camponesa” atual e de um “modo camponês de fazer agricultura”, centrada na multiplicidade de formas internamente definidas e coerentes utilizadas pelos camponeses no processo de produção agrícola, cujas características principais são:

*“[...] (1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem por objetivo e se caracteriza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações”.*

Em decorrência desses padrões de cooperação reguladores de inter-relações o campesinato pode ser identificado e analisado por um referencial teórico originalmente formulado pela antropologia para o estudo das sociedades tribais: as relações de troca e reciprocidade que ocorrem no interior dessas coletividades de interconhecimento. É nesse sentido a obra “Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade” de Eric Saborin (2009) que utiliza os instrumentos analíticos herdados da teoria do dom e contra

dom, ou dádiva, de Marcel Mauss e os conceitos de reciprocidade e redistribuição em Karl Polanyi, para defender a existência passada e presente de camponeses no Brasil. O autor identifica nas populações rurais com que teve contato formas de reciprocidade como o mutirão, as trocas não mercantis como as de dias de serviço, a utilização conjunta de meios de produção como os fundos de pasto e a água, dentre outras. Em nossa pesquisa de campo constatamos que embora a modernização da agricultura tenha estimulado a monetarização das relações sociais e a mecanização promoveu maior auto-suficiência na realização de tarefas pesadas, formas tradicionais de reciprocidade como a troca de dias de serviço, continuam sendo praticadas. Fora da esfera do trabalho é possível encontrar regras de solidariedade típicas de sociedades de interconhecimento, bem como um intrincado sistema de dádivas na organização das festas de santo.

No caso brasileiro, o legado sócio-cultural do campesinato reflete as particularidades de ter sido sempre o que Wanderley (1995, p.38) denomina de “*um setor bloqueado*”, preterido em relação a grande propriedade exportadora. Assim, enquanto na Europa “*o território limitado provoca uma valorização social específica da propriedade da terra, e a tendência a conservá-la, por legado, na família*” (Weber, 1982, p.416), o campesinato brasileiro, tendo lhe cabido um lugar marginal na história de nossa ocupação agrária, não tem a terra ancestral como referencia identitária. Sua constante mobilidade para garantir a sobrevivência, fruto de um sistema econômico e político que repetidamente lhe negou o acesso ao meio primeiro da produção agrícola - a terra – somado as características naturais dos solos tropicais de baixa fertilidade e facilmente carregados por chuvas torrenciais que obrigava o produtor tradicional a buscar sempre novas áreas onde plantar, juntamente com a existência de fronteiras agrícolas a serem ocupadas pelos movimentos migratórios, moldou um camponês mais apegado à reprodução de sua condição de produtor independente do que a um patrimônio fundiário familiar estático. (GRAZIANO da SILVA, et al, 1978). O recurso ao desbravamento de fronteiras agrícolas, bem como a ocupação dos interstícios das grandes culturas está na gênese de nosso campesinato. Como observa Queiroz (2009, p.59) “[...] *a vasta extensão de terras desocupadas permitia aos indivíduos sem recursos se instalar onde bem quisessem, vivendo do que lhes proporcionassem as roças*” Para Linhares e Silva: (2009, p.128)

*“Se é verdade que o mecanismo de doação de terras do Estado português nunca favoreceu a formação de um amplo campesinato nas terras coloniais, também é verdade que inexistia qualquer aparelho de vigilância ou repressão que impedisse a ocupação intrusiva de terras*

*virgens. Nas regiões de maior adensamento de fazendas de cana e demais produtos de exportação tornava-se impossível o surgimento de um campesinato livre devido a grande pressão exercida pelos “homens bons” sobre os mecanismos de distribuição de terras. Nada, porém, impedia que homens livres pobres ou negros fugidos fossem, aos poucos, se internando nos sertões e estabelecendo suas roças ao longo de rios ou caminhos, constituindo-se numa retaguarda da ocupação branca do litoral”.*

Assim, embora guardando em comum com o campesinato em geral a junção entre família e produção, a especificidade do camponês brasileiro pode ser buscada na sua mobilidade espacial, arranjos estratégicos quanto ao emprego da mão-de-obra familiar em atividades remuneradas, bem como a utilização de assalariados para a realização do ciclo de determinados cultivos e a repartição de seus esforços produtivos entre as culturas destinadas exclusivamente ao autoconsumo, as que obedecem ao princípio da alternatividade já mencionado e aquelas puramente mercantis como é o caso do algodão, cacau, sisal, fumo ou mesmo commodities como o café a cana de açúcar e a soja. Como coloca Wanderley (1999, p.43):

*“A historiografia é plena de exemplos que nos permitem afirmar que, desde o período colonial, os chamados cultivadores pobres livres sempre buscaram alternativas econômicas que os integrassem positivamente à economia local e regional, tanto o mercado interno de produtos alimentares como o de produtos destinados à exportação, como o fizeram com a produção da mandioca, do tabaco e do algodão (Palácios, 1987). E, até hoje, sempre foi uma orientação comum e natural desses agricultores a busca de produto ou produtos comercializáveis que sejam o carro-chefe do sistema produtivo adotado”.*

Como vimos no capítulo anterior, na região sul de Minas Gerais a produção de alimentos desenvolveu-se em complemento a atividade aurífera e beneficiou-se de ser: “[...] uma produção voltada para o abastecimento do Rio de Janeiro, que irá assumir proporções consideráveis depois de 1808, com a instalação da corte. A ligação mercantil sul de Minas-Rio de Janeiro, como foi demonstrado num pequeno e rico trabalho de Alcir Lenharo, começa a alterar o quadro econômico e social que tenderá a se ampliar após a independência e a introdução, em larga escala, do café” (LINHARES e SILVA, 2009, p.127).

O acesso intermitente à terra e a fragilidade das condições de sua reprodução faz com que no campesinato brasileiro seja “[...] possível identificar os processos de campesinização, descampesinização e recampesinização, os quais, de uma certa forma, revelam os caminhos de sua instabilidade estrutural”. (WANDERLEY, 1999, p.41). Esses processos referem-se aqueles momentos em que através de sua luta e capacidade de resistência ou de condições conjunturais favoráveis foi possível a organização e reprodução de formas camponesas de existência em nosso meio rural, ou o contrário quando essas formas foram interrompidas.

Não deixa de ser interessante observar que, se para Chayanov era fator importante para a manutenção do campesinato na sociedade socialista em gestação a incorporação dos avanços tecnológicos da agricultura, como insumos químicos, raças e variedades melhoradas, mecanização, etc., que auxiliariam operar o equilíbrio entre produção e consumo, hoje, para autores como van der Ploeg o desafio se traduz em como propriedades familiares modernas, totalmente subordinadas à lógica industrial capitalista por um intenso processo de mercantilização, podem se recampesinizar através, entre outras coisas, de uma maior autonomia quanto aos meios que garantem a manutenção da base ecológica da produção. Para esse autor:

*“A recampesinização implica um movimento duplo. Em primeiro lugar, ela implica um aumento quantitativo: o número de camponeses aumenta através de um influxo exterior e/ou através de uma reconversão, por exemplo, de agricultores empresariais em camponeses. Além disso, a recampesinização implica uma mudança qualitativa: a autonomia é aumentada, ao mesmo tempo que a lógica que governa a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas se distancia cada vez mais dos mercados”.* (VAN DER PLOEG, 2008, p.23)

Ainda que seja difícil precisar o alcance desse processo no campo brasileiro, além do que poderíamos computar como resultante da luta pela terra, parece estar havendo uma recampesinização tanto na arena dos movimentos sociais, cuja principal expressão é a Via Campesina<sup>22</sup>, como no próprio pensamento acadêmico. Com efeito, a utilização do termo

---

<sup>22</sup> Fundado em 1992, o movimento internacional denominado Via Campesina reúne vários outros movimentos e organizações camponesas, de trabalhadores agrícolas, de pequenos e médios produtores, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras nas Américas, Ásia, Europa e África. Uma de suas principais bandeiras de luta é a defesa da soberania alimentar. No Brasil fazem parte de Via Campesina o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o

campesinato como um conceito abstrato explicativo de uma vasta gama de situações particulares aparece na Coletânea História Social do Campesinato<sup>23</sup> definido como uma categoria analítica e histórica constituída por: “[...] *poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo*” e reconhecida pela “*produção em modo e graus variados, para o mercado, termo que abrange, guardadas as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar*”. (WANDERLEY, et alli, 2009, p.10)

Embora a leitura dos trabalhos sobre o campesinato e a agricultura familiar possa deixar uma dúvida sobre quem é o guarda-chuva e quem é por ele abrigado, não há divergência sobre a importância da família para a realização da produção nas formas não empresariais ou capitalistas da agricultura. Mas quem são essas famílias rurais? A seguir passamos por algumas das contribuições teóricas que contribuíram para melhor caracterizar essa categoria social.

### **4.3 – Sobre a família rural**

Grupo social por excelência, a família apresenta características diferentes nas diversas sociedades humanas, sendo normalmente identificada pela residência em comum e pelo convívio entre pais e filhos. Mas é preciso estar atento para a diferença entre a família e o grupo doméstico (o *household* em inglês) constituído por indivíduos que compartilham a mesma habitação e a mesma reserva de alimentos sem que haja necessariamente laços de parentesco entre eles (RIOS, 1987, p.457).

Chayanov (1985, p.48), em seus estudos sobre a estrutura interna da família camponesa deparou-se com uma dissociação entre a família considerada pelos camponeses como o conjunto dos que comem sempre na mesma mesa ou que comeram da mesma

---

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR). In <http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha003/cartilha012.htm> e [http://pt.wikipedia.org/wiki/Via\\_Campesina](http://pt.wikipedia.org/wiki/Via_Campesina)  
Acesso em: 02/12/2009

<sup>23</sup> Uma coletânea de dez volumes reunindo um grande número de pesquisadores e de textos novos e recuperados sobre o campesinato.

panela e o caráter biológico subjacente ao conceito de família. Nesse caso, o que os camponeses consideram família corresponde ao grupo doméstico como acima mencionado.

Teodor Shanin (1976, p.30) descreve o grupo doméstico russo como aquele:

*“[...] constituído na maioria dos casos, de parentes consangüíneos de duas ou três gerações. No entanto, o determinante básico de pertencimento à um grupo doméstico não é o laço de sangue mas sim uma total participação na vida do grupo doméstico [...] Essa unidade implicava: viver junto sob a autoridade do patriarca, organização social e divisão do trabalho de acordo com a tradição da família e identificação de seus membros com o grupo doméstico. Conseqüentemente, quem se juntasse ao grupo doméstico por casamento ou adoção (primaka, vlazen) era considerado um membro com plenos direitos, enquanto que um filho da família que constituísse um grupo doméstico próprio era visto como alguém de fora”.*

Nesse caso, o que define o grupo doméstico é a organização do trabalho (sentido econômico) e a organização social baseada numa estrutura rígida de hierarquia de poder. Ou como completa Shanin (1976, p.31), *“[...] O grupo doméstico era a unidade básica de produção, consumo, posse proprietária, socialização, sociabilidade, apoio moral e ajuda econômica mútua. Tanto o prestígio social e a auto-estima do camponês eram definidos pelo grupo doméstico à que ele pertencia e por sua posição dentro do grupo, como também o eram sua lealdade e auto-identificação”.*

Mendras (1995, p.64), evitando tratar da família camponesa, considerada por ele um tema *“carregado de valor emotivo”* refere-se aos grupos domésticos definindo-os como: *“[...] grupo constituído pelas pessoas que vivem, segundo as expressões antigas, da mesma panela, do mesmo fogo, do mesmo pão e do mesmo vinho”*, e ressalta a pertinência do uso do termo no estudo das sociedades camponesas onde, ao contrário do que acontece na sociedade industrial, a vida econômica é organizada essencialmente no interior do grupo doméstico.

A mesma distinção entre a família entendida como uma unidade de produção e consumo, portanto um grupo doméstico, e a família enquanto *locus* da reprodução humana, portanto família nuclear constituída de pais e filhos aparece em Almeida (1986). Mas para o autor, as implicações práticas das muitas possíveis formas de associação entre o caráter

predominantemente biológico da família nuclear e o caráter predominantemente econômico do grupo doméstico gera:

*“Uma ambigüidade horrível na noção de unidade de produção familiar e nas idéias de reprodução, bem como na tipologia de famílias com base em informações censitárias. Na prática, aquilo que é uma ambigüidade horrível para o investigador significa simplesmente flexibilidade estratégica para os investigados. Significa que a unidade de consumo-residência (de reprodução do ciclo curto) não é idêntica à unidade de casal mais filhos (de reprodução no ciclo longo), mesmo quando ambas estão recortadas empiricamente”.* (ALMEIDA, 1986, p.68)

O mesmo autor denomina de grupo familiar os casos em que o grupo doméstico é também uma família. Cabe ao grupo determinar a força de trabalho que será empregada e o nível de consumo possível. Em nossa pesquisa de campo deparamos apenas com grupos familiares, ou seja, unidades de produção e consumo habitadas e dirigidas por uma família nuclear.

No entanto, encontramos também situações que poderiam ser definidas como variações de famílias extensas. Retomando a contribuição de Almeida (1986, p.69):

*“A noção de família (de tipo) extensa envolve um tipo de ambigüidade semelhante à encontrada no caso de família conjugal. De um lado, subentende-se a idéia de uma unidade técnica comum que aqui é mais que uma casa: um lote de terra, reciprocidade, cooperação econômica; mais residências separadas e áreas distintas de cultivo (Woortmann, 1984; Seyferth, 1985; Moura, 1978). De outro lado designa um conjunto de duas ou mais famílias conjugais vinculadas por laços de parentesco. O uso habitual confunde os dois planos, e mais uma vez torna difícil a comparação; tende-se a aceitar axiomáticamente que uma unidade técnica (extradoméstica) coincide com um grupo de parentesco automaticamente definido, quando pode haver apenas superposição parcial”.*

De fato, no grupo por nós estudado deparamos com diferentes níveis de unidade técnica entre conjuntos de famílias nucleares. Um caso comum, no entanto, e que nos

parece particularmente pertinente para a compreensão das formas de organização da produção familiar no bairro estudado diz respeito à situação em que o antigo casal com os filhos solteiros e as famílias formadas pelos filhos casados moram em casas próximas mas separadas, a terra e os meios de produção são utilizados em conjunto e o rendimento monetário do trabalho usufruído pelas famílias, “*conforme a precisão*”, para o atendimento das necessidades e realização de projetos individuais como a compra de um veículo ou a construção de uma casa. Decisões sobre o que e onde plantar e que investimentos realizar são tomadas pelo grupo. A divisão do trabalho não é rígida, embora seja comum que os filhos operem máquinas, principalmente as mais sofisticadas, enquanto que, caso haja gado de leite na propriedade, a tarefa de ordenha fique a cargo dos mais idosos. O fato dos filhos cultivarem as terras da família junto com o pai não impede que eventualmente também cultivem parcelas próprias compradas ou arrendadas. A esse tipo de arranjo denominaremos *unidade de produção familiar composta*.

Almeida (1986, p.70) explica a existência de famílias extensas sob dois ângulos. Num primeiro caso elas seriam decorrentes da repartição da propriedade em situações de escassez de terra, ou seja, as famílias permanecem juntas porque não têm para onde ir; num segundo caso a presença de vários grupos domésticos aparentados decorre de uma escassez de braços, ou seja, as famílias permanecem próximas para potencializar a força de trabalho. Apesar de sua validade, ambas as explicações deixam de lado a questão da sociabilidade entre as famílias rurais que muitas vezes preferem permanecer próximas não porque não tenham para onde ir ou para melhor realizar o trabalho agrícola, mas por questões de segurança, de facilidade de socialização, enfim, para evitar o isolamento.

Para uma melhor compreensão do caráter econômico atribuído aos grupos domésticos rurais (unidade de produção e consumo), é importante pensar a forma como ocorrem as relações econômicas dentro da família enquanto: “[...] *universo onde são suspensas as leis ordinária do mundo econômico, a família é o lugar da confiança (trusting) e do don (giving) – em oposição ao mercado e ao interesse, ou para falar como Aristóteles, da philia, palavra traduzida normalmente por amizade, mas que designa de fato a recusa do espírito do cálculo; o local onde é suspenso o interesse no sentido estrito do termo de busca de equivalência nas trocas*” (BOURDIEU, 1993, p.33)

Ainda que Bourdieu refira-se a uma família simbólica, a especificidade da família como elemento estruturante da economia camponesa repousa em princípios de troca, ou valores de relacionamento distintos daqueles que regem as transações comerciais que têm por finalidade o lucro. De onde a premissa de que “*Com parente não se negueia*”

(WOORTMANN, 1988). Podemos mesmo dizer ser essa uma das bases das relações de reciprocidade encontradas em sociedades camponesas e que, até certo ponto, perduram entre agricultores familiares. Não devemos esquecer que o bairro rural, ou qualquer outra denominação que tenha a comunidade rural, não raro deve sua origem à ocupação pioneira de umas poucas famílias, havendo, portanto, um entrelaçamento (ou superposição) entre relações de vizinhança e relações de parentesco.

Relações de parentesco carecem melhor definição tendo em conta sua importância na sociedade brasileira. No entanto, são muitas as abordagens à que o termo se presta. Ellen Woortmann (1995, p. de 67-93) em sua obra sobre colonos do sul e sítiantes do nordeste retoma algumas das teorias sobre parentesco, dentre elas: a *teoria da descendência* onde o parentesco é percebido e definido tendo como prioridade a consangüinidade, sendo portanto “*uma relação de filiação socialmente reconhecida*” (p.69); a *teoria da linguagem*, onde o parentesco seria “*uma linguagem através da qual se ordenam certas relações sociais consideradas fundamentais para uma sociedade*” como seria o caso por exemplo, numa comunidade camponesa, de “*um código que regula o acesso e a transmissão dos recursos básicos da comunidade, fundamentais para a produção e reprodução dessa comunidade*”(p.76) e a *teoria do parentesco como aliança e como prática*, onde o parentesco é um tipo de contrato: “*viver em paz significa viver com parente. No entanto, os laços domésticos não são livres de conflito com as relações de parentesco mais amplas, mas essa contradição não é visível; pelo contrário, ela é obscurecida pelas obrigações de sociabilidade, expressas na ideologia do parentesco, enquanto ideologia de reciprocidade. Essa ideologia faz parecer que há uma continuidade, da família à comunidade maior*”. (p.88)

Para Rios (1987, p.461), a família brasileira foi forjada numa sociedade dividida entre a casa grande e a senzala, onde: “[...] *os filhos ilegítimos constituíam uma constante na grande família patriarcal*” e por uma paisagem formada por fazendas e núcleos urbanos isolados que favoreciam a endogamia e aumentavam o poder social, político e econômico das famílias. Para o autor, a extensão e poder dessas famílias criaram um clientelismo de tipo familista que: “[...] *iria transbordar na vida pública brasileira, nela introduzindo uma série de costumes singulares. O compadrio foi o laço social por excelência que cimentava a relação entre o patriarca e o cliente*”. Essas mesmas relações de clientelismo e compadrio se reproduziam até bem pouco tempo entre moradores e donos de engenho no Nordeste (Garcia Jr., 1983) e se reproduzem até hoje nas práticas políticas locais que afetam diretamente as comunidades rurais.

Podemos então dizer que assim como o campesinato brasileiro guarda especificidades, como deslocamentos espaciais e instabilidade patrimonial, decorrentes da ocupação de um lugar marginal na formação de nosso território agrário, também os grupos domésticos são portadores de uma tradição de pertencimento a famílias extensas, mas não necessariamente concentradas na mesma localidade e de relações de compadrio entre as famílias e entre estas e as outras categorias sociais.

#### **4.4 - A permanência da agricultura familiar nas sociedades modernas**

*“A velha ordem econômica indagava: Como posso proporcionar, nesse pedaço de terra, trabalho e manutenção para o maior número possível de homens? O capitalismo pergunta: Desse pedaço de terra, como posso produzir o maior número possível de colheitas, com o menor número de trabalhadores?” (WEBER, 1982, p.417)*

Nessa constatação de Max Weber sobre a atuação do capitalismo no campo encontra-se uma diferença fundamental entre uma produção agrícola de base camponesa e uma de base empresarial. Enquanto a primeira é incluyente de pessoas a segunda exclui o máximo possível de contribuição humana para a realização da produção. Numa empresa agropecuária totalmente mecanizada a principal forma de extração de mais valia talvez seja aquela direcionada para os serviços prestados pela natureza.

Para Abramovay (1992, p.130), tanto Marx como Weber, ainda que sob ângulos teóricos distintos, viam no capitalismo um ambiente sócio-econômico que impossibilitava a continuada reprodução do campesinato. Nenhum dos dois poderia antever que boa parte da agricultura nos países de capitalismo avançado repousaria no trabalho de uma parcela do campesinato que deixaria de existir enquanto um modo específico de vida para suprir a demanda de alimentos como profissionais da agricultura. Ao afirmar que: “[...] *Uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa*” (ABRAMOVAY, 1992, p.21) o autor corrobora com a tese de um rompimento profundo entre as duas formas de manifestação da agricultura de base familiar. Ou como coloca Mendras (1995, p.63):

*“[...] O sistema capitalista tem todo interesse em manter as pequenas explorações agrícolas bastante rentáveis, apesar das*

*aparências. Mas esses pequenos produtores não podem mais ser qualificados de “camponeses”, no sentido a eles aqui atribuído, porque a subsistência não é mais o princípio organizador do seu sistema técnico nem a lógica que preside a gestão de sua exploração. Essas não são mais as famílias que trabalham sua terra para se alimentar, são os artesões que se consagram à pequena produção mercantil”.*

Bertrand Hervieu (1996, p.5) também se apóia na inserção no mercado como elemento diferenciatório básico entre ambos: “[...] *O camponês trabalha, produz e percebe a si mesmo no interior da coletividade do vilarejo, onde o consumo doméstico é central. O agricultor trabalha, produz e define sua atividade em função das condições de um mercado cada vez mais internacionalizado. Essa revolução ao mesmo tempo técnica, econômica, social e cultural significou, dentro do contexto da construção europeia, a reformulação radical do projeto para a agricultura*”.

Em outra obra o mesmo autor ressalta as mudanças na participação da família nas atividades da propriedade e como a agricultura deixou de ser o trabalho de um grupo para se tornar a atividade de um só indivíduo: “[...] *As explorações familiares, definidas pelo engajamento de todos os membros da família na realização da produção, assim como as explorações a dois, nas quais o marido e a esposa trabalham na propriedade, perdem lugar para as explorações individuais que empregam o trabalho apenas do chefe da família [...] com todas as implicações decorrentes em termos de gestão do tempo de trabalho, mas também em termos de inserção e engajamento sócio-profissional*”. (HERVIEU, 2008, P.85)

Já Hugues Lamarche (1993, p.17) não fala de uma ruptura umbilical entre uma forma e outra de agricultura, mas trabalha com a hipótese da existência de um referencial camponês, um “*Modelo original*” por trás do agricultor familiar moderno. Mas ao mesmo tempo em que é portador desse patrimônio sócio-cultural, o agricultor: “[...] *projeta para o futuro uma determinada imagem de sua exploração; ele organiza suas estratégias e toma suas decisões segundo uma orientação que tende sempre, mais ou menos, em direção a essa situação esperada. Chamaremos a esse modelo de referência de “Modelo ideal”*”.

O autor também pauta sua análise da agricultura familiar na inserção em uma economia de mercado, mas no duplo sentido representado pelo plano técnico-econômico e pela relação com a sociedade de consumo da qual o agricultor participa. Segundo o grau de

integração no mercado as explorações familiares se encontrariam mais próximas do modelo original ou do modelo ideal. Para o autor:

*“[...] O funcionamento da exploração familiar deve ser analisado dentro dessa dinâmica e cada tomada de decisão importante é resultante de duas forças, uma representando o peso do passado e da tradição, e a outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir. Os exploradores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função desses dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que tem para o futuro” (LAMARCHE, 1993, p.19)*

O amplo leque de combinações possíveis entre o peso do modelo original e o peso do modelo ideal responde pela grande diversidade de formas de manifestação da agricultura familiar, bem como pela capacidade dos produtores em sobreviver em situações adversas. Como coloca Lamarche (1993, p.22): *“a exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio. Do valor atribuído a cada um desses elementos dependerão suas características, suas exigências e seu futuro”*. (Grifo no original)

Os trabalhos de Abramovay e Schneider apresentam algumas das teorias explicativas da permanência da agricultura familiar no capitalismo avançado, seja em decorrência de elementos intrínsecos a sua própria natureza e as particularidades da atividade agrícola, seja em decorrência de uma opção do Estado pelas formas familiares de exploração agricultura. Para Abramovay (1992, p. 227), a opção do Estado pela consolidação da agricultura familiar nos países centrais reflete-se numa série de políticas de incentivo à uma forma social de organização da produção que se julgava mais capaz de baixar o preço dos alimentos, diminuindo assim o custo da reprodução da força de trabalho industrial ao mesmo tempo em que permitiria que parte do orçamento doméstico fosse utilizada na aquisição de bens industriais de consumo. Essa opção fundamentou-se não na crença da superioridade da família, mas nas particularidades específicas da agricultura – a de ser uma atividade de risco que opera com elementos da natureza apenas até certo ponto previsíveis. Por sua base biológica, a atividade agrícola não se presta a uma completa divisão do trabalho e não pode funcionar nos mesmos moldes da indústria.

Já Schneider destaca as contribuições de neomarxistas como Susan Mann, David Goodman, Clade Servolin, Henry Bernstein e Harriet Friedmann para explicar a

permanência da agricultura familiar nas sociedades modernas. Para Schneider os dois primeiros autores seguem a mesma linha defendida por Abramovay, ou seja, a de que são os obstáculos impostos pela natureza biológica da atividade agrícola o principal empecilho para sua total inserção no modo capitalista de produção. Dentre esses obstáculos encontram-se a impossibilidade da recriação artificial dos meios de produção, a dissociação entre o tempo de trabalho e o tempo necessário para que a natureza cumpra seu ciclo produtivo, o que limita a apropriação do valor-trabalho, a perecibilidade dos produtos agrícolas que dificulta sua comercialização e aumenta as perdas e os riscos apenas parcialmente previsíveis inerentes a agricultura. Mas esses fatores só tem valor explicativo se utilizados como um dos elementos de uma análise social histórica. (SCHNEIDER, 2009, p.53). E se considerarmos também a luta das entidades representantes dos agricultores.

As empresas capitalistas de produção agropecuária buscam a constante eliminação dos obstáculos naturais através do avanço tecnológico; a agricultura de precisão, as biotecnologias e o acesso ao monitoramento meteorológico são exemplos desses avanços. Por outro lado o capitalismo se apropria da produção agrícola a montante, via insumos industriais e a jusante através das indústrias de transformação e distribuição de alimentos, cabendo ao produtor a parte de maior risco inerente aos ciclos biológicos da produção vegetal e animal.

Na análise de Sevolin, a agricultura familiar aparece como um modo pré-capitalista de produção simples de mercadoria articulada ao modo de produção capitalista mais amplo através dos mecanismos de mercantilização<sup>24</sup> vistos acima. Segundo Schneider (2009, p.58);

*“Para Sevolin (1989), a produção simples de mercadorias possuía vantagens comparativas em relação à produção capitalista, porque o agricultor familiar utiliza gratuitamente a força de trabalho de sua família, pois não se auto-atribui salário fixo e não contabiliza seu tempo de trabalho com a precisão de um capitalista, o que faz com que o preço de seu produto seja infinitamente inferior ao praticado por uma empresa*

---

<sup>24</sup> Para van der Ploeg (2006, p.16) “...Mercantilização, especialmente na matriz de insumos da agricultura, e reestruturação do processo de produção caminham lado a lado e tornaram-se o núcleo de um novo modelo empresarial de produção agropecuária, constituído pela e através da modernização”. Na mesma linha Gazolla (2006, p.83) define a mercantilização como “...um processo pelo qual o agricultor passa a ter a sua reprodução social e econômica dependente do mercado”.

*capitalista. Em um contexto em que o Estado investe e subsidia o progresso tecnológico dos agricultores, a produtividade tende a aumentar e um número cada vez menor de agricultores produz volumes proporcionalmente maiores de alimentos. Nesse caso, os agricultores menos produtivos acabam sendo forçados a sair da atividade agrícola e absorvidos pelo modo de produção dominante, em outros setores econômicos”.*

Essa análise parece coerente com os processos de endividamento e abandono da atividade entre agricultores familiares alvo das políticas de modernização impetradas pelo Estado brasileiro.

Harriet Friedmann apóia-se também no conceito de produção simples de mercadoria para definir uma integração parcial à divisão social do trabalho e aos circuitos de produção de valor decorrente de relações sociais específicas. *“Para Friedmann o que distingue a forma de atuação das empresas capitalistas na agricultura daquelas unidades produtivas que se organizam com base em trabalho familiar é a forma de organização do processo produtivo [...] com base em relações de parentesco e gênero, porque é a própria família que trabalha, e a posse dos meios de produção não está separada de quem executa o trabalho”.* (SCHNEIDER, 2009, p.60). Voltamos, portanto, à teoria Chayanoviana da centralidade da família e do agricultor familiar como um proprietário que trabalha.

O que nos parece interessante nessa breve passagem pelas teorias explicatórias da permanência de formas familiares de produção agrícola no capitalismo é que, ainda que seus formuladores se situem em campos teóricos distintos, é possível pensá-las como instrumentos complementares para a explicação um objeto diverso e complexo.

Evidentemente não é possível contestar o papel fundamental da atuação do Estado para a consolidação da agricultura familiar como forma predominante na agricultura dos países de capitalismo avançado. Basta para isso considerar a alocação dos fundos destinados à agricultura pela União Européia. Desde o início o conceito de propriedade familiar foi crucial para a definição da Política Agrícola Comum (PAC). Segundo Hill (1993, p.395): *“[...] a Conferência de Stresa de 1958 afirmava que “dada a importância da estrutura familiar da agricultura européia, e o desejo unânime de resguardar esse caráter, todos os esforços devem ser empreendidos no sentido de elevar a capacidade econômica e competitiva desses empreendimentos” (Comissão,1958). Essa afirmação ainda é vista como fundamental e continua como uma linha condutora nos desdobramentos da política agrícola”.* Mas mesmo no nosso caso, onde só recentemente o

Estado definiu políticas públicas específicas para a agricultura familiar, ela é responsável pela produção da maioria dos alimentos da cesta básica<sup>25</sup>. Essa persistência explica-se, a nosso ver, não pelo predomínio de um ou outro dos fatores apontados pelos teóricos mencionados acima, mas pela confluência deles. Se por um lado não nos parece ser possível descartar as particularidades da atividade agrícola enquanto dependente e sujeita dos ditames da natureza, por outro lado tão pouco é descartável a disposição do agricultor familiar em extrair uma mais valia auto-direcionada desde que o esforço represente o atendimento das necessidades de consumo e reprodução da família e da unidade produtiva, sua independência como dono dos meios de produção e a manutenção de sua identidade no meio social a que pertence. Assim, como produtor simples de mercadorias o agricultor familiar segue na atividade mesmo quando as extorsões do movimento geral do capital representado pelas indústrias de insumo e de alimentos e políticas públicas desfavoráveis expropriam seu rendimento. Até, evidentemente, atingir o ponto que Lamarche (1993, p.20) denomina de ruptura.

Defendemos que o agricultor familiar define suas estratégias movido por dois tipos de racionalidades complementares. Por um lado aquela racionalidade específica caracterizada por Chayanov como busca do equilíbrio entre trabalho e consumo e por outro a racionalidade da maximização do lucro de Schultz, decorrente de sua inserção numa sociedade capitalista. O que não deixa de ecoar o modelo original e o modelo ideal de Lamarche.

Os avanços tecnológicos que buscam uma constante uniformização e padronização da produção agrícola não são, e talvez nunca sejam capazes de eliminar sua base biológica. Daí a maior adaptabilidade da agricultura familiar às intermitências e particularidades do trabalho agrícola. Mas acreditamos ser preciso considerar que o “tempo natural” necessário para a realização do ciclo produtivo não é um tempo completamente de “não trabalho”. Mesmo quando o crescimento da planta ou do animal fica *principalmente* a cargo da natureza, é preciso que o agricultor esteja atento aos primeiros sinais de qualquer imprevisto que possa perturbar o andamento desse processo, como um repentino ataque de pragas e doenças. É, portanto, um tempo de *trabalho de vigília* cuja produção de valor é de

---

<sup>25</sup>Segundo o IBGE (Comunicação Social de 30 de setembro de 2009), a agricultura familiar é responsável por: 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos. Em [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impressao.php?id\\_noticia=1466](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1466). Acesso em 10/12/2009.

difícil cálculo financeiro, mas essencial para a completude do ciclo produtivo. Por outro lado é essa mesma base biológica que pode garantir a autonomia do produtor desde que este seja capaz de desenvolver uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada e formas de co-produção com a natureza viva de que fala van der Ploeg.

Caso não existissem especificidades no trabalho agrícola pouca diferença haveria entre uma unidade familiar de produção agrícola e uma unidade familiar de produção de qualquer outra coisa. Acreditamos ainda que é na própria natureza desse trabalho que podemos compreender as relações sociais, como a reciprocidade, encontradas em comunidades camponesas, bem como as causas das mudanças dessas relações resultantes de alterações na base técnica de produção. Relações de reciprocidade são mais facilmente encontradas em ambientes ainda não dominados pela competitividade, uma outra característica que diferencia a produção agrícola da produção industrial. Ou como disse Weber (1982, p.418), pelo fato de estar presa ao lugar ao tempo e aos meios orgânicos de trabalho, as operações agrícolas possuem uma visibilidade social que enfraquece a eficiência da concorrência entre os agricultores.

Pensando no campesinato como uma das formas de manifestação da agricultura familiar, é possível deduzir que todo camponês é um agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é um camponês, daí a ligação entre eles se exprimir por pontos de continuidade e de ruptura. As formas de agricultura familiar não camponesa na agricultura moderna: “[...] são aquelas que, sob o impacto das transformações de caráter mais geral - importância da cidade e da cultura urbana, centralidade do mercado, mais recentemente globalização da economia, etc., tentam adaptar-se a esse novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna”. (WANDERLEY, 1999,p.35). De que formas a herança camponesa permanece nesses agricultores e nessa agricultura?

Acreditamos que o legado socio-cultural do campesinato não se transmite apenas por “linhagem direta”, ou seja, não é necessário uma descendência camponesa para herdá-lo. Exemplo disso, em nossa opinião, é o caso de parte dos chamados “neo- rurais”, aqueles produtores de origem urbana que se instalam na atividade agrícola, geralmente dedicando-se a nichos específicos do mercado, como a agricultura orgânica e são atraídos mais pelo ideário de um convívio harmonioso com a natureza do que pela possibilidade de grandes lucros, tentando reproduzir em suas propriedades modernas algo próximo a uma organização camponesa, ainda que valendo-se geralmente de uma mão-de-obra contratada que opera nos moldes tradicionais. Ou mesmo de alguns assentados da reforma agrária

separados do campo há gerações, mas que conseguem estabelecer a afinidade necessária com a atividade agrícola. Ou ainda dos casos de reconversão ou recampesinização mencionados por van der Ploeg (2008). Não seria então o caso de se pensar a memória camponesa também como uma representação simbólica do campo – um constructo referencial decorrente da domesticação e antropofização da natureza que atua tanto nos antigos como nos novos personagens do meio rural? A agricultura familiar que estudaremos nos próximos capítulos pode ser considerada moderna do ponto de vista de sua inserção no mercado como produtora de mercadorias e consumidora de insumos. Mas trabalhamos com a hipótese de que além das manifestações tradicionais facilmente identificáveis, como as festas de santo, a base camponesa dessa agricultura está inscrita na paisagem, nas relações sociais, na atratividade do município, onde predomina o que chamamos de uma “cultura da roça”.

Se a diferença entre uma sociedade “selvagem” e uma sociedade camponesa consiste na autonomia relativa e inserção parcial da última na sociedade englobante, no que concerne a agricultura familiar, ao menos aquela por nós estudada, acreditamos ser possível falar em esferas de relativa autonomia e de total integração. O grau de autonomia deriva de condicionantes como o acesso aos meios de produção, aos mercados e serviços urbanos, o pertencimento à uma sociedade de interconhecimento que estimula laços de reciprocidade, a possibilidade de atender parte das necessidades de consumo da família sem passar pelo circuito das trocas mercantis o suporte formado pelo conjunto de tradições socio-culturais e assim por diante. Já a integração é garantida pelos meios de comunicação e transporte, o acesso à bens de consumo à educação e demais serviços garantidos pelo Estado e o fato indiscutível de serem esses agricultores atores parte e participantes da sociedade capitalista. Talvez seja essa dupla natureza da posição que a agricultura familiar ocupa na sociedade moderna, a diversidade de formas com que se manifesta e a complexidade decorrente da junção de processos produtivos, atividades econômicas, relações sociais e convívio com a natureza uma das dificuldades de sua conceitualização precisa e um dos desafios para a pesquisa de campo. Junte-se a isso o fato de estar inserida num mundo rural em acelerado movimento de transformação.

#### **4.5 - O rural como movimento e permanência**

Falamos até agora de camponeses e agricultores familiares que guardam entre si pontos em comum e distanciamentos, mas que, juntamente com os setores empresariais da

agricultura, ocupam os espaços genericamente denominados de rural. O termo “rural” aparece na edição de 1986 do Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa como: “Pertencente ou relativo ao, ou próprio do campo; agrícola”. No entanto, desde o final do século passado tem se firmado a idéia de que a agricultura possui várias outras funções além da produção agrícola. Essa multifuncionalidade atribuída à agricultura deriva da constatação de que o meio rural abriga outras atividades que não apenas a produção agropecuária e é local de moradia e atuação de atores de diversas categorias com interesses não raro conflitantes entre si. Definir o rural no século XXI e pensar em políticas de promoção do seu desenvolvimento demanda um olhar multidisciplinar e multidimensional capaz de abranger a trama de interconexões que unem seus múltiplos aspectos. Ou como coloca Abramovay (2003, p.13):

*Se o meio rural é encarado como a base praticamente exclusiva da produção agropecuária, seu esvaziamento só pode ser celebrado como sinal do avanço da produtividade e de aumento das chances do país nos mercados internacionais. Se, ao contrário, ele é visto como a base para a expansão de inúmeras atividades – baseadas em laços sociais que os indivíduos e as organizações foram capazes de construir – daí vai decorrer uma visão do território brasileiro que recusa às metrópoles o lugar exclusivo de horizonte promissor para as novas gerações.*

A recuperação da rica discussão internacional sobre os significados e delimitações do rural encontrada nos trabalhos de Angela Kageyama (2008), Maria José Carneiro (2008), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2000), José Eli da Veiga (2006), José Graziano da Silva (2002), Ricardo Abramovay (2003), para mencionar apenas alguns dos autores brasileiros que se debruçam sobre o tema, ressaltam a dificuldade em estabelecer conceitos limítrofes para um rural que atualmente não pode ser visto como apenas setorial ou como apenas espacial, mas combina ambos os aspectos com uma gama de novas funções como a manutenção da paisagem, dos recursos naturais, de tradições e sociabilidades consideradas típicas dos espaços menos densamente povoados. O rural de hoje é tanto realidade física como representação simbólica.

Uma das dificuldades de definir o rural encontra-se justamente no fato de que o conceito de rural muda historicamente, conforme mudam suas funções e representações, bem como os modelos de organização econômica e social do campo. Para Kageyama (2008, p. 24): “...A evolução do conceito de rural reflete a própria evolução do rural, de

*espaço quase exclusivamente agrícola para um tecido econômico e social diversificado*”. Ou como coloca Wanderley (2000, p. 88), não existe um “rural padrão” a-histórico, imutável e generalizável, mas sim “rurais” frutos de processos históricos diferenciados.

Mesmo administrativamente não existe um conceito universal de rural, cada país adotando referenciais limítrofes distintos, o que dificulta comparações internacionais. Wanderley (2000, p. 108) ilustra essa variedade com o exemplo europeu onde alguns países adotam parâmetros como planos de utilização do solo (Holanda, Inglaterra), da densidade demográfica (Itália, Irlanda, Grécia), de uma combinação de fatores demográficos, econômicos e naturais (Bélgica, Alemanha, Dinamarca, França) ou simplesmente não fazem distinção clara entre as áreas urbanas ou rurais (Luxemburgo, Portugal).

Bernard Kayser (1988, p.78), após alguns parágrafos de explicações sobre as dificuldades de conceitualizar o rural apresenta uma definição que ele próprio denomina de *referência empírica e reducionista*, segundo a qual o rural se define como um modo particular de utilização do espaço e de vida social, com as seguintes características:

- a) uma densidade relativamente baixa de habitantes e construções, deixando aparecer uma preponderância de paisagens com cobertura vegetal.
- b) um uso econômico dominado pela exploração agro-silvo-pastoril.
- c) um modo de vida de seus habitantes caracterizado pelo seu pertencimento à coletividades de pequeno porte e por uma relação específica com o espaço.
- d) uma identidade e uma representação específicas de forte conotação cultural camponesa.

Kageyama (2009, p.23) exemplifica a noção de conceito que muda historicamente do rural com o trabalho realizado pelo Instituto Nazionale di Economia Agrária da Itália onde o rural aparece como sinônimo de: *micro-coletividade*, ou seja, de população pequena e dispersa em um vasto território; *atividade agrícola*, em oposição à atividade industrial praticada nas cidades; *atraso*, em relação a um modelo de desenvolvimento baseado na produção em massa; *espaço intersticial*, marcado pelas relações de interdependência entre comunidades rurais e centros urbanos e como *ambiente natural*, onde a superfície verde prepondera sobre os espaços construídos.

Mas subsequente ao problema de delimitação do rural segue-se o da diferenciação interna desses espaços, ou seja, os muitos “meio rural” encontrados numa região ou país. O trabalho de Wanderley (2000) recupera alguns dos esforços teóricos no sentido de estabelecer uma tipologia dos espaços rurais, dentre eles o de Terry Marsden na Inglaterra,

que opera com parâmetros econômicos, sociais, políticos e culturais para estabelecer uma divisão entre o que denomina *campo preservado* – ocupado pela presença e interesses de uma classe média de origem urbana; *campo contestado* – onde predominam os interesses agrícolas; *campo paternalista* – onde os grandes proprietários rurais direcionam o processo de desenvolvimento e tutelam a população local e o *campo clientelista* – presente em áreas menos favorecidas onde os agricultores dependem da ajuda estatal. (MURDOCH e MARSDEN, 1994, XI *apud* WANDERLEY, 2000. p.103)

Na França, Kayser (1990, p.28 e *apud* Wanderley, 2000, p.110) estabelece uma tipologia dos espaços rurais que os divide em: *espaços periurbanos*, que não devem ser confundidos com periferia urbana, onde construções urbanas e agricultura avizinham-se - mais de 40% da produção agrícola francesa atual vem desses espaços; *meio rural produtivo*, onde se concentra a maior parte da produção agrícola profissional e o *rural profundo*, ou seja, as regiões de produção fraca e pouco modernizada onde a população envelhecida reflete as dificuldades das condições de vida. São as áreas que atualmente sofrem de um processo de “desertificação humana”, pela falta de reposição dos seus agricultores.

No nosso caso, o IBGE classifica as áreas rurais como aquelas que se encontram fora dos limites das áreas urbanas (sede do município, distritos<sup>26</sup> e áreas urbanas isoladas<sup>27</sup>), cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais. O IBGE estabelece ainda uma tipologia das áreas rurais e seus aglomerados<sup>28</sup> segundo critérios de densidade e tamanho. Dessa forma são classificados de *aglomerados rurais tipo extensão urbana*, aqueles situados em área fora do perímetro urbano legal, mas que foram encampados pela cidade em expansão e *aglomerados rurais isolados*, aqueles situados em áreas classificadas como rurais e situados há pelo menos 1 km de perímetro urbano. Esses últimos são subdivididos em: *povoado*, o aglomerado rural isolado sem caráter privado ou empresarial onde os moradores exercem diferentes atividades econômicas; *núcleo*, o aglomerado rural isolado vinculado a um único proprietário do solo e *outros aglomerados rurais isolados*, que não têm caráter privado, mas tampouco possuem os serviços de um povoado. Notemos que nessa classificação o rural aparece como residual em relação à cidade e os aglomerados rurais também são definidos por parâmetros de urbanidade.

---

<sup>26</sup>Na Metodologia do Censo Demográfico de 2002, o IBGE classifica como distritos as unidades administrativas dos municípios cuja criação, desmembramento ou fusão se faz por lei municipal – a Lei do Perímetro Urbano. (IBGE, 2009)

<sup>27</sup>Área também definida por lei municipal e separada da sede municipal ou distrital por área rural ou outro limite legal (IBGE, 2009)

<sup>28</sup>Um aglomerado rural é uma um agrupamento de população considerado a partir de um conjunto de edificações adjacentes e com características de permanência, situado em área legalmente definida como rural. (IBGE,2009)

Como podemos observar na figura abaixo, vem aumentando a distância entre a porcentagem da população de Ouro Fino que habita no perímetro urbano e a que habita no perímetro rural, em parte devido a mudança, em 1999, da Lei Municipal que regula as linhas demarcatórias desses espaços.

ANOS	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	9.824	9.782	19.606
1980	13.641	8.779	22.420
1991	16.716	13.877	30.593
2000	20.410	9.101	29.511
2005(1)			28.679

**Figura 18: População residente em Ouro Fino, MG em 1970, 1980, 1991, 2000, 2005**

Fonte:

<http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=estado&diretorio=munmg&arquivo=municipios&municipio=46008> . Acesso em 23/09/2009.

A população dos “núcleos urbanos” dos dois distritos do município – Crisólia e São Jose do Mato Dentro – são contabilizadas como urbana, mas apresentaram, entre 1970 e 1991, crescimentos diferenciados quanto a proporção da população contada como urbana e rural, conforme apresentamos na tabela abaixo.

**Tabela 5 – População total, urbana e rural em Ouro Fino e Distritos, MG**

	OURO FINO			CRISÓLIA			SÃO JOSÉ DO MATO DENTRO		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1970	19.606	9.824	9.782	845	381	464	1.693	330	1.363
1980	22.420	13.641	8.779	1.118	483	635	1.133	300	833
1991	30.593	20.410	9.101	1.217	700	517	2.504	268	2.236

Fonte: Censos demográfico. IBGE, 1970, 1980, 1991.

Infelizmente não conseguimos informações sobre a população dos dois distritos depois de 1991, para poder comparar a evolução da população urbana e rural nestes locais com a do município todo. Mas segundo fomos informados, a população de Crisólia cresceu muito nos últimos dez anos devido a melhoria de transporte público, asfaltamento da estrada que liga a cidade ao distrito e instalação de serviços e comércios como lojas agropecuária e de material de construção, supermercados, posto de gasolina, cartório, posto

de polícia, etc. Não temos informações sobre São José do Mato Dentro, um distrito com um laticínio de beneficiamento de leite e vários criadores de gado leiteiro, mas seria interessante pesquisar se sua população rural continua crescendo mais que a urbana.

Como coloca Carneiro (2005, p.9), referindo-se às contribuições dos antropólogos belgas Jean Rémy e Marc Moemont, uma das dificuldades na definição do rural reside na amplitude de usos possíveis do termo, servindo tanto ao uso acadêmico quanto às agências elaboradoras de estatísticas, “[...] *que recortam a realidade a partir de uma apreensão de dados sustentada no princípio da dualidade, como também serve ao senso comum. Dessa ampla possibilidade de emprego resulta a confusão de significados e de estatuto de categorias que ora designam um tipo de espaço, tal como aparecem no discurso do senso comum, ora qualificam as relações sociais no interior desses espaços*”.

De maneira bastante simplificada e resumida acreditamos ser possível identificar três tendências majoritárias no discurso das ciências sociais sobre o rural: o da dicotomia entre rural e urbano, o da existência de um *continuum* entre os dois espaços e o do rural resignificado.

No período de efervescente entusiasmo com os avanços da tecnologia e da divisão do trabalho na produção industrial o campo e a cidade apareciam como realidades opostas e irreconciliáveis. Tanto Marx como Weber acreditavam que o avanço do capitalismo acabaria por eliminar as características específicas do mundo rural. É interessante notar que esses autores clássicos acreditavam também que o capitalismo acabaria com as formas de produção agrícola de base familiar. Kayser (1988, p.78) recupera a afirmação do jovem Marx da Ideologia Alemã de que “ *a maior divisão do trabalho material e do trabalho espiritual é a separação do campo e da cidade. A oposição entre o campo e a cidade*”. O mesmo autor lembra que um século mais tarde Halbwachs escreveria que o rural e o urbano “ *se opõe por seus modos de vida como duas civilizações diferentes*”. Para Graziano da Silva (2002, p.3):

*“A utilização que os autores clássicos (como, por exemplo, Marx e Weber) davam ao corte urbano/rural relaciona-se ao conflito entre duas realidades sociais diferentes (uma em declínio, outra em ascensão) em função do progresso das forças capitalistas que minavam a velha ordem feudal. A dicotomia urbano/rural procurava representar, portanto, as classes sociais que contribuía para o aparecimento do capitalismo ou a ele se opunham na Europa do século XVII, e não propriamente um corte geográfico. É a partir daí que o “urbano” passou a ser identificado com*

*o “novo”, com o “progresso” capitalista das fábricas; e os rurais - ou a “classe dos proprietários rurais”, com o “velho” (ou seja, a velha ordem social vigente) e com o “atraso” no sentido de que procuravam impedir o progresso das forças sociais, como por exemplo na famosa disputa pela revogação das leis que limitavam a importação de cereais pela Inglaterra na época de David Ricardo”.*

Na segunda metade do século XX, a constatação da ausência de limites claramente identificáveis entre esses espaços gerou a concepção que opunha a dicotomia clássica por grades de urbanidades ou ruralidade. Para ilustrar a idéia de um *continuum* entre a cidade e o campo poderíamos utilizar a imagem de uma lâmpada incandescente representada pela cidade que ilumina e aquece o entorno em graus que variam com a maior proximidade ou distância desse entorno e com a própria potência da lâmpada. Seria, portanto, essencialmente um processo gradual de urbanização do campo que eventualmente levaria a uma indiferenciação desses espaços pela eliminação das estruturas sociais e condições de vida que distinguem essas realidades. Ainda que varie de autor para autor a noção de um continuum implica numa visão da cidade como pólo irradiador de progresso, desenvolvimento e cultura cuja assimilação pelas áreas sob sua influência (não mais necessariamente circunvizinhas devido ao avanço dos meios de comunicação) aplaina as antigas distinções entre os espaços rurais e urbanos. Ou como coloca Carneiro (2008, p.18): *“Amplamente discutido pela bibliografia especializada, esse continuum nos levaria a falar de um “mais rural”, quanto mais próximo do “natural”, e “mais urbano” quanto “mais artificializado” forem os ecossistemas em questão, mantendo como fundamento a oposição entre natureza e cultura, própria ao pensamento moderno ocidental”.*

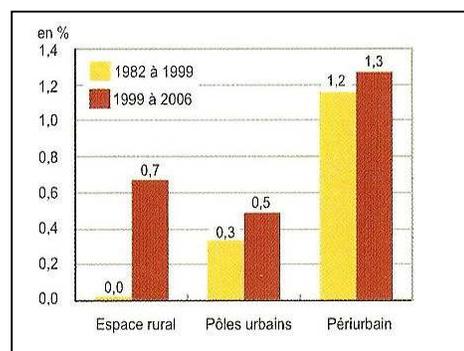
Notemos que esse tipo de visão alinha-se com uma noção de desenvolvimento rural centrada na modernização da agricultura através do estabelecimento de centros de geração e difusão de tecnologias, tão em voga nas décadas de 1960 e 1970 e que preconizava, entre outras tantas mudanças, a adoção pelos agricultores de uma racionalidade empresarial nos moldes industriais.

Nas últimas décadas a discussão sobre o rural incorporaram tanto as mudanças em curso nesses espaços como o discurso ambientalista. Como coloca Wanderley (2000, p.96): *“Nas sociedades modernas, o desenvolvimento dos espaços rurais dependerá, não apenas do dinamismo do setor agrícola, porém, cada vez mais, da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e realizar uma profunda*

“resignificação” de suas próprias funções sociais”. Sobretudo na Europa, algumas tendências relativamente recentes embasaram o repensar o rural. Bertrand Hervieu (2008, p. 19-23), questionando sobre a real novidade das ruralidades contemporâneas, aponta quatro motivos para que o fenômeno possa ser de fato considerado algo novo: 1) o recente e expressivo crescimento populacional do campo francês e de outros países europeus que representa uma ruptura com a tendência demográfica observada nos últimos cento e cinquenta anos; 2) a constatação inevitável de que, naqueles países, o mundo agrícola e a agricultura se tornaram minoritários no espaço considerado rural, onde a população agrícola ativa não ultrapassa os 7% da população ativa total. População rural não é mais sinônimo de população agrícola; 3) esses espaços minoritariamente agrícolas abrigam atualmente uma extraordinária diversidade populacional, o que é visto pelo autor não apenas como um fenômeno demográfico, mas também como um fenômeno econômico, cultural e político que opera uma radical mudança na correlação de forças sobre os usos e a administração do rural; 4) o campo francês de hoje, sobretudo as áreas ditas periféricas não é mais um local de produção, mas sim de residência. Ali habita uma camada de profissionais bem remunerados que buscam uma melhor qualidade de vida, como também um grande número de operários a procura de residências de custo mais acessível. Segundo Hervieu, essas mudanças representam a atomização da sociedade, fenômeno também denominado pelo autor de multi-pertencimento. A sociedade rural, historicamente considerada de baixa mobilidade, passa agora a abrigar uma sociedade de nômades em constante deslocamento para o trabalho, para a escola, para o lazer e assim por diante, o que abala profundamente os antigos laços de pertencimento e solidariedade característicos do meio rural. E que desencadeia também uma disputa pelo uso dos recursos naturais, a começar pela própria terra atualmente dividida entre campo agrícola, área de expansão imobiliária e área de preservação ambiental.

O gráfico ao lado ilustra a renovação demográfica do campo francês. Mesmo aqueles espaços rurais mais afastados das cidades estão se tornando atraentes como destino de correntes migratórias.

Segundo Carneiro (2008, p.17) embora dois terços da população brasileira seja contabilizada pelo IBGE como urbana, a maioria dos habitantes dos pequenos municípios está na



**Fig.19: Porcentagem da população resultante de migração nos diferentes espaços**  
**Fonte: INRA Magazine, n.8. março 2009.**

área rural, mas enquanto que em São Paulo se observa uma maior revitalização do mundo rural, sobretudo por aqueles ocupados em atividades não agrícolas, na região Sul ainda predomina o esvaziamento do campo.

Deixamos, portanto, de falar num rural que se define pelo que não é ou pelo que aspira vir a ser para falar em dinâmicas que perpassam o campo e a cidade através de novas formas de relacionamento da sociedade com o espaço e a localidade. É no âmbito desse rural resignificado que surge a discussão do que se chamou de “novas ruralidades”, atualmente já não tão novas. Para Kayser (1988, p.100): “*A ruralidade é uma forma de relação da sociedade com o espaço ao qual pertence, de forma parecer que, para além de todas as nuances e diferenciações, ela é definitivamente caracterizada por um elemento essencial: sua inscrição local, que é ao mesmo tempo uma relação com a localidade e uma relação com o meio ambiente*”. Ou como completa Wanderley (2000, p.118):

*“[...] o espaço local é, por excelência, o lugar de convergência entre o rural e o urbano, no qual as particularidades de cada um não são anuladas; ao contrário, são a fonte da integração e da cooperação, tanto quanto da afirmação dos interesses específicos dos diversos atores sociais em confronto. O que resulta dessa aproximação é a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades”.*

Rural e ruralidade podem ser vistos como conceitos complementares, mas não como sinônimos, já que a “[...] a ruralidade é um valor ao qual o mundo contemporâneo atribui crescente importância, por seu significado na preservação da biodiversidade, no fortalecimento de manifestações culturais variadas e por um estilo de vida que os habitantes da cidade buscam cada vez mais” (ABRAMOVAY, 2003, p.16)

A ruralidade também pode ser vista como uma representação social produzida, compartilhada ou contestada por diferentes grupos e interesses. Como coloca Kageyama (2008, p.24): “*A valorização do meio rural por estratos sociais urbanos, atribuindo-lhe qualidades positivas como recreação, lazer, moradia e proteção ambiental, por exemplo, gera uma representação do espaço rural que pode até mesmo vir a concorrer com a representação que a população ali já existente tem de sua própria ruralidade*”. Essas representações e os interesses por elas guardados afetam diretamente os projetos tanto endógenos como exógenos de funcionamento e desenvolvimento das áreas rurais. “*A imagem da ruralidade, sua representação na sociedade, exprime incontestavelmente uma*

*parte de sua realidade. Mais ainda, essa representação entra no sistema rural como um elemento ativo, que condiciona seu funcionamento”.* (KAYSER, 1990, p.40)

Quase que por brincadeira perguntamos à alguns moradores de Ouro Fino o que é a “roça”. Esse termo, muito presente nas representações sobre o rural brasileiro, ganha conotações regionais bastante diversas. Em muitos estados do Nordeste a roça é uma plantação exclusivamente de mandioca destinada a fabricação de farinha, diferente do roçado onde se encontram as culturas de subsistência, inclusive a macaxeira. Em boa parte do sudeste a roça adquire um leque muito mais amplo de significados. Nossos entrevistados de Ouro Fino nos apresentaram definições de cunho: econômico – local de produção agrícola; espacial – local de morada, o que se encontra fora do perímetro urbano e representações de forte valor simbólico. Assim, para a professora que mora na cidade, o termo roça enseja felizes lembranças da liberdade e contato com a natureza experimentados durante as férias da infância passadas na propriedade familiar, lugar de produção e fartura. Já para alguns que cresceram no campo a roça é sinônimo de trabalho árduo e pouco remunerado para o qual esperam nunca mais retornar. Enquanto que para outros com o mesmo passado, representa o sonho de voltar às origens. Uma resposta particularmente interessante nos foi oferecida pelo dono de uma loja de produtos agropecuários e também proprietário rural, mais ou menos nos seguintes termos: alguém de São Paulo quando vem para Ouro Fino diz que está vindo para a roça. Alguém de Ouro Fino quando vai para Crisólia (um distrito rural do município), diz que está indo para a roça e alguém que mora em Crisólia quando vai trabalhar no cafezal também diz que vai para a roça. Temos, portanto, que a roça enquanto espaço físico e medida de distância é uma questão de perspectiva. Um outro informante ressaltou a diferença entre “ir para a roça” e “morar na roça”. Enquanto o primeiro caso exprime o trânsito passageiro por lazer, negócio ou trabalho e pode indicar que o interlocutor possui propriedade rural, o “morar na roça” indica uma situação social que ainda carrega certa carga negativa. Por isso, muitos dos moradores da zona rural preferem se identificar como morador de um bairro rural específico.

Ainda que a amplitude de significados do termo ruralidade torne sua conceitualização tarefa escorregadia, podemos dizer que a ruralidade contemporânea é fruto dos muitos modos de transportamento do mundo urbano sobre o rural, tanto no que se refere a ocupação física do espaço como no plano simbólico representativo. E de certa forma, também do mundo rural sobre o urbano na medida em que este atua como referência de um modo de vida fundado em relações mais harmoniosas com a natureza e

entre as pessoas. Podemos, portanto, definir essas “novas” ruralidades como sendo todas as dinâmicas que atualmente tecem e atravessam as relações entre campo e cidade - o mundo de ligações, movimentos, trocas, circulações e interações que unem cada vez mais esses espaços e são decorrentes dos avanços dos meios de transporte e comunicação, da expansão urbana, das transformações no modo de produção agrícola e industrial e das novas aspirações e formas de comportamento da sociedade contemporânea.

E qual o papel dos agricultores nesse rural redefinido?

Um aspecto da discussão sobre a agricultura européia que nos parece particularmente interessante diz respeito ao futuro de agricultores que, seja pelo tamanho diminuto da exploração seja por sua localização nas áreas mais remotas ou mesmo pelo tipo de atividade que exercem, não têm razão de existir em termos da produção agrícola gerada. Como legitimar as ajudas financeiras para esse setor de produtores e medidas compensatórias para aqueles que são estimulados a produzir menos devido a crises de superprodução, ou devido ao menor preço do mesmo produto cultivado alhures. Não é a toa que reformas recentes da Política Agrícola Comum reconhecem o caráter multifuncional da agricultura e legitimam os pagamentos diretos aos agricultores, desatrelados da produção, pela oferta de bens outros que os agrícolas<sup>29</sup>. Como coloca Abramovay (2003, p.15), “[...] a multifuncionalidade também é a expressão da existência de centenas de milhares de estabelecimentos que formam o tecido social responsável pela integridade da paisagem, pela preservação do meio ambiente, pela valorização de um espaço importante para a sociedade e por funções que vão além da esfera exclusivamente mercantil”.

Em linhas gerais podemos dizer que o discurso da multifuncionalidade da agricultura representa a parte que cabe aos agricultores na chamada nova ruralidade. Ou seja, da mesma forma que o rural não é mais só visto como locus da atividade agrícola, também da agricultura espera-se a produção de bens como a paisagem, o meio ambiente preservado, tradições culturais e assim por diante. E que tipo de agricultor estaria mais apto ao exercício dessas múltiplas funções? Wanderley (2000, p.119) chama a atenção para a identidade camponesa desse agricultor, enfatizada, no caso francês, pela “carta de princípios” da Confédération Paysanne, central sindical que integra a Via Campesina.

---

<sup>29</sup> Muito embora a multifuncionalidade seja também evocada pelos grandes produtores de grãos e carne que necessitam de subsídios para se manter no mercado internacional e sempre foram os maiores beneficiados da PAC.

Quando a manutenção da paisagem é colocada como uma das funções da agricultura obviamente é preciso considerar qual ideário de paisagem campestre temos em mente. Se nossa visão do campo tender para a bucólica harmonia representada pela junção de pequenos campos cultivados, resquícios de vegetação nativa, cercas vivas e animais de várias espécies aqui e acolá, então a agricultura capaz de criar e manter esses espaços aproxima-se de um campesinato de tipo francês, zeloso de seu local de origem. Um camponês capaz de “*jardinar o corpo da pátria*” e não apenas “*produzir matéria-prima para a indústria de transformação*” (HERVIEU e VIARD, 2001, p.70).

Como já mencionado, a discussão sobre a ruralidade na contemporaneidade envolve o alargamento do conceito de rural, que deixa de ser lugar residual e sinônimo de atraso para tornar-se espaço cada vez mais valorizado enquanto representação de valores tradicionais e qualidade de vida, habitado por diversos segmentos sociais e alojando um amplo leque de atividades. Ou ainda, um espaço que incorpora os confortos da sociedade moderna sem perder suas particularidades e onde a manutenção de seu potencial enquanto portador de um capital natural e social amplia a possibilidade de construção de formas endógenas de desenvolvimento. Mas mesmo quando se tornam minoritários, os agricultores guardam um papel fundamental no desenvolvimento das regiões rurais. O que nos parece interessante observar é a mudança do perfil do agricultor que melhor se encaixa numa determinada representação do rural, do estereótipo das sociedades camponesas relativamente autônomas, voltadas para si próprias e avessas a mudanças ao agricultor pronto para participar integralmente na sociedade moderna e o atual agricultor polivalente e pluriativo (Wanderley, 2000; Graziano da Silva, 2002) do qual se espera que seja um produtor, um jardineiro da paisagem e um gestor ambiental. Além de capaz de exercer diferentes ramos de atividades. Ou, posto de outra maneira, podemos nos perguntar qual o convite para o resto da sociedade criado por determinado tipo de agricultor ou de agricultura.

E difícil saber até que ponto um tipo específico de agricultura e agricultores, como as sociedades camponesas francesas ou a nossa *plantation* cria um tipo de ruralidade ou, por outro lado, uma representação particular do rural condiciona o surgimento de um desenvolvimento agrícola específico. Com certeza se essa representação vier acompanhada de políticas públicas e vantagens mercadológicas seu poder condicionador será bastante aumentado.

Mas concordamos com Kayser (1988, p. 95) quando este coloca que:

*“A civilização camponesa impregna o mundo rural ao ponto de ser difícil imaginar um mundo rural... sem camponeses. Ou dito de outra forma: o rural seria ainda rural sem camponeses? A questão é importante aqui porque é agora comum opor os dois termos e com frequência as duas realidades. Para a maior parte dos protagonistas do mundo rural tratar a ruralidade é se ocupar do desenvolvimento do campo excluindo o desenvolvimento agrícola. Mas em contrapartida, para a maior parte dos pesquisadores, estudar a ruralidade é antes de tudo buscar conhecer a sociedade camponesa, nas suas mutações e permanências”.*

## **4.6 – Trilhas Metodológicas**

### **4.6.1 – Partes e todo**

Em sua obra “The little community”, o antropólogo Robert Redfield (1960, p.19) declara que: *“Eu primeiro percebo a comunidade como um todo. Depois começo a compreender seus traços particulares. Das conexões descobertas entre essas partes eu concebo sistemas”.* O visitante que se encanta com as paisagens de Ouro Fino experimenta essa mesma sensação de uma totalidade que integra campos cultivados com manchas de mata nativa, as chaminés dos fogões de lenha das casas dos agricultores com as chácaras de lazer, o gado mestiço ao lado dos de raça pura e assim por diante. A maioria dos que se instalam no município declara ter se rendido a essa primeira prazerosa impressão. Consideramos a paisagem conforme definida por Deffontaines *et alli* (2006, p.6): *“[...] a paisagem é uma porção de território vista por um observador. Onde estão inscritos os fatos naturais e humanos, atuais e passados, dos quais alguns aspectos são visíveis num momento dado”.*

Mas, assim como nas obras citadas, conforme aprofundamos o conhecimento daquela totalidade descortinamos um complexo sistema de interações: entre o homem e o meio natural; entre as unidades de produção familiares e as não-familiares; entre os diferentes sistemas de produção; entre o campo e a cidade; entre seus aspectos sociais, culturais e econômicos, para citar



**Figura 20: Paisagem de Ouro Fino**  
**Fonte: Pesquisa de campo, 2009.**

apenas algumas. Como então, se pergunta o pesquisador, abordar essa realidade de forma a lhe prestar um mínimo de justiça? Por onde começar?

Segundo nossa hipótese, o município é portador de uma diversificada atividade agrícola calcada na agricultura familiar que é responsável pela beleza paisagística de um campo habitado, cultivado e capaz de conservar formas de sociabilidade que atraem para si representantes de outros locais de moradia e de outras categorias sociais. Mas quem são esses agricultores? O que cultivam, como vivem, o que esperam da atividade agrícola? Que tradições herdaram de seus antepassados e o que buscam para os filhos?

Um dos impasses com que se depara o pesquisador diz respeito ao recorte necessário para a amostra na realização da pesquisa de campo. Se considerarmos nosso objeto de estudo como um todo complexo e, sendo esse objeto a reconhecidamente diversa agricultura familiar, que procedimento metodológico seguir para melhor retratar esse todo? Tomamos como base para a realização de nossa pesquisa a análise de sistemas agrários, por nos parecer a que melhor incorpora as múltiplas dimensões da atividade agrícola. Como partimos da hipótese da existência no município de uma “cultura da roça” decorrente dos estreitos laços que unem campo e cidade a pesquisa buscou analisar de que forma o sistema agrário com seus diferentes sistemas de produção molda o perfil do município possibilitando o surgimento, ou a manutenção, de um rural que parece seguir a tendência amplamente registrada em outros países de renovação de sua população, mas no nosso caso sem perder seu caráter eminentemente agrícola.

Entre realizar uma pesquisa parcelada nos diferentes bairros que compõem a zona rural do município de Ouro Fino, ou concentrar esforços numa pesquisa mais completa em uma só localidade, optamos pelo segundo caminho por considerar ser o mais adequado para a compreensão aprofundada das relações sociais e econômicas que perpassam as

diferentes categorias de produtores. Dessa forma escolhemos o bairro que atende pelo sugestivo nome de Peitudo onde já conhecíamos alguns moradores, o que facilitou a realização da pesquisa.

Certamente as conclusões referentes ao bairro estudado não podem ser automaticamente estendidas ao resto do município sem antes passar pelo cotejo das particularidades ou do grau de diferenciação passível de ser encontrado num mesmo município. Uma pequena enquête realizada com agricultores de diferentes bairros no início de nossas idas a campo demonstrou quão diversas são as formas de manifestação da agricultura familiar ourofinense; mas indicou também a presença de tendências gerais que se repetem como, por exemplo, os arranjos de parceria nas lavouras de café, a troca de dias de serviço, a importância da mão-de-obra familiar para garantir a reprodução da unidade produtiva e assim por diante.

Tomamos o bairro como unidade espacial de análise, por ser este o referencial de moradia e pertencimento dos que habitam na zona rural, como também a base de organização das ações promovidas pela administração pública. Dias de vacinação e conserto de estradas, por exemplo, são marcados por bairro, bem como é essa a referência na delimitação da área de influencia das três paróquias da cidade, das associações de moradores e assim por diante.

O sul de Minas Gerais compartilha com São Paulo o uso do termo bairro rural para designar uma porção do território habitada por uma população mais ou menos concentrada e mais ou menos distante do núcleo urbano-administrativo. Para Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973, p.50): “[...] trata-se de uma forma de povoamento muito antiga, que remonta aos primeiros tempos da colonização portuguesa. A configuração do grupo de vizinhança e o gênero de suas relações sociais foram e são, por toda parte, iguais no Brasil, nas zonas em que conseguiram se implantar e se manter, afastadas das grandes monoculturas, cujo gênero de vida era diferente”.

A distância entre bairros rurais e a frequência com que aparecem num determinado território reflete a forma de ocupação daquela área. Já expressamos que, no caso do município de Ouro Fino, a espalhada atividade dos faiscadores pela malha hídrica da região permitiu uma densa e relativamente homogênea ocupação de todo território. Fortemente calcado nas relações de parentesco e no catolicismo popular o bairro constrói sua identidade a partir da capela erguida e cuidada pelas famílias centrais que os constituem. Chamamos de famílias centrais aquelas cuja história remonta à origem do bairro, muitas vezes emprestando-lhes o nome. O lugar da capela e das relações de

parentesco e vizinhança na formação dos bairros rurais aparece bem exemplificado em outra citação de Queiroz (1973, p.64):

*“A noção geográfica e social do bairro se forma a partir do conhecimento da localização da capela, ponto central do grupo de vizinhança, e dos lugares habitados pelas famílias que o compõem. Relações familiares, relações de trabalho, relações religiosas constituem as coordenadas que orientam a percepção do sitiante, que parece ser então também “concêntrica”, pois gira em torno de um pequeno núcleo central”.*

Mas enquanto alguns bairros não passam de casas espalhadas, tendo como ponto de referência a capela, a venda e o campo de futebol, outros apresentam um núcleo “urbano” bem delimitado. Os primeiros são chamados por Cândido (1987, p. 75) de “unidades frouxas” ou “centrífgos”, enquanto os segundos se assemelham a pequenos povoados que podem se transformar em distritos, sendo chamados pelo autor de “*centrípetos*”. A zona rural de Ouro Fino conta com dois distritos rurais que são contabilizados como área urbana, e 57 bairros, dos quais pelo menos quatro apresentam um núcleo urbanizado com igreja e serviços como posto de saúde, escola secundária e pequenos mercados.

Às famílias centrais mencionadas acima se juntam outras famílias que com passar do tempo podem se tornar um ponto de referência mais importante que as primeiras. No bairro estudado, a instalação de famílias italianas no início do século passado e sua prole numerosa que logo se uniu às famílias locais faz com que sobrenomes italianos sejam hoje mais reconhecidos que os antigos sobrenomes portugueses.

*“O bairro é um grupo de vizinhança aberto, acolhendo todas as famílias que ali venham a se estabelecer. Nenhum preconceito étnico ou outro impede a integração, que depende principalmente da participação às festas religiosas e trabalho coletivo. Os intercasamentos, desde há muito, misturam os traços étnicos, e os habitantes podem apresentar assim toda a sorte de graduações possíveis de cor de pele. O bairro é sempre uma reunião de famílias. A família conjugal é importante unidade econômica; porém é ainda menos sedentária do que o próprio bairro: muda de um lugar para outro com facilidade, e as migrações regionais são, em geral, migrações familiares. O bairro é algumas vezes formado de famílias que não têm laços de parentesco entre si, que ali se fixaram ao acaso de suas peregrinações”.* (QUEIROZ, 1973, p.52)

Como veremos mais adiante nesse trabalho, o bairro Peitudo vem recebendo nos últimos quinze anos famílias originárias do estado de São Paulo e do norte de Minas Gerais que ali se instalam em busca de tranquilidade ou de trabalho. Pelos depoimentos que colhemos, ainda que essas famílias se sintam de forma geral bem recebidas, pode ocorrer, às vezes, certo estranhamento entre os habitantes antigos e “*essa gente de fora*”.

Mas o sentido do bairro vai muito além do espaço geográfico. Ele é também o *locus* de relações sociais e econômicas específicas. Para Antônio Candido (1987, p.67):

*“... um dos elementos de sua caracterização era o trabalho coletivo. Um bairro poderia, deste ângulo, definir-se como o agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua. É membro do bairro quem convoca e é convocado para tais atividades. A obrigação bilateral é aí elemento integrante da sociabilidade do grupo, que desta forma adquire consciência de unidade e funcionamento”.*

Mas o mesmo autor completa o componente econômico das relações encontradas no bairro com aqueles de caráter mais lúdico-religiosa. Esse “[..]*complexo de atividades que transcendem o âmbito familiar, encontrando no bairro a sua unidade básica de manifestação[...]*” faz com que o bairro possa ser definido como “[...]o agrupamento mais ou menos denso de vizinhança, cujos limites se definem pela participação dos moradores nos festejos religiosos locais” (CANDIDO, 1987, p.71). As novenas e a organização das festas em louvor ao santo padroeiro do bairro são a base do catolicismo popular encontrado na área rural do município de Ouro Fino. A capela, a venda e o campo de futebol são elementos constantes nos bairros rurais. Eventualmente podemos encontrar um bairro sem capela, geralmente fruto da subdivisão de um bairro maior, ou uma capela que pertence a uma fazenda, ainda não chegou a constituir um bairro, mas são casos raros.

Um dos informativos do crescimento e da importância de um bairro rural é a transformação da capela em igreja. Operada essa passagem, a festa do bairro e demais celebrações religiosas também crescem em importância e frequência e passa o bairro a ser um ponto catalisador das atividades religiosas de uma região que engloba vários bairros rurais. É interessante notar que com a popularização do futebol, os torneios que colocam em confronto times de diferentes localidades se tornaram um outro elemento provedor de contato e intercâmbio entre os bairros. Quando indagados sobre um outro bairro distante,

ou mesmo pertencente a um município vizinho, é comum o agricultor responder: “Ah, sim, joguei muito futebol lá quando era moço”.

A idéia do bairro como “*uma naçãozinha*” ou como “[...] *a porção de terra a que os moradores tem consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras[...]*” (CANDIDO, 1987, p.65) corrobora com a noção de pequena comunidade adotada por Redfield (1960, p.113). Para ele, a comunidade representa um assentamento autônomo e distinto dos demais, mas cuja autonomia e diferença diluem-se cada vez mais no decorrer da história da humanidade. A relativa autonomia encontrada nas pequenas comunidades, dentre elas nossos bairros rurais, não implica em isolamento. Como já mencionado, relações sociais e econômicas semelhantes se reproduzem em diferentes bairros e entre bairros. Ou como coloca Queiroz (1973, p.65): “*Se deixar seu bairro, o sitiante sabe que encontrará outro (semelhante) em que poderá se integrar*”.

Se o bairro enquanto uma coletividade rural é o primeiro espaço organizativo da vida dos que nele habitam, à medida que se integram cada vez mais à sociedade englobante, outros espaços passam a lhe servir também de referência. Atualmente, com a expansão dos meios de comunicação para as áreas rurais, inclusive a internet, torna-se cada vez mais estreita a distância entre o campo e o resto do mundo.

A conjunção das idéias de autonomia e integração faz do bairro rural um todo que é parte de outros todos. Retomamos aqui as considerações de Redfield (1960, p.114) sobre o estudo das pequenas comunidades:

*“Como, na descrição de pequenas comunidades, incluímos o fato de tratar-se de uma comunidade dentro de comunidades, um todo parte de outros todos? É possível descrever como um todo, uma comunidade cuja vida é parcialmente modificada por outras comunidades e em cuja vida local encontramos representações de instituições importadas recentemente? De que formas de pensamento dispomos para conceber e descrever um todo que está ao mesmo tempo incluso em outros todos e é parcialmente permeado por eles?”*<sup>30</sup>.

Retornamos, portanto, à idéia de sistemas e subsistemas em constantes processos de interação. Sistemas são conjuntos definidos de elementos que se organizam em torno de um objetivo ou meta e cujas variáveis, ainda que pareçam desconectadas, estão interrelacionadas e interagem dinamicamente (OLIVEIRA, 2000, p.1). Mesmo que

---

<sup>30</sup> Tradução livre da autora.

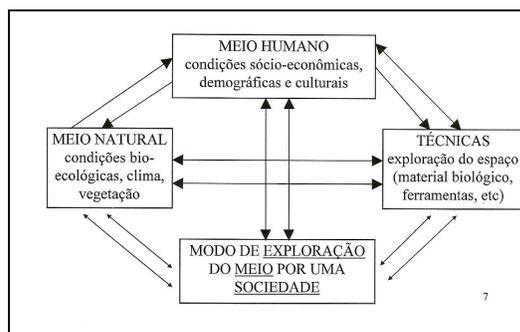
separados de seu entorno por algum tipo de fronteira, os sistemas abertos trocam constantemente matéria e energia com o meio circundante. Castral (1980, p. 70) completa que um sistema pode ser definido internamente como um conjunto de elementos quaisquer ligados entre si por cadeias de relações, de tal modo a constituírem um conjunto organizado; e externamente como sendo um todo organizado que apresenta um conjunto de atributos ou comportamentos e que está dinamicamente relacionado com o meio externo e, portanto, sujeito a mudanças em si mesmo ou imprimindo-as no meio circundante. A abordagem sistêmica contrapõe-se à visão cartesiana mecanicista e reducionista que fundamenta a ciência positivista e engloba conceitos como os do caos determinista, a teoria da complexidade e a noção de sistemas dissipativos (SILVA NETO, 2006, p.7).

Tendo em mente esse conceito geral de sistemas, os sistemas agrários podem ser definidos a partir de seus diferentes componentes ou subsistemas e as relações que estes estabelecem entre si. Segundo Silva Neto (2005, p.93) podemos agrupar tais elementos em dois conjuntos delimitados, porém interdependentes: o agrossistema, ou seja, os constituintes físicos, químicos e biológicos de um sistema agrário, que são modificados pela exploração humana de seus recursos e o sistema social reprodutivo que corresponde aos aspectos técnicos, econômicos e sociais. Para o mesmo autor (2005, p.95) “... *a dinâmica de um sistema agrário é definida pela reprodução da fertilidade do agroecossistema e pela acumulação de capital das unidades de produção*”. A fertilidade de um sistema agrário inclui as condições químicas, físicas e biológicas de todo o ecossistema e não apenas a disponibilidade de nutrientes do solo para a produção de bens de interesse humano. A acumulação de capital nas unidades de produção é vista, sobretudo, pela melhoria das condições de vida dos agricultores.

Para Marcel Mazoyer ( 2002, p.31) a teoria dos sistemas agrários: “... *foi concebida como instrumento intelectual que permite apreender a complexidade e compreender em linhas gerais as transformações históricas e a diversidade geográfica das agriculturas do mundo*”. O mesmo autor esclarece ainda que a realidade agrícola observável numa localidade e num momento dado aparece como um objeto ecológico e econômico complexo, composto por um meio cultivado e por um conjunto de unidades de produção que cultivam e exploram a fertilidade desse meio. O estudo da variação das formas de agricultura praticadas em diferentes ambientes naturais e em diferentes épocas permite a elaboração de um conjunto finito de categorias classificatórias que podem ser concebidas e analisadas em termos de sistemas.

Henri Mendras (1995, p.33), buscando também uma matriz explicatória para as diferentes formas de agricultura praticadas no mundo coloca que: “... as civilizações agrárias se exprimem numa cosmogonia, o sistema de cultura e a estrutura agrária que lhe servem de base são o produto dessa cosmogonia (representações técnicas, imagens da natureza, instrumentos mentais e tecnológicos) e sua transcrição no solo”. Para ele o sistema de culturas é uma combinação de cultivos e criações que deve responder a uma exigência técnica que se traduz na manutenção da fertilidade do solo e dos recursos naturais e uma exigência social expressa na capacidade de suprir as necessidades do grupo e respeitar as restrições tecnológicas e naturais representadas pelos meios de produção disponíveis e os potenciais naturais do local. Já a estrutura agrária é por ele definida como uma transcrição espacial do sistema jurídico e do sistema de culturas, estreitamente dependente dos instrumentos e técnicas utilizadas.<sup>31</sup>

Na obra de Garcia Filho (1997, p.7) encontramos uma esquematização simplificada das muitas relações e interconexões presentes num sistema agrário, conforme demonstra a figura ao lado.



**Fig 21: Modelo simplificado do funcionamento de um sistema agrário**  
**Fonte: Garcia Filho, 1997**

A abordagem sistêmica pressupõe que os sistemas evoluem ao longo do tempo, não sendo possível analisá-los no presente sem conhecer algo dessa evolução. Dessa forma buscamos compreender a história da agricultura familiar no município de Ouro Fino e do bairro pesquisado através do pouco que se tem escrito a esse respeito e com a

<sup>31</sup> Na obra de Garcia Filho (1997) encontramos as seguintes definições:

**Sistema Agrário:** Modo de exploração do meio, historicamente constituído e durável, um sistema de forças de produção adaptadas às condições bioclimáticas de um dado espaço e respondendo às condições e necessidades sociais do momento.

**Sistema de Produção:** Combinação coerente, no espaço e no tempo, da força de trabalho (familiar, assalariada e em parceria) e dos meios de produção (terra, máquinas e equipamentos, instrumentos de trabalho, benfeitorias, animais, insumos, etc.) visando a obtenção de diferentes produções animais e vegetais.

**Sistema de Cultivo:** Trata-se de um subsistema do sistema de produção, definindo-se como uma área na qual exista homogeneidade de cultivos vegetais, numa ordem de sucessão, e que estejam submetidos a itinerários técnicos definidos.

**Sistemas de Criação:** À semelhança do sistema de cultivo, o sistema de criação refere-se aos animais de uma mesma espécie, distribuídos por idade e sexo, e submetidos a itinerários técnicos definidos.

**Itinerário Técnico:** É um conceito agrônomo que refere-se à sucessão lógica e ordenada de operações técnicas aplicadas a uma espécie vegetal ou a uma criação animal.

realização de diversas entrevistas e coleta de relatos orais e histórias de vida com moradores locais ocupando diferentes posições na sociedade ourofinense. Se considerarmos que meio físico e condições técnicas de trabalho semelhantes podem gerar práticas agrícolas ou *estilos de produção* distintos, podemos pensar a agricultura como uma construção social, cuja organização prática depende dos atores envolvidos. As estratégias que adotam, a forma como se relacionam com os mercados, com o desenvolvimento tecnológico e com as políticas públicas fazem dessa prática um todo altamente diversificado (VAN DER PLOEG, 1994, p.1). Dessa forma, toda pesquisa sobre a arte de cultivar os campos é em última instância uma pesquisa social e como tal torna-se um objeto histórico, ou seja, fruto de uma sociedade que existe num determinado espaço com formação e configuração específicas. Faz parte das sociedades humanas que, nas palavras de Minayo (1998, p.13), “... *vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído*”.

Em se tratando de uma pesquisa sobre agricultura familiar, a importância dos relatos orais é reforçada por se a memória dos moradores de uma localidade rural uma memória agrícola, marcada por lembranças de geadas, secas, colheitas, plantio e abandono deste ou daquele cultivo ou de diferenças na forma de cultivar a terra, formando um conjunto mnemônico que ajuda a marcar a passagem do tempo. Os relatos orais e histórias de vida são uma forma de “[...] *registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita, o não conservado, o que desapareceria se não fosse anotado*”(QUEIROZ, 1988, p.14). Enquanto técnicas de estatística servem para validar pesquisas quantitativas, o caráter pessoal dos relatos orais, embora correndo o risco de apresentar um excesso de colorido subjetivo, “humanizam” os dados coletados, emprestando-lhes um caráter qualitativo talvez de menor precisão matemática, mas não de menor valor informativo. A mesma autora (1988, p.22) estabelece uma diferenciação entre relato oral e história de vida. Enquanto no primeiro caso o pesquisador guia abertamente a narrativa do informante, usando muitas vezes a técnica da entrevista para a coleta de dados sobre acontecimentos específicos, no segundo caso é o informante que conduz a narrativa “[...] *sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu*”.(1988, p.20)

Em nossa pesquisa utilizamos a técnica da história de vida com cinco informantes de mais de oitenta anos de idade. Três desses informantes eram de origem italiana e nos interessava saber que memórias guardavam da infância passada em fazendas de café, do

trabalho na agricultura, da trajetória que seguiram seus filhos, dos deslocamentos da família e dos acontecimentos do bairro. Os outros dois informantes eram originários de outros municípios mineiros e mudaram-se para o bairro pesquisado na década de 1950. Nesse caso nos interessava saber a trajetória da família e as lembranças que retinham do bairro na época da chegada. Já os relatos orais foram utilizados durante as entrevistas para obtenção de dados como, por exemplo, quando foi iniciado o plantio do alho no bairro, quando matas foram derrubadas, quando determinadas tecnologias, como o uso de herbicidas, foram introduzidas, quando famílias originárias do norte de Minas Gerais chegaram à região e assim por diante. Esses relatos foram colhidos durante a aplicação do questionário utilizado na pesquisa de campo e em entrevistas com aqueles que identificamos como informante-chave tanto entre os moradores do bairro como fora dele. Algumas dessas informações foram posteriormente contrapostas com os dados dos censos agropecuário de 1975, 1985, 1996 e 2006.

O enfoque sistêmico em qualquer área de conhecimento implica na adoção de estudos multidisciplinares que buscam identificar os diferentes componentes do sistema e estabelecer as interrelações que ocorrem entre eles, lembrando sempre que o todo é algo novo e único e não a mera somatória de suas partes constituintes. O que importa na abordagem sistêmica é a *forma de pensar* a relação entre o todo e seus múltiplos elementos formatórios – as relações que estabelecem, seu comportamento e as transformações a que estão sujeitos. Para a viabilização dessa análise, a abordagem sistêmica lança mão de procedimentos metodológicos como a modelagem e a tipificação. Há dessa forma uma tentativa de compreensão de uma realidade complexa pela sua tradução em grupos (tipos), que guardam entre si o maior número possível de características em comum.

Esse arcabouço teórico, aqui apresentado de forma bastante resumida, tem orientado as pesquisas e ações de desenvolvimento que adotam o enfoque sistêmico como referencial metodológico. Alguns autores, no entanto, criticam essas ações como credoras justamente do requisito primordial que diferencia a abordagem sistêmica de outros métodos analíticos – o reconhecimento do caráter complexo e sistêmico da realidade. Para Almeida (2006), a abordagem sistêmica tem provocado nos meios acadêmicos que a adotaram, uma confusão entre o objeto da análise e a realidade estudada, gerando interpretações simplistas dessa realidade. Ou seja, acaba sendo menos sistêmica do que se propõe na medida em que interpreta o todo a partir das particularidades de um ou alguns de seus componentes, e de fato, a leitura de alguns artigos acadêmicos referentes à

aplicação da abordagem sistêmica, bem como o conhecimento prático de projetos de desenvolvimento que adotam o conceito de sistemas agrários, conduzem-nos à uma reflexão sobre aspectos que, ainda que essenciais para uma eficiente aplicação da metodologia em questão, parecem as vezes ocupar um plano secundário na leitura e análise de uma realidade agrícola dada. São eles: o caráter particular e único da atividade agrícola, sobretudo no que se refere aos aspectos mais subjetivos da relação homem-natureza; o peso do mercado na configuração de sistemas agrários e nas transformações por que tem passado a agricultura familiar e as relações de interdependência entre diferentes categorias de produtores presentes em qualquer sistema estudado.

A proximidade física, a necessidade de cooperação e as relações de parentesco e vizinhança formam a base dos intercâmbios comerciais e da sociabilidade do bairro. Mas o bairro não é uma unidade fechada, e essas mesmas relações ocorrem entre bairros vizinhos. Podemos dizer que o bairro é um subsistema aberto que se relaciona diretamente com outros subsistemas ao seu redor que apresentam características semelhantes e com os quais compartilha o pertencimento ao sistema englobante representado pelo município. Este por sua vez é parte também de sistemas maiores, de outras sociedades e sistemas englobantes.

Na falta de uma equipe multidisciplinar nossa pesquisa não pôde ser senão incompleta. Buscamos, no entanto, estudar a agricultura de Ouro Fino através de sua manifestação específica no bairro pesquisado, mas também efetuando uma breve análise de sua importância econômica pelo levantamento da circulação das principais mercadorias produzidas e consumidas pela agricultura familiar no município. Para tanto realizamos doze entrevistas com donos de lojas agropecuárias, supermercados e casas de material de construção buscando, por um lado, estimar o peso das vendas para a área rural e, por outro lado, o que comercializam proveniente da produção familiar.

Também realizamos coleta de dados secundários através de entrevistas com funcionários da Prefeitura Municipal; dos escritórios locais do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), Emater, Instituto Estadual de Florestas (IEF) e Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais; professores; agrônomos e técnicos agrícolas; agentes de saúde e diversos comerciantes locais. Cada um desses informantes nos permitiu visualizar o município e o bairro estudado sob um novo ângulo, o que auxiliou na formulação das hipóteses de trabalho. A análise dos dados da pesquisa reflete esse conjunto de informações fornecidas por diferentes atores contrapostos com as informações sobre o município encontradas no site do IBGE e da Fundação João Pinheiro, bem como as pesquisas e reflexões teóricas da bibliografia consultada. Consultamos também

documentos históricos como o Livro do Tombo da Casa Paroquial de Ouro Fino e a coleção do “Almanaque Sul-Mineiro” de posse da historiadora Dna Leyde Guimarães.

A caracterização dos agricultores pesquisados no bairro Peitudo seguiu o procedimento metodológico de agrupamento por tipos, empregado na abordagem sistêmica. Colhemos informações sobre todos os 59 produtores identificados no bairro Peitudo para posteriormente dividi-los em familiares e não-familiares. Do grupo dos familiares descartamos aqueles que embora habitassem na propriedade não exerciam mais atividade agrícola, vivendo de aposentadoria, completada, em alguns casos, com o arrendamento de parte da área. Após essa seleção terminamos com 31 produtores familiares e 20 não-familiares.

Em nosso trabalho consideramos como agricultores familiares aqueles que dirigem pessoalmente e propriedade com a ajuda da família e não contratam mão-de-obra assalariada em quantidade superior a aportada pela mesma. Como nosso objetivo era conhecer os produtores familiares do bairro, consideramos também aqueles casados, morando ou não na propriedade paterna, que tem contrato de comodato<sup>32</sup> com o pai e, portanto, cadastro de produtor rural, mas “tocam a lavoura junto”, formando o que denominamos de unidades de produção familiares compostas. Oito dos dez produtores com menos de 40 anos encontravam-se nesse caso.

Após a identificação dos produtores familiares, classificamos os não-familiares em não-familiares mistos, não-familiares e empresas agrícolas. Utilizamos a denominação “não-familiar misto” para aqueles produtores, proprietários ou arrendatários, que embora gerenciassem e participassem diretamente da condução dos trabalhos da propriedade, empregavam mão-de-obra temporária e/ou permanente superior à aportada pela família ou não tinham na agricultura sua principal fonte de renda. Esse grupo, como veremos adiante, era bastante heterogêneo quanto à área ocupada e a renda obtida. Ainda que esses produtores sejam facilmente diferenciados dos demais não-familiares pela presença da família na atividade agrícola sua denominação representa um desafio semântico e conceitual-analítico e o termo “não-familiar misto” foi utilizado por falta de substituto melhor.

---

<sup>32</sup> O comodato refere-se a uma situação de: “Empréstimo gratuito de coisa não fugível, a qual deve ser restituída no tempo convencionado” (Ferreira, 1986, p.438). No caso estudado os contratos de comodato são uma forma de emancipação do filho que passa a ser juridicamente responsável por uma área da propriedade e pode fazer seu próprio cadastro de produtor rural, o que lhe dá direito a obter financiamento junto ao Pronaf, comprar insumos em estabelecimentos que só vendem com nota fiscal e ter acesso a todas as facilidades concedidas aos produtores rurais.

Estabelecemos também uma distinção entre as unidades não-familiares e as duas empresas agrícolas encontradas no bairro. O grupo não-familiar foi formado por propriedades médias pertencentes a cidadãos e utilizadas principalmente para fins recreativos, embora mantivessem uma atividade agrícola moderada e empregassem geralmente um trabalhador permanente na forma de caseiro ou retireiro<sup>33</sup>. No grupo empresa agrícola encontravam-se propriedades maiores, com intensa atividade agrícola e maior número de empregados permanentes.

Após essa primeira etapa classificatória dividimos ambas as categorias por sistemas produtivos. Classificamos os sistemas produtivos pelos sistemas de cultivo e de criação predominantes em termos de demanda de trabalho e geração de renda para a família, acreditando ser esse procedimento o que melhor informa a estratégia adotada pelo produtor para garantir a reprodução da família e da unidade produtiva. Essa classificação, no entanto, não ilustra adequadamente a diversidade da produção agrícola no bairro pesquisado. Após uma breve descrição dos agricultores não-familiares concentramos nossa atenção nos produtores familiares e seus sistemas produtivos, buscando compreender como alguns dos condicionantes clássicos do campesinato – centralidade da família, emprego de mão-de-obra, autonomia e manutenção do patrimônio territorial se reproduzem ou não na agricultura familiar estudada. Não nos detivemos nos itinerários técnicos dos sistemas de cultivo e criação, por não ser essa nossa prioridade, mas colhemos informações sobre os insumos utilizados, o maquinário agrícola disponível na propriedade, a distribuição das atividades ao longo do ano e a mão-de-obra demandada. Por último analisamos os canais de comercialização separando os produtos que seguem um circuito curto de comercialização e os que percorrem longas distâncias, como o café.

Nas entrevistas com os agricultores utilizamos um questionário com blocos de perguntas que seguiram o seguinte roteiro: caracterização dos produtores; mão-de-obra contratada e pluriatividade; atividades agropecuárias e calendário sazonal; assistência técnica, insumos e empréstimos bancários; implementos agrícolas e meios de transporte no estabelecimento; autoconsumo; composição da renda familiar e capitalização da unidade produtiva; questões ambientais; satisfação com a atividade; mobilidade campocidade e participação na festa do bairro. As entrevistas duraram em média três horas e foram realizadas no período de setembro a dezembro de 2008, com complementação de

---

<sup>33</sup> Retireiro numa propriedade rural é o empregado responsável pela ordenha do gado.

informações em outubro de 2009. Os agricultores foram identificados em conversas com os moradores do bairro e várias caminhadas transversais pelo mesmo em companhia de alguém do local.

Entrevistamos pessoalmente todos os produtores que residiam no bairro, seja na própria propriedade ou no seu centro urbanizado, sendo que as unidades de produção familiar composta foram visitadas mais de uma vez. Como já mencionado, em algumas das propriedades pesquisadas nos deparamos com o que chamamos de unidades familiares compostas, onde os mesmos meios de produção são compartilhados pelo pai e filhos solteiros e casados. Embora esses filhos possam cultivar também parcelas de terra próprias ou arrendadas, o fazem utilizando as mesmas máquinas e ferramentas com que cultivam, junto com o pai, as terras ainda não divididas. Esse tipo de arranjo causou um impasse metodológico uma vez não poder ser contabilizado como mais de uma unidade produtiva, pelo fato dos produtores compartilharem os mesmos meios de produção, mas por outro lado, o registro de apenas um produtor, no caso o pai, mascararia o número e a idade dos agricultores familiares presentes no bairro. Por conta disso decidimos contabilizar filhos e pais separadamente na caracterização geral dos produtores do bairro, mas a unidade produtiva como um todo na descrição dos sistemas de produção.

Quanto aos que habitavam fora, sobretudo os não-familiares, tivemos que nos valer, às vezes, das informações prestadas por caseiros/retireiros ou por outros moradores. Consideramos ser o bairro uma sociedade de interconhecimento, definida por Mendras como uma localidade onde: *“...todos são ligados a todos por uma relação bilateral de conhecimento global e a consciência de ser conhecido da mesma maneira e o conjunto dessas relações forma um grupo ou uma coletividade de interconhecimento”*. Quando o morador do bairro diz que : *“Aqui todos se conhecem”*, esse conhecimento segundo Mendras (1995, p.98): *“...tem um sentido ao mesmo tempo preciso e pleno. Todos conhecem “todo mundo”, ou seja, todos os outros, e todos os aspectos da personalidade do outro. Não se trata de uma percepção ocasional e parcial, limitada a uma posição social ou atividade particular, como é a regra nas sociedades urbanas; mas ao contrário, de um conhecimento total e extenso da pessoa do outro, do conjunto de suas posições sociais atuais e passadas e das particularidades de sua personalidade”*. Evidentemente não é possível dizer que os moradores possuíam esse mesmo tipo de conhecimento em relação aos proprietários não-familiares que não habitavam no bairro, mas com certeza conheciam suas atividades produtivas e isso foi suficiente para elaboração das tipologias descritas acima.

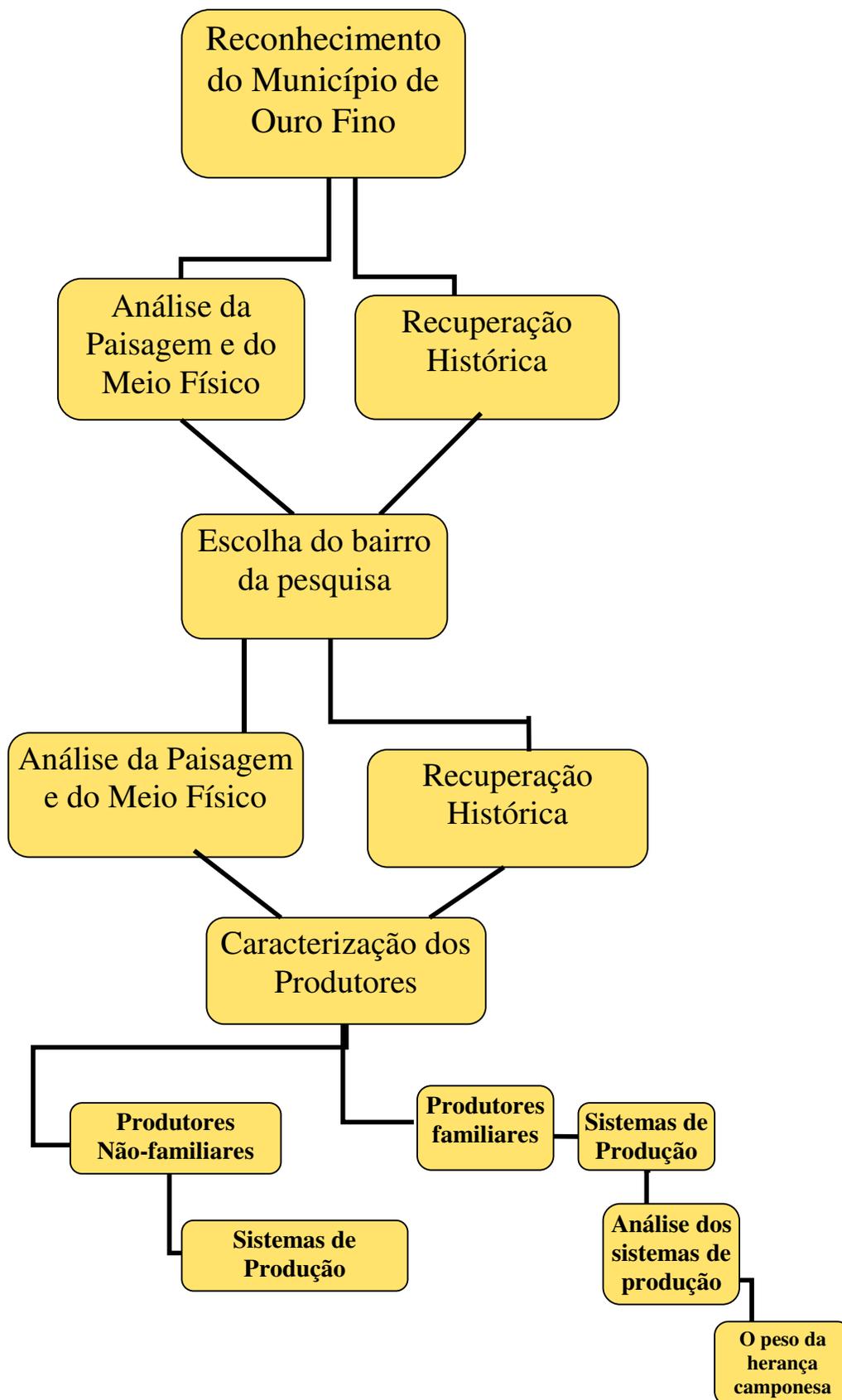
Na pequena pesquisa de campo realizada no vilarejo de Saint Jean Roure, no departamento da Ardèche na França, pudemos entrevistar apenas aqueles produtores com quem a família que nos hospedou mantinha relações de amizade. Mesmo assim foi possível ter contato com produtores especializados na produção leiteira e policultores que mesclavam criações e cultivos diversos, famílias tradicionais de agricultores e os chamados novos rurais, produtores convencionais e produtores orgânicos, numa pequena amostra do mosaico formado pela agricultura local.

Se para Antonio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiroz os bairros rurais são o palco da sociabilidade caipira ou dos sitiantes tradicionais, consideramos serem eles agora, ao menos na região de Ouro Fino, o reduto de sociabilidades que ainda se manifestam em algumas formas de ajuda mútua e na organização de festas religiosas, e os torna o *locus* privilegiado para o desenvolvimento das chamadas novas ruralidades, ou melhor, de ruralidade específica decorrentes da predominância da agricultura familiar. Buscamos inspiração para essa afirmação no estudo das festas de santo padroeiro que atraem para os bairros citadinos de diversas procedências bem como os vizinhos também rurais. E na crescente instalação não apenas no bairro pesquisado, mas também em vários outros que visitamos no município, de outras categorias sociais que aí encontram a tranqüilidade almejada para a aposentadoria ou a possibilidade de realizar o sonho da posse de uma pequena propriedade rural. Quando indagados porque escolheram Ouro Fino, as respostas de nossos informantes oriundos de diferentes centros urbanos confluem para argumentos semelhantes: conheceram o município por acaso, trazidos por parente ou amigo, encantaram-se com o lugar e partiram para a procura da já sonhada propriedade rural.

As festas de santo foram pesquisadas entre maio e julho de 2008. Visitamos sete das mais de vinte festas que ocorrem nos bairros rurais de Ouro Fino e entrevistamos participantes, organizadores, festeiros, padres e comerciantes locais, utilizando um roteiro aberto. Também introduzimos no questionário utilizado na pesquisa de campo questões sobre a participação na festa do bairro, o tipo de prenda doada e a importância da festa para o bairro.

Em síntese, estudamos a agricultura familiar de Ouro Fino através de sua manifestação em um de seus muitos bairros rurais, valendo-nos da metodologia de análise de sistemas agrários para compreender como diferentes sistemas de produção e mesmo diferentes formas de administração de propriedades rurais formam uma realidade complexa em que cada parte guarda características específicas, mas cujas relações de

interdependência e complementaridade configuram um todo que permite a manutenção de formas tradicionais de sociabilidade e ao mesmo tempo o surgimento de um rural resignificado. Em linhas gerais o estudo percorreu o roteiro a seguir. Antes, porém, de passar aos resultados da pesquisa julgamos pertinente acrescentar algumas considerações sobre o já mencionado desafio de traçar parâmetros limítrofes para as diferentes categorias de produtores.



#### 4.6.2 - Agricultores familiares e não-familiares

A multiplicidade de formas de organização e condução de unidades de produção agropecuária faz com que toda tentativa de delimitação classificatória contenha certo grau de arbitrariedade. Mesmo na Europa, onde em alguns países o termo agricultura é praticamente sinônimo de agricultura familiar como no caso da França, é necessário estabelecer parâmetros que possibilitem o trabalho de pesquisa. Hill (1993, p.361) ao analisar a agricultura familiar na Comunidade Européia propõe uma tipologia que leva em conta o balanço entre a força de trabalho contratada e aquela aportada pelo proprietário e outros trabalhadores não contratados, dividindo as propriedades em: *familiares*, onde a equação entre Unidade de Trabalho Familiar/Unidade de Trabalho Anual<sup>34</sup> é menor que 0,95; *intermediárias*, onde essa equação fica entre 0,5 e 0,95 e *não-familiares* quando o resultado da equação fica abaixo de 0,5. Segundo o autor essa tipologia não impõe limites de tamanho em área ou rendimento econômico para uma propriedade familiar e exclui pequenas propriedades conduzidas com predomínio de trabalho contratado.

No caso brasileiro uma delimitação de tamanho se faz necessária para impedir que latifúndios improdutivos, mantidos como reserva de valor, ou que pouco empregam pelo tipo de atividade exercida sejam considerados familiares.

Mas como coloca Kageyama *et al* (2008, p.17): “*A mensuração da agricultura familiar no Brasil, quantos são os agricultores familiares, quantas áreas possuem e quantas pessoas empregam tem ocupado cientistas sociais e instituições políticas públicas no Brasil há um bom tempo, sem que se haja chegado a uma conclusão definitiva*”. Essa dificuldade, segundo as autoras (p.20), deriva tanto da falta de consenso conceitual como de dados disponíveis para caracterizar uma unidade de produção familiar. As informações dos censos agropecuários e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) já foram trabalhados por diferentes pesquisadores no sentido de responder às perguntas apontadas acima chegando a resultados distintos conforme demonstra o quadro a seguir, adaptado do artigo de Kageyama *et al* (2008, p.21).

---

<sup>34</sup> O autor considera a Unidade de Trabalho Familiar como sendo todas as horas trabalhadas pelos membros da família convertidas no equivalente ao trabalho de um empregado em tempo integral e Unidade de Trabalho Anual a soma de todas as fontes de trabalho convertidas no equivalente ao trabalho de um empregado em tempo integral.

### Contribuições para a delimitação e caracterização da agricultura familiar

<b>Autores</b>	<b>Origem e abrangência dos dados</b>	<b>Variáveis que delimitam o universo familiar e definem subtipos</b>	<b>Tipologia</b>	<b>% do total de unidades familiares</b>	<b>% do total da área ocupada</b>	<b>% do total do pessoal ocupado</b>
Kageyama e Bergamasco (1989/90)	Censo Agropecuário de 1980 - Brasil	Direção do estabelecimento, pessoas ocupadas da família e presença ou não de trabalho assalariado permanente e provisório.	-Empresas capitalistas -Estab. familiares puros -Estab. familiares complementados por empregados temporários - Empresas familiares	71,6% dos estabelecimentos	42,2% da área	74,0% do pessoal ocupado
Abramovay (1995)	Levantamento do IEA, 1991, São Paulo	Relação entre o tempo de trabalho familiar e não-familiar no interior de cada imóvel	-Classe 1 – sem trabalho assalariado -Classe 2 – trabalho assalariado em proporção menor ao familiar -Classe 3 – trabalho assalariado em proporção superior ao familiar -Classe 4 – sem trabalho familiar	63,7% dos imóveis rurais	33,8% da área	39,8% (dias-homens)
FAO/INCRA (1996)	Censo Agropecuário de 1985-Brasil	Direção do estabelecimento, presença ou não de empreitada, empregados permanentes e temporários. Estratificação pela Renda Monetária Bruta (RMB) em relação a Unidade Geográfica (UG)	-Patronal -Familiar subdividida nos extratos: - A: RMB acima da média da UG - B: RMB entre a média e a mediana da UG - C: RMB abaixo da mediana da UG	74,8% dos estabelecimentos	22,2% da área	60,0% do pessoal ocupado
Veiga (1995)	Censo Agropecuário de 1985-Brasil	Presença de empregados permanentes e número máximo de temporários Estratificação pela Renda Monetária Bruta (RMB)	-Patronal -Familiar -Familiar de baixa renda -De subsistência e periféricos	68% dos estabelecimentos	21,0% da área	54% do pessoal ocupado
Guanziroli e Buainain (2001)	Censo Agropecuário de 1995-96	Direção do estabelecimento, proporção do trabalho familiar frente ao contratado e área do estabelecimento. Estratificação pela relação entre Renda Total (RT) e Valor do Custo de Oportunidade (VCO) da mão-de-obra familiar	-Patronal -Familiar subdividida nos tipos: - Tipo A: RT > a três vezes o VCO - Tipo B: RT > a uma vez o VCO - Tipo C: RT >0,5 e <1,0 VCO - Tipo D: RT igual ou inferior ao VCO	85,2% dos estabelecimentos	30,5% da área	76,9% do pessoal ocupado
IBGE	Censo Agropecuário 2006 - Brasil	Área do estabelecimento, procedência da mão-de-obra, origem da renda familiar, direção do estabelecimento	- Familiar - Não-familiar	84,4% dos estabelecimentos	24,3% da área	74,4% do pessoal ocupado

Fonte: Adaptado de Kageyama *et al* (2008, p.21).

Kageyama e Bergamasco (1989/90, p. 57); Abramovay (1995, p. 144); Veiga (1995, p.139); FAO/INCRA (1996, p. 17); Guanziroli e Buainain (2001, p.76 )

Incluimos nas informações originalmente compiladas pelas autoras a tipologia estabelecida pelos respectivos autores e alguns dados referentes ao censo agropecuário de 2006. Embora utilizando diferentes fontes de dados, todos esses trabalhos se apóiam no tipo de relação social existente no interior dos estabelecimentos agrícolas e demonstram a importância da agricultura familiar no Brasil, tanto por sua presença numérica como por sua participação na geração de valor bruto de produção e ocupações no campo, sobretudo quando esses dados são contrapostos à área por ela ocupada.

O último censo agropecuário trouxe uma série de melhoramentos na coleta os dados que permitem apurar a análise da agricultura familiar no que se refere à composição e procedência da renda familiar - separando as provenientes de trabalho agrícola, não agrícola e de transferências sociais - e quanto as relações sociais dentro do estabelecimento - especificando o número de dias trabalhados pela família e por empregados de todos os tipos. Dados tão mais valiosos quando se considera a inexistência de uma subdivisão entre os considerados pelo IBGE como não-familiares e a falta de uma metodologia que dê conta desse universo que pode incluir desde grandes empresas agrícolas até propriedades medianas com algum grau de inserção de trabalho familiar. Como coloca Kageyama et al (2008, p.22):

*“Entre esses dois extremos assentamentos familiares e estabelecimentos exclusivamente com mão-de-obra contratada encontra-se a grande maioria dos estabelecimentos da agricultura brasileira. Para delimitar subgrupos no interior dessa grande categoria mista (com mão-de-obra familiar e contratada) é que os novos dados do Censo poderão ser de grande valia no refinamento das estimativas anteriores”.*

A questão que se segue é se será igualmente possível um refinamento das políticas públicas de forma a contemplar de forma diferenciada os subgrupos resultantes.<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> Quando da prorrogação de 11 de dezembro de 2009 para 11 de junho de 2011 do prazo para a legalização das áreas de Reserva Legal previstas no Código Florestal, o ministro do Meio Ambiente Carlos Minc fez o seguinte pronunciamento sobre a criação do Programa Mais Ambiente, destinado a auxiliar os agricultores no cumprimento da legislação: “O programa pega todos, mas tem algumas coisas que são só para o agricultor familiar. Por exemplo, pagamento por serviços ambientais é só para a agricultura familiar. Para a grande agricultura seria uma bolsa latifúndio. Então, é para quem precisa. Agora, apoio técnico é para todos. A simplificação da averbação é para todos, mas no caso da agricultura familiar o georreferenciamento é gratuito. Para o grande que pode pagar, paga. A simplificação vale para todos, mas o apoio financeiro vale para quem precisa, que é a agricultura familiar brasileira”. O que reforça a idéia equivocada de que a agricultura brasileira se divide entre familiar e latifundiária. Programa Globo Rural de 11/12/2009. Disponível em: <http://globoruraltv.globo.com/GRural/0.27062.LTO0-4370-338366.00.html>. Acesso em 19/12/09.

Embora seja relativamente fácil identificar as propriedades onde não há nenhuma participação de mão-de-obra contratada e aquelas onde não há nenhuma participação de mão-de-obra familiar, o universo situado entre elas representa um desafio analítico. Como bem coloca Kageyama *et al* (2008, p.23): “[...] a questão metodológica crucial é como criar descontinuidades no grupo misto, em que as proporções de mão-de-obra familiar e contratada formam praticamente um contínuo”. A autora então prossegue propondo uma tipologia baseada no cálculo da força de trabalho em equivalentes-ano, de onde resulta quatro tipos de estabelecimentos: agricultura não-familiar ou patronal (que pode ser subdividido em patronal misto, com mão-de-obra contratada superior a familiar e patronal com mão-de-obra exclusivamente contratada) e três tipos de natureza familiar: assentados da reforma agrária; exclusivamente familiar e familiar com mão-de-obra contratada (temporária e permanente) menor ou igual à familiar.

Todos esses esforços analíticos no sentido de estabelecer tipologias confirmam que sob a denominação genérica de agricultor familiar existe um conjunto extremamente diversificado de produtores que, por vezes, pouco guardam em comum além da predominância do trabalho de origem familiar no processo de produção. Para Buainain (2006, p.16):

*“ [...] o rótulo tem hoje especialmente valor político: tanto para os familiares franceses como americanos, guardadas as proporções das diferenças que os separam, mantêm e cultivam a identidade para fins de barganha política junto ao setor público. No caso brasileiro, com atraso de décadas, a agricultura e os agricultores familiares estão, hoje, inseridos na agenda política do País, ainda que o poder de barganha não reflita sua importância na geração de riqueza e produção”.*

Se forem mantidos ou mesmo ampliados os benefícios de políticas públicas diferenciadas para o setor familiar da agricultura é de se esperar que esse poder de barganha política ganhe novas proporções e novas arenas de luta, como, por exemplo, um tratamento diferenciado no cumprimento da legislação ambiental.

No censo agropecuário de 2006 o IBGE considerou como agricultor familiar aquele assim definido pela Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006<sup>36</sup>, que atende simultaneamente

---

<sup>36</sup> Conceito de propriedade familiar. (em: <http://www.faemg.org.br/Content.aspx?Code=244&ParentCode=912&ParentPath=None:8:912&ContentVersion=C>. Acesso em 30/12/2009.

os seguintes critérios: a área do estabelecimento ou empreendimento rural não excede quatro módulos fiscais<sup>37</sup>; a mão-de-obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas é predominantemente da própria família; a renda familiar é predominantemente originada dessas atividades e o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família. O limite de quatro módulos fiscais como área máxima fica bastante aquém do parâmetro de área até 500 ha utilizado pelo projeto INCRA/FAO na avaliação dos dados do censo de 1996 para a região Sudeste.<sup>38</sup>

Sendo o módulo fiscal de Ouro Fino igual a 30 ha, a área máxima para uma propriedade ser considerada familiar não passa de 120 ha. No bairro estudado apenas um estabelecimento considerado por nós como familiar ultrapassou esse limite, mas trata-se de propriedade conduzida por quatro filhos do proprietário, com muito pouco trabalho assalariado e sustentando cinco famílias. Nesse sentido vale chamar a atenção para o fato de que ao associar um estabelecimento por família<sup>39</sup> o IBGE desconsidera os casos em que o estabelecimento suporta um grupo familiar composto por mais de uma família nuclear. Ou seja, o número de produtores familiares no Brasil pode estar sendo subestimado e não o contrário como a metodologia adotada tenta evitar.

Embora seja importante, no caso brasileiro, algum parâmetro da área máxima para uma propriedade ser considerada familiar, concordamos com Abramovay quando este argumenta que:

*“[...] nem o valor da produção nem a área são suficientes para informar a maneira como está organizado o trabalho no interior de um imóvel agropecuário. Além disso, a assimilação entre um certo tamanho de área*

---

<sup>37</sup> O módulo fiscal é Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada.

<sup>38</sup> Conceitualmente o que define a agricultura familiar não é a área do estabelecimento, mas sim as relações sociais presentes no interior do mesmo. Sua área seria, portanto, delimitada pela capacidade de trabalho da família. Mas para evitar que latifúndios fossem inseridos no universo da agricultura familiar, o Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO estabeleceu o limite de 500 ha para as regiões sudeste e sul e 1000 ha para as demais regiões a partir do cálculo do módulo médio regional multiplicado por 15. (Di Sabbato, 1999, p. 4)

<sup>39</sup> O IBGE esclarece que: “O conceito de agricultura familiar está relacionada à unidade familiar, enquanto o estabelecimento está relacionado à unidade produtiva. Embora a situação mais freqüente seja de uma família estar associada a apenas um estabelecimento, existem casos de famílias com mais de um estabelecimento agropecuário. Assim, existe uma pequena superestimação do público pertencente à agricultura familiar neste trabalho, por considerar cada estabelecimento como uma unidade familiar. O IBGE justifica a escolha de considerar cada estabelecimento como uma unidade familiar apontando que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007, registrou apenas 0,8% de casos em que o agricultor familiar possuía mais de um estabelecimento. Em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/familia\\_censo\\_agro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censo_agro2006.pdf). Acesso em 22/12/2009.

*ou dimensão econômica à natureza social do imóvel tende a ser estática e a subestimar um fenômeno importante que é a capacidade de acumulação (e portanto de ampliação tanto da dimensão econômica , quanto da área possuída) da agricultura familiar.” (Gasson e Errington, 1993:12. Abramovay, 1993) apud ABRAMOVAY et al, (1995, p.142).*

Mas adiante no mesmo trabalho o autor enfatiza que tal paralelo contém um risco teórico metodológico, uma vez que: “[...] **induz à assimilação entre agricultura familiar e pequena produção**, já que , na maior parte das vezes, não contempla a possibilidade de este setor ultrapassar certas dimensões de área ou certos montantes de valores obtidos com seu trabalho”. (Abramovay et al, 1995, p.143, sublinhado no original)

Como veremos, essa capacidade de acumulação é particularmente pertinente nos casos em que um grupo familiar trabalha conjuntamente uma área que pode ter proporções maiores, mas sustenta também um número maior de famílias.



## 5 – CAPÍTULO III

### O bairro e seus agricultores



#### 5.1 - O Bairro Peitudo

A tantas alturas da estrada que liga os municípios de Ouro Fino e Monte Sião o viajante depara com uma placa indicando a entrada do “Peitudos”. Segundo a professora historiadora de Ouro Fino Dona Leyde Guimarães, o nome correto do bairro é Peitudo, no singular, e decorre da existência, muitos anos atrás, de um personagem lendário que enfrentava todo mundo “no peito”. Mas há também quem atribua o nome ao formato de seio feminino de uma montanha local. O certo é que nem todos seus habitantes sentem-se confortáveis com o sugestivo nome:

*“Eu não falo que moro no Peitudo. Acho tão feio esse nome”*

(Moradora do Peitudo, pesquisa de campo, 2008)

Já houve uma tentativa de mudar o nome do bairro para Itatiporã, mas “não pegou”, por estar a alcunha Peitudo consolidada pelo uso.

O bairro é uma das mais antigas povoações do município de Ouro Fino. Os primeiros registros sobre sua fundação se encontram no Segundo Livro do Tombo, que pertence ao acervo do Centro Pastoral João Paulo II. Nesse documento consta que em 1891, os moradores Francisco Ignácio e Antônio Bueno levantaram um cruzeiro num local que destinaram para ser o largo da futura capela de São Sebastião. Em 1894 começou a construção da capela com a imagem do santo, que foi benzida pelo vigário de Ouro Fino em 1901. Hoje transformada em Igreja, ela é o edifício central da pequena povoação.

É na praça em frente da igreja que os moradores se reúnem nos finais do dia e da semana. A praça faz a ligação entre a igreja e o barracão da festa em louvor a São Sebastião, o santo padroeiro. Ao redor dela encontram-se os dois mercadinhos e três dos seis bares do comércio local.



Figura 22 – A Igreja do bairro Peitudo  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008

A população do bairro gira em torno de 1000 pessoas concentradas nas aproximadamente 100 casas no seu núcleo “urbano” e espalhadas pelas propriedades rurais circunvizinhas. Nesse núcleo urbanizado encontram-se, além do comércio já mencionado, um posto de saúde com enfermeira e atendimento médico e odontológico uma vez por semana e uma escola para o ensino fundamental que atende alunos locais e de bairros vizinhos. Os moradores comentam que existe um projeto na prefeitura de Ouro Fino para elevar o bairro a distrito num futuro próximo. Mas ninguém parece estar bem certo das vantagens que essa passagem representaria, e na própria prefeitura não há informações sobre as possibilidades concretas do projeto.

*“Estão querendo passar para distrito para fazer um loteamento. Às vezes eu torço para passar, mas também as vezes eu penso que o dinheiro vai mas não volta” . (Moradora do Peitudo, pesquisa de campo, 2008)*

Esse sentimento de espoliação em relação ao poder público aparece também quando se trata de conservar os 6 km de estrada de terra que dão acesso ao bairro e na cobrança da energia elétrica pela mesma taxa urbana<sup>40</sup>. Num bairro como Peitudo o rural e o urbano adquirem um contorno ainda mais difuso, fazendo seus moradores se sentirem prejudicados quando são submetidos às tarifas públicas urbanas, sem receber os benefícios correspondentes.

*“Aqui às vezes fica uma buraqueira, ai brigam e eles (prefeitura) mandam jogar umas terras. Mas é serviço de qualquer jeito”(Moradora do Peitudo, pesquisa de campo, 2008)*

Como pudemos comprovar pessoalmente, as estradas de acesso e internas do bairro ficaram bastante comprometidas durante o período de chuvas.

A maior parte das casas do núcleo urbanizado do bairro foram construídas ao redor da igreja, na chamada “terra do santo”<sup>41</sup>. Mas com o aumento do número de casas o contorno original desse território foi se alargando e invadindo as propriedades circunvizinhas.

---

<sup>40</sup> Segundo a Cemig, (Companhia de Eletricidade de Minas Gerais) para ter direito a uma tarifa diferenciada, o residente deve apresentar documento comprovando ser produtor rural.

<sup>41</sup> Terras do santo - nome dado às terras ao redor da Igreja e de posse da mesma.

*“O terreno é da Igreja. Pede um pedaço e faz a casa. Só que não fica sendo o dono do terreno, só é dono da casa. Mas agora não tem mais espaço, encheu tudo. Só vai até aquele milho. Ali já é sítio. Aquele outro milho também. O pedaço de construir (da Igreja) dá uns três alqueires (7,2 ha). Mas pegaram muita beirinha. Comeram um pouco dos sítios. Muda a cerca. É do santo mesmo!*



**Figura 23: Foto aérea do bairro Peitudo**  
**Fonte: Prefeitura Municipal de Ouro Fino**

*O santo aqui é muito bom”*. (Moradoras do Peitudo, pesquisa de campo, 2008/2009)

Já um outro morador nos informou que, ao contrário, foram as propriedades rurais que “comeram” parte do terreno da igreja. De qualquer forma, uma das lutas que encontram unanimidade entre os moradores do bairro é a da legalização do terreno das casas e a escritura definitiva dos mesmos.

Para o dono de um dos mercadinhos do bairro, o comércio local tem um “caráter emergencial”, ou seja, não é o principal local de abastecimento das famílias, mas sim onde se compra aquilo que de repente falta<sup>42</sup>. Por isso mesmo são locais onde se pode adquirir de açúcar a uma peça para emendar o encanamento de água ou uma enxada. E ainda bebidas alcoólicas e doces para as crianças. Como ponto de encontro de moradores e visitantes do bairro, as vendas e mercadinhos são excelentes locais para a coleta de informações. Tudo que acontece na região se comenta ao redor do balcão. Durante um daqueles momentos da pesquisa de campo que poderíamos classificar como “tagarelice a esmo”, notamos que vários dos itens vendidos no mercadinho eram de “fabricantes periféricos”. Doces, refrigerantes, iogurte, biscoitos e vários outros produtos não provinham de marcas conhecidas e sim das pequenas indústrias da região. Segundo o representante de vendas de um desses produtos, os mercadinhos rurais são responsáveis por pelo menos cinquenta por cento de suas vendas no município de Ouro Fino.

As vendas (armazéns, barracões, etc.) sempre foram palco da sociabilidade nas zonas rurais, como também representaram e ainda representam em locais isolados, mais uma forma de espoliação do trabalhador. São bastante conhecidas as situações em que

---

<sup>42</sup> Como de fato apuramos nas entrevistas com os agricultores, todos fazem suas compras de supermercado na cidade de Ouro Fino.

trabalhadores, colonos ou moradores eram obrigados a endividar-se comprando na bodega do patrão. Mas no bairro Peitudo, ao menos a partir da década de 1940, um desses comércios pertencia à família Alberti, antigos colonos italianos, e as vendas se realizavam com período de pagamento de um ano. Segundo Dona Palmira, filha do antigo vendeiro, os produtores compravam dando como garantia o café e acertavam as contas quando da colheita do mesmo.

As famílias italianas começaram a chegar no bairro Peitudo no final do século XIX. Atualmente, uma das mais importantes dessas famílias é a fundada por Salvador Muroi. O senhor Salvador chegou ao Brasil com treze anos de idade, juntamente com os pais, no ano de 1897. Casado com Maria Antonia Di Roma, também filha de colonos italianos, o casal teve 11 filhos e trabalhou em fazendas de café, plantando culturas de subsistência e fumo nas entrelinhas, conforme relatado no primeiro capítulo desse trabalho. Em 1932, quando já dispunha de recursos suficientes, o Sr. Salvador comprou uma propriedade de 35 ha no bairro Peitudo, onde a maioria dos filhos permaneceu casando-se com os filhos e filhas de outras famílias de italianos e de brasileiros, de tal forma que hoje é difícil encontrar uma família no bairro que não seja de alguma forma relacionada com os Murois. Em anexo apresentamos um pouco da história da família Muroi na forma de sua árvore genealógica.

Há aproximadamente uns 10 anos o bairro começou receber famílias do Norte de Minas Gerais. Pelo que nos foi relatado, chegou primeiro um senhor que morava então no ABC Paulista, trazido por um conhecido para tomar conta do sítio deste. Aos poucos outras famílias foram se mudando para o local, sempre por indicação de alguém conhecido. Hoje se estima serem em torno de trinta famílias provenientes de localidades próximas na região do Norte de Minas e espalhadas pelo Peitudo e bairros vizinhos; trabalhando como diaristas, caseiros, pedreiros ou ainda em terra própria. Algumas delas vieram direto do local de origem, mas muitas passaram antes pela região do ABC. Para essas famílias o bairro ourofinsense representa maior facilidade de encontrar trabalho e ao mesmo tempo de reproduzir a condição camponesa original. Nas casas que visitamos, mesmo de caseiros, encontramos sempre no quintal pequenos plantios de milho, feijão, mandioca e hortaliças, bem como a criação de galinhas. Perguntados sobre a facilidade de adaptação na região responderam sentir saudades da terra natal, mas terem se adaptado bem e se sentir bem recebidos. Alguns já se casaram com nativos do local ou ocupam posição de relativo destaque como ser dono de um dos mercadinhos.

A produção agrícola do bairro é identificada pelos moradores locais como principal atrativo para essa população de fora:

*“Veio muita gente aqui para o bairro por que aqui se planta alho, tomate, milho, feijão, café. Então é um lugar que se produz bastante. Eu creio que é por isso que as pessoas estão vindo para cá. A maior parte é do Norte. Do Norte de Minas. Tem também cearense. Muitos de São Bernardo do Campo”.* (Moradoras do Peitudo, pesquisa de campo, 2008)

Apesar do aparente bom entrosamento entre a população original e os procedentes de outros locais, existe uma ruptura ou reorganização na antiga sociedade de interconhecimento. Como coloca Kayser (1990, p.37), as relações sociais: “[...] *fundam, definem, delimitam o espaço social local*” e deparar-se na rua com um desconhecido causa certo estranhamento, sobretudo entre os mais idosos:

*“Tem gente aí que eu nem conheço. Passa na rua e eu não sei quem é”.* (D.Amélia, pesquisa de campo, 2008)

Como abordado no capítulo anterior, a discussão sobre as novas ruralidades incorpora o possível conflito de interesses sobre os usos e representações do espaço local quando este passa a abrigar novos atores sociais. No caso estudado não foi possível identificar esse conflito ou mesmo uma ameaça ao sentido de localidade nos moldes como é colocado por Carneiro (2008, p.34)

*“Como já sugerimos, a noção de localidade não se traduz simplesmente por um espaço fisicamente delimitado e socialmente ocupado. Ela seria útil justamente porque supõe um espaço que é tido, por aqueles que o ocupam, como uma referência e como uma base física de um conjunto de relações sociais diversificadas (de trocas, de sociabilidade, de solidariedade, de disputas e de conflitos) que dão sentido à existência de seus habitantes, isto é, lhes dão uma referência identitária”.*

Por outro lado, o grupo que chega ao mesmo tempo em que se beneficia do que o bairro tem a oferecer não deixa de conservar alguns traços do local de origem:

*“Diferença de cultura tem. Isso tem. O tipo de alimentação nosso mesmo é totalmente diferente do daqui. Aqui o costume é o mesmo tipo do paulista e a comida nossa é mais picante, mais gordurosa, sei lá, é diferente. Tem uns tipos de comemoração que aqui passa despercebido e lá para nós não. O São João, por exemplo – lá para nós é forte o São João, e aqui não, é um dia comum”.* (Morador do Peitudo originário do Norte de Minas, pesquisa de campo, 2009)

Um outro grupo de novos moradores do bairro é composto por cidadãos que ali se instalam após a aposentadoria, ou adquirem casas e sítios de recreação, às vezes com alguma atividade produtiva. Identificamos durante a pesquisa de campo cinco donos de pequenas propriedades originários da cidade de São Paulo, dois de Ouro Fino, um de Jundiá (SP), um de Amparo (SP), dois de Campinas (SP), um de Águas de Lindóia (SP). Todos conheceram a região através de amigos ou parentes e acabaram comprando uma propriedade no local.

*“Em volta aqui tem muito sítio. Mas geralmente é só gado. Não produz. Tem bastante gente que mora aqui. Veio de São Paulo para morar aqui. Às vezes tem parente que mora aqui, vem visitar, fica morando. Geralmente aposenta vem morar na roça, quer um lugar mais tranquilo”.*(Moradora do Peitudo, pesquisa de campo, 2008)

Comprar uma residência secundária no campo, faz de seu proprietário, nas palavras de Urbain (2002, p.516) “[...] *um passante que fica e um habitante que passa. Entre a cidade e o campo, circulante e transplantado, ele se encontra entre usos contrários do espaço rural: atravessá-lo ou nele permanecer. Na verdade ele faz os dois. Poli sedentário, ele é um nômade*”. Esse personagem, de vida prioritariamente urbana, participa de maneiras distintas e de forma irregular na vida social da localidade campestre. No caso estudado é comum que esse habitante intermitente empregue um funcionário, seja como caseiro permanente, ou alguém para “dar uma olhada e fazer uma limpeza”, de vez em quando. Como também é comum a compra de produtos locais como queijo, alho, ovos caipiras, frango, etc. para consumir em loco ou levar para a cidade, bem como abastecer no mercadinho do bairro o que porventura falte do trazido da cidade. Em propriedades com terrenos maiores o proprietário cidadão pode permitir que parte da terra seja usado pelos vizinhos para pequenos plantios de milho ou feijão. Também é significativa a participação na festa local, tanto com a doação de prendas como pelo atendimento das festividades.

No bairro estudado nossos informantes acreditam que a compra de propriedades secundárias não é – face ao peso da atividade agrícola – suficientemente importante para causar uma elevação no preço da terra. Mas o mesmo não foi relatado em outros bairros rurais do município de Ouro Fino, onde predominam os minifúndios e a procura de cidadãos por pequenas chácaras eleva seu valor, conforme apuramos no início da pesquisa de campo.

O bairro Peitudo está localizado a quinze quilômetros de Ouro Fino e a 20 quilômetros de Jacutinga (MG) e a ligação entre o bairro e as duas cidades é feita por duas empresas de transporte coletivo. Para Ouro Fino vão os alunos após completar a quarta série do ensino fundamental no grupo escolar local - um ônibus sai as 6:00 hs e retorna as 11:45 hs e o outro sai as 18:00 hs e retorna as 23:00 hs. Diariamente também, três veículos tipo Kombi transportam os alunos dos bairros vizinhos para a escola do Peitudo.

Um ônibus de passageiros faz o transporte do bairro para a cidade de Ouro Fino três vezes ao dia na segunda e sexta-feira e duas vezes ao dia no resto da semana. Esse ônibus transporta diariamente 19 passageiras fixas, das quais seis trabalham em serviços domésticos e onze numa fábrica de confecções. Os passageiros homens que se deslocam para trabalhar de ônibus geralmente fazem serviços temporários, como de pedreiro e ajudante. Uma van transporta também 14 passageiros para a vizinha cidade de Jacutinga para trabalhar em serviços domésticos e em malharias.

No próprio bairro as fontes de trabalho não-agrícola são uma pequena empresa embaladora de água mineral que emprega cinco mulheres e três rapazes, o pouco comércio representado pelos mercadinhos e os bares, o artesanato de crochê exercido pela maioria das mulheres e alguma atividade ligada às malharias da região. Identificamos ainda dez moradores que trabalham como pedreiro e ajudante<sup>43</sup>, todos exercendo também alguma atividade agrícola, mesmo que seja apenas para consumo próprio ou ancorada em trabalho assalariado. As duas empresas de transporte empregam ainda sete motoristas.

A principal ocupação agrícola do bairro é, sem dúvida, a colheita do café, que vai do mês de maio a outubro. Muitos pequenos produtores de café, após terminar a própria colheita trabalham como diaristas para produtores maiores. O pagamento, feito por volume colhido e não por peso, varia consideravelmente conforme veremos adiante.

Durante o período em que o alho foi uma cultura importante na região, sua colheita representava uma significativa fonte de trabalho complementar ao café, concentrada nos meses de setembro a novembro. Após a colheita e secagem o alho oferecia, principalmente para as mulheres do bairro, a possibilidade de trabalhar no preparo das tranças<sup>44</sup>, uma das formas de sua comercialização.

As mulheres são também preferidas no trabalho das duas plantações de rosas - ligadas à Holambra (SP)<sup>45</sup> - localizadas no bairro vizinho e que empregam 9 trabalhadores

---

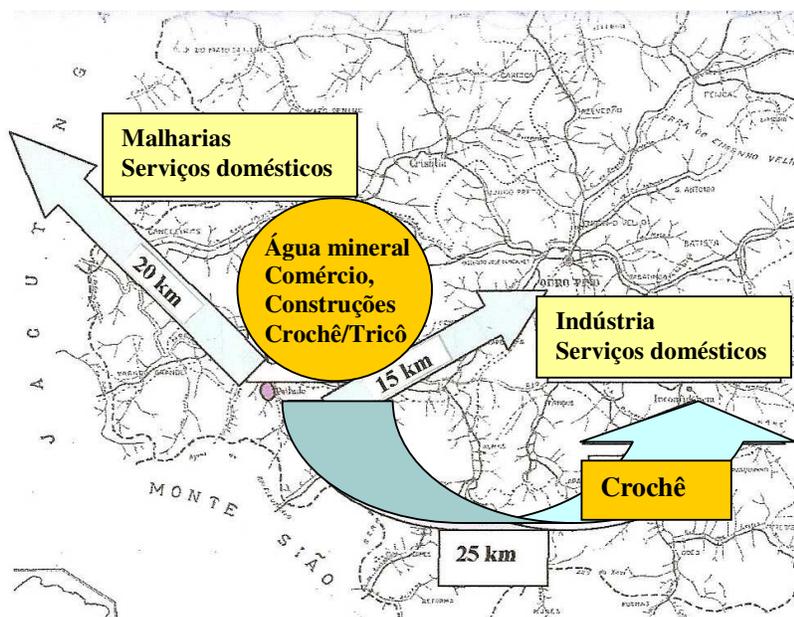
<sup>43</sup> O que no nosso caso significa poder realizar tanto construções civis como construções rurais.

<sup>44</sup> Uma parte do alho era comercializada em réstias, ou seja, tranças feitas com as hastes da planta.

<sup>45</sup> Município da microrregião de Campinas-SP de colonização holandesa conhecido pela produção de flores.

do bairro; e na colheita de amoras e lichia de uma grande fazenda da região para onde vão turmas de 20 trabalhadoras nos meses de novembro e dezembro.

A figura a seguir ilustra as principais fontes de trabalho não-agrícola para os moradores do bairro. Como é possível observar, os empregos formais encontram-se nas cidades de Ouro Fino e Jacutinga, enquanto no bairro predominam os empregos informais baseados em relações pessoais, como no caso do crochê.



**Figura 24: Fontes de trabalho não agrícola no bairro Peitudo**  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009

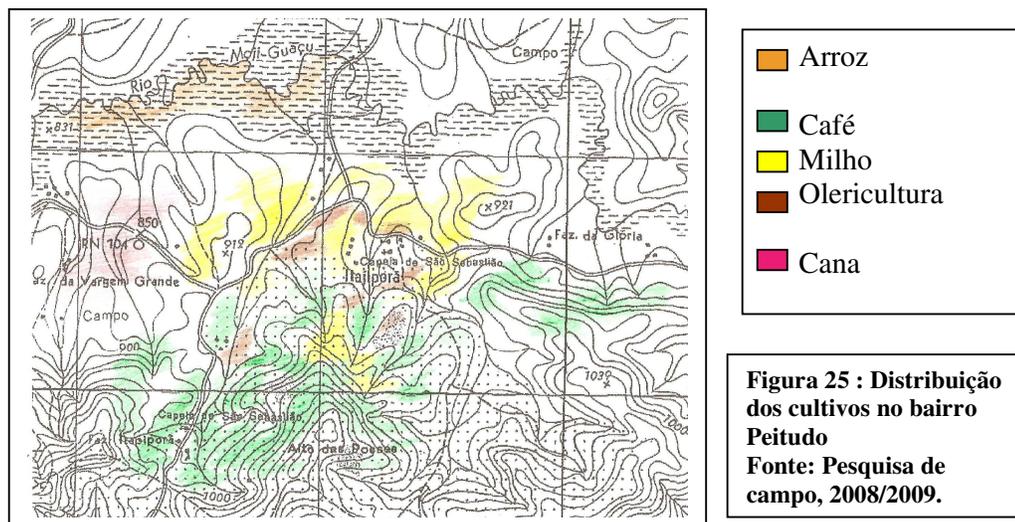
Tanto no núcleo urbanizado do bairro, como nas propriedades familiares, a maioria das mulheres que não trabalham na cidade e não estão envolvidas em tempo integral em atividades agrícolas dedicam-se ao trabalho manual de confeccionar tapetes e outras peças de crochê em barbante ou linha. Os fios são entregues por uma empresa e comerciantes da cidade de Inconfidentes, distante 25 km, e as mulheres são remuneradas pela mão de obra com valores correspondentes ao tamanho e tipo da peça. Por um conjunto de dois tapetes de barbante de 100 x 50 cm recebem R\$ 2,80<sup>46</sup>. Num período de oito horas de trabalho conseguem fazer no máximo quatro conjuntos, o que daria uma diária de aproximadamente R\$ 11,00. Tanto os comerciantes de crochê como de tricô da região valem-se da mão-de-obra da zona rural para diminuir seu custo de produção, pagando pelo trabalho um preço muito aquém do salário mínimo que receberia um trabalhador contratado. Segundo as

<sup>46</sup> Esse e todos os outros valores monetários apresentados nesse trabalho referem-se a preços correntes no mês de novembro de 2009.

mulheres com quem conversamos, esse tipo de atividade, embora muito pouco remunerada, permite algum ganho econômico sem precisar sair de casa, podendo ser realizada paralelamente às atividades domésticas como “pajear criança pequena”. Não deixa, no entanto, de ser uma forma de precarização de relações de trabalho, altamente vantajosa para os comerciantes.

Um pequeno levantamento sobre os moradores do núcleo urbano do município indicou que em torno de 63 % das famílias tem pelo menos um de seus membros envolvido em atividades agrícolas, sendo que desse total 55 % trabalham como diaristas. O restante das famílias se distribui entre aposentados e aqueles que exercem as atividades já mencionadas no próprio bairro ou nas cidades de Ouro Fino e Jacutinga.

Uma parte das terras do bairro apresenta uma topografia menos acidentada, facilitando a mecanização e possibilitando o cultivo do milho. Os cafezais, por sua vez, ocupam as encostas dos morros beneficiando-se da altitude e do predomínio de argissolos nessas áreas. Nas várzeas do rio Mogi Guaçu plantava-se muito arroz até alguns anos atrás, mas diversos fatores como o menor custo do produto comprado, o ataque de capivaras e a legislação ambiental, que impede o cultivo em áreas de preservação permanente, fizeram com que a cultura fosse abandonada. O mapa abaixo ilustra a localização predominante das lavouras de acordo com a topografia do terreno.



Como veremos a seguir o bairro é formado por um mosaico de produtores ocupando áreas de diferentes tamanhos e dedicando-se geralmente a mais de uma atividade agrícola.

## 5.2 – Agricultores familiares e não-familiares no bairro Peitudo

Conforme explicitamos no capítulo anterior a divisão dos estabelecimentos segundo o emprego de mão-de-obra resultou nas categorias familiar, não-familiar misto, não-familiar e empresas agrícolas. A tabela a seguir ilustra a distribuição dos produtores familiares e não-familiares quanto a representatividade frente ao grupo total de produtores do bairro e a área por eles ocupada.

**Tabela 6: Número de produtores e área ocupada nos diferentes tipos de estabelecimentos, Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG**

<b>Tipo de estabelecimento</b>	<b>Número de produtores</b>	<b>% do Nº total de produtores</b>	<b>Área ocupada (ha)</b>	<b>% da área total</b>	<b>Área média (ha)</b>
Familiar	31	60,78	520	32,98	16,77
Não-familiar misto	10	19,61	391	24,79	39,10
Não-familiar	8	15,69	226	14,33	28,25
Empresa agrícola	2	3,92	440	27,90	220,00
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>100</b>	<b>1.577</b>	<b>100</b>	<b>30,92</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009

Na figura a seguir comparamos os dados da tabela acima com os anteriormente apresentados para a agricultura familiar de Ouro Fino<sup>47</sup>, onde, segundo os dados do censo agropecuário de 2006, os estabelecimentos familiares somavam 84% do total de estabelecimento, ocupando 47% do total da área, notamos uma menor porcentagem de agricultores familiares, e conseqüentemente o aumento do número de não-familiares, no bairro estudado. Como o censo não utiliza a classificação de não-familiar misto, pode ser que parte dos que foram por nós assim classificados apareceram como familiares para o IBGE.

<sup>47</sup> Na tabela 3, página 48.

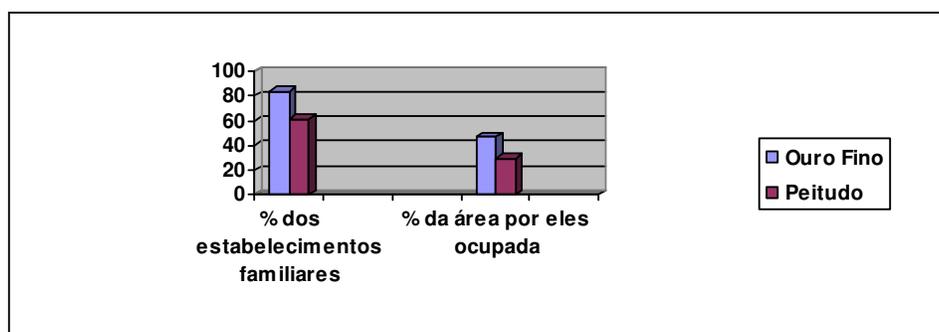


Figura 26: Comparação entre agricultores familiares de Ouro Fino e o bairro Peitudo quanto a porcentagem do número de estabelecimentos e da área ocupada.

Fontes: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Agropecuario\\_2006/agri\\_familiar\\_2006/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/) Acesso em 10/11/2009 e pesquisa de campo 2008/2009

As próximas tabelas distribuem os diferentes tipos de produtores do bairro Peitudo por grupo de área total segundo a área ocupada e a representatividade frente ao próprio grupo e ao total dos produtores.

Como podemos observar nessas tabelas, 61% dos agricultores familiares do bairro encontravam-se no estrato de área de 1 a menos de 10 ha. Já no caso dos não-familiares mistos, embora 60% deles situem-se num estrato de área de 1 a menos de 20 ha, encontramos 20% desses produtores no estrato de 100 a menos de 200 ha, o que condiz com a heterogeneidade identificada no grupo. Entre os produtores não-familiares, 87,5% estão localizados na faixa que vai de 10 a menos que 50 ha. São todos cidadãos com propriedade rural no bairro, sendo três moradores da região e cinco moradores de cidades paulistas. No caso das empresas agrícolas, uma tem área três vezes maior que a outra, sendo, como veremos adiante, mais diversificada quanto às atividades agropecuárias.

**Tabela 7: Distribuição dos diferentes tipos de produtores por estrato de área total. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG**

Tipos de estabelecimentos	Nº total de produtores	1 a < 10 ha			10 a < 20 ha			20 a < 50 ha			50 a < 100 ha			100 a < 200 ha			> 200 ha		
		Área (ha)	% da área total	% da área do grupo	Área (ha)	% da área total	% da área do grupo	Área (ha)	% da área total	% da área do grupo	Área (ha)	% da área total	% da área do grupo	Área (ha)	% da área total	% da área do grupo	Área (ha)	% da área total	% da área do grupo
Familiares	31	90	5,71	17,31	86	5,45	16,54	81	5,14	15,58	63	3,99	11,05	200	12,68	35,08	-	-	-
Não-familiar misto	10	13	0,82	3,32	42	2,66	10,74	22	1,40	5,63	68	4,31	17,39	246	15,60	62,92	-	-	-
Não-familiar	8	8	0,51	3,54	42	2,66	18,58	96	6,09	42,48	80	5,07	35,40	-	-	-	-	-	-
Empresa agrícola	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	6,34	22,73	340	21,56	77,27
<b>TOTAL</b>	<b>51</b>	-	7,04	-	-	10,77	-	-	12,63	-	-	13,38	-	-	34,62	-	-	21,56	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009

**Tabela 8: Representatividade dos diferentes tipos de produtores por estrato de área total. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG**

Tipos de estabelecimentos	Nº total de produtores	1 a < 10 ha			10 a < 20 ha			20 a < 50 ha			50 a < 100 ha			100 a < 200 ha			> 200 ha		
		.Nº	% total de Prod.	% grupo	.Nº	% total de Prod.	% grupo	.Nº	% total de Prod.	% grupo	.Nº	% total de Prod.	% grupo	.Nº	% total de Prod.	% grupo	.Nº	% total de Prod.	% grupo
Familiares	31	19	37,26	61,29	6	11,77	19,35	4	7,85	12,90	1	1,96	3,26	-	-	-	-	-	-
Não-familiar misto	10	3	5,88	30,00	3	5,88	30,00	1	1,96	10,00	1	1,96	10,00	-	-	-	-	-	-
Não-familiar	8	1	1,96	12,50	3	5,88	37,50	3	5,88	37,50	1	1,96	12,50	-	-	-	-	-	-
Empresa agrícola	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,96	50,00	1	1,96	50,00
<b>TOTAL</b>	<b>51</b>	<b>23</b>	-	-	<b>12</b>	-	-	<b>8</b>	-	-	<b>3</b>	-	-	<b>1</b>	-	-	<b>1</b>	-	-

Fonte: Pesquisa de campo 2008/2009

### 5.3 – Os sistemas produtivos

Dividimos os agricultores pesquisados pela atividade produtiva que mais contribui para a renda familiar, segundo o que nos foi informado pelos produtores e o resultado do cálculo aproximado do Valor Bruto da Produção. Dessa forma, os principais sistemas produtivos identificados foram: café, milho, olericultura e criação bovina.

Os agricultores familiares agrupados no sistema produtivo onde predomina a cultura do café foram subdivididos em: café, café com milho e café com gado. Já todos os agricultores agrupados no sistema produtivo do milho combinavam a atividade com a criação de gado de leite complementada pela criação e venda de bezerros. Entre os olericultores encontramos dois grupos: os que se dedicavam ao cultivo comercial de algumas hortaliças principalmente tomate, brássicas<sup>48</sup> e alho e os plantadores de bucha<sup>49</sup>. Os do primeiro grupo geralmente arrendam terra para possibilitar a necessária rotação do terreno que essas culturas demandam e os do segundo grupo são pequenos proprietários que combinam a atividade com o assalariamento agrícola e outras fontes de renda como a aposentadoria.

Entre os produtores não-familiares predominou a criação de gado, principalmente de corte, seguido do cultivo de café. Nenhum dos não-familiares plantava milho ou feijão. No grupo dos não-familiares mistos as atividades variaram entre o cultivo do café e do eucalipto com a criação de bovinos, piscicultura e a presença ainda de dois representantes do grupo de olericultores. Já no caso das duas empresas agrícolas identificadas no bairro, uma cultivava apenas café e eucalipto e a outra além do cultivo do café criava cavalos, gado de corte e plantava milho para alimentação animal.

A tabela a seguir demonstra a distribuição dos produtores familiares, não-familiares mistos, não-familiares e as empresas agrícolas nos sistemas de produção identificados.

---

<sup>48</sup>Grupo de espécies da família botânica das crucíferas da qual participam hortaliças como repolho, couve-flor, brócolis, etc.

<sup>49</sup>Embora a olericultura seja um ramo da horticultura dedicada ao cultivo de plantas herbáceas destinadas ao consumo humano (Filgueira, 1972, p.13), incluímos no grupo os cultivadores de bucha (*Luffa cylindrica*) por ser o fruto jovem de algumas espécies da curcubitácea também comestível.

**Tabela 9: Distribuição das diferentes categorias de produtores segundo o sistema de produção, Bairro Peitudo, Ouro fino, MG**

Produtores	Sistemas Produtivos							TOTAL
	Café			Milho	Oleri-cultura	Criação bovina	Criação de Ovinos	
	Puro	Com milho	Com gado					
Familiares	8	5	2	8	8			31
Não-familiar misto	2	1	3		2	1	1	10
Não-familiar	1		3			4		8
Empresa agrícola	1		1					2
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>51</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009.

### 5.3.1 – Produtores e sistemas produtivos não-familiares

Como já indicamos, os estabelecimentos não-familiares foram divididos em não-familiar misto, não-familiar e empresa agrícola. Observando a tabela anterior podemos notar que quanto ao sistema produtivo adotado os não-familiares diferem dos familiares pela maior presença de gado bovino, destinado principalmente para o corte, o que decorre da disponibilidade de área nessas propriedades e da menor demanda de mão-de-obra dessa atividade.

O grupo formado pelos produtores classificados como “não-familiar misto” foi o que apresentou maior heterogeneidade quanto à área ocupada, variando de 5 a 140 ha. Como aparece na tabela 7, 60% desses produtores encontravam-se no estrato de área que vai de 1 a menos de 20 hectares, mas dois deles, ou seja, 20% do total, possuíam propriedades com mais de 100 ha. No primeiro grupo estavam dois olericultores que empregavam uma força de trabalho superior a aportada pela família e pequenos produtores que retiravam a maior parte da renda familiar de atividades agrícolas e não-agrícolas fora da propriedade, contratando força de trabalho não-familiar para suprir o trabalho que eles próprios não realizavam no estabelecimento. Nas propriedades com mais de 100 ha o chefe e/ou filhos moram e/ou trabalham no estabelecimento, dedicando-se a criação bovina tanto de leite como de corte e a cultura do café. Essas atividades são complementadas com a

criação de peixe e plantio de eucalipto e milho, ou seja, são propriedades com mais de uma atividade produtiva destinada ao mercado.

Os produtores não-familiares mistos moravam na propriedade ou no bairro Peitudo em 80% dos casos e nos 20% em que habitavam outro bairro ou município, alguém da família visitava a propriedade todos os dias, participando diretamente da execução dos trabalhos com os animais e cultivos. No caso dos olericultores o chefe da exploração comandava os trabalhos dos trabalhadores contratados, participava diretamente de algumas tarefas e realizava toda comercialização da produção. Desses produtores, 70 % fazem parte das famílias do bairro e participam plenamente das redes de solidariedade entre parentes e vizinhos. Dos três produtores que não possuíam relações de parentesco no bairro, dois mantinham acordos de arrendamento e parceria com produtores familiares. Ou seja, esse grupo aproxima-se bastante dos familiares não apenas pela utilização de mão-de-obra da família, mas pelo tipo de ligação que mantém com a localidade. Esse é também o grupo que mais emprega tanto em relação a área ocupada como em relação ao número de produtores presentes no grupo, como veremos mais adiante.

Já no caso dos produtores não-familiares, nenhum morava no bairro, sendo três procedentes do município de Ouro Fino ou município vizinho e cinco procedentes de municípios do estado de São Paulo. As áreas dessas propriedades variaram de 8 a 80 ha, ficando 75% delas num estrato de área abaixo de 50 ha, ou seja, tratava-se de propriedades pequenas ou médias, 88% delas com criação de gado bovino e todas com presença de um caseiro, administrador ou retireiro. Apesar da predominância do gado, 75% dos estabelecimentos exerciam mais de uma atividade econômica.

Os produtores não-familiares que moram no próprio município, ou vizinho a esse, costumavam freqüentar a propriedade todos os finais de semana, principalmente por lazer, sendo que 75% deles instalou-se no bairro há mais de dez anos. Os que moravam mais longe geralmente apareciam uma vez por mês para efetuar pagamentos. Mas fomos informados que costumavam visitar a propriedade com mais freqüência quando os filhos eram pequenos. Três desses produtores (ou seja, 37%) arrendam parte da propriedade para produtores familiares.

As empresas agrícolas do bairro caracterizam-se pela intensa atividade agrícola e pecuária e grande emprego de mão-de-obra assalariada, mas com uma significativa diferença em área, sendo uma mais de três vezes o tamanho da outra. Nos dois casos o proprietário não habita no bairro e a propriedade é gerenciada por um administrador. Uma delas dedica-se exclusivamente ao cultivo de café e a outra combina café com plantio de

milho para alimentação animal e criação de cavalos de raça e gado nelore para corte. Nos dois casos houve compra total ou parcial da área atual da propriedade nos últimos seis anos de produtores não-familiares e não-familiares mistos. Nenhuma das propriedades empresarias arrenda parte da área para produtores familiares.

### 5.3.2 – Os sistemas produtivos familiares

O requisito básico para a realização da produção é sem dúvida o acesso a terra. Ele é determinante na escolha do sistema de produção e engloba não apenas a quantidade de terra disponível, mas também sua localização e características de relevo e tipo de solo. Na tabela a seguir computamos a área média à qual os produtores familiares têm acesso nos diferentes sistemas produtivos, esclarecendo que essa área incluiu a posse e o arrendamento, quando foi o caso.

**Tabela 10: Área média nos diferentes sistemas produtivos familiares, Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG**

Área Média (ha)	Sistema Produtivo				
	Café			Milho	Olericultura
	Café	Café com milho	Café com gado		
	6	24	6	30	5

Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009.

Como podemos observar na tabela acima, os cafeicultores “puros” ou “com gado” e os olericultores ocupam as menores áreas embora, juntos, representem 58% dos produtores familiares conforme se pode deduzir da tabela 8. No sistema que denominamos de “café, a atividade aparece como a única fonte de renda agrícola, sendo os outros cultivos e criações apenas para o consumo da família. Esses produtores possuem entre 6.000 a 12.000 pés de café e praticamente não contratam mão-de-obra temporária, mesmo durante a colheita, valendo-se com frequência da troca de dias de serviço. É esse também o caso dos produtores familiares do sistema “café com gado”, onde a produção leiteira do pequeno rebanho destina-se ao consumo da família e venda de bezerros. Já todos os que combinam a cultura do café com o plantio de milho complementam a posse da terra com o arrendamento. Como veremos mais adiante, o grupo do café com milho foi que apresentou maior capacidade de acumulação.

A principal vantagem da cultura do café reside no fato de poder ser cultivada em pequenas áreas com boa viabilidade econômica, sobretudo se for manejada com utilização apenas da mão-de-obra familiar complementada pela troca de dias de serviço. Dessa forma uma família composta pelo chefe, esposa e um filho na atividade agrícola consegue facilmente cultivar 12.000 pés de café, numa área de 4 ha, garantindo uma renda mensal de pelo menos dois salários mínimos<sup>50</sup> e dispondo de tempo para o exercício de outras atividades já que o café não demanda grande quantidade de trabalho fora do período de colheita. Um de nossos entrevistados reportou conduzir, apenas com a ajuda do filho nos finais de semana e férias e da esposa durante o período da colheita, 10.300 pés de café numa área de 3 ha, utilizando como maquinário uma roçadeira/colheitadeira manual, a um custo com insumos em torno de R\$ 1.800,00 por hectare e um rendimento líquido de dois salários mínimos por mês.<sup>51</sup> Esse produtor trabalhou na cultura durante os quatro meses da colheita e vinte e cinco dias fora desse período, utilizando o resto do tempo para outras atividades.

Quando indagados sobre o que esperam para a propriedade todos os produtores familiares de café responderam que pretendiam continuar ou mesmo aumentar a produção. Esse foi também o grupo que indicou maior possibilidade dos filhos ou de alguém da família continuar na atividade. Comparado com os dois outros sistemas de produção a que se dedicavam os produtores familiares o café apresenta ainda a vantagem de ser mais flexível quanto aos tratos culturais e permitir arranjos de parceria, embora o preço do produto não estivesse estimulando esse tipo de prática no momento da pesquisa<sup>52</sup>.

O café funciona como um tipo de poupança onde se deposita mais ou menos conforme a rentabilidade esperada. Mesmo os pequenos proprietários que tinham outra atividade como principal fonte de renda, investiam em café mediante a contratação de mão-de-obra. Conforme nos informou um senhor que ocupa a maior parte do tempo trabalhando como pedreiro ou em outro serviço mais especializado como fazer cercas, recebendo uma diária em torno de R\$ 60,00; vale a pena pagar R\$30,00 para um diarista cuidar do café e direcionar a força de trabalho da família para essa atividade apenas no período da colheita. Em alguns casos a cultura é também a forma de iniciação do jovem na

---

<sup>50</sup> Considerando-se o salário mínimo de 2009 igual a R\$ 465,00

<sup>51</sup> Para evitar a bianuidade da produção, característica da cultura do café, e obter um rendimento mais uniforme, os produtores costumam fazer a poda radical (“esqueletamento”) de parte do cafezal.

<sup>52</sup> O sistema de meação de café mais comum na região é aquele em que o proprietário entra com os pés de café, o meeiro com a mão-de-obra e o custo dos insumos bem como a produção resultante são repartidos igualmente entre os dois. Como atualmente os produtores avaliam que o preço do café mal paga os custos de produção a meação deixou de ser uma opção atraente.

atividade agrícola, como reportou o mesmo agricultor - embora ele esperasse que o filho de 12 anos exercesse uma atividade mais rentável, lhe dou uma pequena área onde juntos plantaram mil pés de café.

Como podemos observar na tabela 9 a cultura do milho demanda acesso à áreas maiores, o que geralmente combina terra própria com arrendamento. Constatamos que cinco dos oito produtores de milho e todos que combinavam café com milho arrendavam terra de produtores não-familiares que não moravam no bairro ou de familiares que não ocupavam sua área toda. Por outro lado, três dos cinco olericultores não possuíam terra própria, arrendando toda área trabalhada. No caso do milho, o arrendamento era pago com 20% da produção e no caso do alho com 10 % da produção. Já o arrendamento para o cultivo de outras olerícolas girava em torno de R\$ 830,00/ha, e era visto como vantajoso pelos produtores por deixar a terra adubada e pronta para o plantio de milho ou feijão na seqüência. Nesse caso a ocupação estende-se por seis meses e ocorre no período seco do ano que vai de maio a setembro. Encontramos produtores que eram ao mesmo tempo arrendatários de terras para milho e arrendadores de terra para tomate.

Esse é também o grupo que apresentou maior número de maquinário agrícola e investimento em insumos de última geração como novos fertilizantes, herbicidas defensivos e sementes melhoradas. Em 2008 esses produtores começaram a cultivar híbridos geneticamente modificados para o controle das várias espécies de lagarta que podem atacar a planta. Essas sementes têm, em média, preço 40% maior que o mesmo híbrido convencional, custando em novembro de 2009 em torno de R\$ 350,00/saco de 20 kg. Esse é o grupo que apresentou maior gasto com insumos químicos, ficando mais susceptível às variações de preço dos mesmos, mas obtendo como resultado uma produtividade ao redor de 140 sacos/ha, ou seja, 27,3% a mais que a média do município que ficou em torno de 110 sacos/ha em 2008. O milho também é cultivado em menor escala e para o consumo da família por dez agricultores de outros sistemas produtivos, somando ao todo 23 produtores envolvidos com a cultura, ou seja, 74% do total de produtores familiares. Como todos os estabelecimentos com cultivo comercial de milho combinam a atividade com a criação de bovinos de leite, parte do milho, na forma de silo ou rolão<sup>53</sup>, entra na complementação da alimentação animal.

Segundo nossos entrevistados, nos últimos dez anos a cultura vem crescendo em importância no bairro, talvez em razão do declínio do alho. Mais ao contrário do bulbo, o

---

<sup>53</sup> É denominado de “rolão” o milho seco moído com a palha e o sabugo.

milho demanda áreas maiores e menos acidentadas e equipamentos mecânicos específicos, o que limita bastante essa alternativa para os menos capitalizados. Apuramos que 63% dos produtores do grão aumentaram a área plantada com a cultura nos últimos anos e os que não o fizeram alegaram falta de terra para tal. Corroborando com esses dados, 75% dos produtores familiares de milho declararam entusiasmo com a atividade agrícola, desejo de aumentar a produção e de ver os filhos envolvidos na agricultura.

Enquanto no cultivo do milho os produtores investem em equipamentos e insumos modernos, a criação de bovinos nesse sistema produtivo segue a mesma lógica de minimização de gastos praticada há gerações. O preço baixo pago pelo leite e a valorização de bezerros para o corte desestimula o investimento em genética leiteira. Todos os produtores visitados possuíam animais de raça mista e preferiam reprodutores zebuínos pela rusticidade e qualidade dos bezerros gerados. Um aprimoramento do rebanho para raça leiteira demandaria cuidados extras decorrentes da maior exigência nutricional e sanitária desses animais. Nesse caso podemos dizer que o produtor combina a lógica chayanoviana do equilíbrio entre trabalho e consumo (considerando não apenas o produto direto que a família consome, mas as despesas que sua venda paga) com a racionalidade econômica de maximização do lucro defendida por Theodore Schultz para investir seus esforços na atividade mais compensatória.

Segundo o escritório local do Instituto Mineiro de Agropecuária, os produtores do município têm privilegiado animais para corte, o que reflete na baixa produtividade do leite. Enquanto no estado de Minas Gerais a produtividade média em litros/vaca/ano subiu de 1.114 em 1995 para 1.964 em 2005 (FAEMG, 2006, p.68) em Ouro Fino a produtividade média baixou 8%, passando de 1.275 para 1.179 litros/vaca/ano entre os censos agropecuários de 1996 e 2006. Pelos dados do censo de 2006 para Minas Gerais a agricultura familiar possui três vezes mais animais, mas produz 45% do total de leite do estado<sup>54</sup>, o que confirma as observações de campo sobre um rebanho predominantemente de dupla aptidão (leite e corte), com baixo investimento em genética leiteira e alimentação

---

<sup>54</sup> Número de animais nos estabelecimentos familiares = 167.153  
Número de animais nos estabelecimentos não-familiares = 55.920  
Total = 223.073  
Produção nos estabelecimentos familiares em 2006 = 2 518 835 595 litros  
Produção nos estabelecimentos não-familiares em 2006 = 3 108 140 197 litros  
Total = 5 626 975 792 litros

Disponível em:  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/familia\\_censo\\_agro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censo_agro2006.pdf). Acesso 20/12/2009.

complementar. Mas tampouco as propriedades familiares apresentaram um rebanho de corte de raça definida para esse fim. Apenas em uma das empresas agrícolas encontramos animais da raça nelore puros.

O desinteresse em investir na produção leiteira não decorre de falta de informação ou assistência técnica. Diversos programas de incentivo à inseminação artificial, por exemplo, já foram tentados na região sem sucesso entre os produtores familiares. Embora o leite seja um componente importante de muitas propriedades familiares, cujo rendimento é pequeno mas certo e geralmente destina-se ao pagamento das despesas correntes da casa, não há interesse por parte dos produtores em aumentar a produção se isso envolver um adicional em custos ou trabalho; a não ser que o preço do produto aumente consideravelmente e de forma permanente. O exemplo de algumas grandes propriedades da região que investiram massivamente em genética e escala de produção apenas para acumular dívidas ao longo dos anos confirma a crença do produtor familiar de que, no caso do leite, existe muito pouco espaço para aumentar a margem de lucro mediante a intensificação do trabalho. No entanto, o comércio local de queijo artesanal representa uma importante agregação de valor ao produto bruto e, ao contrário deste que pode sofrer uma variação de preço de até 40 % a menos no período da safra, mantém um preço constante o ano todo. Como nos contou um informante, a venda de quatro queijos por dia (o que demanda uma produção de 35 l/dia) ao preço de R\$ 7,00 a unidade permite um ganho mensal ao redor de R\$ 800,00, se não houver gastos com complementação alimentar do rebanho. Encontramos no bairro três famílias fazendo uma pequena quantidade diária de queijo para a venda.

O feijão apareceu como cultivo complementar em 69% dos estabelecimentos pesquisados. Embora destinado principalmente ao consumo da família, registramos dez casos de plantio comercial da cultura, sendo cinco deles entre os olericultores, quatro entre os produtores de milho e um no sistema produtivo café com milho. Na maioria dos casos de plantio para consumo da família a cultura ocupa as entrelinhas do café, beneficiando-se da adubação do mesmo<sup>55</sup>.

O grupo dos olericultores é formado por plantadores de bucha, que é vendida por dúzia após ter sido lavada e secada e por produtores de olerícolas “*stricto sensu*”, principalmente o tomate. Dois representantes do grupo ainda arriscavam com o plantio do alho e em 2009 obtiveram bom resultado com a elevação do preço do produto no mercado.

---

<sup>55</sup> Já no caso do milho, a elevada exigência nutricional da planta impossibilita o consórcio com o café.

Encontramos também um cultivador de alho no grupo do milho e alguns produtores demonstraram interesse em retomar o plantio novamente se o preço continuar elevado.

Assim como o café a bucha pode ser cultivada em pequenas áreas proporcionando também um rendimento líquido ao redor de dois salários mínimos mensais. Uma família, com dois adultos trabalhando na atividade cultiva 1000 pés da planta numa área de aproximadamente 1 ha, sem contratar trabalho externo e a um custo em torno de R\$ 900,00/ha. A colheita ocorre de janeiro a maio exigindo bastante esforço na lavagem para a retirada da casca dos frutos. Segundo um dos entrevistados, o cultivo começou no bairro há aproximadamente 10 anos e só não atrai mais produtores pelo trabalho com a lavagem. A venda é feita no próprio bairro ou na cidade de Ouro Fino para atravessadores que comercializam o produto em São Paulo. A fibra da bucha é mais conhecida por sua utilização na confecção de apetrechos para o banho, mas tem também vários usos industriais, como, por exemplo, assentos de veículos.



**Figura 27: Consórcio de bucha com milho**  
Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Além da vantagem de poder ser cultivada em pequenas áreas, a bucha apresenta ainda a possibilidade de consórcio com cultivos anuais e mesmo com o café.



**Figura 28: Consórcio de bucha com café**  
Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Em 63% dos casos, os olericultores familiares expressaram satisfação com a atividade e intenção de continuar produzindo, sendo que no estabelecimento mais produtivos encontramos todos os filhos envolvidos no trabalho da propriedade.

A criação de gado, principalmente de corte, aparece como atividade principal em sete dos oito produtores não-familiares. Foi interessante notar que quando perguntados sobre o que fariam caso ganhassem na loteria, 45 % dos produtores familiares responderam que comprariam terra para criar gado de corte. A atividade é vista como um meio mais tranquilo e seguro financeiramente de viver do campo, mas demanda maior acesso à terra.

As família no sistemas produtivos que denominamos café alcançam uma renda mensal que varia de dois a três salários mínimos. Já no caso dos que combinam café com o cultivo de milho a renda familiar média mensal fica em três salários mínimos e nos dois

casos de combinação do cultivo de café com a criação de gado bovino tratava-se de criação destinada ao consumo de leite pela família, com alguma venda de bezerros, ficando a renda mensal da família ao redor de dois salários.

A pequena tabela abaixo ilustra a renda média percebida pelas famílias dos diferentes sistemas produtivos:

**Tabela 11: Renda familiar média mensal em salários mínimos\* nos diferentes sistemas produtivos, Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG**

Sistemas Produtivos	Café			Milho	Olericultura
	Café	Café com milho	Café com gado		
Salários	2,25	3,0	2,0	3,7	4,5

Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009.

\* Salário mínimo de R\$ 465,00.

O grupo formado pelos produtores familiares com atividade olerícola foi que apresentou maior variação de renda, indo de 2 à 12 salários mínimos por família envolvida na atividade. Em seguida vêm os produtores de milho que percebem uma renda familiar média que se aproxima dos quatro salários mínimos mensais.

A renda familiar foi calculada somando os recursos provenientes da atividade agropecuária com outras fontes como aposentadoria, trabalho agrícola realizado fora da propriedade e trabalho não agrícola. Na tabela a seguir apresentamos a participação das diferentes fontes de recursos na composição da renda média familiar. No item “assalariamento” entraram as atividades agrícolas realizadas fora do estabelecimento e as não agrícolas realizadas dentro ou fora do estabelecimento.

**Tabela 12: Participação das diferentes fontes de recursos na composição da renda média familiar nos diferentes sistemas produtivos, Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG**

Fontes de Recursos	Sistemas Produtivos				
	Café			Milho	Olericultura
	Café	Café com milho	Café com gado		
Produção vegetal e animal	69 %	77 %	85 %	77 %	80 %
Assalariamento	21 %	19 %	15 %	21 %	11 %
Aposentadoria	10 %	4 %		2 %	9 %
<b>TOTAL</b>	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009

De acordo com esses dados, a produção vegetal e animal é a principal responsável pela renda do grupo familiar, o que confirma a importância da agricultura no bairro. Nesse sentido foi interessante observar que em 50 % dos estabelecimentos onde havia exercício de trabalho agrícola fora da propriedade se tratava de prestação de serviço com utilização de maquinário, cuja posse, por sua vez, era resultado de um processo de capitalização possibilitado pelas próprias atividades agrícolas do estabelecimento.

Por outro lado, a pluriatividade, entendida como: “[...] *combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas em uma mesma família*” (Schneider, 2009, p.18) aparece em 68 % das famílias em consequência principalmente do trabalho das mulheres com o crochê, que representa 75% desse universo. Mas segundo as entrevistadas, o pouco rendimento desse trabalho pouco participa do pagamento das despesas da casa e não entra nos investimentos realizados na propriedade, sendo visto como forma de “passar o tempo” e possibilitar aos membros femininos da família algum recurso para a compra de supérfluos.

Estimamos também se as unidades produtivas se encontram em processo de acumulação ou não através da análise das seguintes variáveis: aumento ou diminuição da área plantada e do número de animais, adoção ou abandono de cultivos, compra e venda de terra, compra e venda de maquinário agrícola. Os produtores que mais investiram no estabelecimento foram os que combinavam milho e café juntamente com alguns dos produtores de milho. Em seguida veio parte dos olericultores, que investiram arrendando novas parcelas para aumento da produção. Já os estabelecimentos com apenas café ou café com gado para consumo de leite pela família apresentaram-se estáveis, concorrendo para tal os fatores limitantes da falta de acesso à terra e falta de mão-de-obra nos casos em que é majoritariamente o chefe da família quem trabalha na atividade agrícola. Nenhum dos estabelecimentos visitados apresentou sinal de descapitalização pelos parâmetros adotados, embora vários produtores tenham reportado uma diminuição dos ganhos como consequência do aumento do custo dos insumos, preço baixo do café e do leite, preço moderado do milho e abandono da cultura do alho.

Optamos por analisar a capitalização e descapitalização do estabelecimento e não do produtor uma vez não serem os dois necessariamente correlatos e simultâneos, especialmente nessa pesquisa. Um casal de produtores que se aposentou e não possuía sucessores, por exemplo, pode deixar de investir na propriedade sem que isso tenha significado uma piora nas condições de vida. Na França encontramos casos de agricultores que após a aposentadoria passaram a arrendar a maior parte da propriedade, mas

mantinham pequenos cultivos e criações ao redor da casa como forma de complementação do orçamento doméstico ou por força do hábito. No bairro pesquisado também encontramos situação semelhante de arrendamento para produtores de milho e olerícolas. Por outro lado, se os investimentos na propriedade foram realizados mediante o endividamento ou a venda de bens, o grupo familiar encontra-se em situação de risco de descapitalização.

Todos os produtores familiares entrevistados já cultivaram o alho no passado e identificaram a cultura como responsável por parte da capitalização que permitiu maior investimento na propriedade.

De acordo com nossos informantes, a cultura do alho começou expandir no bairro na década de 1970, ganhando grande importância econômica na década de 1980 até meados da década de 1990, quando o preço começou a cair, juntamente com a área plantada. Segundo o agrônomo Jadir F. Pinho, dono de uma empresa de assistência técnica, que trabalhou no escritório da Emater de Ouro Fino de 1986 até 1994, havia na época um projeto para impulsionar a auto-suficiência brasileira em alho e foram criadas Associações de Produtores de Alho a nível nacional e estadual. A partir de 1995, com o aumento da produção nacional e a chegada do alho chinês, que entrava no mercado interno por um preço inferior, a cultura perde gradativamente a rentabilidade. Conforme nos contou um antigo produtor:

*“Plantamos alho desde 1970 e pouco. O último ano em que plantei foi em 2001. Já estava cansado de levar prejuízo. Em 2002 já não plantei”.*

O mesmo produtor explica da seguinte maneira a perda de preço do produto:

*“O alho expandiu bastante de 70 até 2000. De lá prá cá só ficaram alguns. Primeiro foi o alho espanhol que influenciava muito o preço. Quando ele começou entrar no País muito caro puxava o preço para cima. O argentino também entrava com preço razoável. Depois começou a entrar o chinês. O chinês que é barato. Começou a entrar muito alho chinês. Foi onde caiu o preço do alho. E o primeiro alho chinês que começou a entrar no Brasil não tinha cheiro de nada”.*

(Produtor familiar do bairro Peitudo.

Pesquisa de campo, 2009)

A figura a seguir ilustra a diminuição da área plantada com alho no município de Ouro Fino na década de 1990.

Município = Ouro Fino - MG																		
Variável = Área plantada (Hectares)																		
Lavoura temporária = Alho																		
Ano																		
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
592	280	250	270	255	255	84	84	90	90	90	85	85	80	60	50	50	50	10

Figura 29: Área plantada com alho no município de Ouro Fino

Disponível em:

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1612&z=p&o=23&i=P>

Acesso em 19/12/2009.

Alguns produtores relembram o tempo do alho como de grande movimentação de comerciantes no bairro, para onde convergiam muitos compradores. Em várias propriedades pudemos observar barracões de alho abandonados, juntamente com diversos equipamentos de irrigação, agora as vezes utilizados no plantio de feijão. Nesse sentido a cultura significou um avanço tecnológico na agricultura local. Uma herança interessante dessa época, que persiste até hoje, é a atividade de “marreteiro”, ou seja, vendedores ambulantes de alho. Vários moradores do bairro praticam esse tipo de trabalho informal, comprando o produto a granel dos poucos produtores que restaram ou de atacadistas e empacotando para revender.



Fig. 30 : Barracão de alho  
Fonte: Pesquisa de campo, 2009

No ano de 2009, o retorno de um preço considerado compensatório pelos produtores, ao redor de R\$ 1,50 o quilo do alho verde, entusiasmou alguns agricultores a retomarem a cultura, sobretudo aqueles que vinham guardando a semente (bulbos) para esse propósito.

O caso do alho no Peitudo exemplifica o “desarranjo” para a economia local das transformações da agricultura brasileira na década de 1990, marcada pela desregulamentação de preços, abertura de importações e integração regional através do

Mercosul. As parcerias comerciais entre Brasil e China permitiram a entrada no país de 80.000 toneladas de alho entre 1995 e 1996 derrubando a produção nacional cuja média era de 83.900 t/ano no período de 1991 a 1994.

No que se refere à criação animal, além do já mencionado rebanho bovino, encontramos no bairro nove criatórios comerciais de peixe que abastecem os pescadores tipo pesque e pague da região, além de vários pequenos açudes onde o peixe serve para o consumo da família.

Segundo nossos informantes a criação de porcos já foi parte importante dos sistemas produtivos familiares, mas atualmente encontramos apenas três criações de porco caipira, que servem tanto para consumo da família como para venda, e uma criação comercial num estabelecimento familiar empregador.

O mesmo já não ocorre com a criação de aves, presente em todos os casos em que a família reside na propriedade rural e em 67 % dos casos em que a família habita o núcleo urbanizado do bairro. A criação de galinhas na agricultura familiar segue o princípio da alternatividade já descrito para culturas como o milho e feijão (Garcia Jr. 1983, p.127), ou seja, serve tanto para o consumo da família como para a venda ocasional de ovos e frangos.

### 5.3.3 – A realização da produção

Já nos referimos sobre a importância do acesso à terra na definição do sistema produtivo adotado e retornaremos a essa questão no final desse capítulo. Quanto aos meios mecânicos necessários para a realização da produção apuramos grande diferença entre os sistemas produtivos. Embora 90% dos estabelecimentos familiares tivessem trator próprio, é entre os cultivadores de milho que se encontra o maior número de tratores por produtor, conforme mostra a tabela a seguir, e também o maior número de implementos como plantadeiras, colheitadeiras e pulverizadores de precisão. Os três únicos produtores que não tem trator próprio cultivam pequenas áreas de café e bucha que dispensam mecanização.

**Tabela 13: Número de tratores por produtor nos diferentes sistemas produtivos, Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG**

Nº Tratores	Sistemas Produtivos				
	Café			Milho	Olericultura
	Puro	Com milho	Com gado		
	0,6	1,8	1	1,5	0,8

Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009.

No quesito utilização de insumos químicos na lavoura, todos os produtores entrevistados responderam utilizar fertilizantes de alta solubilidade. Adubos orgânicos como esterco de galinha e de curral foi aplicado por todos os olericultores, mas por apenas dois produtores de milho e nenhum de café.

Apesar do uso generalizado de fertilizantes, a quantidade aplicada e tipo de produto variaram de um sistema para o outro, como variou também a dependência da lavoura em relação a esse recurso. Os produtores de café utilizaram maior quantidade de fertilizantes de alta solubilidade por área, mas com menor uso de defensivos para pragas e doenças que os produtores de milho e os olericultores. Muito embora todos usassem herbicidas, no café é comum também o controle de ervas espontâneas com roçadeira. A falta de rotação de cultura e a baixa reposição de matéria orgânica tornavam os produtores de milho bastante dependentes da adubação química. Mas por outro lado, foram estes os que mais pesquisavam o preço desses insumos pela região, comprando em conjunto grandes quantidades para baixar o custo. Segundo nossos informantes, uma lavoura de café consome pelo menos 2 toneladas/ha/ano de adubo químico, enquanto que 1 ha de milho requer aproximadamente 700 kg de adubo entre plantio e cobertura. Evidentemente, essas quantias variam com a condição do solo, o espaçamento da cultura, variedade plantada, etc. Embora o café utilize três vezes mais adubo por hectare que o milho, é esse último que mais demanda capital para a realização da produção em função do tamanho da área ocupada. O café possui a vantagem de poder “ser maltratado” quando o produtor dispõe de menos capital e recuperado depois, enquanto no caso do milho a falta da adubação mínima necessária leva à perda do investimento com outros insumos como sementes, herbicidas e defensivos, além das horas de trator e trabalho. Os três agentes de assistência técnica com quem conversamos no município de Ouro Fino avaliam que 90% dos produtores familiares de café fazem um uso moderado de fertilizantes químicos e os próprios produtores avaliam utilizar apenas em torno de 70% do que a planta demanda em razão do elevado custo desses produtos.

A tabela abaixo indica a presença da prática e o uso do insumo entre os produtores dos diferentes sistemas produtivos.

**Tabela 14: Porcentagem de produtores que realizaram análise de solo, adubação química, aplicação de defensivos e uso de sementes geneticamente melhoradas e modificadas, Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG**

% dos produtores que realizaram a operação	Sistemas Produtivos				
	Café			Milho	Olericultura
	Puro	Com milho	Com gado		
Análise do solo	83%	100%	50%	100%	67%
Adubação de plantio	100%	100%	100%	100%	100%
Adubação de cobertura	100%	100%	100%	100%	100%
Aplicação de herbicidas	100%	100%	100%	100%	100%
Aplicação de inseticidas	17%	100%	100%	100%	100%
Aplicação de fungicidas	33%	100%	50%	13%*	83%
Uso de semente geneticamente melhorada e modificada ***		100%		100%	**

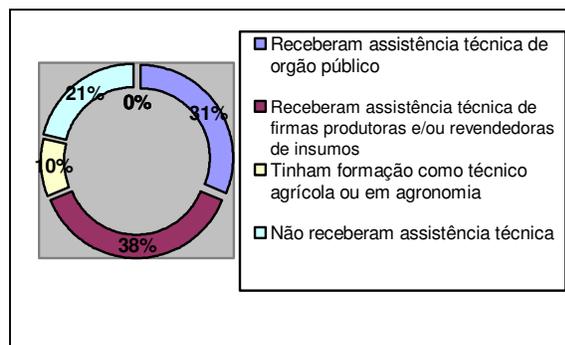
Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009

\* Tratava-se de um produtor de milho que ainda cultivava alho.

\*\* Os olericultores que cultivavam hortaliças compravam as mudas prontas (de variedades geneticamente melhoradas) e os produtores de bucha e alho utilizavam sementes próprias.

\*\*\* Sendo que 69% destes utilizaram semente geneticamente modificada.

Todos os produtores entrevistados reportaram realizar análise de solo e fazer calagem<sup>56</sup> com frequência e 69% deles afirmaram receber assistência técnica regular. As principais fontes de assistência técnica identificadas foram o escritório local da Emater e os próprios vendedores de insumos, que se dividem entre os estabelecimentos de agropecuária do município e os representantes de



**Figura 31 : Assistência técnica entre os produtores familiares do bairro Peitudo**  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009

empresas que percorrem o campo atrás de compradores para seus produtos, somando um total de oito lojas e cinco “vendedores ambulantes”.

O agrônomo Mário Jorge Botelho Weikert, técnico da Emater de Ouro Fino calculou que em torno de quinhentos dos aproximadamente mil e trezentos produtores de

<sup>56</sup> Aplicação de calcário no solo para neutralizar a acidez.

café do município procuravam a assistência técnica da empresa, principalmente para interpretação de análise de solo e recomendações no controle de pragas e doenças. Responsável pela elaboração dos projetos do Pronaf no município, ele informou acreditar que os recursos para pequenos investimentos como a construção de um terreiro de cimento e a compra de uma roçadeira/derriçadeira manual ajudaram a melhorar a qualidade do café produzido pela agricultura familiar no município.

Os representantes das companhias produtoras de insumos desempenharam um papel fundamental no processo de modernização da agricultura local. Como relembra um de nossos entrevistados, o uso de herbicidas só começou no final da década de 70, através do incentivo da Cooperativa dos Produtores Rurais de Ouro Fino, que trazia um funcionário da empresa Bayer de agroquímicos para administrar palestras para os agricultores. A prática de reunir os produtores para uma “palestra” continua até hoje entre os vendedores de insumos como nos foi relatado em relação à difusão do milho geneticamente modificado.

O que parece particularmente impressionante nesse sentido é a velocidade com que novas tecnologias em insumos industrializados são atualmente incorporadas pelos produtores familiares. Estamos bem longe, ao menos no caso por nós estudado, do comportamento de aversão à introdução do pacote tecnológico modernizador com que se deparavam os extensionistas das décadas de 1960 e 1970. Uma vez estabelecida a modernização como padrão socialmente aceito, é justamente o seu oposto, ou seja, as chamadas formas alternativas de produção que geram descrédito.

Aqui a sociedade de interconhecimento funciona de maneira quase oposta ao registrado por Mendras (1984, p.61) entre os camponeses tradicionais franceses onde o agricultor inovador era visto como um presunçoso que acreditava ser mais hábil e esperto que seus antepassados e seus vizinhos. Cada sistema produtivo no bairro pesquisado possui pelo menos um produtor que funciona como receptor e difusor de inovações e referência para os demais produtores. Trata-se geralmente de alguém na casa dos trinta anos e não raro com formação de técnico agrícola. No caso do milho geneticamente modificado, bastou que um desses agricultores o plantasse com sucesso um ano para que quase todos os outros tomassem o mesmo caminho no ano seguinte. Mas mesmo nesse caso, a incorporação da nova tecnologia passa pelo crivo da bagagem de conhecimentos acumulada pelo agricultor e é assimilada com cuidado. Apesar da vantagem que os produtores reconheceram na semente transgênica por eliminar a necessidade das pulverizações contra o ataque de lagartas, que podem causar danos significativos, nenhum

chegou a plantar a área toda com esse tipo de semente, deixando bem mais que os 10 % recomendados para o plantio convencional.

Não se trata aqui da mera aversão ao risco, mas sim de um “princípio de precaução” que faz com que o agricultor sabiamente não dispense todos os seus recursos numa única aposta. Todos os plantadores de milho costumam plantar mais de um tipo de semente comercializada por mais de uma empresa. Na verdade fazem “testes” quase todos os anos e plantam sementes diferentes de acordo com as características do terreno. O mesmo ocorre no caso do café, onde é comum encontrar o plantio de mais de uma variedade. Mesmo sendo uma cultura perene os agricultores se dispõem a experimentar novas variedades que aparecem no mercado com características que podem ser interessantes como maior resistência ao ataque do fungo da ferrugem ou da broca do café, grãos maiores, bebida melhor, etc. Como coloca Wanderley (1989, p.107):

*“O agricultor não é, assim, um sujeito passivo, diante dos técnicos que lhe prestam assistência e lhe ensinam novos métodos de cultivo. Os respectivos conhecimentos são cotejados, algumas vezes, sem dúvida, em termos de oposição e recusa; muito frequentemente para reelaborar o chamado “saber técnico”, em função dos interesses e possibilidades da família e das condições específicas daquele terreno”.*

Ou seja, desse cotejo das informações que recebe, que herda “dos antigos” e que acumula em seu contínuo processo de experimentação, o agricultor gera uma bagagem de “conhecimentos híbridos”, identificados por Guivant (1997, p.17) como conhecimentos de natureza heterogênea: “[...] resultado de processos de modificação, invenção e reapropriação de outros conhecimentos, num fluxo contínuo”.

Pudemos notar durante o trabalho de campo a presença no município de tendências divergentes quanto ao tipo de informações à que os produtores familiares têm acesso. De um lado temos os já mencionados fornecedores de insumos que evidentemente recomendam as sementes híbridas, fertilizantes e defensivos considerados de última geração aprofundando o que poderíamos denominar de “mercantilização a montante” do processo produtivo. Por outro lado os organismos oficiais de assistência técnica como a Emater e o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) adotam uma linha que pende mais para a sustentabilidade e a inserção em novos mercados. Uma iniciativa nesse sentido é o programa Certifica Minas Café, iniciado em 2008, pelo qual a Emater presta assistência técnica e o IMA realiza a auditoria para uma certificadora suíça denominada Imocontrol conveniada com o governo do estado. O programa tem por objetivo facilitar a exportação de café de qualidade que segue normas ambientais, trabalhistas e de rastreabilidade na

expectativa de conseguir preços diferenciados. Em Ouro Fino sete pequenos produtores de café já foram auditorados mas nenhum foi ainda certificado. Uma das dificuldades desse tipo de iniciativa, também presente na certificação orgânica, é o excesso de burocracia que demanda e o trabalho extra que acarreta para o produtor que passa a ter que registrar diariamente todas as operações da propriedade.

Apesar de praticarem uma agricultura bastante consumidora de insumos químicos, apenas 59% dos produtores familiares responderam possuir financiamento do Pronaf seja para custeio ou investimento e nenhum destes declarou dificuldade no pagamento do empréstimo. Os quase 40% que não recorreram a empréstimo bancário alegaram preferir não contrair dívidas, ou seja, ante a possibilidade de maior investimento na produção mediante endividamento preferem adotar o princípio da cautela registrado por Mendras (1984, p.155) entre os camponeses franceses: “*Sem nunca saber se o ano vai ser bom ou ruim, o camponês não quer gastar antecipadamente por um resultado aleatório*”.

É interessante notar que pelos resultados do censo agropecuário de 2006, em torno de 22 % dos estabelecimentos familiares que não recorreram a financiamento alegaram medo do endividamento contra 14 % dos não-familiares que não recorreram ao crédito pelo mesmo motivo. Ainda segundo esse censo, apenas 18,85 % da agricultura familiar recorreu ao financiamento da produção em 2006.<sup>57</sup>

Segundo o agrônomo da Emater Mario Weikert, existem pelo menos 1.300 contratos de Pronaf para o custeio da produção no município de Ouro Fino, sendo 95% deles relacionados com a cultura do café e em torno de 500 projetos de investimento, a grande maioria também aplicado à cultura do café e de baixo valor (inferior a R\$ 10.000,00) para pequenas melhorias como construção de terreiro, tulha compra de roçadeira/derrçadeira, etc.<sup>58</sup>. O escritório da Emater informou que em 2009 foram feitos 169 novos DAPs<sup>59</sup>, dos quais em torno de 10% se tornam contratos de financiamento. Segundo o técnico da Emater e o presidente do STR, a inadimplência nos contratos de

---

<sup>57</sup> Disponível em:

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/familia\\_censo\\_agro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censo_agro2006.pdf). Acesso em 20/12/2009.

<sup>58</sup> Terreiro, no caso, refere-se à área cimentada para secar o café;

Tulhas são depósitos simples para guardar a produção;

Roçadeira/derrçadeira é uma máquina costal usada para roçar as ruas do cafezal e efetuar a colheita mecanicamente.

<sup>59</sup> “A Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP - é o instrumento que identifica a família como beneficiária do Pronaf, diz a que grupo essa família pertence e constitui-se em documento obrigatório para acessar o crédito Pronaf. Além disso também habilita a família a interagir com outras ações da Secretaria de Agricultura Familiar - SAF - como a compra direta, a comercialização de matéria prima do Biodiesel entre outras”. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1137912740.doc>. Acesso em 10/12/2009.

financiamento pelo Pronaf no município de Ouro Fino nunca ultrapassa 3,5% e quando alcança mais de 2% os agricultores inadimplentes são procurados para renegociar a dívida.

A produção agrícola do bairro Peitudo segue diferentes vias de comercialização, que vão da exportação ao consumo local, ou seja, alguns produtos percorrem circuitos longos e outros circuitos curtos de comercialização. Segundo Wilkinson (2008, p.16): *“Podemos identificar pelo menos quatro formas tradicionais de acesso (da agricultura familiar) aos mercados: acesso direto, sobretudo no caso do mercado local (informal); intermediação via atravessador; integração com a agroindústria e compras por parte do poder público”*. No grupo de produtores familiares por nós estudado a interação com o mercado se dava pelo acesso direto nos casos do milho e da venda de bezerros e pela intermediação via atravessador nos casos do feijão, bucha e alho. O leite é vendido para o laticínio localizado num bairro rural vizinho e o café para comerciantes locais e as duas empresas de beneficiamento, classificação e exportação com representação no município. Parte dos produtos olerícolas eram vendidos diretamente em supermercados, quitandas e mercado municipal das cidades da região e parte vai para as Centrais de Abastecimento (CEASA) das cidades de Campinas e Pouso Alegre.

A figura a seguir ilustra as principais vias de comercialização da produção agrícola familiar do bairro.

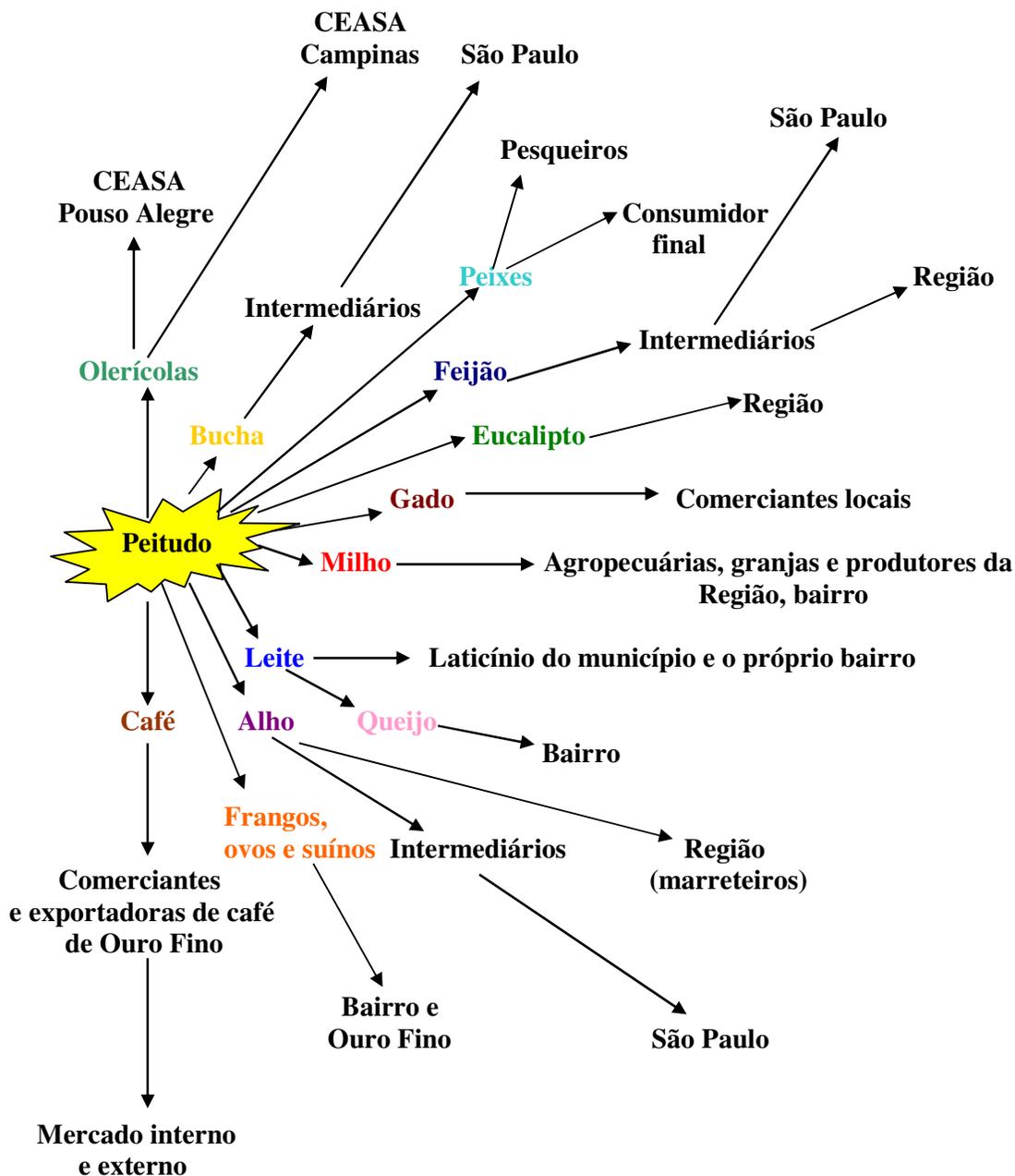


Figura 32: Principais vias de comercialização dos produtos do bairro Peitudo  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

O milho nos parece o caso mais ilustrativo da complementaridade que pode haver num cenário de presença de uma agricultura familiar diversificada. Toda produção do bairro Peitudo era vendida diretamente para as pequenas e médias granjas de aves e porcos da região, produtores de gado de leite, lojas de agropecuária e demais produtores que possuíssem aves de quintal. A boa demanda pelo produto e o alto custo do frete para trazer milho de outras regiões faz com que o preço local de venda seja geralmente em torno de 20% a mais do que o cotado para as principais regiões produtoras do País<sup>60</sup>.

No caso do café encontramos situação semelhante àquela descrita por Wanderley (1998, p.105) para aos produtores de algodão de Leme (SP) quanto à sujeição dos agricultores a classificações arbitrárias sobre a qualidade do produto e subsequente valor pago pelo mesmo. O café é classificado e remunerado pelo tamanho dos grãos, porcentagem de impurezas e tipo de bebida. Quanto ao tipo de bebida ele pode ser: bebida dura (qualidade inferior) ou bebida mole (qualidade superior), sendo que o café classificado como bebida mole pode ser ainda: mole, apenas mole, mole mole e estritamente mole. Essa complicada classificação é feita por um degustador e, portanto, tem caráter bastante subjetivo, apesar de todos os parâmetros avaliatórios serem pré-estabelecidos.

Embora tenha sido possível encontrar vários produtores familiares que alegaram produzir os diferentes tipos de bebida mole, todo o café comercializado na região é convencionalmente (e convenientemente) classificado como bebida dura, o que desestimula investimento em qualidade. O café que não se encaixa na classificação mencionada é considerado como “sem bebida” e comercializado por preço bem inferior. Segundo os produtores, o mesmo café pode ser taxado de “sem bebida” por um comerciante e de “bebida dura” por outro.

Apesar das duas empresas de beneficiamento e exportação com representação no município pagarem preços melhores, também demandam maior burocracia nas operações de compra, o que obriga pequenos produtores que não podem tirar nota fiscal a recorrer aos comerciantes menores que pagam menos. Ou trocar o produto por insumos nas lojas agropecuárias. O fato da maior parte do café ser vendido “em côco”, ou seja, sem

---

<sup>60</sup> Segundo a Conab o preço de mercado pago ao produtor para o milho em novembro de 2009 era de R\$ 17,50, enquanto o preço mínimo para a região sudeste era de R\$ 14,00  
Disponível em: [http://www.conab.gov.br/conabweb/download/indicadores/0508\\_Mandioca\\_e\\_Milho.pdf](http://www.conab.gov.br/conabweb/download/indicadores/0508_Mandioca_e_Milho.pdf).  
Acesso em 02/01/2010

beneficiamento diminui ainda mais o ganho os produtores. A compra de máquinas beneficiadoras são uma das principais reivindicações das associações locais de produtores.

Não acreditamos ser pertinente, ou mesmo frutífero, tentar classificar os produtores por nós analisados segundo parâmetros de integração ao mercado, já que a integração é bastante forte em todos os sistemas produtivos. A agricultura do bairro Peitudo segue a vocação histórica da agricultura do município de Ouro Fino de fornecimento de mercadorias para mercados próximos e longínquos. Mais interessante, nos parece, é tentar compreender como os diferentes canais de comercialização esquematizados na figura anterior e a forma de condução da produção nos sistemas produtivos apresentados concorrem ou não para o fortalecimento de um projeto de autonomia na agricultura familiar estudada. Nesse sentido dois conceitos podem ser particularmente úteis: o da importância das relações sociais na construção do mercado trabalhado por Wilkinson (2008) e o de mercantilização e espaço de manobra utilizado por Van der Ploeg (2008)

O processo de modernização da agricultura iniciado na segunda metade do século passado causou uma já bem conhecida e estudada série de transformações na agricultura que atingiram de modo diferenciado os muitos segmentos que compõem a heterogeneidade da agricultura familiar. Com a crescente globalização das cadeias produtivas tem-se o surgimento, por um lado, do monopólio na produção de insumos, dominado atualmente por umas poucas empresas que produzem do adubo à semente geneticamente modificada e por outro lado o que Van der Ploeg (2008) chama de “impérios alimentares” representado pelas empresas transnacionais de processamento e distribuição de alimentos. Aos agricultores, fragilmente situados entre esses dois gigantes, cabe a parte mais incerta e de maior risco: a produção propriamente dita.

Como coloca Van de Ploeg (2006, p.16) a modernização implica num aumento da escala de produção e na intensificação produtiva fundada no uso cada vez maior de insumos externos à propriedade, ou seja, o agricultor depende progressivamente mais dos produtos e práticas das indústrias produtoras de insumos agrícolas que operam a montante do processo produtivo para atingir a escala de produção exigida pelas indústrias de alimentos que atuam a jusante desse processo. O aumento da fabulosa rentabilidade desses complexos industriais resulta de um continuado processo de “emprensamento” (*squeeze*) dos agricultores. Esses dois níveis de dependência somados a um terceiro que diz respeito à “cientificação” (Ploeg, 1990) da produção no sentido de assimilação de tecnologias desenvolvidas pela ciência moderna constitui a situação denominada de mercantilização da

agricultura em que: “[...] o agricultor passa a ter sua reprodução social e econômica dependente do mercado” (Gazolla, 2006, p.82).

O processo de mercantilização é marcado por uma crescente externalização de todas as etapas do processo produtivo: insumos, conhecimentos, relações de trabalho e com o mercado, enfim, todos os fatores que garantem a reprodução do ciclo produtivo dependem de circuitos mercantis operando fora da esfera de domínio do produtor.

Esquemáticamente podemos representar as esferas de mercantilização a montante e a jusante da unidade produtiva da seguinte maneira:

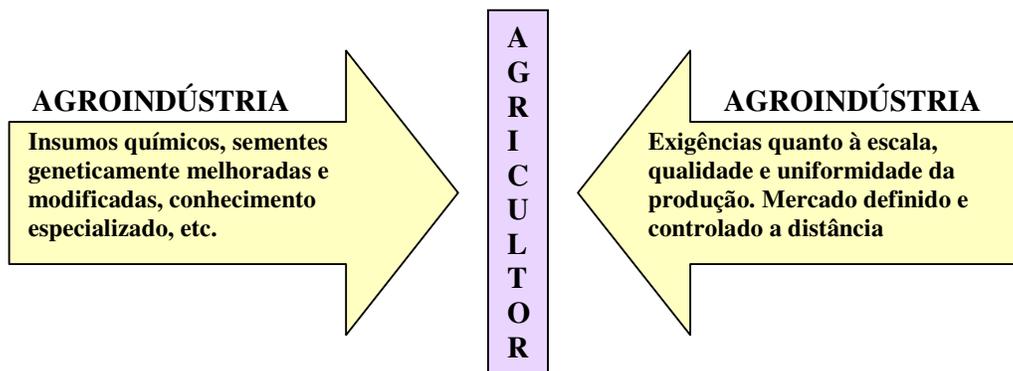


Figura 33: Processo de “squeeze” na agricultura moderna.

Nesse cenário, para que o produtor possa ter maior “espaço de manobra” (Ploeg, 2008) é preciso diminuir a dependência a montante e aumentar o poder de barganha ou buscar canais diferenciados de comercialização a jusante. O primeiro pode ser conseguido através do alargamento do que Van der Ploeg (2008, p.42) denomina de “base de recursos”. Essa base, desenvolvida dentro da propriedade, garante o processo denominado pelo autor de co-produção, entendido como a: “[...] interação e transformação mútua constantes entre o homem e a natureza viva” (PLOEG, 2008, p.40). Ambos podem ser responsáveis por uma maior independência do mercado para a realização da produção e uma maior garantia de reprodução da unidade produtiva.

No que se refere ao alargamento do espaço de manobra no escoamento da produção, nos reportamos novamente a Van der Ploeg. Segundo o autor (2008, p.20) as diferentes categorias de produtores ligam-se à sociedade em geral de várias maneiras que podem ser sintetizadas em dois modelos básicos:

“[...] Um desses modelos centra-se na construção e reprodução de circuitos curtos e descentralizados que ligam a produção e o consumo de alimentos e, de forma geral, a agricultura e a sociedade regional. O

*outro, fortemente centralizado, é constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial”.*

A participação em mercados locais (circuitos curtos de comercialização) ou mercados a distância depende do que é produzido – *commodities*, produtos perecíveis, produtos regionais, etc., mas também das redes sociais criadas na produção e distribuição desses produtos. A idéia de redes sociais moldando ou influenciando o mercado ou de uma construção social do mercado é objeto de estudo da sociologia econômica, que, segundo Wilkinson (2008, p.87) “[...] surgiu como resposta à expulsão da vida social na análise econômica” e tem embasado os estudos do mercado, sobretudo os mercados diferenciados que podem ser uma alternativa para a agricultura familiar, vistos como extensão de redes sociais.

No bairro estudado os produtos que mais se beneficiam e dependem das redes sociais presentes numa sociedade de interconhecimento são aqueles comercializados informalmente como o queijo, os ovos, os frangos e os porcos caipiras. O grande mérito desse comércio não reside no preço dos produtos ou na escala de produção, mas no seu reconhecimento como resultado de um *know how* e modo de vida que carrega valores, saberes e sabores tradicionais e nas relações de confiabilidade em que se apóiam.

Como já mencionado, os produtores familiares que pesquisamos não investem no aumento da produção leiteira principalmente por não encontrar praticamente nenhum espaço de manobra na venda do produto. A venda de queijo, embora bem mais rentável, esbarra no perigo de “ser pego” pela crescente fiscalização sanitária quando deixa seu local de origem e demandaria um grande investimento e aumento de escala para se enquadrar nos mecanismos oficiais de inspeção. Mesmo assim, essa não deixa de ser uma possibilidade a ser mais bem estudada.

O caso do feijão é emblemático do papel do atravessador quando os produtores não podem ou conseguem se beneficiar diretamente do mercado local. Quase todos os produtores familiares entrevistados que comercializam feijão vendiam para a representante de uma empresa empacotadora do município de Vargem Grande do Sul (SP), de onde o produto retornava empacotado para as prateleiras do comércio regional. O próprio dono de um dos mercadinhos do bairro nos relatou que seus fregueses preferiam comprar um produto empacotado de qualidade mediana do que o produto vendido a granel, proveniente do próprio bairro, e apresentando aspecto melhor. O feijão é uma cultura que demanda

baixo investimento em insumos, já que se aproveita da adubação do café e das olerícolas quando é feito o plantio consorciado ou a rotação de cultivos, mas exige bastante mão-de-obra na colheita manual e apresenta pouco espaço de manobra na comercialização na forma como esta atualmente se realiza.

Os atravessadores também tinham papel fundamental na comercialização do alho e da bucha. No caso do alho apenas um dos produtores entrevistados entregava o produto diretamente à atacadistas na cidade de São Paulo. A bucha era vendida para comerciantes locais, preferidos por inspirar mais confiança de pagamento. Essa confiança, ou melhor dizendo, a falta dela, gera o que Wilkinson (2008, p.94), referindo-se a obra de Mark Granovetter, denomina de redundância das redes sociais, ou seja, os atores tendem a replicar as mesmas redes sociais e restringir as possibilidades de mercado a essas redes. No caso dos demais produtos olerícolas a produção calcada no uso elevado de insumos químicos e a colocação dos produtos em mercados padronizados determina seu elevado grau de mercantilização.

Quanto ao café, sua natureza de cultura perene favorece a expansão de uma base de recursos auto-controlada e a co-produção nos moldes expostos anteriormente. A simples substituição do uso de herbicidas pela prática de roçar a vegetação espontânea que cresce nas entrelinhas aumenta o teor de matéria orgânica do solo, disponibiliza fósforo para as plantas e diminui o problema com erosão. Da mesma forma, a utilização da palha de café como cobertura morta diminui a necessidade de adubação potássica. Embora não seja fácil produzir café sem o aporte de adubos químicos, a cultura permite uma maior flexibilidade na adubação com o uso de práticas simples de manejo sustentável. Por outro lado, como já vimos, o mercado local do café obedece a regras rígidas que deixam pouco espaço de manobra para o produtor, a não ser que se afilie a algum canal alternativo de comercialização. Esses canais são representados no município através: da produção orgânica certificada, que até hoje só conseguiu atrair o interesse de um grupo bastante reduzido de produtores, do programa de certificação do governo estadual já comentado e a tentativa de inserção no comércio justo. Essa última está sendo estimulada pela empresa Comexim Exportadora de Café Ltda que apoiou a formação da Associação dos Pequenos Produtores de Ouro Fino (ASSOPRO) em 2008. Essa associação conta atualmente com 108 sócios efetivos e 350 produtores em lista de espera para afiliação. No momento a empresa está comercializando, por essa via, seis *containers* de 320 sacos de café por ano por um preço entre 10-20% superior ao corrente no mercado local.

Já no caso do milho, o sistema de plantio adotado no bairro deixa pouco espaço de manobra para uma diminuição da dependência de insumos externos. Ao mesmo tempo a cultura sofre mais com imprevistos climáticos como excesso ou falta de chuva no plantio e tempestades e ventanias que podem causar o acamamento da planta. Mas apesar de tratar-se de uma *commodity*, o fato de ser comercializado localmente (circuito curto de comercialização) para suprir uma demanda gerada pela diversidade de atividades produtivas da região permite a criação de uma ampla rede de contatos que favorece a venda direta para o consumidor. Observamos que agricultores que conseguem se posicionar favoravelmente nessa rede podem passar a exercer uma intermediação entre outros produtores e consumidores tanto no que se refere à venda do produto final como à compra dos insumos utilizados na lavoura.

A Lei 11.947 de 16 de junho de 2009 que determina que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam destinados a compra de produtos da agricultura familiar (Jornal de FETAEMG, dezembro, 2009), pode vir a ser uma alternativa interessante de comercialização, principalmente para os olericultores.

A análise dos espaços de manobra e dos espaços de concentração da mercantilização nos diferentes sistemas produtivos pode revelar pistas importantes de ações de desenvolvimento no sentido de aumentar a autonomia dos produtores frente às variações dos mercados de insumos e de produtos. Por outro lado, como veremos a seguir, não é possível dizer que no universo estudado a modernização e a conseqüente mercantilização tenha resultado numa transformação significativa das relações sociais no interior nos estabelecimentos. Ou seja, nossos dados corroboram com Norder (2006, p.61) quando esse coloca que embora os avanços das políticas de modernização provoquem modificações significativas nas condições de produção da agricultura familiar, não podemos “[...] *prever ou generalizar um completo desaparecimento da autonomia na mobilização e conversão dos recursos econômicos ( e na utilização dos saberes locais) no interior das unidades produtivas*”.

#### **5.4 – “Patrão e empregado de si mesmo”**

Essa auto definição apresentada por um de nossos entrevistados expressa com bastante pertinência a dubialidade presente na identidade do camponês e do agricultor familiar que dificulta seu posicionamento numa estrutura de classe. Como bem coloca

Jollivet (1982, p.7): “[...] *Basta enumerar a relação dos termos utilizados para designar as diversas situações nas quais ele pode se encontrar em relação à terra e ao produto do seu trabalho, para fazer aparecer a diversidade das relações sociais nas quais se inscreve o trabalho agrícola*”.

Ainda que o camponês não se encaixe na análise marxista das classes sociais por não ser um trabalhador que apenas vende sua força de trabalho nem tampouco um empregador que extrai uma mais valia de seus empregados, ambas as relações estão presentes na agricultura familiar. No universo por nós estudado, os agricultores familiares mantêm as características básicas de gerenciamento direto da produção e emprego prioritário da força de trabalho familiar, mas se valem do assalariamento em atividades agrícolas e não-agrícolas e do emprego de mão-de-obra contratada como forma de reprodução e capitalização.

Para calcular a quantidade de trabalho familiar e contratado ocupado pelas diferentes produtores familiares usamos como medida a Unidade de Trabalho Familiar (UTF) e a Unidade de Trabalho Contratado (UTC).

Para calcular a importância da força de trabalho da família, mas sem superestimá-la, consideramos como sendo uma Unidade de Trabalho Familiar, o trabalho de um membro da família com mais de 14 anos que tenha declarado ser a atividade agrícola no estabelecimento sua principal fonte de ocupação ao longo do ano<sup>61</sup>.

Em relação ao trabalho contratado, multiplicamos o número de empregados temporários (já que nenhum produtor familiar declarou contratar empregado permanente) pelo número de meses trabalhados e esse total por 22 (número médio de dias úteis no mês). O resultado foi dividido por 260 (considerado o número de dias úteis no ano, GUANZIROLI, 2001, p.52), para assim obter o número de Unidades de Trabalho Contratado no ano.

A tabela a seguir apresenta o número de UTF e UTC ocupado pelas diferentes tipos de estabelecimentos encontrados na pesquisa.

---

<sup>61</sup> Como já mencionamos anteriormente, é possível a adoção de mais de uma metodologia para o cálculo do trabalho familiar. Guanzirolí et al (2001, p.51), por exemplo, ao analisar os dados do censo agropecuário de 1996 calcula o número de Unidades de Trabalho Familiar como sendo a soma das pessoas ocupadas da família com 14 anos ou mais acrescido da metade do número de pessoas ocupadas da família com menos de 14 anos.

**Tabela 15: Ocupação de trabalho familiar e de trabalho contratado nos diferentes tipos de estabelecimentos, Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG**

Tipo de estabelecimento	Número de Produtores	Unidades de Trabalho			Nº Total	%
		Familiar	Contratado temporário	Contratado permanente		
Familiar	31	70	14	-	84	<b>44</b>
Não-familiar misto	10	20	26	19	65	<b>34</b>
Não-familiar	8	-	4	8	12	<b>6</b>
Empresarial	2	-	9	23	32	<b>16</b>
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>90</b>	<b>53</b>	<b>50</b>	<b>193</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009 <sup>62</sup>.

Tomando apenas a ocupação agrícola gerada pelos diferentes sistemas de produção da agricultura familiar terminamos com a seguinte tabela:

**Tabela 16: Ocupação de trabalho familiar e de trabalho contratado nos sistemas de produção da agricultura familiar, Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG**

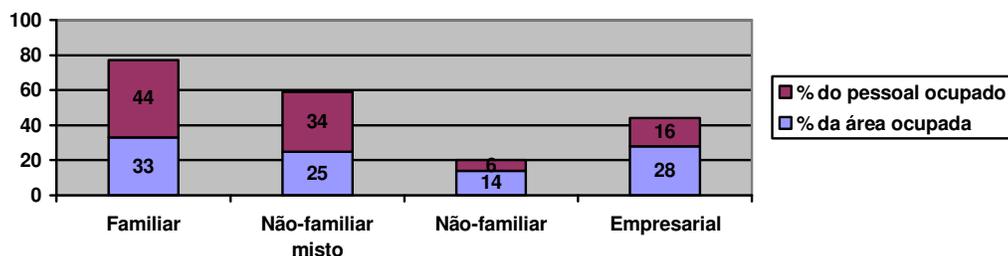
Sistema de produção	Número de Produtores	Unidades de Trabalho			Total
		Familiar	Contratado temporário	Contratado permanente	
Café	15	34	6	-	<b>40</b>
Milho	8	15	5	-	<b>20</b>
Olericultura	8	21	3	-	<b>24</b>
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>70</b>	<b>14</b>	<b>-</b>	<b>84</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009.

Quando cruzamos os dados da porcentagem da área ocupada presentes na tabela <sup>63</sup>, com a porcentagem do pessoal ocupado (UTF e UTC) nos diferentes tipos de estabelecimento o resultado aparece expresso na figura a seguir.

<sup>62</sup> Nem sempre foi possível contatar pessoalmente os donos dos estabelecimentos não-familiares e empresariais sendo algumas das informações prestadas por empregados e terceiros.

<sup>63</sup> Página 128.



**Figura 34: Relação entre porcentagem da área ocupada e porcentagem do pessoal ocupado nos diferentes tipos de estabelecimento. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG**  
**Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009.**

Como demonstram os resultados apresentados os estabelecimentos não-familiares mistos empregam proporcionalmente mais (34% do pessoal ocupado) em relação à área ocupada (25% do total da área dos estabelecimentos) do que os não-familiares (6% do pessoal ocupado e 14% da área) e as empresas agrícolas (16% do pessoal ocupado e 28% da área). Esse segmento emprega também mais que o familiar quando dividimos o número de pessoas empregadas (mão-de-obra familiar e contratada) pelo número de produtores do grupo<sup>64</sup>. Isso se explica pela categoria conter dois olericultores que ocupavam um número elevado de trabalhadores permanentes e temporários durante o ano todo e propriedades com grande número de pés de café que ocupavam muitos trabalhadores temporários durante a colheita. O mesmo ocorre com as propriedades empresariais, ambas com extensas plantações de café.

Uma das possíveis causas para a geração de ocupação agrícola pela agricultura familiar estudada não ser mais significativa reside na manutenção da tradição de troca de dias de serviço entre os moradores do bairro. Identificamos essa prática entre 70 % dos produtores de café, 100 % dos produtores de milho e 43 % dos olericultores, o que diminui a necessidade de contratação de mão-de-obra não familiar nos momentos críticos de plantio e colheita. Por outro lado, entre os produtores de café, 73 % conduziam a lavoura sozinhos, contando apenas com a ajuda da referida troca de dias de serviço e o aporte do trabalho de outros membros da família no período da colheita; seja porque os filhos e a esposa estavam ocupados em outras atividades, como, por exemplo, as escolares ou porque os filhos ainda eram criança ou o produtor era solteiro.

<sup>64</sup> No caso dos estabelecimentos familiares temos 84 pessoas ocupadas dividido por 31 produtores, o que resulta em 2,7 pessoas por produtor.

No caso dos estabelecimentos não-familiares mistos temos 65 pessoas ocupadas dividido por 10 produtores, o que resulta em 6,5 pessoas por produtor.

Embora bastante mecanizado o sistema produtivo do milho engloba também a criação de bovinos de leite, que ocupa mais mão-de-obra familiar. Já no caso dos olericultores a intensidade de trabalho que esses cultivos demandam é responsável pela maior ocupação da força de trabalho da família (2,6 UTF por produtor<sup>65</sup>) entre todos os sistemas produtivos, conforme aparece na tabela 16.

Ainda que quantitativamente não haja diferença significativa entre a ocupação agrícola gerada pelo sistema produtivo do café (2,7 unidades de trabalho por produtor<sup>66</sup>) e do milho (2,5 unidades de trabalho por produtor<sup>67</sup>), pudemos constatar que enquanto o café aparece como atividade agregadora da mão-de-obra familiar, ocupando praticamente todos os membros da família durante o período da colheita, inclusive os filhos que no mês de julho estão em férias escolares, o cultivo comercial do milho, por seu alto nível de mecanização ocupa, em geral, apenas os homens adultos da família. Em apenas um caso encontramos a esposa participando dessa atividade junto com o marido.

Uma de nossas hipóteses sustentava a existência de uma relação de complementaridade entre as diferentes categorias de produtores de Ouro Fino, refletida na circulação de bens e serviços. Na pesquisa de campo realizada constatamos que os agricultores familiares estabeleciam entre si e com as demais categorias relações de trabalho, de arrendamento de terras e de prestação de serviços. Nas relações de trabalho predominava o trabalho temporário durante a colheita do café e a prestação de serviço com trator, já que alguns dos produtores familiares possuía maquinário bastante avançado. Dentre os entrevistados, 65 % exerciam algum tipo de atividade agrícola fora do estabelecimento, sendo que 45 % desse total prestavam serviço com trator e equipamentos relacionados.

A colheita de café é atualmente a principal fonte de trabalho agrícola no bairro e sua remuneração varia com a safra e a oferta de mão-de-obra, normalmente inferior a demanda. Os produtores familiares estimaram que o pagamento da colheita representava em torno de 30% do custo de produção do café. No caso dos produtores não-familiares essa estimativa subia para 60% do custo de produção. Os trabalhadores recebem por produção de acordo com o volume colhido. A unidade de medida nesse caso é o alqueire<sup>68</sup>,

---

<sup>65</sup> Resultado da divisão do número de UTF (21) pelo número de produtores (8).

<sup>66</sup> Resultado da divisão do número total de unidades de trabalho (40) pelo número de produtores (15).

<sup>67</sup> Resultado da divisão do número total de unidades de trabalho (20) pelo número de produtores (8).

<sup>68</sup> Não confundir com o alqueire utilizado como medida de terra, que corresponde, em Minas Gerais, a 2,42 ha.

que equivale a um jacá<sup>69</sup> de 20 litros. Um bom colhedor apanha em média 10 – 12 alqueires por dia chegando a dobrar essa quantidade com a ajuda de uma derriçadeira mecânica. O preço pago por alqueire depende das condições do cafezal (relevo do terreno, altura e carga dos pés), da época do ano (aumenta conforme se aproxima o período de chuva) e da quantidade de café a ser apanhada, variando de R\$ 8,00 a R\$15,00 por alqueire. Ou seja, o ganho médio durante a colheita de café gira em torno de R\$ 100,00 por dia, estendendo-se a mesma de junho a setembro ou mesmo de maio a outubro em anos de muita produção.

Durante os anos em que prosperou a cultura do alho havia uma complementação de oferta de trabalho ao longo do ano uma vez que o bulbo começava a ser colhido assim que terminava a colheita do café. Na figura abaixo compilamos os resultados dos calendários sazonais elaborados com os agricultores para ilustrar qualitativamente a concentração da demanda de trabalho nos diferentes cultivos.

Trabalho	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Arruação de café*			—									
Colheita de café					—							
Plantio de milho										—		
Coleita de milho					—							
Colheita de alho									—			

**Figura 35: Distribuição ao longo do ano da demanda de trabalho dos principais cultivos encontrados no bairro Peitudo**

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

\* Limpeza das ruas realizada antes da colheita.

O plantio de alho não aparece no quadro acima por ter sido sempre realizado por “turmeiros” do vizinho município de Inconfidentes onde a cultura também teve grande peso econômico e produziu uma mão-de-obra especializada nessa tarefa. O alho gerava ainda, após colhido, trabalho na trança das réstias e empacotamento – tarefas realizadas principalmente por mulheres.

Como é possível observar na figura anterior, os diferentes cultivos criavam uma oferta de trabalho que se estendia por praticamente todo o ano, embora a maior possibilidade de ganho econômico para os trabalhadores assalariados se concentrasse, como já dito, nos meses da colheita do café, que vai de maio a outubro.

<sup>69</sup> Tipo de cesto feito de bambu bastante usado na área rural estudada.

Segundo o censo agropecuário de 2006: “A agricultura familiar ocupa 15,3 pessoas por 100 ha, enquanto a agricultura não-familiar ocupa 1,7 pessoas por 100 ha” (<http://www.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf>. Acesso em 28/12/2009). No caso aqui estudado, a agricultura familiar ocupa, em média, 16,2 pessoas por 100 ha<sup>70</sup>, enquanto a não-familiar mista ocupa 16,6 pessoas por 100 ha<sup>71</sup>, a não-familiar 5,3 pessoas<sup>72</sup> e a empresarial 7,3 pessoas<sup>73</sup> por 100 ha de área. Ou seja, tanto a agricultura familiar fica um pouco acima da média nacional como a não-familiar emprega bem mais que a média brasileira devido ao tipo de atividade agrícola exercida no bairro, especialmente as culturas de café e olerícolas.

O trabalho em atividades agrícolas fora da propriedade pode representar um aporte econômico importante para a reprodução dos produtores com menor capacidade de acumulação. Segundo o Sr. Flávio Francisco da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro Fino, em alguns bairros rurais do município esse assalariamento chega a representar 40% da renda do produtor, mas não é suficiente para suprir o déficit de mão-de-obra agrícola na região, principalmente durante o período de colheita de café; o que obriga os grandes proprietários a trazer turmas de trabalhadores de outras regiões, notadamente o norte de Minas Gerais, Paraná e cidades vizinhas do estado de São Paulo.

Após essa caracterização dos sistemas produtivos encontrados no bairro pesquisado tentaremos na sessão seguinte responder a seguinte questão: que continuidades e rupturas esse agricultor familiar bastante modernizado e integrado ao mercado mantém com o campesinato?

## 5.5 – Continuidades e rupturas

No segundo capítulo desse trabalho corroboramos com a idéia, defendida por autores como Hugues Lamarche e Nazareth Wanderley, da existência de pontos de ruptura

---

<sup>70</sup> Dado obtido dividido-se o número de pessoas ocupadas (84) pela área ocupada ( $520 \div 100$ ), conforme tabelas 15 e 6.

<sup>71</sup> Dado obtido dividido-se o número de pessoas ocupadas (65) pela área ocupada ( $391 \div 100$ ), conforme tabelas 15 e 6.

<sup>72</sup> Dado obtido dividido-se o número de pessoas ocupadas (12) pela área ocupada ( $226 \div 100$ ), conforme tabelas 15 e 6

<sup>73</sup> Dado obtido dividido-se o número de pessoas ocupadas (32) pela área ocupada ( $440 \div 100$ ), conforme tabelas 15 e 6

e continuidade entre a agricultura familiar e o campesinato. Como acabamos de ver, a agricultura familiar do bairro Peitudo é composta por sistemas de produção que guardam suas particularidades, mas se inserem, de forma geral, dentro dos princípios básicos da chamada agricultura moderna: uso elevado de insumos químicos, mecanização, e sementes geneticamente melhoradas, ou seja, estariam na análise teórica de Van der Ploeg (2006, p.30) mais para o “modo empresarial” do que para o “modo camponês”.

Mesmo assim, nos parece pertinente indagar em que medida é ainda possível identificar uma herança camponesa, ou o referencial de um “modelo original” nessa agricultura e em que medida essa herança fortalece sua resiliência.

Centraremos nossa discussão em dois aspectos constitutivos da identidade camponesa que acreditamos continuar presentes na agricultura estudada: a centralidade da família, abarcando o patrimônio familiar, as relações de trabalho, a divisão da renda agrícola e o papel do autoconsumo e as relações sociais e de reciprocidade, presentes numa sociedade de interconhecimento.

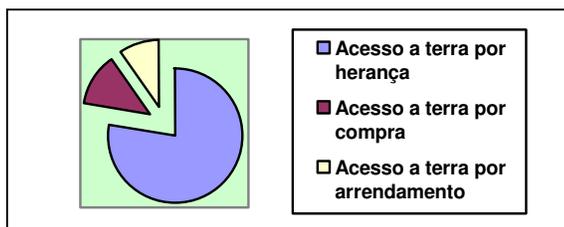
Ao discorrer sobre o patrimônio sociocultural do campesinato brasileiro, Wanderley (1999, p.38) relembra ter sido este um: “*setor historicamente bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção*” e empenhado numa constante luta pela autonomia representada pelo acesso a um espaço produtivo, possibilidade de constituição de um patrimônio familiar e viabilização do estabelecimento enquanto espaço de trabalho e reprodução da família. Os percalços dessa luta irão configurar os processos de campesinização e descampesinização identificados pela autora.

No início desse trabalho ressaltamos a importância da imigração italiana e do sistema de colonato para o movimento de campesinização (ou alargamento da presença e peso da propriedade de base familiar já herdada da forma específica de ocupação do território pela mineração) que defendemos ter ocorrido após a queda do café em 1930. No caso do bairro estudado, registramos que as principais famílias que nele se encontravam na época de nossa pesquisa (principalmente, mas não exclusivamente de sobrenome italiano), se instalaram e construíram o patrimônio familiar a partir dessa época.

### 5.5.1 – Centralidade da família e relações de trabalho

Entre os produtores familiares estudados o acesso à terra através de herança representou 77,4 % dos casos, o acesso exclusivamente pela compra 12,9% e pelo arrendamento 9,7% (Figura 36).

Dos que herdaram terra registramos uma complementação da herança com compra em 20,8% dos casos e a complementação da propriedade da terra via herança e/ou compra com arrendamento e parceria entre 29 % dos produtores.



**Figura 36: Formas de acesso a terra entre os produtores familiares do Bairro Peitudo, Ouro Fino-MG**  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009.

Até onde pudemos apurar a partilha da propriedade entre os filhos é feita de forma igualitária, mas é comum que alguns herdeiros, principalmente no caso dos homens, acabem comprando partes de irmãos e irmãs que não irão se dedicar à atividade agrícola. Como também encontramos alguns casos de trocas de parcelas para juntar partes de heranças. Numa pequena comunidade como o bairro estudado não é raro o casamento entre primos e a junção de heranças. De qualquer forma, é importante ressaltar que na agricultura familiar a terra tem fundamentalmente um caráter de “terra de trabalho” (GARCIA JR., 1983). Ou como coloca Wanderley (1989, p.77):

*“O movimento de compra e venda de terras está relacionado a várias circunstâncias e processos. Uma pequena parcela de terra recebida em herança por alguém, que não é mais agricultor, pode ser vendida a um vizinho ou parente. Há vendas que podem ser caracterizadas mais como permutas, quando um agricultor vende uma área para comprar uma mais adequada às suas necessidades – proximidade da área de sua propriedade, qualidade da terra, proximidade da área urbana, da estrada, dimensão da terra, etc.”.*

Atualmente o aumento da área de cultivo pelo arrendamento e a parceria, principalmente entre os cultivadores de milho, aparece como alternativa mais viável ou preferida em relação à compra de terra pelos seguintes motivos: o alto preço da terra na região, em torno de R\$ 20.000,00/ha; o preço, considerado pelos agricultores como

razoável, cobrado pelo arrendamento<sup>74</sup> e a existência no bairro de uma tradição dessa prática entre os agricultores familiares e entre estes e os não-familiares. Como já mencionado, encontramos no bairro estudado situação semelhante aquela da agricultura francesa descrita por Wanderley (1995, p.40) e Lamarche (1993, p.121) e por nós presenciada no departamento de Ardèche, onde o arrendamento é considerado uma forma viável de acesso à terra. Assemelha-se também à situação descrita por Wanderley (1995, p.49) para o Grupo II<sup>75</sup> no estudo comparativo internacional realizado sob a coordenação de Hugues Lamarche entre 1988 e 1989.

A figura a seguir indica os sistemas de produção onde o arrendamento é mais significativo.

**Tabela 17: Condição do produtor segundo o sistema de produção, Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG**

Condição do Produtor	Sistema de Produção					TOTAL
	Café			Milho	Olericultura	
	Puro	Com milho	Com gado			
Proprietário	8	---	2	3	5	<b>18</b>
Arrendatário		---		1	3	<b>4</b>
Proprietário e arrendatário e/ou parceiro	---	5	---	4	---	<b>9</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>31</b>

Fonte: Pesquisa de campo 2008/2009

Como pudemos observar o arrendamento destinava-se ao plantio de milho ou de olerícolas, o que se justifica pelo ciclo curto dessas culturas. O arrendamento de áreas maiores, geralmente de estabelecimentos não-familiares era feito por um único produtor ou por um conjunto de até três produtores que repartiam o custo do arrendamento e tocavam as lavouras em conjunto ou separadamente. Da mesma forma encontramos, como já mencionado, casos em que o mesmo produtor era arrendador de uma parcela de sua propriedade para um cultivador de olerícolas e arrendatário de um terreno para o plantio de milho. A explicação que nos foi dada nesses casos é que o cultivo de olerícolas, como o tomate e o alho, deixa o terreno bem adubado para um posterior plantio de feijão ou milho, ou seja, o arrendador ganha com a renda da terra e com a economia em adubação. Situação

<sup>74</sup> No caso do milho o arrendamento é geralmente pago com 20 % da produção, o que a preços correntes daria em torno de R\$ 500,00/ha se considerarmos um rendimento de 122 sacos/ha a um preço médio de R\$ 20,00/saco, ou com uma quantia fixa por mês, normalmente equivalente a um salário mínimo (R\$465,00).

<sup>75</sup> O grupo é composto por agricultores entrevistados em Leme - SP (63 %) e Ijuí - RS (37 %).

particularmente interessante se o arrendamento for feito no período seco, preparando o terreno para o próximo cultivo de verão<sup>76</sup>.

O que nos pareceu mais interessante sobre o estudo das formas de acesso à terra no bairro pesquisado foi: a variedade de estratégias de que os produtores se valem para reproduzir e fortalecer sua condição de agricultor familiar; a importância do patrimônio familiar como ponto de partida para o processo de acumulação e a importância das relações de parentesco e vizinhança nos arranjos de trocas de parcelas, parceria nas lavouras ou mesmo contratos de arrendamento. Embora a posse legal da terra seja um dado facilmente mensurável, quantificar o acesso à mesma representa desafio bem mais difícil devido à maleabilidade dos arrendamentos e parcerias. Ouvimos amiúde respostas como: “*Esse ano estou plantando com fulano....*”; “*O ano passado arrendei de fulano...*”; “*O ano que vem pretendo arrendar....*”

Interessante nos pareceu também a ênfase na ampliação do patrimônio representado pelo maquinário agrícola. Uma comparação entre investimentos em equipamentos ou compra de terras pelos produtores mais capitalizados aponta para uma preferência por maior mecanização. A tabela a seguir indica os investimentos realizados pelos produtores familiares nos últimos dez anos.

**Tabela 18: Tipo de investimento realizado pelos produtores familiares no período de 1998 a 2008, Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG**

Sistema de Produção	Nº de Produtores	Investiu em compra de terra	Investiu em mecanização*	Investiu em terra e mecanização
Milho	8	4	6	3
Café com milho	5	3	5	3
Café	8	1	2	1
Café com gado	2	0	1	0
Olericultura	8	2	4	1
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>10</b>	<b>18</b>	<b>8</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009

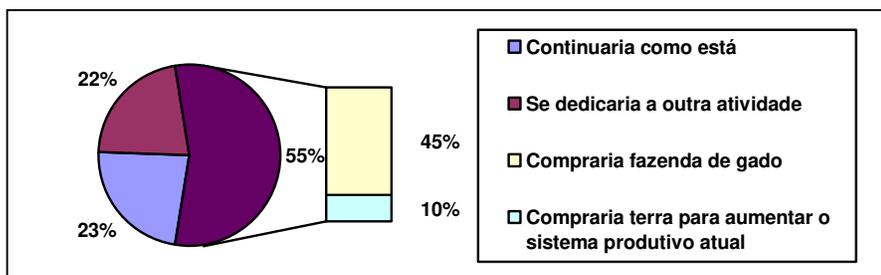
\* Refere-se a compra de trator ou implemento de vulto como colheitadeira, pulverizador, etc.

Como podemos observar, os produtores nos sistemas de produção milho e café com milho foram o que mais investiram tanto em compra de terra como em maior mecanização,

<sup>76</sup> Na região estudada o período chuvoso vai de setembro a abril, quando se realizam as lavouras temporárias de verão. Já o alho é plantado no período seco, com ajuda de irrigação, o mesmo acontecendo com algumas variedades de tomate.

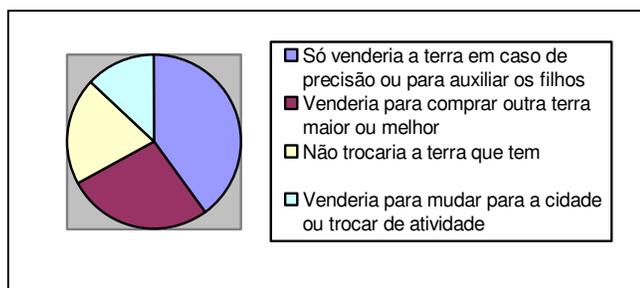
o que mostra a maior capacidade de capitalização dos produtores desses sistemas em relação aos demais. Por outro lado, é preciso observar que as áreas com café, além de pequenas<sup>77</sup>, estão localizadas em terrenos de maior declividade, o que dificulta a mecanização, desestimulando investimentos nesse sentido.

No entanto, quando indagados sobre o que fariam caso ganhassem na loteria, 55 % de nossos entrevistados responderam que comprariam mais terra, dos quais 45% declararam que comprariam fazenda para criação de gado de corte, a maioria destes no sistema produtivo do café e com gado. Entre os que não comprariam mais terra, apenas 22 % respondeu que se dedicaria à outra atividade, conforme ilustra o gráfico abaixo.



**Figura 37: O que fariam os produtores caso ganhassem na loteria**  
**Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009.**

Quanto a vender a terra atual, 40 % alegou que só o fariam em caso de precisão ou para auxiliar os filhos, 27 % venderia para comprar outra terra maior ou melhor, 20 % não trocaria a terra que tem e 13 % venderia para mudar para a cidade ou de atividade.



**Figura 38: Condição em que o produtor venderia a terra**  
**Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009**

Considerando-se que 61 % dos estabelecimentos familiares situam-se no estrato de área de 1 – 10 ha e que a área média dos estabelecimentos desse grupo corresponde à metade da área do módulo fiscal do município<sup>78</sup>, seria de se supor que mais produtores demonstrassem vontade de aumentar a propriedade. Creditamos a falta de maior interesse

<sup>77</sup> A área média nos sistemas café e café com gado é de 6 ha, conforme aparece na tabela 9, página 132.

<sup>78</sup> Ver tabela 9, página 132.

nesse sentido ao fato, já descrito, da cultura de café e olerícolas ser rentável em pequenas áreas e um aumento das mesmas demandar maior emprego de mão-de-obra assalariada, o que corre o risco de tornar-se contra produtivo. Por outro lado, a não priorização do aumento do patrimônio fundiário pode ser visto, em alguns casos, como desinteresse em transmitir esse legado aos filhos, seja porque não há sucessores ou porque os filhos dedicam-se a outras atividades. O que nos remete à questão das relações de trabalho na agricultura familiar estudada.

Como argumenta Wanderley (1995, p.44) a respeito das especificidades da agricultura familiar brasileira: “*As relações da família com o trabalho, no Brasil, coloca à reflexão duas questões centrais. Em primeiro lugar a importância do estabelecimento como local de trabalho da família ... Em segundo lugar, observa-se que o trabalho externo dos membros da família também tem certas peculiaridades*”. No caso aqui analisado encontramos tendências aparentemente opostas: por um lado a presença de cultivos que demandam grande quantidade de mão-de-obra, como o café e as olerícolas e por outro uma forte mecanização, o que, em princípio, economizaria a mão-de-obra familiar. Mas, efetivamente, embora os sistemas produtivos do café e olerícolas empreguem mais (2,26 e 2,63 unidades de trabalho familiar por estabelecimento respectivamente<sup>79</sup>), a diferença em relação ao sistema do milho não é gritante (1,88 unidades de trabalho por estabelecimento). Nossa pesquisa corrobora, portanto, com os resultados encontrados por Norder (2006, p.68) em seu estudo de uma área de assentamento em São Paulo : “[...] a utilização de insumos químicos e equipamentos mecânicos não significa, por si só, uma inserção incondicional no mundo das mercadorias, nem leva a um resultado unívoco, como, por exemplo, a redução na absorção da força de trabalho”. E também com a pesquisa de Wanderley (1989, p.75) entre os produtores de algodão na cidade paulista de Leme. Por um lado a mecanização “*potencializa o trabalho familiar, permitindo que a família amplie sua capacidade e reduza a necessidade de trabalhadores complementares*” ou mesmo, acrescentamos, reitera o caráter familiar da exploração na medida em que a diminuição da penosidade do trabalho físico torna a permanência na propriedade mais interessante para os jovens e na medida também em que o maquinário faz parte do patrimônio da família, cujo manuseio normalmente não se entrega a alguém de fora. Mas por outro lado, a mecanização “*redefine a relação ao trabalho dos diversos membros da família, acentuando a divisão entre os que trabalham e os que não trabalham na lavoura*” ou

---

<sup>79</sup> Ver tabela 16, página 159.

ainda, diríamos, acentuando a divisão de tarefas entre os que trabalham na lavoura. Como já comentamos sobre o caso estudado, enquanto a cultura do café agrega a mão-de-obra familiar - que no momento de pico da colheita deixa outras atividades para ajudar nas diferentes tarefas que a operação envolve - o milho demanda maior operação de máquinas, normalmente a cargo dos filhos homens.

Já explicitamos no segundo capítulo desse trabalho que encontramos na pesquisa de campo conjuntos de famílias nucleares consangüíneas que utilizavam os mesmos meios de produção e repartiam os resultados do trabalho conforme as necessidades das respectivas famílias - situação a qual denominamos de unidades de produção familiar composta. A estimativa da capitalização das unidades produtivas demonstrou que todos os estabelecimentos familiares que conseguiram se capitalizar nos últimos dez anos eram unidades de produção familiar compostas. Ou seja, o processo de acumulação estava diretamente relacionado com um tipo de organização do trabalho onde os pais e os filhos solteiros e casados trabalhavam junto utilizando os meios de produção do grupo para o cultivo das áreas conjuntas e de eventuais áreas compradas ou arrendadas por um ou mais dos filhos ou o pai. Até onde pudemos perceber nesses casos a tomada de decisões também ocorre de forma bastante democrática, embora dentro de alguns princípios norteadores geralmente estabelecidos pelo chefe da família.

Um de nossos entrevistados forneceu um exemplo lapidar da sábia combinação da prudência dos mais velhos com o arrojo inovador dos mais jovens, mais ou menos nos seguintes termos: *“Eles (os filhos) queriam comprar um pulverizador novo. A gente já tinha um, mas eles queriam modernizar e eu disse: Tudo bem, desde que não faça dívida. Porque a gente também tem que ceder a vontade dos filhos senão eles podem enfezar e não querer mais trabalhar junto”*. Diante da possibilidade dos filhos *“enfazarem”* e se desfazer a unidade familiar que tem garantido o êxito do grupo o produtor acedeu à compra de um equipamento caro e talvez nem tão necessário, mas que, como o próprio orgulhosamente nos contou era *“mais moderno e melhor que o de fulano”*. Sendo o fulano, no caso, um daqueles jovens e exitosos agricultores que são uma referência para os demais. Na situação mencionada, *“[...] a autoridade do chefe ainda é respeitada, mas, enquanto vai assumindo as tarefas mecanizadas, o filho vai progressivamente assumindo o comando da unidade de produção, o que já se observa mais nitidamente, entre os pais mais idosos e os que têm problemas de saúde”* (WANDERLEY, 1987, p.102)

Perguntamos em todas as unidades familiares compostas como era feita a divisão da renda e obtivemos sempre a mesma resposta: não há um salário fixo e nem a repartição dos

lucros segundo uma lógica de dias de trabalho empreendido ou atividade realizada. Nem tampouco uma divisão em relação a origem desses rendimentos – produção animal, produção vegetal, arrendamento de parte da propriedade, etc. A casa paterna, os filhos solteiros e os casados realizam retiradas conforme “*a precisão*”. O que não quer dizer que inexista algum tipo de equivalência de partilha quando da realização de projetos pessoais. Pode ocorrer, por exemplo, de um dos filhos querer um carro novo e o pai compensar o outro lhe doando quantia equivalente em terra, animais ou pés de café. O mesmo tipo de situação Wanderley (1987, p. 97) encontrou entre os plantadores de algodão de Leme. O ponto que nos parece importante ressaltar é que em ambos os casos a modernização e uma maior divisão social do trabalho não eliminaram completamente o caráter de indivisibilidade da renda característico do campesinato, ao menos no que diz respeito àquela proveniente do trabalho agrícola na propriedade já que no caso de prestação de serviço fora da propriedade, o pagamento recebido geralmente fica para quem trabalhou. Tampouco alterou os valores mais arraigados da família enquanto “[...] *universo onde são suspensas as leis ordinárias do mundo econômico*” (BOUDIEU, 1993, p.33 ).

Talvez seja possível argumentar que o mesmo tipo de situação pode ser encontrada em outros tipos de empreendimentos familiares, mas defendemos que não é apenas o caráter familiar, mas também as particularidades da atividade agrícola que configuram o funcionamento da agricultura familiar em suas muitas variantes. Nesse sentido, e ainda em relação a absorção da mão-de-obra familiar, nos parece interessante recuperar o argumento de forças não transferíveis defendido por Jersey Tepicht (1973, p.38). Segundo o autor, é a existência no campesinato de uma “*força marginal*”, que não pode ser inserida no mercado de trabalho, composta por crianças, velhos e mulheres trabalhando em tempo parcial principalmente com a criação animal que permite a satisfação de suas necessidades. No caso de uma agricultura familiar moderna haveria ainda um papel para esse contingente de força de trabalho? Definitivamente a resposta a essa questão vai depender do contexto em que essa agricultura familiar se desenvolve, o mercado de trabalho regional, os sistemas produtivos existentes na propriedade e assim por diante.

Em nossa pesquisa de campo constatamos que o “trabalho marginal” de idosos, mulheres e crianças afetava diretamente a produção para o autoconsumo. Se existe uma força de trabalho marginal no campesinato, existem igualmente modalidades marginais de trabalho numa exploração agrícola. Trabalho marginal no sentido de não fazer parte das principais atividades produtivas, mas ser igualmente importante para a manutenção do sistema representado pelo estabelecimento como um todo. Estamos nos referindo às

pequenas tarefas como tratar das galinhas, recolher os bezerros, molhar a horta, levar o almoço para quem está trabalhando longe da casa, cobrir o feijão que está secando no terreiro quando vem a chuva, ordenhar umas poucas vacas e assim por diante. Pequenas tarefas marginais que podem ser realizadas pela força de trabalho marginal e são muitas vezes vistas como “não trabalho”, mesmo por quem as realiza. Situação semelhante de inserção de mão-de-obra não transferível encontramos também em unidades familiares compostas na França, quando diferentes gerações habitam a mesma propriedade.

Se o estabelecimento familiar for visto como um sistema, um organismo composto de inúmeras partes, cada uma desempenhando as funções que garantem o funcionamento do sistema como um todo é fácil imaginar que existe todo tipo de tarefa para todo tipo de força de trabalho. E nisso reside uma das vantagens da agricultura familiar - mesmo quando esta opera em moldes empresariais - e tanto mais verdade quanto maior for o “grau de campesinização” no sentido defendido por Van der Ploeg (2006, p.43):

*“Tornar-se camponês não é compreendido, nesse texto, como um momento único e isolado. Ao invés disso, é um fluxo contínuo e flutuante ao longo do tempo. Assim, a condição camponesa é caracterizada por uma série de graus. Quanto a isso, a dependência em relação ao mercado e seus agentes, a coerção extra-econômica, a relativa autonomia que pode ser obtida, a magnitude e o controle dos recursos gerados, bem como os níveis de produtividade, são todos relevantes”.*

Outro fluxo importante da relação entre trabalho e absorção da mão-de-obra diz respeito ao ciclo de vida da família. O equilíbrio clássico da análise chayanoviana do campesinato entre bocas para alimentar e braços para trabalhar é redefinido nos três principais momentos do ciclo de vida da família – quando os filhos são pequenos existem mais bocas que braços, quando se tornam adultos esta proporção se inverte e a família entra num período de acumulação e quando os filhos saem de casa a família volta a situação inicial de poucas bocas e poucos braços, mas com uma disposição para o trabalho também menor (CHAYANOV,1985, p.54). Esse quadro geral não contempla a possibilidade dos jovens terem projetos pessoais outros que a permanência na propriedade e na atividade agrícola ou a ampliação do que seriam as necessidades de consumo em decorrência da maior inserção da agricultura familiar e do mundo rural como um todo na sociedade englobante. Como bem coloca Wanderley (1998, p.45):”... *Participando plenamente da sociedade moderna, o agricultor aspira ao acesso a todos os bens*

*socialmente disponíveis. Não se trata assim de garantir a reprodução social à base do mínimo vital, mas do direito a um modo de vida moderno, o que inclui o acesso a um conjunto complexo de bens materiais e culturais”.*

De fato, a chegada dos filhos à idade adulta não significa necessariamente uma ampliação das possibilidades de acumulação da família. Pode significar, pelo contrário, uma maior pressão econômica para o produtor, como nos foi relatado:

*“Quando eles são pequenos vestem a roupa que a gente comprar, depois não, já não aceitam qualquer coisa. E querem celular, som, computador. Não tem como a gente dar tudo”.*

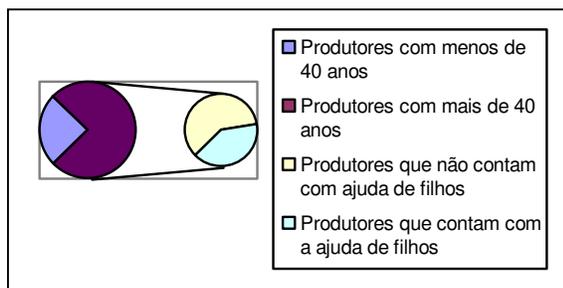
(Agricultor familiar, pesquisa de campo, 2009)

Ou no caso da mãe de duas meninas:

*“Quando elas são pequenas gostam da roça, ajudam a mãe. Depois que pega um tamanhozinho começa querer mudar para a cidade”.*

(Agricultora familiar, pesquisa de campo, 2009)

Dentre os agricultores por nós analisados, 67 % tinham mais de 40 anos e 33 % menos que isso. Nos do primeiro grupo, 40% contavam com a ajuda de pelo menos um filho trabalhando em tempo integral no estabelecimento. Entre os segundos os filhos eram ainda crianças ou adolescentes envolvidos com o estudo e participavam de forma marginal nas atividades da propriedade, ou seja, realizando as pequenas tarefas mencionadas acima. Não encontramos nenhum exemplo da filha envolvida integralmente nos trabalhos.

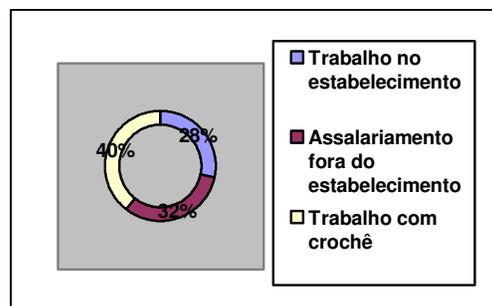


**Figura 39: Idade dos produtores e trabalho dos filhos na propriedade**  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009.

Um outro aspecto importante da questão da inserção dos filhos no trabalho do estabelecimento é o fato das famílias estarem cada vez menores, mesmo em áreas rurais. Nos casais com menos de quarenta anos a média de filhos ficou em 1,6 filhos por casal. E a média de moradores por residência no grupo todo foi de 3,1 pessoas por habitação. O que nos remete ao argumento defendido por Neves (1997, p.21) da necessidade de separação da unidade agrícola da unidade familiar, uma vez que: “[...] atualmente a composição das famílias tem pouco a ver com o tamanho da unidade de produção e a quantidade de

trabalho disponível, inclusive pelas alternativas de consorciação de atividades produtivas e de acesso a rendimentos. As funções familiares ultrapassam em muito aquelas da produção”.

Quanto a participação das esposas nas atividades do estabelecimento, 28 % afirmaram que “vão para a roça junto com o marido” enquanto 32 % empregavam-se em atividade não agrícola fora do estabelecimento. Por outro lado, 40 % estão envolvidas com o artesanato do crochê realizado em casa; que como vimos não impedia a realização dos afazeres domésticos e o cuidado com as criações e cultivos de quintal.



**Figura 40: Trabalho agrícola e não agrícola das esposas**  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009

Mas como já colocamos anteriormente, nossos entrevistados afirmaram que durante a colheita do café “todos ajudam”, mesmo aqueles que em outras épocas do ano dedicavam-se a outras atividades. Apesar de atualmente apenas 40% dos produtores contarem com a ajuda integral de um filho, 74% dos que já eram pai acreditavam que um dos filhos ou mesmo um genro iria continuar com a atividade agrícola da propriedade. E apenas dois entre os trinta e um agricultores familiares expressaram o desejo de que os filhos não trabalhassem na agricultura.

Em pesquisa realizada no vizinho município de Monte Sião (Camargo, 2009) demonstramos que a interação entre o trabalho agrícola e o trabalho relacionado com a indústria de malhas do município varia com a época do ano e com a necessidade de mão-de-obra dessa indústria. Não é, portanto, um processo linear e irreversível e a atividade agrícola continua sendo uma opção, principalmente para os filhos homens. Na atual pesquisa, apenas em 16 % dos estabelecimentos encontramos um filho ou filha morando junto com os pais e exercendo atividade não agrícola fora da propriedade. O rendimento proveniente dessa atividade, segundo foi informado, fica com quem trabalha. No caso de trabalho da esposa, os rendimentos ajudam a pagar as despesas correntes da casa, mas não participam do custeio ou investimentos na atividade agrícola.

Como foi demonstrado na tabela 12 da página 140 a agricultura contribuiu, em média, com 78 % da renda mensal das famílias pesquisadas, confirmando a importância dessa fonte de renda para a sobrevivência da agricultura familiar.

Marcel Mazoyer e Laurence Roudat (2002, p.652) concluem o trabalho de fôlego sobre a história das agriculturas do mundo recomendando: “*evar de maneira significativa, progressiva e prolongada, o preço dos gêneros alimentícios de base*” como melhor forma de aumentar os rendimentos do campesinato e resolver os problemas de desenvolvimento dos países pobres. Ainda que essa visão possa parecer um pouco simplista, ela chama atenção para a importância da renda agrícola como fator de desenvolvimento. Corroborar, portanto, com o argumento de Wilkinson (2008, p.71) que refuta “[...] *a marginalização da renda agrícola na economia rural e na própria agricultura familiar e a importância da pluriatividade e de atividades não-agrícolas no meio rural*”. O autor retoma os dados apresentados por Graziano da Silva (2002) sobre a importância das atividades não-agrícolas para o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) no meio rural, mas contrapõe o argumento de que a criação de empregos não agrícolas seja a única maneira de elevar a renda e diminuir o êxodo rural, concluindo que:

“[...] *os trabalhos sobre a pluriatividade focalizam precisamente a fragilidade agrícola da família rural tanto nos mercados tradicionais como nos novos e o papel estratégico da diversificação dos mercados de trabalho no meio rural. Essa corrente, porém, tende a subestimar as oportunidades agrícolas para a família rural, tanto na manutenção de mercados atuais quanto na conquista de espaços nos mercados novos, bem como o potencial para uma revalorização da agricultura familiar decorrente das crescentes crises que afetam o modelo produtivista dominante*”. (WILKINSON, 2008, p.81)

Em outro momento da mesma obra o autor chama a atenção para o risco do enfoque sobre a pluriatividade: “*aceitar a irreversibilidade da modernização agrícola*” que leva à uma diminuição das ocupações agrícolas. Não se trata aqui de discordar dos benefícios representados pela possibilidade de acesso à mercados de trabalho não-agrícola, para um ou mais membros da família, como estratégia de reprodução social da agricultura familiar (Shneider, 2009, p.96) ou como possibilidade de realização de projetos pessoais (afinal, nada determina que filho de agricultor, agricultor tenha que ser) mas sim de defender o direito do agricultor familiar ao *full-time farming*. E lhe conceder todas as possibilidades para tal.

É interessante observar que quando indagados sobre qual seria a principal dificuldade da atividade agrícola nossos entrevistados responderam ser o baixo preço do que é produzido e o elevado preço dos insumos. Nenhum se referiu à penosidade do trabalho e apenas um argumentou ser a produção, em si, a tarefa mais difícil. Ou seja, os entraves percebidos referem-se basicamente a fatores relacionados com políticas agrícolas e mercado internacional de insumos e de *commodities* que fogem do controle do produtor. Na mesma direção apontam os resultados da pesquisa sobre pluriatividade na agricultura familiar realizada por Schneider (2009, p.230), no Rio Grande do Sul e Santa Catarina onde os jovens inseridos em atividades não-agrícolas apresentaram o baixo rendimento da atividade agrícola como principal motivo da busca de um trabalho não-agrícola.

Retornando à questão das relações de trabalho, a tabela 16 mostra que apenas 17% da força de trabalho empregada na agricultura familiar estudada advém de empregados temporários. Mais importante talvez do que esse dado quantitativo seja a natureza das relações que permeiam a contratação de mão-de-obra na agricultura empresarial e na familiar. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro Fino, as grandes fazendas de café do município recorrem aos “turmeiros”<sup>80</sup> para a realização da colheita. A vinda de trabalhadores de fora do município já recebeu denúncias de trabalho escravo e irregularidades que demandaram a intervenção do sindicato. A colheita nessas fazendas é feita com a ajuda de fiscais que têm a função de medir o rendimento de cada um e também fiscalizar se o trabalho está sendo bem feito.<sup>81</sup>

Durante os anos do cultivo do alho os produtores do bairro Peitudo também recorriam à “turmeiros” da cidade de Inconfidentes que cobravam um pouco a mais pela diária mas tinham prática na execução desse trabalho. Já a colheita era feita com a ajuda de pessoas do próprio bairro. No caso da colheita do café, em propriedades familiares o dono participa do trabalho tanto colhendo como transportando o produto e a penosidade do trabalho é aliviada por uma “animada prosa” entre todos os envolvidos.

Atualmente a escassez de mão-de-obra em momentos críticos do ano faz com que os arranjos de trabalho no Peitudo tenham um caráter quase personalizado. Não raro a pessoa que vem ajudar é alguém da família ou a ela ligada, e, dependendo do caso, são essas relações personalizadas que literalmente garantem a salvação da lavoura numa

---

<sup>80</sup> Grupo de trabalhos contratados por um intermediário.

<sup>81</sup> Embora o trabalhador receba por volume colhido, cabe ao fiscal conferir se o café foi bem “abanado”, operação realizada com uma peneira para a eliminação de folhas e ciscos; se todo café da planta foi efetivamente colhido (a permanência de grãos aumenta a incidência da broca do café, uma praga que pode causar danos consideráveis) e se as plantas não estão sendo maltratadas.

emergência, como nos relatou uma produtora que teve que contar com os conhecidos para ajudar colher o milho que tinha acamado<sup>82</sup>, em plena época de colheita de café. O trabalho agrícola não é apenas sazonal no sentido de concentração de determinadas tarefas em algumas épocas do ano, mas ele é também *imperativo*, no sentido de que as tarefas *têm* que ser realizadas no momento correto ou todo esforço empenhado na produção pode ser perdido.

Ao menos no caso estudado, a contratação de mão-de-obra pelos produtores familiares não representa a situação clássica de extração de mais-valia do capitalismo, mas é, antes de tudo, uma expropriação do rendimento do produtor que não tem na família toda força de trabalho demandada pela cultura. Ou uma estratégia do produtor que, possuindo outra habilidade profissional, consegue vender sua força de trabalho por um valor maior do que a contratada. Esse tipo de estratégia, no caso do café, vale para a contratação de temporários para os tratos culturais da cultura, mas não para a colheita quando sobe consideravelmente o valor do trabalho assalariado<sup>83</sup>. Como coloca Neves (1992, p.26)

*“Nessas unidades, o que ocorre é certa redistribuição do uso dos meios de produção que geram o trabalho necessário ou reprodução dos meios de vida de vários trabalhadores. O pagamento dos trabalhadores se realiza a partir da poupança de parte do salário obtido ou pelo adiantamento de parte do rendimento, auferido na produção agrícola, que complementa seu salário”.*

A importância das relações personalizadas e de parentesco como, por vezes, única forma de assegurar a força de trabalho extra necessária é indicativa da já mencionada escassez de mão-de-obra no bairro e no próprio município. Saber se essa escassez é resultado de outras oportunidades de trabalho; da presença de grande número de estabelecimentos familiares que absorvem a maior parte do pessoal ocupado na agricultura; ou de uma posição inferior do trabalho na agricultura frente à outras formas de trabalho decorrente de sua ligação histórica, no Brasil, com o cativo, a subordinação e a exploração, demandaria outra pesquisa. O certo é que nossos informantes alegaram atualmente não ser fácil encontrar alguém para trabalhar no Peitudo. Como lamenta o Sr. Antônio com a experiência dos muitos anos vividos:

---

<sup>82</sup> Situação em que a planta deita no chão, geralmente em consequência de temporais ou ventos fortes, inviabilizando a colheita mecânica.

<sup>83</sup> Nos preços correntes uma diária “normal” custa R\$ 30,00 e um dia de colheita pode custar R\$ 100,00.



*“Hoje eu agrado o moço para ele vir trabalhar. Ele diz que vem na segunda-feira, mas não vem nada”.*  
(Sr. José Antonio, morador do Peitudo)

**Figura 41: Senhor Jose Antônio da Silva**  
**Fonte: Pesquisa de campo (2008)**

Uma característica interessante do Peitudo, que não pode ser generalizada para todos os bairros do município de Ouro Fino, conforme fomos informados por moradores de outras localidades, é o fato dos caseiros encontrados em propriedades não-familiares serem todos de fora do bairro e em sua maioria do norte de Minas Gerais, o que indica que os jovens casais que permanecem no bairro ou construíram a casa no terreno da família ou na “terra do santo” ao redor da igreja.

A dificuldade em conseguir a “ajuda assalariada” e o alto custo que esta representa para o produtor familiar reforçam a importância da família para a reprodução da unidade produtiva e de práticas como a troca de dias de serviço, presente entre metade dos produtores entrevistados. Não há como negar que a modernização da agricultura eliminou formas de trabalho grupal que eram a maneira tradicional de executar tarefas pesadas. Os habitantes do bairro se lembram que até uns vinte anos atrás eram comuns os mutirões em que várias famílias se reuniam para trabalhar, comer e se divertir juntas. As tarefas mais comumente executadas em conjunto eram as limpezas de pastos e as colheitas de arroz de milho e de feijão. Frente aos mutirões, as trocas de dias de serviço representam uma modalidade menos coletiva e menos festiva de solidariedade, mas não deixam de configurar uma forma de reciprocidade no sentido defendido por Sabourin (2009, p.55):

*“[...] a lógica da ajuda mútua ou de solidariedade do sistema de reciprocidade não visa a produção exclusiva de valores de uso ou de bens comuns a compartilhar, e sim a criação “de ser”, de vínculo social. Para obter a consideração dos outros, é preciso possuir, claro; mas é*

*preciso possuir para dar, para redistribuir, no âmbito da família e de uma família para a outra (dote e dotações). ... Assim, a lógica da reciprocidade visa realmente ampliar relações sociais e afetivas através da redistribuição, ou seja, por meio da reprodução da dádiva (ainda que defasada) ou do **compartilhamento dos recursos**". (Grifo nosso)*

Como o recurso mão-de-obra é essencial e crítico para os agricultores familiares, o compartilhamento da força de trabalho reforça os laços de solidariedade entre parentes e vizinhos. Aqui não se trata apenas de equivalência do que é trocado – o dia de serviço passível de ser convertido num valor monetário - mas sim de socorrer o outro num momento de necessidade (caso do milho acamado, por exemplo), sabendo que pode esperar o mesmo em situação análoga. Esse tipo de solidariedade pressupõe a existência de relações simétricas entre os atores envolvidos, ainda que possuidores de condição financeira diferenciada, como a representada, por exemplo, pela maior posse de implementos agrícolas. Assim o dono de um trator pode arar a terra do vizinho quando começam as chuvas e, meses depois, ser por ele ajudado na colheita de seu milho.

Quando indagados sobre a qualidade da mão-de-obra no bairro 47% dos produtores familiares responderam ser ela “muito boa”, enquanto 53% a classificaram como “média”, mas 100% deles respondeu ser ela “muito boa” quanto a confiabilidade, resultado que reflete o tipo de relação social entre os que empregavam e os que eram empregados, se por um lado o trabalho dos “de fora” nem sempre é tão bom como se gostaria, por outro ele repousa em relações de confiança.

Na entrevista que nos concedeu, o presidente do STR comentou a crescente pressão para o cumprimento das leis trabalhistas durante a colheita de café e a fiscalização nesse sentido mesmo em pequenas propriedades familiares. Será interessante saber se essa exigência – que coloca no mesmo balaio todo tipo de “patrão” e de “empregado” – acabará alterando as relações que acabamos de descrever.

### **5.5.2 – Esferas de produção e de consumo**

A análise do autoconsumo na agricultura familiar estudada representa, a nosso ver, uma outra instância de conjunção das esferas econômica e social na estratégia de reprodução. A alocação de tempo, espaço e capital em diferentes cultivos comunga a

necessidade de assegurar a reprodução da família com o raciocínio guiado pelo cálculo econômico.

Mas antes de entrar nos dados propriamente dito do que as famílias consumiam acreditamos ser oportuno traçar algumas considerações sobre a representação simbólica do consumo garantido pela própria produção.

Embora não faça necessariamente parte de seus elementos definidores, a idéia de destinação de parte da produção para o consumo direto da família está profundamente imbricada na noção de agricultura familiar e presente nas principais obras sobre o campesinato e a agricultura familiar brasileira e internacional. No entanto, o processo de modernização da agricultura engendrado a partir da década de 1950 na Europa e da década de 1970 no Brasil modificou de tal maneira as formas de produção, enfatizando cada vez mais a especialização, que o que antes era tido como uma decorrência natural da vida no campo, hoje ocupa, em boa parte das propriedades familiares, uma posição marginal.

Em seu artigo “ “Rural” como categoria de pensamento”, Maria José Carneiro (2008) chama a atenção para o perigo de substituir a dualidade rural-urbano por outra não menos generalizante que contrapõe meio natural/natureza versus meio antropofizado/civilizado. Deixando de lado as implicações de tal contraposição e a evidência da impossibilidade de se pensar o rural como destituído de referenciais culturais próprios – evocados pela autora mais adiante no texto, acreditamos importante questionar quais as implicações para a discussão do autoconsumo dessa representação do rural como meio natural e do urbano como meio civilizado e tentar contrapô-la à uma outra dualidade que nos parece também ligada as representações do rural e do urbano, qual seja, a contraposição entre fartura/abundância/autonomia e escassez/restrições/dependência. Entre uma natureza onde “plantando tudo dá” e uma cidade onde a impossibilidade de plantar coloca as pessoas na dependência da compra de alimentos de qualidade e por preços que não pode controlar. Não é de se espantar que a constatação da presença da miséria, fome e insegurança alimentar em regiões rurais cause mais estranheza que essa mesma constatação em periferias urbanas. Afinal, uma das representações simbólicas da natureza é a da mãe terra que generosamente alimenta seus filhos.

Mas no que consiste a reprodução social da família camponesa? Essa reprodução divide-se em dois eixos distintos, porém complementares – o da manutenção e reprodução física do grupo doméstico enquanto um conjunto de indivíduos que necessita se alimentar, vestir, reproduzir, etc. e o da perpetuação do patrimônio familiar representado pela posse da terra e dos instrumentos de trabalho. Por um lado a reprodução refere-se ao suprimento,

no presente, das necessidades básicas da família, e demanda a potencialização máxima de meios de produção muitas vezes escassos. Por outro, alia-se à um projeto futuro de deixar para o filhos um patrimônio que permita a reprodução da condição de agricultor familiar ou que possa ser revertido nos meios necessários para o exercício de outras atividades profissionais.

Esses dois eixos norteiam as escolhas do que e como plantar, mas essa escolha, embora individual, se inscreve no conjunto de relações sociais, econômicas e culturais das quais a família participa, bem como é influenciada por sistemas que ultrapassam a vida comunitária e fogem do controle do produtor, tais como políticas públicas, mercado de preços de produtos e insumos agrícolas e assim por diante.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976, p.29) define o camponês em função do destino principal de sua produção agrícola: “... *o camponês é um trabalhador rural cujo produto se destina primordialmente ao sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente da colheita, deduzida a parte do aluguel da terra quando ele não é proprietário; devido o destino da produção ele é sempre **policultor**. O caráter essencial da definição de camponês é, pois, o destino dado ao produto, pois ele governa todos os outros elementos a ele correlatos.*” (Grifo nosso)

Entre os agricultores pesquisados não encontramos nenhum que seja especializado ao ponto de se dedicar a uma única cultura. Geralmente aparecem duas atividades fortemente direcionadas para o mercado, complementadas por outras que visam principalmente o abastecimento direto da família ou a alimentação animal, como o feijão, o milho (onde não é cultivado comercialmente), a mandioca e algumas hortaliças. Esses cultivos se inserem no que é classicamente identificado como cultura de subsistência no Brasil desde os primórdios da colonização, como atesta Caio Prado Junior (1994, p.43)

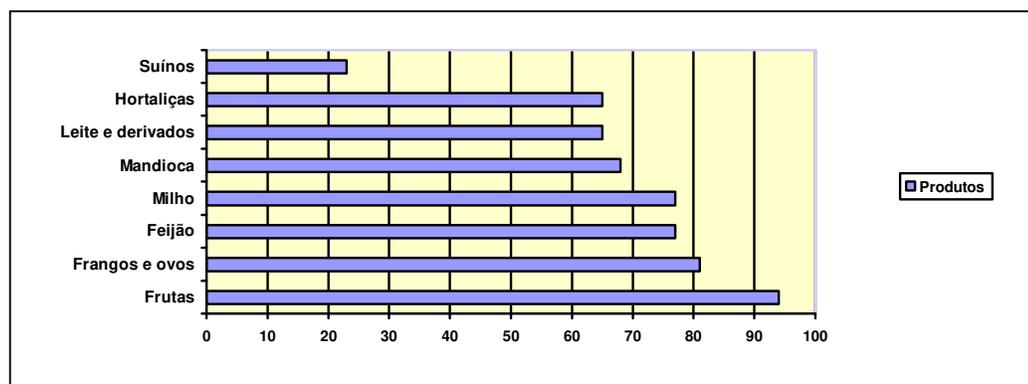
*“Quanto aos produtos dessa pequena agricultura de subsistência, eles foram em grande parte procurados na cultura indígena. Assim, diferentes espécies de tubérculos, em especial a mandioca (Manihot utilíssima, Pohl). Este gênero será a base da alimentação vegetal da colônia, e cultivar-se-á em toda parte. Depois da mandioca vem o milho, cujo valor é acrescido pelo fato de tratar-se de excelente forragem animal. O arroz e o feijão seguem nessa lista. As verduras, ao contrário, sempre foram pouco consumidas na colônia. A abundância de frutas substituiu suas qualidades nutritivas; não somente a flora nativa do Brasil conta com grande número de frutas comestíveis e saborosas, como*

*algumas espécies exóticas (a banana e a laranja sobretudo), introduzidas desde o início da colonização, foram largamente disseminadas”.*

A mandioca apareceu como cultivo “para o gasto” em 68 % dos estabelecimentos familiares (lembrando que seus subprodutos, como a casca e a rama, servem também para a alimentação animal) e o feijão – para o consumo e venda - em 77 % deles. O milho, para uso comercial e consumo, também foi encontrado em 77 % dos estabelecimentos familiares, e, no caso do consumo, está diretamente ligado à presença de criação de aves. O milho e o feijão são exemplos típicos do princípio da alternatividade discutido por Garcia Jr. Para o autor (1983, p.129): “... *A alternatividade das “lavouras de subsistência”, entre ser vendida ou ser consumida, permite atuar diante das flutuações dos preços de mercado de forma a maximizar as chances de se atender aos requisitos do consumo familiar”.*

Além dos cultivos já mencionados encontramos também lavouras de batata doce e cana-de-açúcar. Essa última serve tanto para a alimentação do gado como para o consumo de garapa pela família. No bairro pesquisado não existe plantio de cana para usina de álcool e açúcar, como já ocorre em bairro vizinhos. Curiosamente, apesar das inúmeras plantações de café, encontramos apenas duas famílias que consome a bebida de produção própria. Como a operação de beneficiamento envolve a retirada da casca, a torra e a moagem; exige bastante trabalho e equipamentos apropriados.

Em nossa pesquisa não tentamos apurar a porcentagem da dieta alimentar da família que é suprida pela produção própria e o que é adquirido no comércio, mas assinalamos quais produtos oriundos do estabelecimento entram na alimentação familiar. A figura abaixo ilustra a porcentagem dos estabelecimentos em que o produto aparece.



**Figura 42: Porcentagem dos estabelecimentos em que o produto participa do autoconsumo, Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG**  
Fonte: Pesquisa de campo 2008/2009

Em anexo apresentamos o quadro completo dos produtos do estabelecimento que são consumidos pelas famílias. Esses dados confirmam a significativa presença do autoconsumo mesmo numa agricultura modernizada como a do bairro estudado, o que corrobora com a já mencionada pesquisa comparativa internacional onde foi apurado que, no caso brasileiro, a produção própria contribui por pelo menos 75% da dieta da família em todas as regiões pesquisadas (Wanderley, 1995, p.43). Na França tanto nos deparamos com situações em que praticamente não havia produção exclusivamente para o autoconsumo, como outras em que a diversificação da propriedade permitia uma elevada taxa de autoconsumo. Mas tanto na França como no bairro estudado parte do que as famílias produzem para comer visa satisfazer exigências gastronômicas mais que assegurar a sobrevivência da família. Exemplo emblemático das preferências gustativas acima da racionalidade puramente econômica são os frangos e ovos caipiras que, quando calculado o custo com milho e as perdas para os animais silvestres caçadores, sai bem mais caro que o equivalente industrial. Por outro lado, como pode ser notado na tabela em anexo, quase todos os entrevistados reportaram ter deixado de plantar arroz, principalmente porque “não compensa”. Outras razões apontadas foram: a falta de espaço para plantar, uma vez que as áreas alagadas que antes utilizavam, são agora consideradas de preservação permanente, a falta de tempo já que se trata de cultivo bastante trabalhoso cujos cuidados coincidem com a época do plantio de milho e feijão e o ataque de capivaras em áreas próximas do rio.

De fato, a produção de arroz no município de Ouro Fino diminuiu tanto nos últimos anos que os estabelecimentos que realizavam o beneficiamento do grão fecharam as portas.

**Tabela 19: Produção de arroz no município de Ouro Fino**

<b>Ano</b>	<b>Número de informantes</b>	<b>Quantidade produzida (t)</b>	<b>Área plantada (ha)</b>	<b>Rendimento Kg/ha</b>
1975	476	849	814	1.043
1985	549	823	756	1.089
1995	174	174	238	731
2006	-	-	-	-*

Fonte: Censos agropecuários de 1975, 1985, 1995 e 2006

\* Não aparece nenhum valor para essa cultura no resultado do censo de 2006

Como ilustrado na figura 42 e no quadro anexo, a maioria das famílias possui alguma horta e todas tem frutíferas ao redor da casa, embora apresentando graus bastante

variados de cuidados e diversificação. Entre as frutíferas encontradas destacavam-se vários cítricos, jaboticaba, banana (muitas vezes plantada no meio do cafezal como quebra-vento), goiaba, mamão, acerola, manga, abacate, caqui, pêsego, figo para doce, pêra e amora, laranja, limão, ponkan, etc.

Embora duas famílias tenham alegado ainda cozinhar com banha de porco, a maioria não possuía criação de suínos (várias abandonaram a criação), mas praticamente todas possuíam galinhas. Os produtos lácteos estavam, juntamente com frutas e verduras, entre os menos comprados na cidade. Eles geralmente vinham de produção própria ou eram adquiridos no bairro mesmo. O caso do leite é particularmente emblemático das relações de vizinhança e parentesco. Por se tratar de um alimento destinado à alimentação infantil, dificilmente é negado mesmo a quem não pode ou não se preocupa em pagar – “o prejuízo é contabilizado como fazendo parte do negócio”. Da mesma forma, dificilmente as frutas e verduras servem apenas para o abastecimento de uma família nuclear. Basta passar um domingo inteiro na casa de um casal de produtores mais velhos para perceber a grande circulação de frutas, verduras, ovos, leite e queijo entre os membros da família extensiva que se chegam para almoçar, ou apenas passam para visitar.

Produzir para consumir, nesse caso, não visa apenas suprir as necessidades básicas de alimentação da família, mas reforça a idéia de fartura associada à vida no campo, possibilitando a troca daquilo que foi produzido ali mesmo, e, portanto, é portador de uma simbologia que ultrapassa suas características gastronômicas e nutricionais, uma vez que possibilita a oferta, a troca, o dom e o contra dom que cimenta as relações sociais e consolida a vida comunitária. Nossa relação com os alimentos é um processo socialmente forjado. Dos métodos de caça coletiva aos tabus alimentares, são as relações sociais e os sistemas econômicos que elas engendram que respondem pelas formas como o homem se relaciona com a natureza e com seus semelhantes na produção, consumação e comercialização dos produtos usados para a alimentação. Ou como coloca Candido (1987, p. 28):

*“... a alimentação ilustra o caráter de seqüência ininterrupta, de continuidade, que há nas relações do grupo com o meio. Ela é de certo modo um vínculo entre ambos, um dos fatores de sua solidariedade profunda, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da Natureza, é o seu primeiro e mais constante mediador, lógica e por certo historicamente anterior à técnica”.*

Por outro lado, na discussão sobre o autoconsumo não podemos esquecer, como nos alerta Garcia Jr (1983, p.59), que tudo o que é produzido pela propriedade familiar contribui direta ou indiretamente para o suprimento das necessidades da família. O que não é consumido diretamente é vendido para a aquisição do que falta tanto na alimentação como em todas as outras esferas da sua vida social.

Podemos, portanto, dizer que a produção e consumo de alimentos se enquadram na economia dos grupos sociais humanos naquilo que Polanyi denomina o “sentido substantivo” da economia. Para o autor: “...o *sentido substantivo* (do termo economia) *tem origem na dependência do homem em relação à natureza e à seus semelhantes para assegurar sua sobrevivência. Ele nos remete à troca entre o homem e seu meio natural e social. Essa troca fornece ao homem os meios de satisfazer suas necessidades materiais.*”

O mesmo autor define o sentido formal do termo economia, como derivado do caráter lógico da relação entre fins e meios, presente no processo econômico, ou seja, do conjunto de leis que determinam a escolha entre diferentes alternativas de uso dos meios em situação de escassez dos mesmos, segundo uma lógica racional de ação. (POLANYI, 1975, p.239)

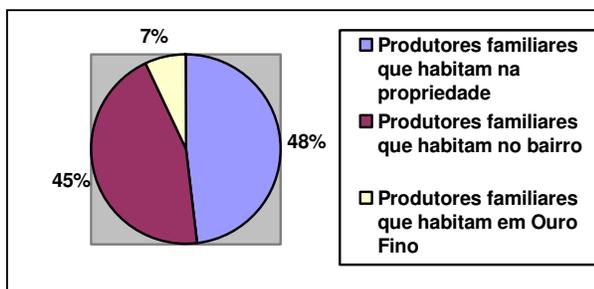
Nossa pesquisa confirmou o resultado de outros trabalhos sobre a manutenção da prática de cultivar para o consumo entre agricultores familiares bastante tecnificados e inseridos no mercado tanto de produtos como de insumos agrícolas. Concordamos com Grisa e Schneider (2008, p.483) quando esses afirmam que : “[...] *essa atividade faz parte de um modo de organizar a atividade produtiva e reflete um repertório cultural que caracteriza a sociabilidade e identidade destes agricultores*”. Acrescentamos que ela reforça também os referenciais simbólicos sobre a vida no campo. No entanto, na maioria das entrevistas os produtores avaliaram que houve um declínio no que consomem de produção própria e um aumento no que se compra nos últimos dez anos. Parte dessa mudança deve-se à alterações nos hábitos alimentares que passaram a incluir biscoitos, refrigerantes e outros produtos industrializados. Na medida em que os espaços destinados às culturas de subsistência vão sendo ocupados por cultivos comerciais na agricultura familiar moderna e a família passa a consumir quantidades cada vez maiores de alimentos industrializados, as esferas da produção e do consumo se distanciam, mas dificilmente operam uma dissociação completa, como acabamos de ver.

Por outro lado, a atividade agrícola familiar não deixa de passar pelo crivo de uma racionalidade que equaciona, a cada novo ciclo produtivo, o produto obtido face ao trabalho despendido. Plantar arroz, por exemplo, passou a “não compensar” quando a

estabilidade do preço do produto no supermercado e o custo em trabalho que representa para o produtor alteraram o equilíbrio entre trabalho despendido/produto alcançado.

Na pesquisa coordenada por Hugues Lamarche (1998) fica claro que em nenhum país e em nenhum dos diferentes tipos de agricultores familiares estudados foi abandonado completamente o cultivo para o autoconsumo, mas que em algumas situações sua importância diminuiu bastante ao passo que em outras continua tão viva como na agricultura tradicional camponesa. Vários fatores contribuem para essa diferenciação, que pode ocorrer no interior de um mesmo país, mas a pesquisa demonstra que não é possível afirmar que a modernização e a tecnificação levem fatalmente ao abandono do autoconsumo. Outros aspectos como o tipo de exploração predominante; a maior ou menor disponibilidade de tempo; a inserção das mulheres e jovens nas atividades da propriedade ou em atividades fora dela; as mudanças nos hábitos alimentares e de consumo em geral; as heranças culturais (embora esse quesito mereça cuidado, pois neo-rurais podem apresentar uma propensão para o autoconsumo maior que descendentes de famílias rurais); o rendimento econômico das atividades exercidas, agrícolas ou não; o acesso a mercados de bens de consumo; as redes de relações sociais das quais as famílias participam e mesmo a forma de disposição das propriedades/casas são fatores que influenciam diretamente as decisões sobre o que e como plantar. Como veremos no capítulo seguinte, os supermercados de Ouro Fino entregam as compras dos agricultores diretamente em suas casas nos bairros rurais.

Dentre os produtores familiares por nós entrevistados, 15 moram na propriedade, 14 no centro urbanizado do bairro e dois em Ouro Fino. Mas ao contrário do que se poderia esperar não encontramos uma diferença significativa entre o autoconsumo dos que habitam no bairro ou na propriedade. Os quintais das casas “urbanizadas” mais ou menos reproduzem os cultivos e criações encontrados nos quintais das propriedades.



**Figura 43: Distribuição dos produtores familiares segundo o local de moradia**  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009.

Para concluir acrescentamos que embora a análise do autoconsumo deva ser tratada no âmbito da família e só possa ser operacionalizada/calculada em relação a unidade de produção e consumo, ela não deve ser abordada apenas enquanto processo econômico-

produtivo. É preciso levar em consideração seu caráter de processo social, e nesse sentido acreditamos ser importante diferenciar *unidade* de produção e consumo de *esfera* de produção e consumo. A última possui escopo muito mais amplo uma vez que engloba a família extensa ou rede de parentesco e as relações de vizinhança e solidariedade encontradas nos bairros rurais. Consideramos como pertencentes à *esfera* de produção e consumo todos os produtos que são presenteados, ofertados, doados e consumidos no espaço de atuação da rede de relações sociais e de parentesco encontradas no meio rural.

Também acreditamos ser interessante diferenciar entre os produtos adquiridos no comércio e aqueles comprados diretamente dos produtores locais, por menor preço. Assim, um bairro rural que apresente uma produção abundante e diversificada promove a circulação interna de mercadorias por um preço diferenciado causando um impacto positivo direto no orçamento das famílias que nele habitam. Participam de um circuito localizado de comercialização, o que reduz as perdas e o custo econômico e ambiental do transporte.

## 6 – CAPÍTULO IV

### Bairro rural e município: as múltiplas trocas

#### 6.1 – As muitas dimensões da agricultura

Há uns nove mil anos atrás o homem deixou de depender exclusivamente da caça de animais selvagens e coleta de plantas para garantir sua sobrevivência e passou a domesticar tanto uns quanto outros. Esse passo fundamental para a sedentarização de nossos antepassados foi aprimorado com o tempo até se tornar uma arte: a arte de cultivar os campos. Como toda arte, esta também se desenvolveu de variadas maneiras nas muitas localidades ocupadas pelos diferentes grupos humanos. E também como toda arte, passou por algumas revoluções que refletiram mudanças na sua base técnica, as mais drásticas delas a partir da segunda metade do milênio passado.

Durante toda essa evolução, no entanto, é bem pouco provável que alguma vez tenha sido cogitado qual é a função da agricultura. A pergunta pareceria óbvia se formulada uns cem anos atrás. No entanto, no momento em que sua evolução chegou à manipulação do código genético das plantas e animais, a agricultura, ou melhor, dizendo, os formuladores de políticas para a agricultura, confrontam-se com uma imprevista crise de identidade, ou ainda, com a possibilidade de múltiplas identidades.

O argumento da multifuncionalidade da agricultura começou a ser desenvolvido no início da década de 1990, na Europa, impulsionado por dois fatores: por um lado a crescente pressão internacional para a diminuição das formas clássicas de subvenção e protecionismo de que goza a agricultura europeia desde o final da segunda guerra mundial (Potter e Burney, 2002) e por outro lado por dois fatores internos – um de ordem também econômica, relativo aos impostos necessários para subsidiar a agricultura e outro de caráter sócio-ambiental, relacionado com as formas de ocupação e significados dos espaços rurais, ou seja, a procura desses espaços por outras categorias sociais e outras atividades que não os agricultores e a agricultura. Como coloca Abramovay (2003, p.15):

*“[...] a expressão “multifuncionalidade” da agricultura é um dos pilares da renovação da Política Agrícola Comum da União Europeia (PAC). É verdade que existe uma imensa distância entre a nobreza de atributos contida na “multifuncionalidade” e a prática real da PAC. Os subsídios com base nos quais se formou a prosperidade da agricultura europeia*

*permitiram a afirmação de um imenso contingente de unidades familiares de produção como a base social do seu crescimento agrícola. Mas trouxeram também distorções contra as quais a opinião pública europeia hoje se insurge: danos ambientais imensos, custos orçamentários exorbitantes e, sobretudo, uma concentração dos benefícios entre os maiores produtores”.*

O papel da multifuncionalidade como instrumento de políticas agrícolas na União Europeia está estreitamente associado com as expectativas de uma agricultura e um desenvolvimento rural mais sustentáveis que pautaram os debates sobre o meio ambiente nas últimas duas décadas. Segundo Marsden e Sonnino (2008, p.422):

*“O conceito de multifuncionalidade da agricultura abarca todos os bens, produtos e serviços criados pela atividade agrícola. Usada pela primeira vez em 1993 pelo Conselho Agrícola Europeu numa tentativa de harmonizar a legislação agrícola através da Europa e apresentar uma definição legal para a noção geral de “agricultura sustentável” (Losch, 2004:340), na última década a expressão “agricultura multifuncional” entrou paulatinamente no debate político e acadêmico sobre o papel da agricultura para a economia e a sociedade como um todo”.*

Como podemos constatar no artigo de Lowe et al (2002, p.1), o conceito é suficientemente elástico para que cada país enfrente o desafio de “*promover a liberalização do comércio agrícola, desenvolvendo, ao mesmo tempo uma política agrícola e rural que reconheça e acomode as múltiplas funções da agricultura*” levando em consideração processos históricos de desenvolvimento rural. Dessa forma, enquanto o Plano de Desenvolvimento Rural francês coloca mais ênfase na manutenção e ampliação da atividade agrícola, o plano inglês investe em medidas “agro-ambientais” de maior escopo e formuladas regionalmente, ou seja, um *rural* multifuncional. (LOWE et al., 2002, p.13)

No Brasil o debate sobre a multifuncionalidade da agricultura ganhou importância como argumento em prol da agricultura familiar, considerada uma forma de organização da produção naturalmente propensa a ser multifuncional. Como argumenta Abramovay (2003, p.15), o interesse do debate europeu sobre a multifuncionalidade reside no fato de ser ele “[...] a expressão da existência de centenas de milhares de estabelecimentos que

*formam o tecido social responsável pela integridade da paisagem, pela preservação do meio ambiente, pela valorização de um espaço importante para a sociedade e por funções que vão além da esfera exclusivamente mercantil*". Ou quando se pensa em termos de políticas públicas voltadas especificamente para esse segmento, "*considera-se serem estas as formas que melhor expressam, efetiva ou potencialmente, o que a noção pretende como um objetivo de políticas públicas voltadas à promoção de modelos de produção socialmente equitativos, ambientalmente sustentáveis e que valorizem a diversidade cultural e dos biomas*". (CAZELLA, et al, 2009, p.49)

Podemos, portanto, falar em duas grandes esferas de defesa de uma agricultura multifuncional – sua capacidade de ser mais sustentável no sentido de fugir da monofuncionalidade criadora de externalidades negativas para o meio-ambiente do modelo agrícola produtivista e seu potencial como instrumento de fomento do segmento familiar da agricultura. Mas como saber se determinada atividade agrícola está ou não sendo multifuncional? Marsden (2008, p.423) indica o cumprimento de pelo menos três condições: trazer renda e emprego para o setor agrícola; contribuir para a construção de um novo setor agrícola que corresponda às necessidades e expectativas da sociedade como um todo e implicar numa redefinição e reconfiguração das potencialidades do meio rural em várias escalas e para além da atividade agrícola.

Já Cazella et al (2009, p.49) apontam para a possibilidade de manifestação, simultâneo ou parcial, de quatro expressões da multifuncionalidade na realidade brasileira: *reprodução socioeconômica das famílias rurais*, na qual a agricultura continua desempenhando papel fundamental; *produção de segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade em geral*, função essa fortemente ligada à produção para o autoconsumo; *manutenção do tecido social e cultural*, onde entram a identidade social e formas de sociabilidade das famílias rurais; e a *preservação dos recursos naturais e da paisagem rural*, item esse que os autores reconhecem como povoado pelos conflitos entre práticas agrícolas (algumas tradicionais) e preservação ambiental, sobretudo quando na forma da legislação ambiental.

Na França, o grupo de pesquisadores de várias instituições que se reúne sob a denominação de "Groupe Polanyi" adota uma "*démarche*" bem explicitada no título da obra que contém algumas das pesquisas recentes do grupo: "*La multifonctionnalité de l'agriculture. Une dialectique entre marche et identité*" (Groupe Polanyi, 2009), ou seja, busca apreender a multifuncionalidade através da relação com o mercado e das interações entre o mercantil e o não mercantil nos muitos produtos resultantes da atividade agrícola:

*“A partir de análises empíricas, tentaremos mostrar que a inserção no mercado e a manutenção ou restauração de características não mercantis de tipo identitária, incluindo uma dimensão patrimonial e/ou de solidariedade social se articulam numa relação de interdependência ao mesmo tempo e simultaneamente complementar e conflitante”.*

Partindo dessas considerações gerais sobre a discussão das múltiplas funções da agricultura voltamos ao nosso estudo de caso buscando identificar de que maneira a multifuncionalidade da agricultura familiar pesquisada contribui para criar aquilo que denominamos de uma “cultura da roça” no município de Ouro Fino.

## **6.2 – Paisagem rural - beleza municipal**

As representações imagísticas do estado de Minas Gerais geralmente incluem igrejas coloniais, montanhas, carros de bois, vacas no curral, café, queijo, enfim, alguns símbolos rurais que o desenvolvimento de um parque industrial não conseguiu apagar. Mas apesar deste e outros tantos exemplos pelo país afora, como coloca Cazella et al. (2009, p.50), a preservação da paisagem é “[...] *uma questão pouco ou quase nada tratada no Brasil, observando-se um menor grau de percepção no tocante à paisagem rural (mais do que a agrícola)*”.

No entanto, para Deffontaines et al (2006, p.5):

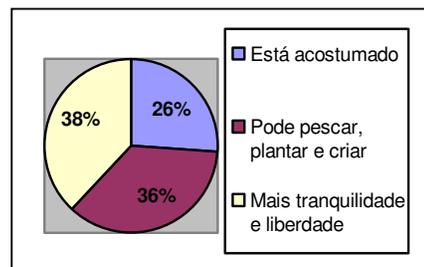
*“A paisagem intervém cada vez mais na economia de nossas sociedades. Ela chega mesmo a influenciar o preço da terra. Ela participa das atividades individuais e coletivas, quer sejam industriais, agrícolas ou turísticas, como, por exemplo, esconder os fardos de silagem embrulhados em plástico em inúmeras regiões agrícolas. Ela se tornou um critério essencial de nossa qualidade de vida. Ela é de agora em diante objeto de políticas públicas a nível nacional e também europeu”.*

Mas o que compõe uma bela paisagem? A resposta é, com certeza, subjetiva, mas mesmo assim acreditamos ser possível tecer algumas considerações gerais a respeito. Começamos sugerindo que toda paisagem é composta de dois grandes grupos de

elementos: os naturais e os decorrentes da atividade antrópica. O primeiro grupo seria algo como uma herança natural daquela localidade – o tipo de vegetação, relevo, formações rochosas, recursos hídricos, enfim, o que é fruto de um processo evolutivo natural e se transforma lentamente com o tempo. No segundo se encontram todas as modificações que a atividade humana opera sobre o meio natural e que também contam uma história construída ao longo de um período de tempo.

O observador de uma paisagem enxerga o que vê sob diferentes perspectivas, ou a partir de diferentes referenciais – o olhar do biólogo não é o mesmo que o do agricultor ou o do poeta, embora possa haver pontos de cruzamento entre eles. Tampouco enxergamos a paisagem apenas com os olhos. Os odores, os sons, a lembrança de sabores, tudo conflui para compor a imagem que construímos a partir do que é visto e sentido. E é nessa esfera que o rural ganha importância enquanto representação social de beleza paisagística, liberdade, relações sociais diferenciadas, qualidade de vida e enfim, todos os bens não mercantis produzidos pelo meio rural e também pela agricultura enquanto parte integrante, e muitas vezes estruturante, desses espaços. Ainda que a agricultura não seja mais seu único, ou mais importante, componente e que esses bens não mercantis estejam cada vez mais comercializáveis através do turismo, da exploração imobiliária, etc., são as amenidades concretas e as representações dessas amenidades que valorizam esses espaços criando o fenômeno que há algum tempo vem sendo denominado de “novas” ruralidades.

Na tentativa de estimar como os produtores familiares pesquisados percebem o meio em que estão inseridos perguntamos qual a melhor coisa de se morar na roça. Classificamos as respostas em três grupos: 1- está acostumado na roça e não gosta da cidade; 2- na roça pode pescar, plantar e criar de tudo; 3- na roça tem mais tranquilidade, liberdade e sossego. A proporção com que as respostas



**Figura 44: Por que os produtores familiares gostam de morar na roça**  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008/2009

apareceram em cada grupo está representada na figura ao lado. Como podemos ver, existe um equilíbrio entre as respostas, mas a que aparece em menor proporção é “estar acostumado”, ou seja, a maioria dos entrevistados valoriza o meio rural como um lugar onde se tem mais sossego e liberdade tanto para viver como para produzir parte do que a família consome.

A não ser que se trate de áreas selvagens ou áridas, a paisagem do meio rural está diretamente relacionada com o tipo de agricultura praticada e esta com as particularidades

do meio em que acontece. Podemos aventurar dizer que a agricultura “molda” a paisagem a partir de pelo menos três quesitos: a diversidade de cultivos e criações e a presença ou não de remanescentes de flora e fauna nativos; a preservação e sanidade dos recursos naturais como o solo e a água e o arranjo espacial das propriedades, ou seja, a forma como se intercalam construções, vilarejos e campos cultivados. Quanto mais protegidos estiverem os recursos naturais, evitando ao observador a desolação de voçorocas<sup>84</sup> e cursos d’água assoreados e maior for a diversidade de cores e formas, mais interessante será a paisagem rural.

Mas nesse ponto nos deparamos com o potencial conflito entre as práticas (tradicionais e modernas) dos agricultores e a preservação do meio ambiente. A permanência do plantio para o autoconsumo na agricultura familiar moderna encontrada nessa e em tantas outras pesquisas (Lamarche,1993,1998; Grisa,1993) garante, em princípio, uma maior biodiversidade em propriedades familiares se comparadas com grandes estabelecimentos empresarias. Mas aqui consideramos importante observar que a agricultura familiar não é necessariamente sinônimo de policultivo, como tão pouco é a não-familiar sinônimo de monocultivo. Em nossa pesquisa de campo no bairro Peitudo alguns estabelecimentos não-familiares, principalmente aqueles caracterizados como não-familiar misto apresentavam uma boa variedade de plantas cultivadas e nativas.

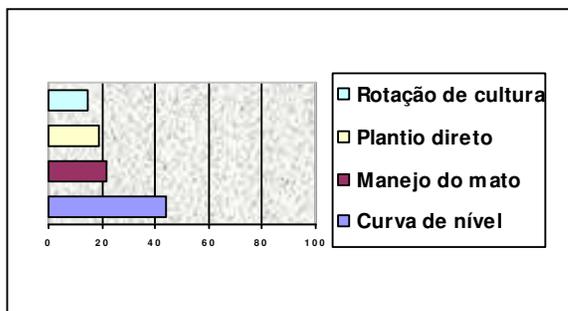
Como é em volta da casa que se encontra a maior variedade de árvores frutíferas e animais de criação, um rural onde é grande a presença de casas habitadas entre pequenos campos cultivados e manchas de vegetação nativa, como encontramos no bairro estudado, muito contribui para a beleza do lugar.

Logo no início da pesquisa de campo percebemos o cuidado com que os produtores respondiam as perguntas referentes às questões ambientais, o que, com certeza, está relacionado com as incertezas geradas por exigências como conservação das áreas de reserva permanente, averbação de reserva legal e outorga de água. Efetivamente a maioria dos produtores adotava alguma medida de conservação de solo, representadas na figura a seguir, ainda que apenas 40% deles tenha respondido enfrentar problemas com erosão de solo. Quanto a presença de vegetação nativa no estabelecimento, 75% respondeu que houve um aumento na área com matas nativas nos últimos dez anos, embora só os que plantaram eucalipto reportaram ter realizado algum investimento significativo em plantio de árvores. Todos os estabelecimentos apresentaram alguma fonte própria de água como

---

<sup>84</sup> Grandes sulcos causados pela remoção do solo por erosão.

açude, córrego e mina, e 84% dos produtores responderam proteger esses recursos com mata ciliar.



**Figura45: Práticas de conservação do solo entre os produtores familiares do bairro Peitudo**  
Fonte: Pesquisa de campo, 2009

O plantio em curva de nível é a prática mais comum de conservação do solo, embora, segundo alguns informantes, o nível, seja às vezes “calculado” a olho. A rotação de culturas é mais praticada entre os olericultores e no caso, já explicado, de arrendamento de terreno para plantio de olerícolas seguido de cultivo de milho ou feijão. O manejo do mato refere-se à

situação em que as ervas espontâneas são roçadas ao invés de capinadas ou eliminadas com herbicida. Essa prática é bastante comum nos cafezais. Já os casos de plantio direto ocorreram com o milho e o cultivo de feijão.

Quando perguntados sobre a legislação ambiental os produtores se manifestaram favoravelmente quanto a proibição de caçar animais silvestres, embora alguns plantadores de milho tenham problemas com capivaras e pombas, e todos reportaram o retorno de mamíferos como o lobo guará, o guati, o veado, a paca e até mesmo algumas onças e de pássaros como o jacu, tucano, alguns canários, etc. Também se mostraram favoráveis à conservação das áreas adjacentes aos recursos d’água como Área de Preservação Permanente (APP), embora considerem muito difícil conservar dessa maneira todas as fontes de água uma vez serem muitas em relação ao tamanho do estabelecimento. Por outro lado, não expressaram nenhuma simpatia pela obrigatoriedade de manter uma reserva legal, considerando a medida mais uma forma de espoliação “por parte do governo”.

Em suma podemos dizer que os produtores pesquisados, em seu conjunto, conseguem manter uma diversidade de plantas e animais no bairro que habitam responsável pela beleza paisagística do lugar. Na medida do possível tentam adotar alguma prática conservacionista de manejo de fácil implementação como a curva de nível e o manejo do mato, mas enfrentam o problema da falta de espaço, da declividade dos terrenos e da grande quantidade de recursos hídricos a serem conservados. Entre os diferentes sistemas produtivos o do café apresenta menos problemas de erosão por tratar-se de cultura perene, de plantio adensado e geralmente em curva de nível. Os terrenos plantados com milho são mais propensos a apresentar problemas com erosão pela mecanização intensa e

por se tratar geralmente de latossolos com propensão à compactação como observado no primeiro capítulo desse trabalho.

Quanto à utilização de insumos mais ou menos daninhos ao meio ambiente, temos que lembrar que se trata aqui de produtores que estão, há pelo menos três décadas, bastante inseridos na racionalidade produtivista da modernização da agricultura, que buscam aumentar sempre o rendimento do trabalho pela mecanização e aumento da produtividade e são, como dissemos, insistentemente procurados por vendedores dos mais recentes insumos agrícolas lançados no mercado. Ainda que continuem operando dentro da lógica familiar de organização do trabalho, é preciso buscar o alargamento do que Van der Ploeg (2008) chama de “base de recursos”, para que a mercantilização da produção a montante e jusante não deixe pouco espaço de manobra para esses produtores.

Acreditando que os agricultores são ao mesmo tempo protetores e destruidores da natureza (Kayser, 1988, p.102) concordamos com Carmo (1998, p.231) quando esta coloca que:

*“A produção familiar, dadas as suas características de diversificação/integração de atividades vegetais e animais, e por trabalhar em menores escalas, pode representar o locus ideal ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável. É fundamental, porém, que seja alvo de uma política estruturada e implementada para esse fim. Um novo padrão de desenvolvimento definido pela auto-sustentabilidade potencializa a participação da agricultura familiar na oferta agrícola, embora não seja um segmento homogêneo”.*

Como já comentado, os moradores de outras localidades que agora têm alguma propriedade rural no município de Ouro Fino, quando perguntados por que vieram para região responderam que se encantaram com a beleza do lugar, alguns mencionando também a hospitalidade da população local. Como acabamos de ver, essa beleza é uma combinação dos atributos naturais da Serra da Mantiqueira com a “paisagem camponesa” assegurada pela agricultura familiar.

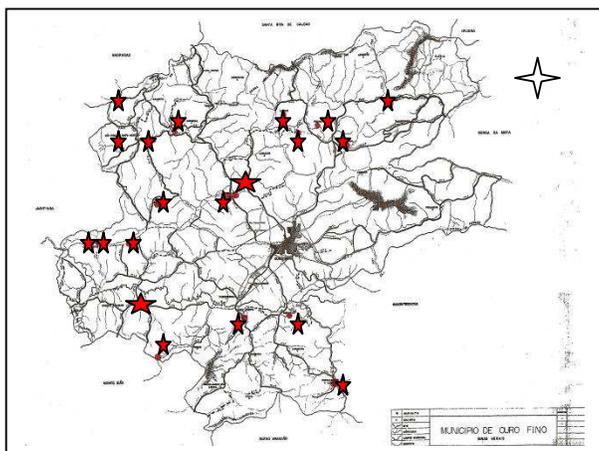
Para muitos cidadãos ourofinenses a roça e seus eventos fazem parte do cotidiano quer pela posse de propriedades rurais, pelos parentes que habitam em bairros rurais ou por gostar de freqüentar eventos campestres como as festas de bairro ou festas de santo que

apresentaremos a seguir e exemplificam, a nosso ver, uma das instâncias em que são reforçados laços culturais e sociais.

### 6.3 – A sociabilidade nas festas de santo

Como veremos na última seção desse capítulo, no município de Ouro Fino existe um intenso trânsito de pessoas e mercadorias entre o campo e a cidade. Mas esse movimento, embora indicativo da importância econômica da predominante agricultura familiar para o município não reflete, por si só, o que denominamos de uma “cultura da roça” no sentido de identificação dos que habitam na cidade com o espaço físico, moradores, representações simbólicas e manifestações culturais do entorno rural. Essa afinidade pode ser encontrada na importância e popularidade das festas - geralmente em louvor do santo padroeiro - que ocorrem frequentemente nos bairros rurais.

Embora pequeno em população, o município está dividido em três paróquias, cada qual responsável por um número de bairros no perímetro urbano e na zona rural. Entre bairros e cidade é possível contabilizar a ocorrência de pelo menos 30 festas em louvor a santos padroeiros, a maioria delas realizada na época mais seca do ano que vai de abril a outubro. A quantidade desses eventos aglomerados num mesmo período causa um congestionamento festivo no calendário da cidade e gera uma divisão de público que acaba prejudicando o atendimento de algumas celebrações. Mas curiosamente, no embate entre duas festas – uma na sede urbana do município e outra “na roça”, quem sai perdendo é a cidade.



Pelo menos 20 dessas festas ocorrem em bairros rurais. As mais famosas chegam a reunir várias mil pessoas nos finais de semana, atraindo grande número de visitantes do próprio município, de municípios vizinhos e de centros urbanos distantes, como Jundiaí (SP), Campinas (SP) e a região do ABC paulista.

**Figura 46: Distribuição de festas nos bairros rurais de Ouro Fino**  
**Fonte: Pesquisa de campo, 2008.**

Ainda que alguns bairros rurais eventualmente realizem festas com finalidades outras que aquela de celebrar o santo padroeiro e arrecadar fundos para a Igreja, a grande maioria delas são celebrações religiosas fundamentadas na crença no poder miraculoso dos santos católicos. Sendo assim, a maioria das festas populares que encontramos nos bairros rurais de Ouro Fino tiveram origem com a edificação de uma capela em louvor a um santo, em torno da qual o bairro se desenvolveu. Embora possa haver capela sem festa, não há festa de santo sem capela ou igreja. Como também dificilmente se encontra um bairro sem pelo menos uma capela. O bairro é a unidade de referência para a realização da festa. O santo padroeiro é a justificativa “oficial” para a celebração.

A duração da festa depende de seu tamanho e popularidade e está diretamente relacionada com a importância do bairro onde se realiza e o poder econômico de seus moradores. As festas maiores geralmente duram nove dias, com celebrações religiosas, shows musicais e funcionamento do “barracão da festa”, onde são vendidas as bebidas e comidas e acontecem os bingos para o sorteio das prendas<sup>85</sup> arrecadadas para a festa. A festa tem, portanto, um lado sagrado e outro profano, ambos demandando cuidadosa atenção de seus organizadores.

Embora as festas rurais desempenhem várias funções como veremos a seguir, seu objetivo, digamos, “oficial”, ao menos do ponto de vista da Igreja, é a arrecadação de fundos para a manutenção do patrimônio representado pela capela ou igreja ou mesmo um padre na localidade. Quando essa arrecadação não é satisfatória, ou seja, em proporção com o tamanho e importância da festa, o evento não é considerado um sucesso do ponto de vista financeiro, o que gera desconfianças e muito falatório como tivemos a oportunidade de presenciar no bairro Peitudo após dois anos de festas que pouco arrecadaram.

Para Brandão (1981, p. 147), “[...] *acontecendo de uma só vez, ou repetindo eventos ao longo de vários dias, as festas de santo...produzem uma seqüência de situações alternantes entre o religioso e o secular ou, se quisermos, entre o sagrado e o profano. Por sua vez, cada um desses rituais do catolicismo popular conduz os seus participantes regulares entre situações, dentro dele, de iguais alternâncias entre o devocional e o festivo-profano.*”

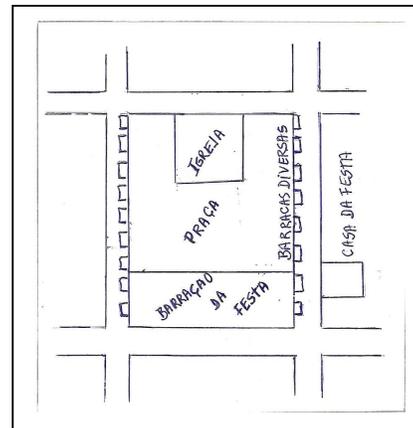
Nas festas da região de Ouro Fino o secular/profano apresenta-se na forma do barracão da festa onde se come, se bebe, se joga bingo e ocasionalmente se dança e nas

---

<sup>85</sup> As prendas são todos os bens arrecadados pelos festeiros ou confeccionados pela comunidade para serem sorteados durante a festa. As prendas podem variar de um simples cartucho de doces à bens maiores como móveis ou mesmo uma motocicleta.

múltiplas barracas de comércio variados que se aglomeram ao redor do local da festa. Já o religioso/sagrado acontece dentro da Igreja e no pequeno caminho a sua volta que é percorrido pela procissão. As celebrações religiosas das festas compreendem as missas e procissões oficializadas pelo padre da paróquia e outros sacerdotes convidados e as celebrações conduzidas pelos leigos da própria comunidade ou de outras vizinhas. Seguem, portanto, o mesmo itinerário registrado por Brandão (1981, p. 147), que afirma que “[...] oficialmente a “parte religiosa” incorpora os ritos de igreja, onde todo controle cerimonial é de um agente eclesiástico. Oficialmente, também, a “parte profana” compreende barracas de venda de diversão ou de “bens de festa”, leilões, apresentação de espetáculos públicos (duplas sertanejas, conjuntos musicais) e espetáculos folclóricos.”

É interessante notar que a “correlação de forças” entre essas duas dimensões da festa pode variar ao longo do tempo. Vários de nossos entrevistados referiram-se às reformas no barracão da festa, que deixou de ser uma construção menor, geralmente atrás da igreja, para se mudar, muito ampliado, para uma posição de destaque em frente ou ao lado da mesma. Seguindo na mesma direção, é comum encontrar atualmente uma estrutura de apoio para a parte culinária da festa na forma da “casa da festa” onde se fazem os doces e são assados os frangos e leitões em enormes fornos a lenha.



**Fig. 47 – Barracas na festa e distribuição física do espaço da festa.**  
**Fonte: Pesquisa de campo, 2008.**

Ao entrevistar simultaneamente Dona Lazineha, senhora de 77 anos, doceira renomada, atualmente aposentada, mas que continua muito ativa na preparação de quitutes para a festa de maio do distrito de Crisólia, e a jovem Silvana do mesmo local, nos deparamos com respostas sobre a importância da festa, que servem de ilustração para a diferença de peso entre o lado festivo/profano e o lado religioso/sagrado para as distintas

gerações. Enquanto a primeira respondeu que a importância da festa para o bairro era: “[...] Para a Igreja. Por que o dinheiro... Se nós não fizer festa não tem jeito de nós sustentar um padre aqui para nós. Uma Igreja dá muito gasto. A festa é que sustenta. E agora fez uma reforma muito grande na igreja. A igreja ficou muito bonita”, já a outra alegou que a festa [...] É uma animação. O lugar é muito parado, principalmente para os jovens, não têm nada. É uma motivação para o bairro. Têm aonde sair... Têm a barraca... Têm bingo para jogar... O pessoal vai tudo para a praça”.

O cartaz abaixo, da festa de maio do distrito de Crisólia (o mesmo local faz uma segunda e muito mais concorrida festa em setembro em louvor à padroeira Nossa Senhora da Piedade) exemplifica a divisão entre o componente religioso e o festivo nas festas de santo.

*Tradicional festa em louvor ao*  
**SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS**  
**E SÃO SEBASTIÃO**  
**DE 22 DE MAIO A 01 DE JUNHO DE 2008**  
*Crisólia - MG*

**Parte Religiosa**

**Dia 22/05 - Quinta-feira - Corpus Christi**  
 16h00: Missa em segunda Procissão com as imagens  
 Participação: Todas as Comunidades

**Dia 23/05 - Sexta-feira**  
 18h00: Novena do Terço  
 19h00: Missa  
 Participação: Comunidades Caneleiras, Escalvina, Serragem e São Pedro

**Dia 24/05 - Sábado**  
 18h00: Novena do Terço  
 19h00: Missa  
 Participação: Comunidades São José e Barra

**Dia 25/05 - Domingo**  
 18h00: Novena do Terço  
 19h00: Missa  
 Participação: Comunidades Conquista, Batalha e Cariocas

**Dia 26/05 - Segunda-feira**  
 18h00: Novena do Terço  
 19h00: Missa  
 Participação: Movimento Mãe Rainha

**Dia 27/05 - Terça-feira**  
 18h00: Novena do Terço  
 19h00: Missa  
 Participação: Movimento RCC

**Dia 28/05 - Quarta-feira**  
 18h00: Novena do Terço  
 19h00: Missa  
 Participação: Pastoral da Criança

**Dia 29/05 - Quinta-feira**  
 18h00: Novena do Terço  
 19h00: Missa  
 Participação: Pastoral Catequese e Batismo

**Dia 30/05 - Sexta-feira**  
 18h00: Novena do Terço  
 19h00: Missa  
 Participação: Comunidades Taguá, Calixto, Usina e Movimento Apostolado da Oração

**Dia 31/05 - Sábado**  
 18h00: Novena do Terço  
 19h00: Missa  
 Participação: Comunidades Taboão, Vira-Copos, Capinzal e II

**Dia 01/06 - Domingo**  
 16h00: Missa e Procissão de encerramento da Festa

**Parte Festiva**

Quermesse nos dias 22, 23, 24, 25 e 30, 31/05 e 01/06 com funcionamento da Barraca-bar com sorteio de prendas, salgadinhos, bebidas, comidas típicas e música ambiente

**Dia 24/05 - Sábado**  
 Baile no Salão Paroquial

**Dia 31/05 - Sábado**  
 Baile no Salão Paroquial

**FESTEIROS: Comissão da Festa da Comunidade**  
**VISTO: Pe. José Francisco Ribeiro**

*Você e sua família são nossos convidados especiais. Que o Sagrado Coração de Jesus e São Sebastião os abençoe.*

<b>SERRALHERIA N.º PIEDADE</b> Atendimento para todos Rua 22 de Novembro, 181 Fone: 3446-5381 - Crisólia	<b>N&amp;A Modas</b> Modas Masculinas, Femininas e Juvenis Rua Maria Carolina, 250 Fone: 3446-5294 - Crisólia	<b>ACOUGUE NOSSA SENHORA DA PIEDADE</b> Rua Maria Carolina, 250 Fone: 3446-5294 - Crisólia	<b>SUPERMERCADO DELMODO</b> Rua Manoel Gomes, 208 Fone: 3446-5274 - Crisólia	<b>Tapeçaria Vileta (tbl)</b> Rua 22 de Novembro, 181 Crisólia	<b>SEMPRE ATUALIZADO</b> Serviço de Contabilidade Rua Manoel Gomes, 102 Fone: 3446-5428 - Crisólia	<b>BAR DO POPULAR TIAO NAIÁ</b> Rua Manoel Gomes, 102 Fone: 3446-5274 - Crisólia	<b>SUPERMERCADO DO PEDRAO</b> Rua 22 de Novembro, 177 Fone: 3446-5274 - Crisólia	<b>Crisólia - Cartório do Registro Civil e Tabelionato Anexos</b> Rua 22 de Novembro, 190 Fone: 3446-5274 - Crisólia	<b>Barbearia 2 IRMÃOS</b> Rua Manoel Gomes, 274 Fone: 3446-5288 - Crisólia	<b>Medeiros e Saneamento PIO XII</b> Rua Manoel Gomes, 288 Fone: 3446-5284 - Crisólia
<b>Lanchonete e Pizzaria Zoralmi</b> Rua Manoel Gomes, 274 Fone: 3446-5288 - Crisólia	<b>RESTAURANTE DOS BOMES E BOMAS CRISÓLIA</b> Rua Manoel Gomes, 274 Fone: 3446-5288 - Crisólia	<b>Agro Pet</b> Rações Brasil Minas Rua Manoel Gomes, 274 Fone: 3446-5288 - Crisólia	<b>RESTAURANTE FELIZ</b> Rua Manoel Gomes, 274 Fone: 3446-5288 - Crisólia	<b>MARIA e HORTA</b> Rua Manoel Gomes, 274 Fone: 3446-5288 - Crisólia	<b>Restaurante</b> Rua Manoel Gomes, 274 Fone: 3446-5288 - Crisólia	<b>NSª da Piedade</b> Antonio Garcia e Filho Rua Manoel Gomes, 274 Fone: 3446-5288 - Crisólia	<b>Crisólia Turismo</b> Rua 22 de Novembro, 180A Fone: 3446-5288 - Crisólia	<b>CRISÓLIA</b> Rua 22 de Novembro, 177 Fone: 3446-5274 - Crisólia	<b>OURA GALAXIA</b> DANI SOUZA - PIZZARIA - CANTINA BAR Rua Manoel Gomes, 274 Fone: 3446-5288 - Crisólia	<b>COMILÃO HIPPER LANCHES</b> Rua Manoel Gomes, 274 Fone: 3446-5288 - Crisólia

Figura. 48: Cartaz da festa de Crisólia  
 Fonte: Gráfica Popular – Ouro Fino – MG, pesquisa de campo, 2008.

A organização de uma festa inicia-se no ano anterior, no último dia da festa precedente, quando é escolhido o próximo “festeiro”, que por essa ocasião recebe algum tipo de brinde, como, por exemplo, uma leitoa assada, em reconhecimento por sua disposição de trabalhar para a continuidade da tradição da festa.

O sucesso de uma festa depende, sobretudo, do bom desempenho do festeiro. Figura tradicional no folclore festivo nacional cabe a ele, ou a eles no caso comum de se tratar de mais de uma pessoa, arrecadar as prendas, contratar apresentações artísticas e cuidar de todos os pormenores da festa. A paróquia possui um “manual de instruções” para auxiliar marinheiros de primeira viagem na desafiante tarefa de organizar festas que estão se tornando cada vez maiores. Festeiros são pessoas da comunidade ou à ela ligadas e “escolhidos voluntariamente” por sua capacidade administrativa ou por sua ligação com o bairro, caso não habitem no local. Mas há também quem assuma a tarefa de festeiro para o pagamento de uma promessa:

*“A minha festa foi para pagar uma promessa para Nossa Senhora da Piedade, em setembro, mas como o padre disse que valia a mesma coisa acabei fazendo a festa do Sagrado Coração, em maio”*

(Dona Zezé, Crisólia, 2008)

Como indica a fala acima, os santos são flexíveis em relação às datas de celebrações em seu louvor. No bairro Peitudo, por exemplo, a data oficial de comemoração do santo padroeiro, São Sebastião, é em janeiro, mas como chove muito nessa época, a festa é realizada em setembro.

Na falta de um festeiro, a festa pode também ser organizada pela “Comissão da Festa da Comunidade”, mas essa não é a situação ideal, ou pelo menos não deve se repetir com frequência.

Com o crescimento das festas aumentou também a pressão sobre os festeiros para que arrecadem cada vez mais, o que gera uma ansiedade e uma competição no interior do bairro que acaba desestimulando o voluntarismo do cargo. Vários de nossos entrevistados responderam que não seriam, ou não voltariam a ser, festeiros porque: *“É muita responsabilidade, o pessoal cobra muito”*.

Regina Prado (2007, p.110) ao discorrer sobre as festas de santo no estado do Maranhão descreve da seguinte maneira a função do festeiro: *“Autoridade primordial quando se trata de organizar a festa, o festeiro passa a ocupar uma posição mediadora secundária quando referido ao santo, foco de todas as comemorações, e ponto de articulação dos dois mecanismos de circulação de bens que regem as transações dos devotos com seu santo”*. Conforme a fala de um de nossos entrevistados, ser festeiro é *“contrair dívidas”*.

O festeiro percorre um amplo território – tão mais amplo quanto maior for o prestígio social da festa e sua esfera pessoal de conhecidos – arrecadando as doações que vão garantir o sucesso da festa. Mas toda vez que ganha uma prenda de valor, por exemplo um bezerro, contrai uma dívida com o doador que espera reciprocidade caso num dia futuro venha a ocupar a mesma posição. O festeiro tanto tem que conhecer um grande número de pessoas como fica conhecendo todo mundo.

Mas além de fonte de diversão e recursos para a igreja, que outros atributos e significados sociais teriam esses eventos onde o secular e o sagrado estão imbricados gerando diferentes formas de sociabilidades?

Em primeiro lugar não podemos esquecer que a festa é um momento de ruptura com os ditames da vida cotidiana. Um período de inversão da ordem, uma *“transgressão das interdições e das barreiras sociais usuais. Ela promove uma imensa fusão comunal, por oposição à vida ordinária, que classifica e separa, que desgasta as energias da sociedade.”* (PEREZ, 2002). A festa seria dessa forma a desordem que mantém a ordem.

Mas pelas informações que colhemos essa “desordem”, no sentido de brincadeiras, inversões da ordem social e ruptura com o cotidiano vem sendo substituída pela “ordem” representada pelos bem organizados barracões de festa e os comportados jogos de bingo. As festas de hoje parecem mais “sérias” se comparadas com as festas de santo em Ouro Fino do final do século XIX descritas por Aureliano Leite (2007, p.107-108):

*“Decorriam também pomposas e características as festas de igreja, principalmente as do Divino, na cidade e as de Nossa Senhora da Piedade, no distante arrabalde desse nome. Numas e noutras ressuscitavam-se velhas usanças de negros e bugres: o congado, cheio de cores vivas em contrastes violentos, com desfiles, saracoteios, cantigas e embaixadas enfáticas e disparadas; os caiapós, vestidos de “barba-de-bode”, mudos e desenxabidos; o “bumba meu boi”, o cateretê palmeado e sapateado; o samba autêntico à luz baixa das estrelas, cadenceado ao compasso de tambores e pandeiros e animado de boa cachaça e quentão cheiroso.*

*Mas, quanto à Piedade, o que lhe comunicava muita cor local era o jogo desenfreado, nas festas em louvor a Nossa Senhora .... acumulava-se acolá a população rural circunvizinha, num variegado conglomerado de raças em mestiçagens portadoras das gradações infindas produzidas no Brasil. Por toda parte, pintando o arraial de pontos brancos ou*

*amarelos, viam-se choças e barracas, contendo, ao centro, o cocho circular, do qual se abeiravam os matutos na disputa do “búsio”, corrido em roda, detendo-se mais nas mãos dos que a sorte ajuda”.*

Atualmente, segundo nos informou um ex festeiro, a expectativa de geração de renda diminui a possibilidade de tentar ressuscitar velhas tradições folclóricas como o congado.

Patrick Champagne, num artigo em que descreve as transformações por que passaram as “fêtes de village” na França, ressalta sua transformação de evento coletivo feito por e para a comunidade em acontecimento direcionado para atrair e divertir os “de fora”: “[...] *tudo aquilo que era especificamente local, como os jogos e corridas burlescas, desapareceu na medida em que essas atrações próprias do grupo camponês são agora percebidas como “ridículas” e “fora de moda” , ao passo que se multiplicam as atrações exteriores à comunidade*” (CHAMPAGNE, 2002, p.33)

Atualmente, nas festas de santo de Ouro Fino os participantes passam a maior parte do tempo comendo, bebendo e jogando bingo no barracão da festa com a família e amigos. Apesar do grande número de atrações musicais são poucos os que dançam, e os bailes organizados para o público mais jovem ocorrem em local fora do centro da festa. Mesmo assim, não deixam de ser uma oportunidade para se divertir e rever amigos e conhecidos. Nesse sentido a festa é um dos elementos estruturantes do convívio social. Para Passos (2002), “[...] *a festa constrói modelos de humanidade. Além do aspecto religioso é uma troca de convivências. Relicário de sentimentos e partilhas. Experiência híbrida do sagrado, dos múltiplos sagrados que compõe o imaginário*”.

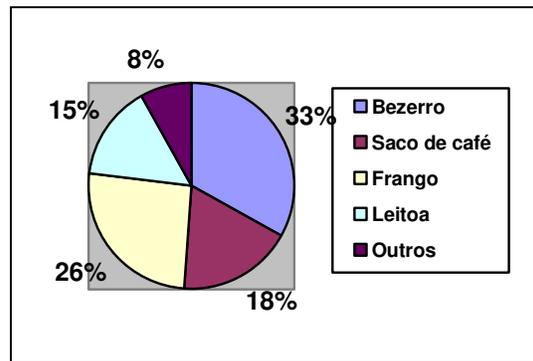
Nas festas que observamos foi possível identificar três dimensões desse potencial de solidificação social. O primeiro ocorre entre os membros da própria comunidade, que se unem nos seus preparativos, trabalhando de graça quando se trata da festa do próprio bairro ou do “pagamento de favores” à um festeiro de outro bairro. “[...] *a religiosidade popular guarda um vivido em união, partilhado com os vizinhos, os amigos, a família. Esse intercâmbio de favores constitui uma de suas características*”. PASSOS (2002)

Além de demonstração de devoção ao santo padroeiro, a doação de prendas para a festa é uma das formas de expressão de um sentimento de obrigação para com a paróquia, de pertencimento para com o próprio bairro e de solidariedade para com festeiros e habitantes de bairros vizinhos.

*Só eu arrecadei 90 kg de açúcar. Mas têm mais gente conseguindo mais. Foi tudo dividido. Eu fiz tudo aqui em volta. Já outra turma foi para baixo. Outra*

*turma foi para o Taguá. Outra para o Taboão. Outra turma para o São Pedro. Outra foi para o São José. É tudo divididinho as tarefas. A prenda mais comum é frango. Eu ouvi dizer que não vai precisar comprar nenhum esse ano. Tem mais de 500 frangos. Eu também ganhei uma bicicleta. Prenda miúda como farinha, açúcar, óleo, ganha bastante. Quase não precisa comprar nada...As lojas dão muitas prenda ... jogo de quarto...bicicleta...Sem as prendas não tem a festa. Então as pessoas dão as prendas para a gente fazer a festa. (Dna Lazinha, Crisólia, 2008)*

Nas entrevistas realizadas no bairro Peitudo não encontramos nenhum produtor familiar que não participe da festa local e não doe prendas. As doações maiores ocorreram na forma de bezerras e sacos de café e as menores na forma de frangos e algum dinheiro em espécie. A figura ao lado indica a proporção entre as diferentes prendas doadas. No quesito “outros” entraram itens como farinha, óleo, água mineral e até mesmo um forno microondas.



**Figura 49: Doação de prendas para a festa do bairro Peitudo**  
**Fonte: Pesquisa de campo, 2009**

A predominância da oferta de bezerras demonstra uma situação financeira entre os produtores familiares que permite tal generosidade<sup>86</sup>. Não podemos esquecer que estamos falando do bairro rural como uma sociedade de interconhecimento onde não apenas todos se conhecem, mas todos sabem tudo sobre todo mundo. A prenda doada deve ser condizente com o status social do doador. Como observou um outro ex festeiro entrevistado, “*quer ficar conhecendo o povão todo é só fazer festa. Ai você fica sabendo que é bom ou ruim de religião*”.

As prendas não são requisitadas apenas no bairro rural em que se realizara a festa, mas também na cidade e nos bairros próximos. Embora se possa argumentar que o comércio urbano doe (as vezes generosamente) para as festas “na roça” com o intuito de manter o contingente de fregueses do meio rural, as trocas de prendas entre bairros rurais

<sup>86</sup> Os bezerras são leiloados durante o dia e as vezes arrematados pelo próprio doador.

parece obedecer a lógica de dom e contra dom, no sentido utilizado por Marcel Mauss e explicado por Godelier (2007, p.70) nos seguintes termos:

*“[...] um ato que instaura uma relação dupla entre aquele que doa e aquele que recebe, entre o doador e o donatário. Doar é repartir voluntariamente aquilo que se tem ou que se é. Uma doação forçada não é uma doação. O dom voluntário aproxima aquele que doa daquele que recebe. Mas ao mesmo tempo o dom cria, para aquele que recebe, uma dívida, obrigações”.*

A arrecadação de prendas de um bairro para outro depende das habilidades e conhecimentos do festeiro, mas notamos que existe um tipo de divisão de zonas de influencia, ou seja, o festeiro do Peitudo, por exemplo, sabe que bairros vizinhos pode percorrer arrecadando prendas, da mesma forma que o Peitudo é percorrido por representantes desses mesmos bairros vizinhos por ocasião de suas festas. Nesse caso a troca, o dom e o contra dom não ocorre apenas entre os indivíduos, mas entre os grupos. São, como coloca Mauss (2009, p.12) coletividades que se prestam cortesias mutuas, formando um *“système des prestations totales”*. No caso das nossas festas essas cortesias aparecem na forma da doação das prendas, do atendimento da festa e na participação nas celebrações religiosas organizadas por grupos leigos.

Dentro do bairro, a festa católica, cumprindo seu papel de atenuar diferenças, atrai visitantes também de outras crenças:

*“O pessoal que não é católico não participa com prendas. A gente não pede nas casas. Mas eles vão lá comer docinho e participa da festa a mesma coisa”.* (Dna Lazineira, Crisólia, 2008)

A segunda dimensão da festa enquanto amálgama social abarca a participação de outras comunidades nas celebrações religiosas que ocorrem durante a sua duração. De preferência, uma festa importante tenta celebrar uma missa todos os dias, mas tal não sendo possível recorre aos grupos leigos das comunidades vizinhas para conduzir as celebrações. Brandão (1986) define o leigo como *“... afiliados incorporados legitimamente à igreja, através de um ou de uma seqüência de ritos de ingresso e de demarcação de carreira confessional. O envolvimento pessoal do leigo pressupõe uma presença rotineira nas práticas sacramentais coletivas...”*. Ou como coloca Passos (2002): *“... esse leigo ativo do catolicismo popular dinamiza as rezas, as devoções, a festa”*.

A fala de José Adelcio, organizador da festa do bairro Peitudo no ano de 2007, exemplifica a comunhão eclesial durante a festa:

*“Na parte religiosa conseguimos que houvesse missa todos os dias. Com padres que vieram de vários lugares. Andradas, Monte Sião, Jacutinga, Carmo do Paraíba, Inconfidentes. E as comunidades também vieram para tocar os cantos e a liturgia”.* (José Adelcio, 2008)

As “comunidades”, no caso, são as comunidades eclesiais de base, bastante ativas em alguns bairros rurais.

A terceira dimensão agregadora da festa refere-se ao fato de ser ela local onde “se encontra gente conhecida e também os de fora”. Apesar do atendimento maciço nas festas mais famosas dos bairros rurais, elas ainda não perderam o antigo ar familiar:

*“O pessoal de Ouro Fino vem porque gosta. Porque gosta da festa. É gostosa a festa nossa. É uma festa sossegada, não tem briga. É uma festa família”.* (Silvana, Crisólia, 2008)

Um outro aspecto familiar e hospitaleiro das festas rurais é o recebimento dos visitantes, com uma porção de doce, geralmente de abóbora ou mamão que é distribuído na “casa da festa”. Aliás, com tantas festas ocorrendo ao mesmo tempo, um chamariz importante para “ganhar a concorrência” pode ser a fama gastronômica:

*“Vem muita gente de Ouro Fino. O povo adora vir. Por que aqui, sabe? É famoso o virado de frango daqui. O povo fala que pode ir na festa que for, viradinho de frango e arroz de carreteiro igual o de Crisólia não existe”.*

(Dna Lazineira, Crisólia, 2008)

Perguntamos à vários ourofinenses se preferem as festas da cidade ou “da roça” e sempre obtivemos a resposta de que a festa “na roça” é melhor por vários motivos: a comida é melhor; o ambiente é melhor; o povo recebe melhor (é mais cortês); a festa é mais animada e lá encontram pessoas que há muito não viam – gente que se mudou do município mas volta para as festas. Lembrando que o atendimento dessas festas implica muitas vezes em ter que percorrer, à noite, vários quilômetros de estradas de terra esburacadas e também que elas pouco diferem, em sua estrutura básica, das festas da cidade.

Já a presença dos “de fora”, segue, além das lógicas já mencionadas, uma ligação física e afetiva com o pacato bairro rural mineiro. Ligação essa, da qual se aproveitam seus organizadores na hora de decidir a data da festa:

*Nós procura...quando a gente vê que vai dar um feriado que nós vamos pôr a festa. Quando é um feriado que emenda. A gente vai pegar esse feriado, de Corpus Christi, você precisa ver a quantidade de gente de São Paulo que vêm. Por que eles têm casa aqui, tem parente. Eles sabem dessa festa. Eles já estão acostumados com essa festa, então eles vêm. E depois vão tudo lá para a barraca. Comer na barraca. Eles compram, comem e compram para levar. Tem gente que compra 15 cartuchos (de doce) para levar. ...Até o padre de Mauá vêm.*

(Dna Lazinha, Crisólia, 2008)

Quem vem de fora usa transporte próprio ou ônibus que são fretados para esse propósito, principalmente em bairros do ABC paulista. Numa festa pequena, de um único final de semana, perguntamos a uma senhora com forte sotaque nordestino e moradora de Santo André – SP como soubera da festa e esta respondeu que conhecia o motorista do ônibus que organizava a viagem para pessoas que tinham parentes ou conhecidos no local e todo ano voltavam para a festa. Os que não tinham onde ficar no pequeno bairro eram hospedados por um de seus moradores. A senhora em questão alegou fazer a viagem todo ano porque “a festa é muito boa” e o “lugar é muito bonito”.

Podemos, portanto, dizer que as festas operam a ligação em diferentes esferas de urbanidade – a da cidade grande com a cidade pequena, a da cidade pequena com o bairro rural e a dos habitantes da zona rural com o núcleo urbanizado do bairro.

Creditamos a presença e a importância das festas e dos bairros rurais de Ouro Fino – já que as primeiras não existiriam sem os últimos – à permanência de uma agricultura diversificada e predominantemente familiar que garante a manutenção da paisagem e de uma sociabilidade atraente para os nativos e os “de fora” do município.

Na descrição de Champagne (2002) sobre a “fête au village” na França, o uso da preposição “au” já deixa transparecer o caráter de exterioridade que esses eventos adquiriram em relação ao grupo local. As festas de santo padroeiro no Brasil sempre tiveram por objetivo a arrecadação de fundos e para tanto quanto mais visitantes melhor. Desse ponto de vista, mesmo na esfera das sociabilidades reforçadas pela festa o mercantil

e o não mercantil ocorrem de maneira simultânea e complementar. Na forma da troca de cortesias e na comercialização dos bens doados.

#### **6.4 – Um vai e vem de pessoas e mercadorias**

Para Veiga (2002, p62) “[...] *Toda região rural tem um ou mais centros urbanos que exercem as funções de pólos gravitacionais. Daí a importância de se entender que as economias locais resultam de relações sinérgicas entre atividades urbanas e rurais*”, o que corrobora com a idéia de complementaridade econômica entre esses espaços. No caso brasileiro, diferentemente do que ocorre nas “villages” francesas, a atração gravitacional dos centros urbanos refere-se ao comércio, formas de lazer e também nos assuntos administrativos concentrados nas cidades.

As análises de Marsden (2008) e Cazella (2009) sobre a multifuncionalidade apontam para a geração de renda como um de seu requisitos. Defendemos que além da renda gerada para as famílias, a agricultura precisa também gerar rendas e empregos que são usufruídos por diversos setores da economia local. É o que acreditamos acontecer no caso da agricultura familiar em Ouro Fino. Embora essa renda não apareça diretamente no Produto Interno Bruto (PIB) municipal como vimos no primeiro capítulo desse trabalho, nossas entrevistas com comerciantes locais indicam a importância das vendas “para o pessoal da roça”.

Os produtores familiares pesquisados costumam ir para a cidade, em média, uma vez por semana para fazer compras, resolver problemas bancários, pagar contas, etc. Chegar até a cidade não é problema uma vez que o transporte pode ser feito com o ônibus que vai para a sede do município duas vezes por dia ou no transporte próprio possuído por 93% de nossos entrevistados. Mas o próprio “núcleo urbano” do bairro oferece alguns serviços básicos com seus dois mercadinhos, alguns bares, dois salões de cabeleireiro e uma renomada oficina mecânica para o conserto de tratores e máquinas e implementos agrícolas em geral que atrai fregueses não só do próprio bairro como do município todo e de municípios vizinhos. Temos portanto dois pólos gravitacionais, um representado pelo próprio bairro e outro pela sede do município. Como vimos anteriormente, por ocasião das festas é o bairro que se transforma em centro de gravidade. Enfatizamos que o mesmo ocorre em vários outros bairros do município, e com maior intensidade no distrito de Crisólia onde esse centro urbano do bairro rural possui serviços como cartório de imóveis,

lojas agropecuárias e de material de construção, posto de gasolina, posto policial, etc. Dessa forma, os bairros rurais com seu comércio interno, formal e informal, seu conjunto próprio de especialistas (pedreiros, mecânicos, etc.) se aproxima das comunidades camponesas descritas por Wolf (1970, p.63), apresentando diferentes graus de autonomia e dependência frente ao burgo de referência.

Nossa pesquisa junto a alguns estabelecimentos de Ouro Fino tem valor mais qualitativo que quantitativo uma vez que não tivemos acesso aos livros de caixa, tendo que apoiar nossas conclusões nas estimativas dos donos dos estabelecimentos. Consultamos três tipos de comércio: lojas agropecuárias, de material de construção e supermercados.

As agropecuárias dividem-se em dois tipos, de acordo com o perfil da freguesia: as que atendem um público composto principalmente por pequenos proprietários com menos de 10 hectares que trabalham com mão-de-obra basicamente familiar e vendem “um pouco de tudo” – do torrador manual de café às sementes geneticamente melhoradas; e aquelas cujo público majoritário possui propriedades entre 10 e 50 hectares, completando a mão-de-obra familiar com a contratada, e são um pouco mais especializadas, comercializando com frequência caminhões fechados de adubos.

Em ambos os casos o carro chefe das vendas são os adubos químicos e calcário, seguido de farelos para ração animal, herbicidas, produtos veterinários e sementes. Os inseticidas e ferramentas agrícolas são vendidos com moderação ou pouco vendidos nas lojas pesquisadas. Todas elas encaminham amostras de solo para análise na escola agrotécnica do vizinho município de Inconfidentes e fazem a interpretação dos resultados para os produtores interessados. Em média, 80% das vendas são a prazo e 10% efetua-se na base da troca com café (que também comercializam) ou milho.

Em torno de 95% do milho vendido pelas agropecuárias é comprado no próprio município, ou em municípios vizinhos quando falta o produto local ou os produtores estão “segurando” o milho na espera por melhor preço. Outros itens de produção local comercializados são balaios (jacá), vassouras, pintinhos e alevinos.

Quando indagados sobre as mudanças que têm notado na produção agrícola do município nos últimos dez anos os donos desses estabelecimentos apresentaram as seguintes respostas:

- Aumentou bastante o uso de adubos químicos e o número de produtores que realizam análises de solo.
- Alguns consideraram que aumentou o uso de herbicidas e outros que este diminuiu, mas todos afirmaram que aumentou o uso de roçadeiras no controle das plantas espontâneas.

- Diminuíram as vendas de ração animal em consequência da diminuição do rebanho de gado leiteiro.
- Todos os entrevistados consideraram que a agricultura familiar está se concentrando, com aumento dos arrendamentos e desaparecimento de alguns minifúndios.
- Também todos afirmaram que os financiamentos pelo Pronaf ajudaram a melhorar a produtividade e qualidade da produção local, principalmente do café.

Em relação à concentração de terras que esses comerciantes declararam perceber, embora seja verdade que no bairro pesquisado aumentou o número de arrendamentos, ainda assim, 61% dos estabelecimentos encontram-se no estrato de área com menos de 10 hectares. O presidente do STR também defende que muitos pequenos produtores retomaram a atividade seja pela diminuição da oferta de empregos urbanos seja pelo maior acesso ao crédito oferecido pelo Pronaf. No entanto, como vimos que existe uma diferenciação quanto à capacidade de acumulação entre os produtores familiares, é possível que venha realmente ocorrer uma concentração de terra não (só) nas mãos dos agricultores não-familiares ou nas empresas agrícolas, mas dentro da própria agricultura familiar. É o que pudemos constatar estar ocorrendo na região francesa visitada, onde os produtores com maior capacidade de investimento na produção arrendam, principalmente de agricultores aposentados e sem sucessores, para, além de ter acesso a uma porção maior de terreno, receber mais subsídios da PAC.

Quanto às lojas de material de construção, a média de vendas para a zona rural variou de 20 a 50% e inclui todo tipo de produto – do básico como tijolo e cimento aos materiais de acabamento, com aumento significativo destes nos últimos anos. Todos os entrevistados afirmaram que melhorou bastante o conforto e acabamento das habitações rurais nos últimos dez anos e que as vendas estão sendo impulsionadas tanto pela reforma de antigas moradias como pela construção de novas – incluindo as casas de produtores e de chácaras de lazer. Entre os produtores familiares pesquisados, 75% alegaram ter realizado algum tipo de construção ou reformas na casa nos últimos dez anos. O que justifica a existência, no pequeno bairro rural, de 10 pedreiros que alegam não ter falta de serviço.

As lojas de material de construção realizam pelo menos três entregas de material na área rural do município por semana e assim como os outros comerciantes, reclamaram bastante da má conservação das estradas. O período identificado como de maior venda vai de setembro a fevereiro, ou seja, após a colheita do café. Todos venderam menos no período seco do ano, quando se realiza a colheita.

Quanto aos supermercados, todos declararam que em torno de 40% da sua freguesia habita na zona rural. Em relação ao que é vendido para essa população os supermercados alegaram ter registrado um aumento na compra de arroz, feijão, carne, frango, ovos, frutas e verduras e, em menor proporção, biscoitos, refrigerantes e produtos industrializados em geral. Aumentou também o consumo de produtos de limpeza e higiene pessoal. Esses dados comprovam a diminuição na produção para o autoconsumo apurada na pesquisa de campo, mas também indicam uma melhora no poder aquisitivo das famílias rurais.

Os supermercados compram dos produtores locais para revender, 100% das hortaliças folhosas e tomate e parte de verduras como repolho, chuchu, berinjela, etc. cuja produção local não é regular. Também se abastecem localmente de banana e frutas cítricas e abacate na época de produção. Pelo menos 50% dos ovos e carne de frango comercializados vêm das granjas locais, assim como a maior parte da carne de porco.

A agricultura local também abastece o comércio de queijo fresco e frango caipira. Segundo os donos de supermercados, o comércio de queijo não é maior pela dificuldade de muitos produtores em conseguir selo de inspeção sanitária.

Pelo menos a metade do feijão comercializado no município vem de Vargem Grande do Sul (SP), embalado por uma empresa de distribuição que compra a maior parte da produção de Ouro Fino.

O maior volume de vendas realiza-se nos primeiros quinze dias do mês, o que pode ser indicativo do recebimento de salários e aposentadorias nesse período. Ao todo, os supermercados fazem mais de mil entregas de compras por mês nos bairros rurais. Esse tipo de serviço começou no final da década de 1970 e é oferecido pelos cinco principais estabelecimentos da cidade. Atualmente apenas um deles ainda transporta os fregueses juntamente com as compras e um outro, numa tentativa de melhor organizar as entregas, dividiu os bairros rurais por dia da semana conforme o calendário que segue. Mas ressaltamos que entre nossos entrevistados apenas 39% alegou ter suas compras entregues em casa e 61% preferia transportar o comprado no próprio veículo, ou seja, as entregas a domicílio nos bairros rurais representam apenas parte do que é vendido para essas áreas.



**Figura 50: Organização da entrega de compras de supermercado em bairros rurais**  
**Fonte: Supermercado Alvorada – Ouro Fino, pesquisa de campo, 2009.**

As lojas de agropecuária em particular, mas também os outros tipos de comércio pesquisados, procuram oferecer aos seus clientes um serviço bem personalizado e, portanto, conhecem bem o público atendido.

Embora não tenha sido possível realizar um estudo mais aprofundado da importância e formas de participação da agricultura familiar na economia de Ouro Fino, acreditamos que as informações colhidas nos permitem afirmar que essa importância se traduz nas compras diretas realizadas pelos produtores familiares no comércio local e pela geração de empregos indiretos tanto no setor de comércio como de serviços decorrente.

Procuramos, nesse capítulo, demonstrar as formas como a agricultura familiar em Ouro Fino expressa as múltiplas funções que se espera da agricultura e a importância da ruralidade, englobando atividades produtivas, manutenção de tradições e paisagens e geração de sociabilidades e renda econômica, para a composição do perfil geral do município.

Concordamos com Abramovay (2003,p.51), quando este diz que “... A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas.

*É em torno desse valor – e não somente das suas atividades econômicas setoriais – que se procuram as características mais gerais do meio rural: relação com a natureza, regiões não-densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas”.*

## 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado na introdução desse trabalho, nossa pesquisa partiu da hipótese central de que em municípios como o de Ouro Fino a agricultura familiar possibilita a continuidade do que poderia ser chamado de uma “cultura da roça”, desafiando as teorias da existência de uma dicotomia entre campo e cidade na medida em que tanto econômica como culturalmente tece uma permanente ponte entre o modo de vida rural e urbano, atenuando possíveis fronteiras divisórias entre os dois. Trabalhamos ainda com as seguintes hipóteses secundárias: apesar da predominância da cultura do café, a agricultura familiar de Ouro Fino é bastante diversificada, existindo uma relação de complementaridade entre os diferentes sistemas produtivos; e essa agricultura familiar é responsável por uma diversidade de paisagens e tradições que se traduzem numa ruralidade específica que muito contribui para a atratividade do município.

Para a aferição dessas hipóteses escolhemos a metodologia da análise de sistemas agrários que nos pareceu a mais capaz de abarcar a complexidade da agricultura familiar em suas muitas formas de manifestação. Pelo sistema de produção adotado é possível observar como os agricultores se adaptam às limitações que lhe são impostas e resistem na condição de produtores sob uma diversidade de arranjos produtivos. Como demanda a metodologia escolhida, iniciamos nosso estudo com a recuperação da história do município, a descrição de suas características edafoclimáticas e da evolução dos principais sistemas produtivos. Esse estudo, completado com os dados de diferentes censos agropecuários, mapas elaborados em conjunto com técnicos locais e uma imagem de satélite mostrando a distribuição da vegetação no município, juntamente com os resultados da pesquisa de campo, comprovaram a hipótese da existência de uma predominante e diversificada agricultura familiar em Ouro Fino.

Após a pesquisa de campo realizada com todos os produtores do bairro rural denominado Peitudo identificamos os que poderiam ser classificados como familiares e os não-familiares. Essa segunda categoria foi subdividida em não-familiar mista, não-familiar e empresa agrícola. A análise da atividade produtiva predominante quanto à geração de renda e emprego da força de trabalho em todas as categorias, resultou na identificação dos sistemas produtivos: café (subdividido em café, café com milho e café com gado), milho, olericultura e criação bovina. Após uma breve caracterização dos sistemas e produtores não-familiares nos detivemos numa análise mais aprofundada das unidades produtivas familiares.

Essa análise demonstrou haver certa complementaridade na oferta de produtos e serviços entre diferentes sistemas de produção. A diversificada produção agrícola do bairro segue circuitos diferenciados de comercialização, que vão da exportação, como no caso do café à comercialização local como no caso do milho, do leite, do queijo e do frango e ovos caipiras. O milho abastece as granjas e criações caseiras de aves e bovinos da região. Um mercado localizado com maior demanda do que oferta garante um preço melhor para o produto do que o praticado nas principais regiões produtoras do grão no país. No geral podemos dizer que a inserção em circuitos curtos e longos de comercialização garante aos produtores estudados um leque maior de opções para a colocação de seus produtos.

As existência de diferentes categorias de produtores e sistemas de produção, e a predominância da cultura do café, mantém uma constante oferta de mão-de-obra, possibilitando que alguns produtores familiares completam o rendimento agrícola com o trabalho assalariado tanto em outras propriedades familiares como não-familiares.

Em nossa pesquisa encontramos vários produtores que tanto se assalariam como contratam mão-de-obra. Embora seja possível argumentar que em muitos desses casos o tipo de trabalho exercido não é o mesmo, cabendo àqueles que não possuem terra ou são menos capitalizados as tarefas mais árduas, as relações de trabalho entre os produtores familiares por nós pesquisados com diferentes níveis de capitalização, não parecem obedecer às mesmas normas de expropriação da mais valia típicas do capitalismo.

No caso do município de Ouro Fino, o emprego de mão-de-obra familiar ou assalariada sofre grandes variações em decorrência das exigências da cultura do café. Num ano de grande safra de café, como ocorreu em 2008, muitos produtores familiares, que normalmente pouco empregam mão-de-obra assalariada, foram obrigados a contratar força de trabalho superior a familiar. Por outro lado, com o atraso da colheita e aproximação do período chuvoso, os “bons apanhadores” chegaram a ganhar até R\$200,00 por dia em propriedades maiores, predominantemente não-familiares ou empresariais, tornando vantajoso o assalariamento tão logo terminada a própria colheita.

A complementaridade em termos de oferta de emprego garantida pela cultura do alho cuja colheita iniciava-se logo após o término da do café, desapareceu após o gradual abandono da cultura decorrente da baixa de preço ocasionada pela entrada no mercado brasileiro do alho chinês. O caso do alho no bairro rural por nós estudado exemplifica como uma política de importação pode impactar a economia local.

O estudo realizado no bairro Peitudo demonstrou ainda que alguns produtores, sobretudo aqueles dedicados ao plantio comercial do milho, incorporaram com facilidade

os supostos<sup>87</sup> avanços tecnológicos da agricultura dita moderna, mas eram mais vulneráveis em relação às variações do preço de insumos químicos e imprevistos climáticos. Já os produtores de café contavam com a vantagem da maior flexibilidade e resistência da cultura quanto ao atendimento de suas necessidades nutricionais e condições meteorológicas adversas. Enquanto a cultura de milho necessita de terrenos mais aplainados e um plantio em escala maior para se tornar rentável, gerando uma demanda pelo arrendamento de terras nessas condições, o café ainda é uma alternativa para produtores familiares com pouca terra e em terrenos de alta declividade. Uma pequena propriedade de 5 ha pode abrigar um número suficiente de pés de café, manejados exclusivamente com trabalho familiar, para garantir uma renda mensal média em torno de dois salários mínimos.

O mesmo aconteceu com pequenos cultivos de olerícolas e de bucha. Já o cultivo comercial de tomate e outras hortaliças requeria o arrendamento constante de novas áreas. Esses produtores, juntamente com os que plantavam milho, foram os que mais arrendaram terra no bairro estudado. O arrendamento pode ser feito de produtores não-familiares ou de familiares que não utilizam toda área disponível ou que vêem vantagem no arrendamento para uma cultura que necessita de elevada quantidade de adubo químico, e deixa, portanto, a terra adubada para um plantio futuro. Dessa forma, o mesmo produtor de milho que arrenda terras de outros pode arrendar pequenas parcelas de sua propriedade para um plantador de tomate. Nossa pesquisa demonstrou que os produtores familiares estudados se valem de diferentes estratégias de compra, troca, arrendamento e parceria para garantir o acesso à terra, embora a grande maioria deles tenha iniciado a construção de um patrimônio fundiário com a terra herdada dos pais.

Se em geral os agricultores mostraram disposição em seguir recomendações de inovação tecnológica nos plantios agrícolas o mesmo não aconteceu com a criação bovina. Entre os agricultores familiares pesquisados não encontramos nenhum que invista em melhoramento genético do rebanho bovino de leite ou numa complementação alimentar a base de concentrado protéico. Com o preço baixo do leite a agricultura familiar, nesse caso, é obrigada a seguir a lógica da aversão ao risco e maximização dos recursos disponíveis. Os produtores preferem um rebanho de produtividade leiteira modesta, mas cujos bezerros alcancem bom preço de venda, usando não raro reprodutores de raça de corte como o nelore para cobrir vacas mestiçadas com holandês e gir leiteiro.

---

<sup>87</sup> Não há consenso no meio científico de que sementes geneticamente modificadas, por exemplo, representem realmente uma alternativa segura em termos de saúde e sustentabilidade a longo prazo.

Constatamos que o interesse e investimento na atividade agrícola pelos produtores familiares sofre variações conforme se apresentem possibilidades reais de ganho. Todos os entrevistados reportaram uma grande movimentação de produtores, trabalhadores e compradores durante os anos áureos da produção de alho no bairro, cerca de quinze anos atrás, bem como o desânimo causado pelo preço do café que vem se mantendo baixo nos últimos anos enquanto sobe o custo dos insumos. Mas exprimiram também a disposição de voltar a investir na cultura do alho caso o preço se mantenha elevado como ocorreu esse ano, ou no café caso o preço melhore, ou em outra cultura que apresente viabilidade econômica.

Podemos afirmar que a agricultura de Ouro Fino continua predominantemente familiar e que alguns produtores estão conseguindo um bom nível de capitalização enquanto as grandes fazendas são as principais credoras do financiamento agrícola do município, segundo nos informou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A capacidade de resistência dessa agricultura familiar repousa, a nosso ver, na permanência de práticas como a troca de dias de serviço, a concentração dos esforços da família em momentos de pico de trabalho, como ocorre durante a colheita do café, os arranjos familiares para o compartilhamento dos meios de produção e a vocação mercantil histórica da agricultura familiar ourofinense que atrai tanto compradores como vendedores de insumos. Ou ainda, na capacidade de compartilhar uma racionalidade econômica de maximização dos fatores de produção de que dispõe com o que permanece de uma herança camponesa.

A população do centro urbano do município cresceu nas últimas décadas, mas cresceram bastante também os centros urbanizados dos bairros rurais, não apenas por esses espaços representarem uma opção mais barata de moradia, mas por conservarem uma tranquilidade e um modo de vida campestre atraente tanto para as famílias locais como para quem vem de grandes concentrações urbanas. Nesse sentido foi interessante constatar como a maioria dos produtores não-familiares que se instalou no bairro seguiu os mesmos moldes produtivos da agricultura familiar, estabelecendo com os produtores familiares arranjos de parceria e arrendamento e dedicando-se a ramos semelhantes de atividades. Esses proprietários costumam participar e contribuir para as festas locais.

Se a agricultura familiar local sofre momentos de expansão e retração que refletem as variações da relação entre preço de produção e preço de venda dos produtos que afetam a agricultura em geral não há, por outro lado, indícios de que esteja ocorrendo um processo de concentração fundiária ou de predomínio de empresas não-familiares. Mesmo a entrada

da cana-de-açúcar em parte do município não parece significar, ainda, uma ameaça à produção familiar. O baixo rendimento percebido pelos que arrendaram terra para usina desestimulou novos contratos de arrendamento.

A grande presença de bairros rurais e um rural repartido em inúmeras propriedades familiares estimula um constante movimento de mercadorias e pessoas entre o campo e a cidade. A pesquisa realizada com comerciantes locais comprovou a importância econômica da população rural do município e o estudo das festas de bairro corroborou com a idéia de um rural que mantém tradições e atrai para si visitantes de diferentes categorias sociais.

A maioria dos agricultores entrevistados vai para a cidade pelo menos uma vez por semana e, ao menos na localidade pesquisada, os alunos têm transporte público para continuar estudando após o ensino fundamental oferecido pela escola do bairro. O aumento de facilidades e serviços como transporte, posto de saúde, escola de boa qualidade, telefone e a atual chegada da internet via rádio na zona rural, aumentam a atratividade dos bairros rurais e a possibilidade de permanência dos jovens nesses locais.

Quando perguntados se sentiam-se discriminados em relação aos jovens da cidade, nossos entrevistados responderam que já houve mais discriminação no passado, mas agora não há muita diferença entre quem mora na cidade ou no campo.

O estudo dos sistemas de produção presentes no bairro pesquisado ajudou a demonstrar as diversas maneiras com que os agricultores organizam seus recursos produtivos e a heterogeneidade da agricultura familiar local. Conhecer melhor as particularidades de cada sistema pode ser de grande valia na elaboração de projetos específicos uma vez que variam as necessidades e interesses dos produtores. Esse estudo auxiliou ainda uma maior compreensão das particularidades da agricultura familiar enquanto portadora de pontos de continuidade e ruptura com uma herança camponesa, esclarecendo, por exemplo, as formas de complementaridade passíveis de serem encontradas entre a venda da força de trabalho da própria família e a aquisição de força de trabalho externo para completar o ciclo produtivo.

Um ponto central na discussão do campesinato que carece um olhar diferenciado na análise de propriedades familiares com facilidade de acesso a centros urbanos e bem inseridas no mercado, diz respeito à importância do autoconsumo nas estratégias de reprodução familiar. Por que muitos agricultores familiares, que dispõem de terra própria para plantar, vem abandonando gradativamente o cultivo de alimentos para o consumo direto da família, preferindo adquiri-los na cidade? Em nossa pesquisa de campo foram

identificados vários fatores que afetam a equação entre o plantio para o comércio e o plantio para consumo, como mudanças de espaçamento entre as linhas de café, a nova legislação ambiental que impede a utilização agrícola de áreas alagadas anteriormente ocupadas com o plantio de arroz, a melhoria dos meios de acesso às cidades, os serviços prestados pelos supermercados locais que entregam as compras nas propriedades rurais, a mudança de hábitos alimentares, fortemente influenciados pelos meios de comunicação e, sobretudo, a equação operada constantemente pelo agricultor entre trabalho despendido e produto obtido, que torna economicamente desinteressante o cultivo de alimentos que a produção industrial em grande escala coloca no mercado por um preço abaixo do que custariam as horas de serviço do produtor. Chamamos ainda a atenção para o fato de que a produção para o autoconsumo direto está inserida na teia de reciprocidades presentes numa comunidade rural e sua análise não pode se restringir apenas à produção da unidade produtiva gerenciada pela família nuclear, mas deve abarcar também as relações de parentesco e vizinhança de que a família participa.

Encontramos no bairro pesquisado respostas diferenciadas entre os produtores para as questões fundamentais para a agricultura familiar: formas de acesso a terra, composição e importância da mão-de-obra familiar, papel do autoconsumo na reprodução da família, organização da unidade produtiva e emprego em atividades não-agrícolas. O que nos remete a outro ponto crucial no estudo da agricultura familiar – o seu alto grau de diferenciação que apresenta desafios tanto para seus estudiosos como para os formuladores de políticas públicas. Essa diferenciação tanto pode ser um aporte positivo quando da busca de formas endógenas de desenvolvimento, como um obstáculo a ser vencido.

Dentro do universo escolhido encontramos produtores com diferentes graus de capitalização e apresentando níveis diferenciados de autonomia ou subordinação na colocação de seus produtos no mercado. Nossos resultados não confirmam a tese de que uma maior adoção do pacote tecnológico da modernização da agricultura e uma maior inserção no mercado levam necessariamente à uma maior subordinação do produtor. Ao contrário, em alguns estabelecimentos a modernização bem gerenciada, sem contratação de dívidas impagáveis, proporcionou um nível de capitalização que permitiu maior poder de barganha tanto na compra de insumos como na venda dos produtos. Em alguns dos casos estudados foram justamente esses produtores os que mais pesquisaram preços na hora da compra de insumos e impuseram seus preços na hora da venda da produção.

Ainda que arriscando incorrer num pleonasmo podemos afirmar que a família continua central para a agricultura familiar. Os estabelecimentos que mais prosperaram no

bairro pesquisado foram aqueles que denominamos de unidades de produção familiar composta. Esses estabelecimentos estão conseguindo investir em maquinário agrícola e aumentar o rendimento do trabalho familiar, o que permite a expansão da área cultivada pelo arrendamento e a prestação de serviço para outros produtores, familiares ou não. A troca de dias de serviço entre parentes e vizinhos permanece mesmo nas propriedades mais capitalizadas como forma de contornar os momentos de pico de trabalho sem contratação de mão-de-obra. Constatamos que mesmo essa contratação não perdeu completamente o caráter de reciprocidade ou troca de favores e as relações sociais exercem um papel fundamental na hora de buscar o socorro necessitado. O que é particularmente importante em situações de falta de mão-de-obra, como a encontrada no bairro estudado e aparentemente corrente no município todo.

Por outro lado, no nosso caso, a realização de trabalho agrícola fora da propriedade mostrou-se mais importante como estratégia de reprodução do que a realização de trabalho não-agrícola. Por um lado pela falta de um forte mercado de trabalho não-agrícola, principalmente para os homens, e por outro pelo fato da colheita de café representar uma abundante e bem remunerada possibilidade de trabalho agrícola sazonal, ou seja, que não impede a continuidade da atividade produtiva no interior do estabelecimento. O que nos remete ao argumento de que em muitas situações a agricultura continua sendo o melhor meio de promover o desenvolvimento rural e a renda dos produtores precisa ser garantida através de uma remuneração adequada de sua produção.

O fenômeno que tem sido denominado “novas” ruralidades talvez não se aplique ao campo brasileiro nos mesmos moldes e proporções do encontrado em países como a França, ainda que seja inegável que aqui também o rural passa por transformações que incluem novas atividades e outras categorias sociais além da agricultura e dos agricultores. Mas em muitas de nossas regiões essa continua sendo a base do desenvolvimento local e, sobretudo, do tipo de ruralidade encontrada. Essa ruralidade pode ser aproximar ou se distanciar de um referencial camponês enquanto representação de relações sociais e com a natureza capaz de assegurar uma paisagem cultural e ambiental atraente tanto para os que habitam no campo como para quem almeja melhor qualidade de vida. Mas a manutenção e desenvolvimento desse potencial requer que seus elementos constitutivos sejam mantidos; que seja garantido o acesso à terra à uma vasta gama de produtores familiares inseridos em diferentes sistemas produtivos, com facilidade de crédito diferenciado e garantia da venda de seus produtos por preços compensatórios.

No caso de Ouro Fino, a beleza da paisagem entrecortada por variadas combinações de cultivos e criações e a vitalidade dos bairros rurais como centros de produção agropecuária e manutenção de sociabilidades expressas nos canais de solidariedade interna e em manifestações culturais como as festas de santo onde são acionados mecanismos de troca de dádivas só é possível graças a persistência da agricultura familiar.

## 8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Anpocs ; Unicamp. Ed.Hucitec, Anpocs, Ed. da Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY,R.;VICENTI, M.C.M.; BAPTISTELA,C. da S.L. et al. Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola em São Paulo. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. São Paulo: v.25, n.2/3, mai/dez, 1995.

ALMEIDA, Jalcione. Enfoque Sistêmico: populismo metodológico ou caminho para uma melhor apreensão da complexidade do real? In: MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; VASCONCELLOS, Helenira Ellery M. **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa. Redescobrimdo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: n.1, vol.1, junho, 1986.

APHANDERY, Pierre et. al. **Les champs du départ**. Paris: La Découverte, 1998.

BANCO DO BRASIL. **Cadastro do Município de Ouro fino**. Ouro Fino MG: 1954.

BERDEGUÉ, Júlio; ESCOBAR, Germán. Nuevas direcciones del enfoque de sistemas para la modernización de la agricultura campesina de América Latina. In: BERDEGUÉ, Júlio A.; RAMÍREZ, Eduardo (Comp.). **Investigación con enfoque de sistemas em la agricultura y el desarrollo rural**. Santiago do Chile: RIMISP, 1995.

BERGAMASCO, Sonia M.P.P. Caracterização da agricultura familiar no Brasil, a partir dos dados PNAD. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. São Paulo: v.25, n.2/3, p.167-177, mai/dez, 1995.

BIASUTTI, Luiz Carlos; LOSS, Arlindo; LOSS Everaldo H. **Roteiro dos italianos e seus descendentes em Minas Gerais**. Belo Horizonte: S.N., 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. Lembranças de Velhos, São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Le bal du célibataires**. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar.Colher.Comer**. Rio e Janeiro: Ed. Graal, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os Deuses do Povo**. Um estudo sobre religião popular. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Sacerdotes de Viola. Rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

BRUMMER, Anita; DUQUE, Ghislaine; LOURENÇO Antonio Fernando, WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A Exploração Familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hugues (Coord.) **A Agricultura Familiar: comparação Internacional**. I Uma Realidade Multiforme Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

BUAINAIN, António Marcio. A agricultura familiar no Brasil. In: **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.

BUAINAIN, António Marcio; GUANZIROLI, Carlos; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles; BÁNKUTI, Ferenc Istvan: Peculiaridades Regionais da Agricultura Familiar Brasileira. In: SOUZA FILHO, Hildo Meirelles; BATALHA, Mário Otávio: **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**, São Carlos SP: Edufscar, 2005.

CAMARGO, Regina A. L. O Café, o Leite e o Tricô na Reprodução da Agricultura Familiar em Monte Sião – MG. In: **47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Porto Alegre: (CD ROOM), 2009.

CANDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 7 Edição, 1987.

CANUTO, João C. Política de Pesquisa com Enfoque Agroecológico como Resposta aos Riscos Sócios-Ambientais da Convencionalização das Agriculturas Ecológicas no Brasil. In **Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Botucatu: FCA/UNESP (CD ROOM), 2001.

CARMO, Maristela Simões. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: **Para pensar outra agricultura**. FERREIRA, Ângela Damaceno; BRANDENBURG, Alfio (Orgs.). Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/MAUAD n. 11, out., 1998. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/autor.htm#Maria%20José%20Carneiro>. Acesso em 17/10/2009.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura do Brasil: uma reflexão crítica. In: **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **Revista Ruris**. Campinas: Unicamp/IFCH, v.2, n.1, 2008.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. Juiz de Fora MG: UFJF, v.4, n.6, jan-jun, 2009.

CASTRAL, Edmundo. **Enfoque de Sistemas na Programação da Pesquisa Agropecuária**. Brasília: IICA, 1980.

CAZELLA, Ademir, A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato, S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In CAZELLA, A.A.; BONNAL, P.;

MALUF, R.S (Orgs). **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CAZELLA, Ademir, A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato, S. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. In CAZELLA, A.A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S (Orgs). **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CHAMPAGNE, Patrick. **L'héritage refusé.** La crise de la reproduction sociale de la paysannerie française 1950-2000. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

CHAYANOV, Alexander V. **La oragnización de la unidad económica campesina.** Buenos Aire: Ediciones Nueva Visión, 1985.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre la Teoría de los Sistemas Económicos no Capitalistas. In: Chayanov y la teoría de la economía campesina. **Cuadernos de Pasado y Presente.** México: Siglo XXI Editores, 1981.

DEFFONTAINES, Jean Pierre.; RITTER, Jean.; DEFFONTAINES, Benoît.; MICHAUD, Denis. **Petit guide de l'observation du paysage.** Paris: Éditions Quae, 2006.

DORÉ, Thierry; RÉCHAUCHERE, Olivier, SCHMIDELY, Philippe, **Lês Clés des Champs. L'agriculture en question .** Versailles-France : Éditions Quae, 2008.

FAVEIROS, Rogério Naques. **Homens do Café.** Franca, 1880-1920. Ribeirão Preto: Holos Editora, 2008.

FRANÇA. Ministère de l'Agriculture et de la Pêche. Service Central des Enquêtes et Études Statistiques. **Agreste Graphagri.** Montreuil-Sous-Bois: 2008.

FRANSINA, Emílio. **A grande emigração : o êxodo dos italianos do Veneto para o Brasil.** Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

FRANCIS, David G. **Family Agriculture.** Tradition and Transformation. London: Earthscan, 1994.

FILGUEIRA, F.A.R. **Manual de olericultura.** Cultura e Comercialização de Hortaliças. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 1972.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 1995.

GARCIA JR. Afrânio Raul. **Terra de Trabalho.** Trabalho Familiar de Pequenos Produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **“Análise Diagnóstico de sistemas Agrários”** Guia Metodológico. Brasília: Convênio INCRA/FAO, 1997.

GUANZIROLI, Carlos E. et al. Perfil da agricultura familiar no Brasil: Uma análise a partir do censo agropecuário de 1996 do IBGE. In: GUANZIROLI, Carlos E; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antônio. M.; SABBATO, Alberto di; BITTENCOURT, Gilson. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUANZIROLI Carlos Henrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. **Novo Retrato da Agricultura Familiar.** Brasília: MDA/INCRA, 2000.

GUANZIROLI, Carlos E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília: vol. 45 – n. 02 – Abri/Junho 2007.

GODELIER, Maurice. **Au ondement des sociétés humaines.** Paris: Éditions Albin Michel, 2007.

GRAZIANO da SILVA, José. **O Novo Rural Brasileiro.** Campinas: IE-Unicamp, Coleção Pesquisa n.1, 2ª ed., 2002.

GRAZIANO da SILVA, José (Org.). **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: Huitec, 1978.

GRISA, Catia. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**. Santa Maria: UFSM. Ano XIV, jan-dez, 2007.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. “**Plantar pro gasto**”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. RER, Piracicaba SP: vol.46, n.02, p.481-515, abr/jun, 2008.

GROUPE POLANYI (Ed.). **La multifonctionnalité de l’agriculture**: une dialectique du marché et de l’identité. Versailles: Quae Editions, 2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GUIVANT Julia S. Heterogeneidade de Conhecimentos no Desenvolvimento Rural Sustentável. In **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. EMBRAPA/Brasília: vol.14, n.3, Set/Dez, 1997.

HALFACREE, K.H. Locality and Social Representation: Space, Discourse and Alternative Definitions of the Rural. **Journal of Rural Studies**. London : v. 9. n.1, 1993.

HERVIEU, Bertrand . **Les agricultures**. Paris: PUF, 1996.

HERVIEU, Bertrand. **Les Orphelins de L’Exode Rural. Essai sur l’agriculture et les campagnes du XXIe siècle**. Paris: Éditions de L’aube, 2008.

HERVIEU, Bertrand ; VIARD Jean. **L’Archipel Paysan. La fin de la république agricole**. Paris: L’aube, 2001.

HILL, Berkeley. The 'Myth' of the Family Farm : Defining the Family Farm and Assessing its Importance in the European Community. **Journal of Rural Studies**, Londres: vol. 9, n.4, 1993.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006. Manual do Recenseador CI-1.09**. Rio de Janeiro: 2007

IGLESIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

JEAN, Bruno. Les territoires ruraux dans la modernité avancée et la recomposition des systèmes ruraux. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/ MAUAD, n.18, abril, 2002.

JOLLIVET, Marcel. La recherche face á la diversité et á la diversification de l'agriculture ». In JOLLIVET, Marcel (Org.). **Pour une agriculture diversifiée**. Paris: L'Harmattan, 1988.

JOLLIVET, Marcel ; GERVAIS, M. **Histoire de la France rurale. Tmo IV : La fin de la France paysane**. Paris: Seuil, 1976.

KAGEYAMA, Ângela A. **Desenvolvimento rural**. Conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KAGEYAMA, Ângela A; BERGAMASCO, Sonia M. P. P.; OLIVEIRA, Julieta, A. Novas Possibilidades de Pesquisa sobre a Agricultura Familiar no Brasil a partir do Censo de 2006. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**. São Paulo: dezembro, 2008.

KAGEYAMA, Ângela A; BERGAMASCO, Sonia M. P. P. A estrutura de produção no campo em 1980. **Revista Perspectiva**, São Paulo : v. 12/13, 1989/90.

KAYSER, Bernard. Permanence et perversion de la ruralité. **Études Rurales**. Paris : janv.-mars, 1988.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale**. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.

KERBLAY, Basile A.V. Chayanov: Su Vida, Carrera y Trabajos. In: Chayanov y la teoría de la economía campesina. **Cuadernos de Pasado y Presente**. México: Siglo XXI Editores, 1981.

KERBLAY, Basile. Chayanov and the Theory of Peasantry as a Specific Type of Economy. In SHANIN, Teodor. **Peasants and Peasants Societies**. London: Penguin Books, 1971.

LAMARCHE , Hugues (Coord.) **A Agricultura Familiar: Comparação Internacional**. I Uma Realidade Multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, Hugues (Coord.) **A Agricultura Familiar: Comparação Internacional**. II Do Mito à Realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LEITE, Aureliano. **São Francisco de Paula de Ouro Fino**. Rio de Janeiro: Gráfica Sauer. 2007.

LENHARO, Alcir, **As Tropas da Moderação** (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842). Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA Francisco Carlos Teixeira. A questão da agricultura de subsistência. In: **Camponeses brasileiros. Leituras e interpretações clássicas**. WELCH, Clifford; MALAGODI Edgard; CAVALCANTI, Josefa S.B.; WANDERLEY, Maria NazarethB. (Orgs.), São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

LOWE, Philip; BULLER, Henry; WARD, Neil. Setting the next agenda? British and French approaches of the Common Agricultural Policy. **Journal of Rural Studies**. London: v. 18, 2002.

MARSDEN, Terry; SONNINO, Roberta. Rural development and the regional state: Denying multifunctional agriculture in the UK. **Journal of Rural Studies**. London: v. 24, 2008.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **Histoire des agricultures du monde**. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

MENDRAS, Henri. **La fin des Paysans** (suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après). Paris: Actes Sud-Babel, 1984.

MENDRAS, Henri. **Les sociétés paysannes**. Paris: Éditions Gallimard, 1995.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. **Municípios Mineiros**. Em <http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=estado&diretorio=munmg&arquivo=municipios&municipio=46008> . Acesso em 23/09/2009.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Instituto de Geociência Aplicadas. **Levantamento Geoambiental das Regiões do Médio e Alto Rio Sapucaí e do Alto Rio Pardo**. Belo Horizonte: 2007.

MINAS GERAIS. Departamento Estadual de Estatística. **Sinopse Estatística do Município de Ouro Fino**. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas da Estatística, 1949.

MINAS GERAIS. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: 1899.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o Desafio da Pesquisa Social. In MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

MORAES FILHO, M. José Alexandre. **Festas e Tradições Populares do Brasil**. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 1999.

MONA, Olivier ; GAUVRIT, Lisa. (redatores) **Nouvelles ruralités em 2030**. INRA Magasine, Paris: número 8, mars 2009.

MOREIRA, Ruy. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**, São Paulo: Brasiliense, 1990.

MOTTA, Márcia; ZARTH Paulo. Apresentação à coleção. In NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar: questões metodológicas. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. São Paulo, n.2 e 3, vol. 25, maio-dez., 1995.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar e mercado de trabalho. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/ MAUAD n.8, abril, 1997. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/delma8.htm>. Acesso em 17/10/2009.

NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

NICOSIA, Salvador. **Imigração e Colônias**. Relatório apresentado à Comissão especial organizadora do serviço de imigração e colônias para os Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, 1891.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. **Políticas de Assentamento e Localidade: Os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil**. 280p. Tese (Doutorado) – Wageningen Universiteit. Wageningen: 2004.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

OLIVEIRA, Julieta T. A de. **Lógicas produtivas e impactos ambientais: estudo comparativo de sistemas de produção**. 284p. Tese (Doutorado em Planejamento e

Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2000.

PASCOAL, Isaías. Economia e trabalho no sul de Minas no século XIX. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas: v.16, n.2 (30) , agosto 2007.

PASSOS, Mauro. (Org.) **A Festa na Vida**. Significado e Imagens. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

PASSOS, Mauro. O catolicismo Popular. In: PASSOS, Mauro (Org.) **A Festa na Vida**. Significado e Imagens. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

PEREZ, L.F. Antropologia das efervescências coletivas. In: PASSOS, Mauro. (Org.) **A Festa na Vida**. Significado e Imagens. Petrópolis. Ed. Vozes, 2002.

PIRES, André. “Novas” ruralidades, “velhas aspirações”: reflexões sobre os caseiros de Vinhedo (SP). **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: vol. 12, n.2, 2004.

POLANYI, Karl ; ARENSBERG, Conrad. **Les systèmes économiques dans l’histoire et dans la théorie**. Paris: Librairie Larouse, 1975.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol.5, 1992.

PORTO, Guilherme. **As Folias de reis no Sul de Minas**. Rio de Janeiro: Edições FUNARTE/INF, 1982.

POTTER, Clive; BURNEY, Jonathan. Agricultural multifunctionality in the WTO – legitimate non-trade concern or disguised protectionism? **Journal of Rural Studies**. London: v. 18, 2002.

PRADO JR., Caio. **Historia econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO, Regina. **Todo ano tem.** As Festas na Estrutura Social Camponesa. São Luís: EDUFMA, 2007.

PRIORY, Mary Del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.

QUEIROZ. Maria Isaura Pereira. **Relatos Oraís: do “Indizível” ao “Dizível”.** Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais. São Paulo: Vértice 1988.

QUEIROZ. Maria Isaura Pereira. **O campesinato Brasileiro.** Ensaíos sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973.

QUEIROZ. Maria Isaura Pereira. Uma categoria rural esquecida. In: **Camponeses brasileiros.** Leituras e interpretações clássicas. WELCH, Clifford; MALAGODI Edgard; CAVALCANTI, Josefa S.B.; WANDERLEY, Maria NazarethB. (Orgs.), São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

RACHE, Athos de Lemos. **Contribuição ao Estudo da Economia Mineira.** São Paulo: Livraria José Olimpio Editora, 1957.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1899. Mimeo

REVISTA HISTÓRIA VIVA. **Um País Chamado café.** Edição Especial Temática n.1. São Paulo: Duetto Editorial.

REMMERS. Gaston G.A., **Com Cojones y Maestria.** Amsterdam: Thela Publishers. 1998.

ROMEIRO, José Peres. **O café em Ouro Fino (MG).** São Paulo: Editora Ceres. 2000.

ROMEIRO, José Peres; ROMERO, João Carlos Peres. **Cafeicultura Prática.** São Paulo: Editora Ceres. 1997.

ROSSI, Pompeu. **História de Ouro Fino.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981.

SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In SCHNEIDER, Sergio. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre troca mercantil e reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHMITZ, Heribert. Abordagem sistêmica e agricultura familiar. In: MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; VASCONCELLOS, Helenira Ellery M. **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju, Se: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005.

SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio, NIERDELE, Paulo André. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade de formas familiares de produção na agricultura**. In [www.ufrgs.br/pgdr/docentes](http://www.ufrgs.br/pgdr/docentes), acesso em 01/11/2008.

SENNA, Nilson. **A Terra Mineira**. Chorographia do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926.

SHANIN, Teodor. A Russian Peasant Household at the Turn of the Century. In: SHANIN, Teodor (Editor). **Peasants and Peasants Societies**. London: Peguin Books, 1976.

SHANIN, Teodor. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

SILVA NETO, Benedito. Abordagem sistêmica, complexidade e sistemas agrários. In: MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; VASCONCELLOS, Helenira Ellery M.

**Agricultura familiar e abordagem sistêmica.** Aracaju SE: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005.

SILVA NETO, Benedito; BASSO David. Aplicação da Teoria dos Sistemas Agrários para a análise da agricultura do Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO David. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul.** Ujuí: Ed. Unijuí, 2005.

SILVEIRA, Miguel A.; MARQUES, Paulo Eduardo M. Desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da cafeicultura familiar no Sul de Minas Gerais. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S (organizadores). **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et Agriculture.** Paris: Armand Colin, 1973.

TINHORÃO, J. R. **As Festas no Brasil Colonial.** São Paulo: Ed.34, 2000.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. O Modo de Produção Camponês Revisitado. In SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. LONG, Ann. **Born from Within.** Practice and Perspectives of Endogenous Development. Assen, The Netherlands: Van Gorcum, 1994.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e Impérios Alimentares.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Markets, and Agricultural Production.** USA: Westiew Press, 1990.

VON ESEHEWEGE, Guilherme. Notícias e Reflexões Estadísticas da Província de Minas Gerais, in **Revista do Arquivo Público Mineiro,** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Belo Horizonte, n.IV, 1899.

VEIGA, Bernardo Saturnino. **Almanaque Sul-Mineiro**. Belo Horizonte: 1874.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VEIGA, José Eli da. Delimitando a agricultura familiar. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. São Paulo: v.25, n.2 e 3. maio/dezembro, 1995.

VEIGA, José Eli da. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**. São Paulo: v.20, n.57, 2006.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/MAUAD n.15, outubro, 2000.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A Agricultura Familiar no Brasil: um Espaço em Construção. In **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. São Paulo: v. 25, n.2 e 3, maio/dezembro, 1995.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/MAUAD, n.21, outubro, 2003.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: **Para pensar outra agricultura**. FERREIRA, Ângela Damaceno; BRANDENBURG, Alfio (Orgs.). Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In TADESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas** Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. **Trajatória Social e Projeto de Autonomia: Os Produtores Familiares de Algodão da Região de Campinas**, São Paulo: 1989.

WILKINSON, John. **Mercados, Redes e Valores.** . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WIRTH, John D. **O Fiel da Balança. Minas Gerais na Federação Brasileira. 1889-1937.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WOLF, Eric R. Aspects of Group Relations in a Complex Society. In SHANIN, Teodor. **Peasants and Peasants Societies.** London: Penguin Books, 1976.

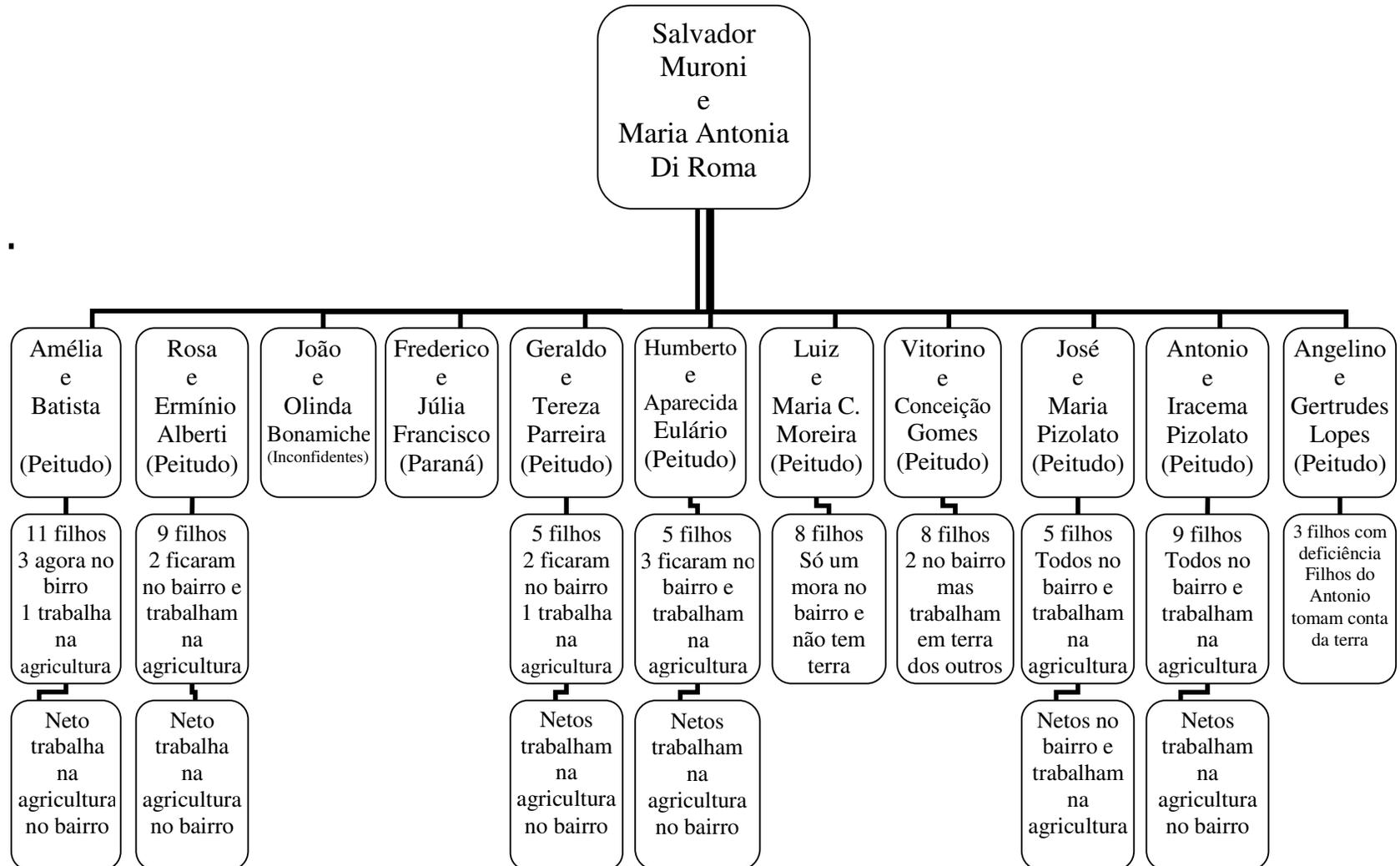
WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WOORTMANN, H. **Herdeiros, Parentes e Compadres.** Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo-Brasília: Hucitec/Edunb, 1995

**ANEXO I – Autoconsumo no bairro Peitudo, Ouro Fino, MG**

Produtores	PRODUTOS										
	Milho	Feijão	Leite e deriv.	Frango	Ovos	Suínos	Hortaliças	Frutas	Outros	Produzia e deixou	Porque parou de produzir essas coisas
Produtor 1	Compra no bairro	X	X	X	X			Pomar variado		Arroz, porco, leite	Quando morava c/ o pai, antes de mudar com a atual mulher tinha mais espaço para produzir
Produtor 2	Verde	X	X	X	X		Algumas	Pomar médio	Mandioca	Arroz Porco	Parou há 4 anos, depois de comprar maq. de beneficiar Parou de criar.
Produtor 3	Verde	X	X				Algumas	Pomar médio	Mandioca	Arroz Porco	Pai parou há 4 anos, depois de comprar maq. de beneficiar Parou de criar.
Produtor 4	X	X	Bairro	X	X		Algumas	Pomar médio		Arroz	Não compensa
Produtor 5		Compra no bairro	Compra no bairro				Não	Pomar variado	Mandioca garap batata	Arroz	Não compensa
Produtor 6		X	Bairro	X	X		Várias	Algumas	Mandioca	Arroz, porco	Não compensa
Produtor 7				X	X		Várias	Algumas		Não apurado	
Produtor 8	X	X	Bairro				Algumas	Algumas		Arroz	Não compensa
Produtor 9	X	X	X	X	X		Horta variada	Pomar variado	Mandioca	Arroz e porco	Arroz – muito trabalho e não compensa \$. Porco ia p/ as plantações
Produtor 10	Verde	X	X	X	X		Algumas	Algumas	Mandioca	Arroz e porco	Pai parou há 4 anos, depois de comprar maq. de beneficiar Parou de criar.
Produtor 11	X	X	X	X	X	X	X	X	Mandioca		
Produtor 12	X		X	X	X	X		X		Arroz	Não compensa
Produtor 13	X	X	X	X	X	X	X	X	Mandioca Peixe		
Produtor 14	X	X					Várias produz	Laranja	Peixe	Outras verduras/arroz	Não compensava mais, falta de tempo
Produtor 15	X	X	X	X	X		Horta variada	Algumas	Mandioca	Arroz	Muito acúmulo de trabalho no mesmo período
Produtor 16	X	X	Bairro				Algumas	Pouco			Tinha horta variada, plantava arroz. Falta de tempo. Não compensa.
Produtor 17	Bairro	X	X	X	X			Pomar variado		Arroz	Pai que morreu produzia
Produtor 18	X	Bairro	Bairro					Algumas	Mandioca	Feijão	Por causa do adensamento do café
Produtor 19	X	X	X	X	X		Horta variada	Algumas	Mandioca Peixe	Arroz	Não compensa
Produtor 20	X	X	X	X	X	X	Pouco	Algumas	Mandioca	Arroz	Não compensa
Produtor 21	X	X	X	X	X	X	Horta Variada	Algumas	Mandioca	Arroz	Não compensa

**ANEXO II – A família Muroni**



**Anexo III – Atividades agropecuárias. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG**

<b>Produtor</b>	<b>Pés café</b>	<b>Produção sacos</b>	<b>Local de venda</b>	<b>Há eucalipto</b>	<b>Prod.</b>	<b>Venda</b>	<b>Ha milho</b>	<b>Prod.</b>	<b>Local de venda</b>	<b>Ha Feijão</b>	<b>Prod. sacos</b>	<b>Local de Venda</b>
Produtor 1										2,5	30	Lucilene, empacotadoras da Borda e OF, Sup. Verdão
Produtor 2	12.000	144	Icatú				0,01	m. verde	Consumo	Meio café	3	Consumo
Produtor 3	8.000	96	Icatú					verde	Consumo	Meio café	3	
Produtor 4	1.000	novo						13	Consumo		2	Consumo
Produtor 5	5.000	37	Comexin				Parou			Parou		
Produtor 6	10.000	136	Comexin, Icatu, Crisólia							Meio café	1	Consumo
Produtor 7							Sim	8	Mais p/ consumo	Meio café	10	Consumo e região
Produtor 8				3 ha, que plantou a 5 anos			5	500	Granja Crisólia e agrop. OF	0,25 há	3	Consumo
Produtor 9	10.000	120	Icatú				Sim	verde	consumo	Meio café	3	Consumo
Produtor 10							33	4500	Agrop., granjas e prod. de leite da região			
Produtor 11	6.000	72	Icatú, Crisólia									
Produtor 12												
Produtor 13	5.000	70	Icatú				1,5	80	Região	N		
Produtor 14												
Produtor 15	15.000	136	Icatú				1	100	Consumo e bairro		5	Consumo/venda
Produtor 16	7.000	80	Icatú					20	Consumo		3,5	Consumo
Produtor 17	6.000	80	Icatú. Faz pesquisa em Jacut. M.Sião e OF de preço				1	100	Juarez	Meio café	3	Consumo
Produtor 18												

**Anexo III – Atividades agropecuárias. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG**

<b>Produtor</b>	<b>Pés café</b>	<b>Produção sacos</b>	<b>Local de venda</b>	<b>Ha eucalip</b>	<b>Prod.</b>	<b>Venda</b>	<b>Ha milho</b>	<b>Prod. sacos</b>	<b>Local de venda</b>	<b>Ha Feijão</b>	<b>Prod. sacos</b>	<b>Local de Venda</b>
Produtor 19	800	Novo						4	Consumo	Meio café	10 k	Consumo
Produtor 20				100 pés		Consumo	35	3.000	Agrop. e granjas da região	Esse ano não plantou		
Produtor 21				100 pés			10	1.100	OF e granjas na região	1	45	S.João da B. Vista
Produtor 22	15.000	200	Icatu/Comexin. Agora na coop Jacutinga.				14	2.400	Granjas em OF	Meio café	40	
Produtor 23	5.000	70	Icatú				2,0	120	Região	N		
Produtor 24										4	100	Lucilene-Atraves.
Produtor 25							1	200	Bairro e 60 p/pagar renda da terra	1	80	Lucilene-Atraves.
Produtor 26	20.000	300	Icatu/Comexin. Agora na coop Jacutinga.				15	2.600	Granjas em OF	Junto c/ café	40	
Produtor 27	10.400	120	Icatu ou Zé Pedro-Cris.				8	1.000	Juarez e granja Cris.			
Produtor 28							50	6.000	Agrop. e granjas região	4	100	
Produtor 29	6.500	67	Icatu									
Produtor 30							6	600	Granjas,agrop.OF	Plantava 2 ha até 2 anos atrás		
Produtor 31	2000	Novo								Meio café		Consumo

**Anexo III – Atividades agropecuárias. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG**

Produtor	Ha alho	Produção	Local de venda	Outra cult. Econômica	Prod.	Venda	Cab. Gado	Prod. leite	Local de venda	Aves	Venda ovos/frg	Suínos	Peixes
Produtor 01	1,5	30 ton	SP, Varejo	Tomate Bucha		Ceasa PA Inconf.	20	70 l/dia	Lat. Muriá	30	Bairro		
Produtor 02	Parou há 10 anos						6	7 l/dia	consumo	10	Consumo		
Produtor 03										10	Consumo		
Produtor 04				Bucha-1000p	750 dz	Local, Inconf., M.Guaçu, O.F				20	Consumo		
Produtor 05	Parou há 20 anos												
Produtor 06	Produce alho( venda em várias cidades), tomate (venda na região em superm.), abobrinha e couve-flor (venda no Ceasa de P.A)									30	Bairro		
Produtor 07	Produzia			Bucha						20	Consumo		
Produtor 08	0,03	Plantou até 2004. Filho chegou a prod. 15 ton. Agora planta p/ cons.,venda e p/ guardar semente.Vendeu 200kg p/ comprador de Inconfidentes					20	25 l	Lat. Muriá	60	X Peitudo		Açude
Produtor 09										15	Consumo		
Produtor 10	Plantou até 2003. Está pensando em plantar novamente no ano que vem						30 bois Corte confinado com silo-açouque OF 23 vacas leite fica p/ Sr Antonio					3	
Produtor 11	Não apurado												
Produtor 12													
Produtor 13	Plantou até 2005			Mandioca						?			
Produtor 14							Vende 7-8 bezerros/ano – Mococa						
Produtor 15	Igual ao Ricardo Silva												
Produtor 15	Parou ha 8 anos. Compra p/ revender			hortaliças	Variada	Mer.Jacu	6	2 l/dia	Consumo. Vende 2-3 bezerro/ano	50	Mercado Jacut.		X
Produtor 16	Plantou até dois anos atrás			Mandioca, Batata doce e cana – consumo			12	1,5 l	Consumo	200	2 dz/sem.		
Produtor 17							10	2ls	Consumo	30	Consumo		Consumo
Produtor 18				Tomate	10 mil cx/ano	Ceasa P.Alegre							

**Anexo III – Atividades agropecuárias. Bairro Peitudo, Ouro Fino, MG**

Produtor	Ha alho	Produção	Local de venda	Outra cult. econômica	Prod.	Venda	Cab. gado	Prod. leite	Local de venda	Aves	Venda ovos/frg	Suínos	Peixes
Produtor 19				Bucha 700 pés*	584 dz	Mário-Incofidon				15	Às vezes		
Produtor 20	Plantou até 12 ha. Parou em 2001/2003						50	200 l/dia	Lat Muriá. Queijo-Peitudo 8-9 bez./Mococa	50	Bairro	15 Venda no bairro	
Produtor 21	1	18 ton	Inconf./Pinhalzinhos Góes/Limeira (atravessador)				32	40 l/dia	Lat Muriá. Queijo-Peitudo 8-9 bez./Mococa	30	Peitudo		
Produtor 22	Trabalha junto com o pai												
Produtor 23													
Produtor 24										20			
Produtor 25	1,5	30 ton	Inconf. Pinh. Góes	Mandioca/B.doce		Consumo				10	Consumo		
Produtor 26	Parou há 6 anos						2 vacas	consumo		12	Consumo	3	Açude
Produtor 27	Parou há 5 anos. Chegou colher 80 ton												
Produtor 28	Plantou de 94 a 2004						50	80 l/dia	Lat. Muriá 8-10 bezerros/ano	50	Bairro		
Produtor 29	Plantou até 15 anos atrás												
Produtor 30	Plantou até 2004. Talvez comece nova/e. Preço esse ano 1,60 kg				Já plantou 0,14 há de mandioca e vai plantar mais		10	20	Bairro	6	Consumo		
Produtor 31										20	Consumo		